

QUARTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2009

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

Presidente

(A sessão tem início às 15H00)

1. Reinício da sessão

Presidente. - Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, suspensa na quinta-feira, dia 5 de Fevereiro de 2009.

2. Declarações da Presidência.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, há duas semanas um engenheiro polaco, Piotr Stańczak, que desde Setembro último era refém de terroristas no Paquistão, foi morto pelos seus raptos. Em nome do Parlamento Europeu gostaria de expressar a minha indignação por este crime odioso de um inocente cidadão polaco e cidadão da União Europeia. O Parlamento Europeu denuncia este acto criminoso com a maior veemência possível e gostaríamos de transmitir à família do defunto, bem como a todos os seus familiares, a nossa sincera simpatia e condolências.

O terrorismo constitui um ataque directo à liberdade, aos direitos humanos e à democracia. É uma tentativa de atingir objectivos através da violência cega e da destruição dos nossos valores comuns e representa um grande perigo para a segurança e estabilidade da comunidade internacional. O terrorismo é um crime perante o qual não podemos ser brandos.

Senhoras e Senhores Deputados, na língua materna deste engenheiro assassinado gostaria de dizer *Niech spoczywa w wiecznym pokoju* [Que ele descanse na paz eterna].

Em memória de Piotr Stańczak permitam-me que vos peça a todos que se levantem agora para lhe prestarmos homenagem.

(Os presentes levantam-se e observam um minuto de silêncio)

Senhoras e Senhores Deputados, os incêndios florestais na Austrália levaram a uma perda trágica de vidas humanas nos últimos dias. Foram os piores incêndios florestais na História da Austrália e ceifaram muitas vidas em circunstâncias terríveis. Todos ficámos horrorizados com a força violenta desta catástrofe natural e as suas horribéis consequências. Escrevi ao Senhor Primeiro-Ministro australiano para lhe transmitir o sincero pesar do Parlamento Europeu. Em nome do Parlamento Europeu gostaria, uma vez mais, de manifestar na sessão plenária de hoje a nossa solidariedade à Austrália, ao seu povo e às autoridades do país neste momento de tristeza.

Na próxima semana uma delegação deste Parlamento irá deslocar-se à Austrália para transmitir pessoalmente as nossas condolências. Gostaria, no entanto, de aproveitar esta oportunidade para expressar a nossa sincera simpatia e condolências às famílias de todos os que perderam a vida. Os nossos pensamentos estão convosco.

Senhoras e Senhores Deputados, uma vez mais surgem notícias preocupantes da República Islâmica do Irão. Sete altas individualidades da comunidade religiosa Bahá'í foram detidas em Maio de 2008 e durante oito meses foi-lhes negada a oportunidade de terem assistência jurídica. Estes sete dignitários da comunidade religiosa Bahá'í vão agora ser levados a julgamento esta semana, um julgamento que não cumpre nem mesmo os mais básicos requisitos do Estado de direito. A vencedora do Prémio Nobel e advogada iraniana Shirin Ebadi, que estava preparada para tratar da defesa dos líderes detidos, tem ela própria recebido ameaças de morte.

O Parlamento Europeu apela às autoridades iranianas, uma vez mais e com a maior urgência possível, para que respeitem os direitos humanos e os direitos das minorias religiosas, e reconsiderem a acusação deduzida contra os sete líderes do Bahá'í – Fariba Kamalabadi, Jamaloddin Khanjani, Afif Naeimi, Saeid Rasaie, Mahvash Sabet, Behrouz Tavakkoli e Vahid Tizfahm. Estas pessoas foram presas apenas por causa das suas crenças e devem ser imediatamente libertadas.

(Aplausos)

Senhoras e Senhores Deputados, na última sexta-feira, dia 13 de Fevereiro de 2009, um deputado espanhol deste Hemiciclo, o senhor deputado Herrero, foi detido pelo Governo venezuelano na capital, Caracas, e subsequentemente expulso do país em virtude de declarações suas nos meios de comunicação social sobre o Governo venezuelano. O senhor deputado Herrero encontrava-se no país integrado na delegação oficial do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, que tinham sido convidados por um partido da oposição no âmbito do referendo constitucional. Para o prender, a polícia forçou a entrada no seu quarto de hotel, tendo-o depois enviado num voo regular para o Brasil sem dar qualquer explicação oficial ou lhe dar oportunidade de ele ir buscar os seus pertences pessoais, acto que consideramos inaceitável!

Em nome do Parlamento Europeu, protesto veementemente contra estes métodos e condeno enfaticamente este incidente, que constitui uma violação dos direitos humanos e vem denegrir a instituição democrática que é o Parlamento Europeu.

(Aplausos)

Giles Chichester (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, intervenho na qualidade de presidente da Delegação do Parlamento para as relações com a Austrália e a Nova Zelândia, para me identificar plenamente com a declaração que acaba de fazer e para lhe agradecer. Aguardo com a maior expectativa a oportunidade de transmitir esta mensagem na Austrália na próxima semana.

Presidente. – Muito obrigado, Senhor Deputado Chichester.

3. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

4. Seguimento dado a um pedido de defesa da imunidade parlamentar: ver Acta

5. Verificação de poderes: ver Acta

6. Interpretação do Regimento: ver Acta

7. Rectificação (artigo 204.º-A do Regimento): ver Acta

8. Declarações escritas caducadas: ver Acta

9. Entrega de documentos: ver Acta

10. Perguntas orais e declarações escritas (entrega): ver Acta

11. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta

12. Seguimento dado às posições e resoluções do Parlamento: ver Acta

13. Ordem dos trabalhos

Presidente. – Foi distribuído o projecto final de ordem do dia desta sessão, como decidido na reunião da Conferência dos Presidentes de quinta-feira, 5 de Fevereiro de 2009, nos termos dos artigos 130.º e 131.º do Regimento. Foram propostas as seguintes alterações:

Quarta-feira:

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus solicitou que o relatório do senhor deputado Reul sobre soluções para suplantar os desafios suscitados pelo aprovisionamento em petróleo fosse adiado para a próxima sessão plenária.

Herbert Reul, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, debatemos de forma demorada e incisiva esta proposta no seio da comissão e adoptámos uma decisão apoiada por uma grande maioria, mas ontem e hoje verificou-se uma abundância de conselhos e sugestões que resultaram principalmente do facto de outras comissões terem acrescentado temas suplementares para debate.

Parece-me que seria uma boa ideia não tomar hoje uma decisão e, em vez disso, dispormos de uma oportunidade para encontrarmos posteriormente uma solução que o Parlamento esteja nessa altura em condições de apoiar. Peço-vos, por isso, que aproveem hoje este adiamento. Muito obrigado.

Hannes Swoboda, *em nome do Grupo PSE*. – (DE) Senhor Presidente, apresentámos duas propostas, nenhuma das quais irá muito provavelmente congregar uma ampla maioria neste Hemiciclo. É por isso que quero apoiar esta proposta.

Senhor Presidente, com a sua autorização, iremos também adiar o relatório do senhor deputado Berman. Se esta proposta não for aceite por ser apresentada tardiamente gostaria de dizer, agora, que iremos amanhã adiar a votação do relatório. Muito obrigado.

Presidente. - Muito obrigado, Senhor Deputado Hannes Swoboda.

Alguém pretende manifestar-se contra o pedido?

Claude Turmes, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhor Presidente, o meu grupo, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, apresentou uma resolução que tem o apoio do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa e de grande parte do Grupo Socialista no Parlamento Europeu. Penso, por isso, que o senhor deputado Reul está a apelar a um adiamento com medo que a sua posição seja minoritária.

Acho um pouco estranho termos um debate tão longo e intenso e depois ouvirmos apelos a um novo adiamento. Estamos, por isso, contra esse adiamento.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, ouviram o contexto político e o que o senhor deputado Swoboda tinha para dizer. A decisão será tomada amanhã.

(O Parlamento aprova a proposta do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus).

Iremos votar amanhã a proposta do senhor deputado Swoboda. Peço a todos que tenham isso presente na votação de hoje.

(A ordem do dia é aprovada na sua versão modificada)⁽¹⁾

14. Papel da União Europeia no Médio Oriente (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Alto-Representante para a Política Externa e de Segurança Comum e da Comissão sobre o papel da União Europeia no Médio Oriente. Tenho o prazer de apresentar as boas-vindas ao Alto Representante Javier Solana, e de lhe pedir que use da palavra perante o Hemiciclo.

Javier Solana, *Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum*. – (EN) Senhor Presidente, é a primeira vez que compareço perante V. Exas. neste ano de 2009. É um grande prazer estar aqui e espero que a boa cooperação que tivemos no passado se mantenha este ano.

A guerra terminou em Gaza há um mês, no dia 18 de Janeiro, e penso que concordará comigo que parece que foi ontem. O grau de sofrimento e destruição foi enorme e deixou-nos a todos com um travo amargo na boca. A situação humanitária continua hoje a ser desoladora. Precisamos de encontrar soluções urgentes para enviar ajuda e reduzir o grau de sofrimento das pessoas.

Ao mesmo tempo, precisamos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para acabar com o conflito entre israelitas e palestinianos e entre Israel e o mundo árabe. Na verdade, os parâmetros da solução são bem

⁽¹⁾ Para modificações adicionais da ordem do dia ver a Acta.

conhecidos e são conhecidos já há algum tempo. O que importa agora é a vontade política de aplicar entre Israelitas e Palestinos, entre Árabes e a comunidade internacional mais alargada.

A vocação europeia para a paz no Médio Oriente mantém-se mais forte que nunca. O nosso empenho na criação de um Estado Palestino viável e independente, que viva lado a lado com Israel, é total. Está no cerne da nossa política para o Médio Oriente. Todas as nossas acções têm em conta este objectivo estratégico. Daremos o nosso apoio firme a todos aqueles que querem uma solução pacífica para os inúmeros desafios que se colocam em toda a região do Médio Oriente.

Esta Câmara – o Parlamento – sabe quão difícil e quão delicada esta questão pode parecer. A região tem sido flagelada com demasiada frequência por ciclos de violência, extremismo crescente e dificuldades económicas. Ao mesmo tempo, as condições para Europeus e Americanos trabalharem em conjunto na busca da paz no Médio Oriente são provavelmente melhores do que nunca. Acabei de regressar de Washington onde mantive boas conversações com todas as pessoas da Administração Obama. Julgo ter a garantia de que o forte empenho que manifestaram é uma realidade. Estamos dispostos e prontos a trabalhar com eles para termos êxito no conflito.

Penso que a nomeação do Senador Mitchell como enviado norte-americano deu ao povo do Médio Oriente e aos seus amigos uma esperança renovada. Conhecemo-lo. Trabalhámos com ele. Tive o privilégio de trabalhar com ele em 2001 no famoso relatório e, recentemente, tive a oportunidade de trabalhar com ele na região.

Espero sinceramente que estas alterações conduzam a uma nova abordagem que permita às partes terem uma palavra mais influente a dizer sobre o modo de gerirem os seus assuntos. Sabemos que as soluções e as propostas deveriam ser fruto de inspiração local. Mas, ao mesmo tempo, continua a ser essencial um maior compromisso internacional.

É por isso que a Iniciativa de Paz árabe é tão crucial. Esta iniciativa constitui a expressão colectiva do mundo árabe sobre a forma como podem contribuir para pôr fim ao seu conflito com Israel. É a sua resposta à questão que reteve o seu desenvolvimento e a sua integração no nosso mundo global. Continua, e deverá continuar, sobre a mesa.

Tivemos muito recentemente eleições importantes em Israel. É óbvio que cabe ao povo israelita e aos seus líderes políticos decidir a composição do seu novo governo. Pela nossa parte, esperamos que este novo Primeiro-Ministro e o governo sejam interlocutores fortes nas negociações da paz.

Escusado será dizer que o mesmo se aplica aos Palestinos. Eles também têm de pôr a casa em ordem, inclusivamente através da reconciliação. Como todos sabem, incentivamos veementemente a reconciliação intrapalestina, sob a égide do Presidente Abbas, e todos os esforços do Egipto e da Liga Árabe nesse sentido. É esta uma chave para a paz, para a estabilidade e para o desenvolvimento.

Como afirmei, sei que este Parlamento está profundamente preocupado com a crise em Gaza, tal como todos nós. Permitam-me que aproveite esta ocasião para realçar alguns dos esforços internacionais mais importantes que se concentraram na tentativa de pôr fim à violência e atenuar a difícil situação de todas as populações civis.

O papel do Egipto na resolução da situação em Gaza, e com os próprios Palestinos, continua a ser crucial. Esperamos que os seus esforços conduzam brevemente a um cessar-fogo duradouro e sustentável, à abertura das fronteiras a todos os bens e pessoas e a algum tipo de acordo intrapalestino. Sem isto será difícil – para não dizer impossível – reconstruir Gaza.

Estamos ansiosos por receber informações positivas sobre o cessar-fogo. Anteontem realizaram-se reuniões positivas e temos esperança de que irão prosseguir hoje e no futuro com vista a um cessar-fogo imediato. Como sabem, o Egipto acolherá também uma conferência importante, em matéria de reconstrução, a 2 de Março, e esperamos que toda a comunidade internacional assuma nessa altura um compromisso. A União Europeia também desempenhou o seu papel. Expressámos de imediato a nossa vontade de contribuir de um modo concreto para um cessar-fogo duradouro. Confirmámos ainda a nossa disponibilidade para reenviar os nossos monitores para o ponto de passagem de Rafah, nos termos do acordo que assinámos em 2005. Estamos prontos para operar em Rafah ou em qualquer dos outros pontos de passagem onde seja necessária ou solicitada ajuda.

Diversos países europeus já manifestaram também a sua disposição para auxiliar na proibição do tráfico ilícito, nomeadamente o contrabando de armas, para Gaza. As actividades do Parlamento Europeu na resposta à crise foram expressivas e fazem parte integrante da reacção global da União Europeia face à mesma.

No que respeita às Nações Unidas, podemos louvar a UNRWA pelo seu trabalho e perseverança, e frisar que a União Europeia continuará a apoiar todos os seus esforços.

Mas é evidente que nenhum país ou organização pode resolver sozinho os conflitos no Médio Oriente. A natureza muito específica das dificuldades exige soluções multilaterais. O Quarteto terá um papel fundamental a desempenhar nos próximos meses. A nova Administração dos EUA confirmou a sua intenção de utilizar plenamente o Quarteto para o Médio Oriente em cooperação connosco.

Os terríveis acontecimentos em Gaza vão obrigar-nos a uma visão mais estratégica e a longo prazo para Gaza. A Faixa de Gaza constitui parte integrante do Território Palestino, que foi ocupado em 1967, e que fará indubitavelmente parte de um Estado Palestino. Gaza terá de se tornar económica e politicamente viável. Gaza precisa de fazer parte de uma solução política.

A prioridade imediata continua a ser garantir um cessar-fogo duradouro e integralmente respeitado e permitir a livre prestação da ajuda humanitária. É preciso que as fronteiras se abram para a ajuda humanitária, para os bens comerciais e para as pessoas, numa base regular e previsível.

Como sabem, a repercussão diplomática do conflito de Gaza tem sido muito expressiva em toda a região: as conversações indirectas entre a Síria e Israel foram suspensas; a Mauritânia e o Qatar suspenderam as relações com Israel; houve uma ameaça de retirada da Iniciativa de Paz árabe.

As divisões entre os Árabes, como sabem, aprofundaram-se. Sem a unidade árabe será muito difícil fazer progressos em Gaza e no processo de paz no Médio Oriente em geral. A paz no Médio Oriente exige um mundo árabe unido. A próxima cimeira da Liga Árabe será decisiva para restabelecer a unidade árabe, em particular sob a égide da Iniciativa de Paz árabe.

Nos próximos meses, teremos também eleições no Irão e no Líbano. Em 12 de Junho, os Iranianos vão às urnas para eleger um novo Presidente. Afirmámos repetidamente o profundo respeito que temos pelo Irão e o nosso desejo de desenvolver com este país um tipo de relacionamento completamente diferente. Isto é claramente do interesse de todos, mas para o conseguir precisamos de confiança e essa confiança tem de ser restabelecida.

Permitam-me que conclua dizendo que 2009 será um ano crítico para o Médio Oriente. Encontramo-nos muito provavelmente num limiar. Podemos optar por prosseguir as mesmas políticas da mesma maneira, sabendo que conduzirão aos mesmos resultados - os resultados que hoje conhecemos. Por outro lado, podemos tentar trabalhar com energia e determinação no sentido de adequarmos as nossas políticas, de adequarmos o modo estabelecido para atingirmos resultados.

Temos de trabalhar tanto na gestão da crise como na resolução do conflito – não há qualquer dúvida quanto a isso. Contudo, chegou a altura de nos concentrarmos decisivamente na resolução do conflito. É a única forma de acabarmos com esta sequência interminável de morte e destruição.

(Aplausos)

Presidente. – Muito obrigado. Senhor Alto-Representante. Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de vos informar que no próximo domingo, e na minha qualidade de Presidente da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, irei chefiar uma delegação que se deslocará a Gaza, Ramallah, Sderot e Jerusalém durante dois dias e meio. Entre outros assuntos irão realizar-se conversações com o Presidente Peres e o Primeiro-Ministro Olmert, em Jerusalém, assim como com o Presidente Mahmoud Abbas, da Autoridade Palestiniana, e o Primeiro-Ministro Fayyad em Ramallah. Em Gaza serão feitos preparativos para a visita das Nações Unidas, que ocorrerá em seguida.

Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, encontramos-nos num momento de transição no Médio Oriente. Dentro de pouco tempo, teremos, muito provavelmente, um novo Governo israelita. Já existe uma nova Administração norte-americana, que está presentemente a definir as prioridades da sua política externa. E, em breve, poderemos eventualmente observar uma transição no Território Palestino Ocupado. Esta mudança de dinâmica pode criar oportunidades para um novo compromisso.

Mas não se pode, contudo, negar que o conflito recente resultou num enorme sofrimento humano e em destruição. O processo de paz do Médio Oriente - há que confessá-lo -, ficou particularmente fragilizado. Esta Câmara sabe isso muito bem e remeto para as reflexões e debates que já aqui tivemos.

Certamente não nos encontramos onde pretendíamos estar no início de 2009. Contudo, para que algum dia possa haver paz entre Israelitas e Palestínianos, o único caminho a seguir é fazermos tudo aquilo que estiver ao nosso alcance para colocar as negociações de novo em marcha. Esta tragédia humana em Gaza teve um enorme impacto na região. Regressei ontem à noite mesmo de uma viagem à Síria e ao Líbano e certamente direi também algo sobre isso. Mas permitam-me que diga, em particular, que o que temos de fazer é tornar claro para todos os líderes israelitas que a UE espera um compromisso sustentável relativamente ao processo de paz e à solução de dois Estados.

Precisamos também de reforçar junto dos Palestínianos a mensagem de que é essencial uma Autoridade Palestiniana com uma liderança eficaz em todo o território palestíniano ocupado, tanto para a reunificação da Cisjordânia e de Gaza como para relançar de novo o processo de paz. É este o motivo pelo qual a União Europeia está a apoiar os esforços do Egipto, da Turquia e de outros para o conseguir.

Com a nova Administração norte-americana, precisamos de acordar um caminho comum. Neste sentido, falei ao telefone com a Secretária de Estado Clinton na semana passada. Ela concordou com a necessidade de um cessar-fogo duradouro e de um regresso ao processo de paz. Isto é absolutamente crucial. Acordámos ainda que o Quarteto deve reunir-se para debater atentamente estas questões até ao final do mês. Apraz-me que a Administração americana encare o Quarteto como uma instituição muito importante para fazer avançar o processo de paz.

Por último, precisamos de intensificar o nosso relacionamento com os países da Liga Árabe. O consenso para a paz está a enfraquecer não só em Israel e nos Territórios Palestínianos Ocupados, como também na Liga Árabe, onde começam a surgir divisões preocupantes.

Para este efeito, como já disse, acabo de regressar da Síria e do Líbano, onde me avistei com o Presidente Assad, na Síria, com o Presidente Sleiman, no Líbano e com outros parceiros chave. O recente conflito prejudicou seriamente as negociações tanto do lado palestíniano como do sírio. Por isso, procedemos a uma aprofundada troca de ideias sobre o processo de paz. Reiterei o forte apoio da União Europeia à Iniciativa de Paz árabe e exortei os parceiros a manter o seu empenhamento nessa iniciativa, na medida em que ela proporciona um quadro sério para as conversações de paz na região.

Sublinhei igualmente a decisão fulcral tomada pela Síria e pelo Líbano de estabelecerem relações diplomáticas e incentivei a conclusão de todos os passos deste processo. Em ambos os países debatemos formas práticas de a União Europeia poder apoiar o processo de reforma. No Líbano, reiterei a nossa disponibilidade, em princípio, para enviar uma missão de observação das eleições da UE, e já decidi o envio imediato de uma missão exploratória ao local.

A União Europeia como um todo tem estado extremamente activa nas últimas semanas tanto a nível político como prático. Na frente política, desde a última vez que me dirigi a esta Assembleia, em Janeiro, todos prosseguimos a nossa intensa actividade diplomática. Estivemos na linha da frente dos apelos a um cessar-fogo e trabalhamos com o Egipto e outros países para tornar possível um cessar-fogo duradouro.

As conclusões do Conselho em Janeiro indicavam que a UE está a desenvolver um "plano de trabalho" para um cessar-fogo duradouro. Este documento identifica seis áreas de acção, incluindo a resposta humanitária, a prevenção do contrabando para Gaza, a reabertura dos pontos de passagem de Gaza, a reconstrução, a reconciliação intrapalestiniana e o restabelecimento do processo de paz.

Está em curso um trabalho intenso e muito delicado. Para dar apenas uma vaga ideia do ritmo de actividade em que todos temos estado envolvidos, direi, por exemplo, que estive num jantar de trabalho dos Co-Presidentes de Paris, em 15 de Janeiro, nas reuniões da Cimeira em Sharm El Sheikh e Jerusalém, em 18 de Janeiro e nas reuniões ministeriais da UE com Israel, em 21 Janeiro, e ainda com um grupo constituído pelo Egipto, a Autoridade Palestiniana, a Jordânia e a Turquia, em 25 de Janeiro. Além disso, o Comissário Louis Michel, que é responsável pela ajuda humanitária, deslocou-se a Gaza em 24 e 25 Janeiro.

Mantemos contactos regulares com os colegas do Quarteto. Tivemos reuniões importantes como uma tróica em Moscovo. Tive a conversa telefónica que referi com a Secretária de Estado Clinton; Javier Solana encontrava-se em Washington e estamos de acordo quanto à necessidade de renovar o processo de paz. Prosseguimos o nosso trabalho de acompanhamento do roteiro para a paz e mobilizamos também apoio

para a construção do Estado, inclusivamente em áreas sensíveis como o Estado de direito e a gestão de fronteiras.

A estratégia de acção da UE para o Médio Oriente prevê também o apoio da UE a questões específicas relativas ao estatuto final como, por exemplo, Jerusalém, os refugiados e os acordos de segurança.

Em termos práticos, a UE tem dado prioridade à prestação de ajuda humanitária à população de Gaza. A Comissão já mobilizou 10 milhões de euros, praticamente de um dia para outro, e mais 32 milhões de euros foram agora afectados para o próximo período.

O governo egípcio vai organizar em princípios de Março uma conferência internacional em Sharm El-Sheikh de apoio à economia palestiniana para a reconstrução de Gaza. Nós, como Comissão, seremos um dos co-patrocinadores deste evento. Estou encantada por ter tido a oportunidade de debater o compromisso que a Comissão pretende assumir com os presidentes da Comissão dos Assuntos Externos e da Comissão dos Orçamentos, numa fase inicial aqui no Parlamento, em 2 de Fevereiro. Mais uma vez agradeço o vosso apoio.

O problema de momento não se prende apenas com o financiamento, mas também com o acesso, nomeadamente a Gaza. Temo-nos manifestado muito, tanto em público como em privado, sobre o encerramento inaceitável dos pontos de passagem de Gaza. Esta Assembleia talvez deseje juntar-se a mim hoje num novo apelo para que estes sejam totalmente abertos.

(Aplausos)

Quando o acesso melhorar efectivamente – e não tenho qualquer dúvida de que vai melhorar –, é provável que então tenhamos de rever a nossa previsão financeira. Nessa altura, poderá ser necessário que volte a debater aqui o assunto convosco. Espero poder voltar a contar com o vosso apoio.

Senhoras e Senhores Deputados, podem contar com o compromisso da Comissão e com o meu compromisso pessoal de que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudar a levar a paz, tão prontamente quanto possível, a uma das partes mais conturbadas do mundo. Continuaremos certamente a trabalhar em estreita ligação com esta Assembleia.

(Aplausos)

Joseph Daul, em nome do Grupo PPE-DE. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Alto Representante Javier Solana, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, caros colegas, a situação em Gaza está a piorar de dia para dia. A população sofre horrores. Tudo lhe falta.

O embargo imposto a Gaza transforma cada distribuição de ajuda humanitária num autêntico percurso do combatente. Mesmo quando chega ao seu destino, a ajuda humanitária é insuficiente para dar resposta às necessidades no terreno. Os hospitais já não conseguem funcionar correctamente. A população já não pode ser socorrida convenientemente. A actual situação em Gaza constitui uma catástrofe humanitária em grande escala.

A União Europeia já desempenha um papel importantíssimo na região. O apoio financeiro que concedeu e continua a conceder aos Palestínianos é considerável. Já fez muito, a montante, para prevenir o desastre humanitário a que estamos a assistir hoje. Apesar dos obstáculos, continua a conceder ajuda humanitária e assistência à população da Faixa de Gaza. Hoje mesmo, a União Europeia concedeu 41 milhões de euros de ajuda à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA). Assim, não é agora que vamos começar a calar-nos.

Para mim, a mensagem dos Europeus deve ser clara. Não podemos tolerar que a ajuda e a assistência humanitárias sejam feitas reféns neste conflito. É primordial que essa ajuda possa circular livremente e sem restrições e que, por conseguinte, os pontos de controlo sejam abertos.

Além disso, advertimos o Hamas: os incidentes do mês passado, nos quais o Hamas confiscou a ajuda humanitária distribuída pela Agência das Nações Unidas na região e não a restituiu, são escandalosos, intoleráveis e não podem repetir-se. Os actores envolvidos devem prever a fase de reconstrução e prepará-la activamente avaliando os prejuízos no terreno e preparando um plano para a recuperação financeira, económica e social da Faixa de Gaza. Essa reconstrução é essencial para a estabilidade da região. Eis o objectivo da conferência de doadores que se reunirá em Sharm-El-Sheikh no próximo dia 2 de Março.

Mas sejamos claros. Nenhuma reconstrução – mais uma – poderá ter lugar enquanto não for pronunciado um cessar-fogo duradouro. O cessar-fogo e a paragem das operações militares, também da parte de Israel,

constituem a condição prévia absoluta para restabelecer a paz na região. E passa também, da parte do Hamas - e afirmo-o com a maior firmeza - pela paragem definitiva dos disparos de foguetes sobre Israel a partir de Gaza.

Devem igualmente ser tomadas todas as medidas possíveis de luta contra o tráfico de armas e munições através dos túneis que ligam Gaza ao Egipto. A retoma do diálogo entre todas as componentes da sociedade palestina e o relançamento do actual processo de negociação são essenciais. O Egipto, que possui uma responsabilidade especial devido à sua situação de fronteira com Gaza, deve ser chamado a participar activamente nesse processo de negociação. Todos os nossos esforços diplomáticos futuros devem tomar em consideração esse papel especial do Egipto.

Só podemos esperar encontrar uma solução para o conflito se mantivermos aberta a via diplomática. Apelo a todas as partes envolvidas, incluindo o Quarteto, a Liga Árabe e os diplomatas dos Estados-Membros, para que continuem a empenhar-se com firmeza e determinação nas negociações.

Martin Schulz, *em nome do Grupo PSE*. – (DE) Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; a mensagem do nosso debate só pode ser uma: não existe uma solução de violência para o Médio Oriente. Não existe uma solução militar. Não existe uma solução que passe pelo terrorismo.

Pode ser que uma das partes obtenha uma vantagem militar de curto prazo. Pode ser que um acto terrorista cause bastante caos. Contudo, a experiência mostra que cada acto de violência gera mais violência e leva mais longe o ciclo de violência. Por conseguinte, o que é crucial é o diálogo, e isso é algo extremamente difícil no Médio Oriente, especialmente num tempo de incertezas e, até certo ponto, de assincronia.

Mas também há uma esperança que emana dos Estados Unidos. O Presidente Obama, Hillary Clinton e a respectiva equipa propõem um modelo de consenso orientado para o diálogo, algo totalmente diferente da anterior Administração, que felizmente já deixou de ocupar as suas funções. Por isso há esperança em Washington. Mas, e Jerusalém? O que Benjamin Netanyahu disse durante a campanha eleitoral constitui certamente uma ameaça para o processo de paz, ao passo que Avigdor Lieberman representa também certamente uma ameaça para o processo de paz no Médio Oriente. Uma tal assincronicidade representa um risco.

O que se passa no Líbano? Que influência irá o Hezbollah ter futuramente? Em que medida está este movimento preparado para participar num diálogo construtivo antes e depois das eleições libanesas? E a maioria pró-occidental? Seria essa maioria capaz de reagir a uma vitória eleitoral integrando o Hezbollah no processo? Está o próprio Hezbollah preparado para aceitar essa integração? Tal depende, de uma forma crucial, de quem governa em Teerão. A questão do resultado eleitoral no Irão tem uma importância central, e o mesmo é válido para a atitude do Hamas.

A questão de se saber se temos um Presidente radical que nega o direito de Israel existir – como é o caso do actual – ou se iremos ter um Governo que esteja preparado para efectuar conversações, e se esta disponibilidade para falar se estende de Teerão a Beirute e a Rafah, é uma questão crucial para a estabilização de toda a região. Somos favoráveis a um Governo de unidade palestina, pois sem este não é possível gerir o processo de paz. Cabe por isso agora ao Hamas mostrar que está disposto a participar, e é capaz de participar, num tal governo.

Contudo, a condição prévia para que tal aconteça é a continuação das conversações com o Hamas, apoiando os palestinianos que desejam conversações com este movimento, para eles não se verem forçados a adoptar uma posição defensiva face a um Governo em Jerusalém que conhece apenas uma política de continuidade na instalação de colonatos. Permitam-me que faça o seguinte aparte: se é verdade que 163 hectares foram agora novamente disponibilizados para instalação de colonatos, tal constitui um elemento destabilizador e este nosso entendimento é algo que temos de deixar absolutamente claro aos nossos amigos em Israel.

No Médio Oriente tudo está interligado. Não é possível simplesmente seleccionar aspectos individuais e acreditar que se pode resolver um problema individual através de meios militares, e é por isso que a base de tudo é a disponibilidade para discutir. O plano da Liga Árabe, o plano de paz da Arábia Saudita, preconiza o fim da violência com o reconhecimento simultâneo do direito do Estado de Israel a existir. Trata-se de um plano arrojado e ambicioso e que precisa de ser discutido. Já é um progresso que existam pessoas na Liga Árabe, no campo árabe, que estejam preparadas para efectuar esse debate, e isso é algo que merece ser apoiado. A forma de apoio não deve consistir em enviar bombistas e podia mesmo acrescentar que o modo de apoiar o trabalho da União Europeia não é, também, voltar a destruir o que construímos, independentemente das

razões militares para o fazer. Por este motivo, a nossa mensagem só pode ser que o diálogo é uma condição prévia para o resto.

O Alto Representante Solana afirmou que esta é a primeira vez que está connosco este ano. Esta é talvez também a sua última visita antes das nossas eleições de Junho. Na medida em que o diálogo é, sem dúvida, uma condição *sine qua non* para o sucesso, gostaria de lhe dizer, em nome do meu grupo, que o Senhor Alto-Representante representa a personificação do diálogo. O seu trabalho merece mais do que respeito, merece um elevado grau de admiração, sobretudo pela sua defesa contínua do diálogo, e por esse motivo goza do nosso sincero apreço.

(Aplausos)

Presidente. – Muito obrigado, Senhor Deputado Schulz. Evidentemente que esperamos – e nisto estamos todos de acordo – que o Senhor Alto Representante Solana se junte a nós neste Hemiciclo mais algumas vezes antes do final da presente legislatura parlamentar.

Graham Watson, em nome do Grupo ALDE. - (EN) Senhor Presidente, é com grande pesar que voltamos a debater aquilo que a nossa União pode fazer para atenuar o sofrimento no Médio Oriente.

Olhando para o recente conflito em Gaza, todas as velhas expressões familiares se aplicam: culpa de ambos os lados; provocação do Hamas; resposta exagerada por parte de Israel. Porém, face à violência recorrente, já reciclámos tantas vezes estas frases tão batidas que elas acabaram por perder todo o impacto que alguma vez tiveram. Não podemos continuar assim. Sem dúvida que é nosso dever moral ajudar na reconstrução de Gaza. É claro que faz sentido procurar salvaguardas por parte de Israel. Já é suficientemente grave ver o aeroporto, as escolas e os sistemas de esgotos irem pelos ares, mas ainda é pior reconstruí-los com dinheiro europeu, sabendo que provavelmente irão ser destruídos outra vez.

É possível, ou é credível, imaginar que Israel possa garantir-nos que isto não irá acontecer? Seja como for, a reconstrução e a ajuda humanitária da União Europeia não irão impedir um conflito futuro. Precisamos de uma abordagem nova e positiva, em conjunto com Estados Unidos, se possível, mas sem eles, caso tal não seja possível.

A violência registada no último mês e o resultado da eleição deste mês alteraram os termos do debate. O Hamas está politicamente mais forte, está militarmente intacto, está a oferecer resistência ao reconhecimento de Israel. Por outro lado, a coligação prevista em Israel seguirá, mais do que nunca, uma linha dura, e muito mais resistente à ideia de um Estado Palestino separado. Entretanto, o fosso entre a Cisjordânia e Gaza aumenta a olhos vistos, com a ameaça de uma divisão permanente.

O Conselho e a Comissão efectivamente não disseram qual será a sua resposta a esta mudança no rumo dos acontecimentos e, segundo parece, a Presidência checa pretende retirar a questão da ordem de trabalhos. Mas não podemos dar-nos ao luxo de esperar mais tempo. Com a situação em constante mutação e com o Hamas e os Israelitas a não falarem uns com os outros, temos de estabelecer condições exequíveis para podermos falar com os dois lados. O isolamento apenas tem conduzido ao desespero.

Chegou a altura da diplomacia, delicada mas determinada. Em que fórum? No Quarteto, Senhor Alto Representante Solana? Bom, talvez, mas primeiro temos de reconhecer que os fracassos políticos, as esperanças desfeitas e o extremismo crescente dos últimos sete anos tiveram lugar sob o olhar atento do Quarteto. O seu enviado, Tony Blair, nunca esteve em Gaza. Se lá tivesse ido, teria tido a oportunidade de visitar o local de construção da zona industrial, um dos seus projectos de estimação, concebido para gerar empregos, mas que foi arrasada mês passado.

(Aplausos)

O Quarteto tem de se abrir a uma nova abordagem e, se os nossos parceiros não conseguirem dar esse passo, então devemos explorar formas para que isso seja possível.

Por último, só nos podemos preparar para o futuro se admitirmos honestamente o que aconteceu no passado. Deveria haver uma investigação internacional livre e justa dos alegados crimes de guerra no conflito de Gaza. A UNRWA e a nossa própria comissão parlamentar relataram a existência de provas alarmantes de crimes de guerra. Na realidade, as alegações são graves. Se as acusações a Israel forem falsas, o seu nome deverá ser limpo. Contudo, se cometeu efectivamente esses crimes, então deverá arcar com as suas responsabilidades. O nosso objectivo deve ser o estabelecimento de um acordo que vise um futuro tranquilo e próspero dos dois lados da barreira, em que os inimigos possam voltar a ser parceiros. Mas o falhanço da nossa abordagem

até à data está escrito com o sangue derramado no chão. Senhor Alto Representante Solana, temos de abrir uma nova via para a paz e, se necessário, a União Europeia deverá assumir a liderança.

(Aplausos)

Brian Crowley, em nome do Grupo UEN. – (GA) Senhor Presidente, Senhor Alto Representante e Senhora Comissária Benita Ferrero-Waldner, saúdo calorosamente o acordo alcançado hoje para prestar ajuda humanitária à Faixa de Gaza. Este é um passo na direcção certa para o Parlamento Europeu.

A actual situação humanitária em Gaza é má e a União Europeia tem a responsabilidade de ajudar.

(EN) Muitas palavras já foram ditas acerca da necessidade de paz, diálogo, entendimento, sobriedade - se desejarmos empregar esta palavra -, a respeito das reacções e contra-reacções a diferentes acontecimentos. Mas há três pontos que ressaltam imediatamente quando falamos do Médio Oriente.

Em primeiro lugar, não é uma negociação entre iguais. Há força de um lado, fraqueza e divisão do outro. Em segundo lugar, a participação das influências externas e a cobertura dos meios de comunicação social externos também não é igual. Enquanto um lado recebe mais protecção positiva dos meios de comunicação social internacionais e dos outros países, o outro é vítima de termos depreciativos como "terrorismo" ou "reaccionário".

Em terceiro lugar, sendo este o ponto mais importante de todos, apesar de todos os desentendimentos políticos, discórdias geográficas e conflitos históricos, é sempre o mesmo povo que continua a sofrer dia após dia: mulheres, crianças, civis inocentes, pessoas que nada têm a ver com grupos políticos, organizações políticas ou grupos paramilitares ou organizações terroristas. São estes os pobres inocentes apanhados no meio do fogo dos mísseis, dos bombardeamentos e dos chamados – dá-me vontade de rir quando ouço estas palavras - "bombardeamentos inteligentes orientados". Uma bomba "inteligente" ou "segura" é coisa que não existe. Quando cai, rebenta e mata pessoas.

Temos numerosas provas que demonstram que não foram só os mísseis do Hamas, que caíram em Israel, que mataram inocentes; as bombas e as balas das forças israelitas mataram e feriram cem vezes mais, atingindo milhares de pessoas em Gaza e nos Territórios Ocupados. De facto, temos provas de um irlandês, John King, que trabalha para a UNWRA em Gaza, que revelam que, quando informaram as autoridades israelitas que as suas bombas estavam a cair próximo de um edifício da ONU, em Gaza, onde estavam armazenados alimentos e combustível e que servia também de refúgio de crianças, cuja escola tinha sido bombardeada umas horas antes, as bombas aproximaram-se mais e quando tiveram de telefonar uma segunda vez, as bombas caíram no depósito de combustível no perímetro do campo da ONU.

Será talvez negligência, desinformação ou definição deliberada dos alvos, mas, de uma forma ou de outra, é um acto – para alguns, pode até não ser exactamente um crime de guerra –, é de facto um acto de ataque às instituições de paz, de humanidade e liberdade. Em tempos de guerra há regras de ataque, há coisas que não se podem fazer.

Evidentemente, temos de prestar ajuda e auxílio ao povo palestiniano para a reconstrução das suas áreas; é claro que temos de garantir e insistir na realização de conversações e em que a paz possa florescer, mas isso exige que tomemos medidas corajosas também na Europa. Tal como Martin Schulz, felicito Javier Solana por percorrer esse longo caminho solitário de falar a quem mais ninguém quer dirigir a palavra, de abrir as portas do diálogo. Em última instância, a paz só é possível através do diálogo entre inimigos, e somente através da paz é possível construir os alicerces de uma solução sólida que prevê a existência de dois Estados, e que poderá garantir a paz, a equidade, a segurança e a justiça no Médio Oriente.

Jill Evans, em nome do Grupo Verts/ALE. - (EN) Senhor Presidente, fui um dos membros da delegação do Parlamento Europeu que se deslocou a Gaza na semana passada para observar a devastação. O ponto central da resolução de hoje do Parlamento consiste na acção humanitária que é desesperadamente necessária.

Esta é uma verdadeira crise humanitária, e de que modo iremos dar-lhe resposta urgente? Noventa por cento das pessoas em Gaza dependem da ajuda da ONU. Este facto não está associado a quaisquer negociações. Temos de garantir que essa ajuda entre em Gaza e a chave para o conseguir reside no levantamento do cerco e na abertura dos pontos de passagem. Como é que uma zona densamente povoada, com 1,5 milhões de pessoas, sujeita a bombardeamentos durante 22 dias, dos quais resultaram mais de 1000 mortos, pode começar sequer a recuperar, quando só são autorizadas a entrar no território 15 categorias de artigos humanitários: alimentos, alguns medicamentos e colchões? Não é possível reconstruir casas e escritórios sem cimento e vidro, que estão proibidos. É impossível ensinar crianças em escolas que nem sequer têm

papel porque o papel foi banido. É impossível alimentar pessoas quando não é autorizada a passagem de alimentos suficientes. Não é a ajuda que não esteja presente; é que não é autorizada a passar. Temos de pressionar o governo de Israel para pôr fim ao bloqueio e abrir os pontos de passagem.

Qualquer avaliação dos danos causados em Gaza tem de chamar a atenção para a destruição deliberada das infra-estruturas e da economia. Vimos escolas, fábricas, lares e um hospital serem atacados deliberadamente. Uma vez mais, assistimos à destruição por parte de Israel de projectos financiados pela União Europeia e, em vez de agirmos em relação a este facto, falamos no aumento das relações comerciais, numa altura em que os direitos humanos estão a ser violados ao abrigo dos actuais acordos.

O Alto Representante Solana referiu que a prossecução dessas mesmas políticas nos pode levar de volta ao mesmo lugar. Bem, eu concordo. Em 2006, a União Europeia recusou reconhecer o Governo de Unidade palestino, que incluía membros do Hamas. No entanto, estamos prontos para reconhecer um novo Governo israelita, que poderá incluir membros que rejeitam uma solução de dois Estados, que não apoiam um Estado palestino.

Neste momento, é crucial que a UE esteja preparada para reconhecer e trabalhar com um governo nacional palestino provisório, de consenso, que deverá resultar das conversações do Cairo nas próximas semanas, e temos de transmitir sinais inequívocos à comunidade internacional a respeito das nossas intenções. Temos de apoiar o processo de reconciliação na Palestina como parte da concretização de uma solução a longo prazo, o que significa garantir que não repetiremos os erros do passado.

(Aplausos)

Francis Wurtz, em nome do Grupo GUE/NGL. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Alto Representante, Senhora Comissária, ao ouvir, há perto de um mês, as crianças de Gaza a contarem, no meio dos escombros das suas casas, o que tinham tremido com as bombas, ou os seus pais descreverem o inferno desses 22 dias e noites que marcarão para sempre as suas vidas e a memória das gerações futuras, não fiquei orgulhoso da Europa.

Pensei num certo número de dirigentes dos nossos Estados, em todos aqueles que transportam perante a História a responsabilidade da sua falta de coragem política, das ocasiões falhadas e da sua ausência de visão. Coloquei a mim próprio a pergunta: até que extremos os dirigentes israelitas terão de levar a sua imunidade relativamente aos Palestinos e o seu desprezo do direito e dos valores mais essenciais para que os principais responsáveis políticos europeus osem levantar o mais pequeno dedo e dizer, finalmente: "Já basta"?

Aqueles que se dizem amigos de Israel para justificarem a impunidade e a complacência sem limites relativamente à sua actual classe dirigente têm agora de meditar nestas palavras do grande escritor israelita David Grossmann que passo a citar: "Neste momento em que ganhou em Israel o exagero nacionalista, deveríamos manter bem presente no nosso espírito que a última operação militar em Gaza não passa, feitas as contas, de uma nova etapa numa via de fogo, violência e ódio. Uma via marcada ora por vitórias, ora por derrotas, mas que nos conduz irremediavelmente para a ruína".

Ou têm de interrogar-se, tal como Shlomo Sand, historiador israelita de renome, que também cito: "Semeámos a desolação. Provámos que não possuímos valores morais. Será que reforçámos o campo da paz junto dos Palestinos?" E prossegue: "Israel está a conduzir os Palestinos ao desespero".

Durante vinte anos, Yasser Arafat e a Autoridade Palestiniana reconheceram o Estado de Israel sem nada exigirem em troca. Israel recusou a oferta da Liga Árabe de 2002, caros colegas! Todos falamos da Liga Árabe, do projecto de paz da Liga Árabe. Ele já existe há sete anos! O que é que fez a Europa para aproveitar a ocasião assim oferecida?

E volto, portanto, a Shlomo Sand: "Israel recusou a oferta da Liga Árabe, de 2002, de um reconhecimento pleno de Israel nas fronteiras de antes de 1967". O historiador israelita conclui: "Israel só fará a paz se pressionarmos a sua política".

Donde a minha pergunta, Senhor Alto Representante, uma vez que nada disse sobre o direito internacional. Que pressões está a União disposta a exercer sobre Israel relativamente tanto a Gaza como à Cisjordânia, incluindo Jerusalém, para recordar aos seus dirigentes actuais e futuros que pertencer à comunidade internacional em geral, e em especial à parceria privilegiada com a União Europeia, tem um preço, que não podem acomodar-se nem à ocupação militar, nem aos crimes de guerra, nem a uma política que conduz cada dia mais ao divórcio entre a Europa e o mundo árabo-muçulmano?

Enquanto Europeu, não gostaria de ter de constatar que a esperança de uma alteração política no Próximo Oriente apenas depende do locatário da Casa Branca. Gostaria de acreditar ainda num assomo da Europa.

(Aplausos)

Kathy Sinnott (IND/DEM). - (EN) Senhor Presidente, estamos hoje a debater uma resolução sobre a ajuda humanitária. Antes de dar a minha contribuição, gostaria de sublinhar que não falo em nome do Grupo IND/DEM, uma vez que este grupo não tem uma posição sobre este tópico. Em contrapartida, falo como eurodeputada, em meu nome e do meu povo.

A grande maioria das pessoas de Gaza tem de depender da ajuda humanitária para sobreviver – alimentos, água, abrigos, roupas e, principalmente, medicamentos. Trata-se de uma população que vive cercada há muito tempo. Todos os pontos de passagem estão fechados há 18 meses e agora, com a terrível agressão recente que se abateu sobre a população de Gaza, a sua situação é ainda mais desesperada. Dado que o cerco ainda não foi levantado e os pontos de passagem ainda continuam fechados, é muito difícil fazer chegar os produtos essenciais à população.

Reparo que no considerando E da presente resolução, nós, Europeus, nos congratulamos pelos nossos esforços em matéria de ajuda humanitária. A Senhora Comissária falou dos esforços políticos que está a desenvolver, mas será que merecemos este elogio? O comércio entre Israel e a UE vale 27 mil milhões de euros anuais. Se quiséssemos realmente agir relativamente a Gaza, utilizaríamos o poder que este comércio nos confere, impondo sanções económicas. A nossa recusa em fazê-lo, mesmo no auge dos bombardeamentos em Janeiro, indicou que preferimos o status quo dos negócios na sua forma habitual. A nossa contribuição em termos de ajuda humanitária será assim, possivelmente, um lenitivo para a nossa consciência. Não só não estamos dispostos a correr o risco de perturbar um bom mercado comercial com o objectivo de pôr fim à injustiça de que Gaza é vítima, como também não nos dispusemos até agora a rescindir, ou mesmo só a suspender, o acordo UE-Israel.

Tenho um grande apreço pelo povo judeu. Na faculdade tive a oportunidade de estudar diversos temas da sua história e literatura sob a orientação de um rabi. Contudo, amizade não significa cegueira, mas sim a vontade de ser honesto. De facto, a julgar pelas manifestações ocorridas nas principais cidades de Israel, há muitos cidadãos israelitas que se opõem publicamente à acção do seu governo.

Voltemos então à urgência da ajuda humanitária: a reconstrução das infra-estruturas físicas é importante, mas é compreensível que as agências estejam hesitantes em reconstruir, quando aparentemente o regime que assumiu o poder em Israel é ainda mais ameaçador. Contudo, a reconstrução das infra-estruturas humanas não pode esperar. Temos de fazer entrar os abastecimentos. Gostaria de realçar que o armamento especialmente perverso utilizado em Janeiro deixou muitas pessoas amputadas e marcadas por terríveis queimaduras. Pessoalmente, sei o que é ter um filho saudável que depois fica inválido.

Temos de levar a nossa intervenção – médica e educativa – a todos aqueles milhares de pessoas, especialmente crianças, que desde o Ano Novo ficaram incapacitadas para o resto da vida. Enquanto as ajudamos, devemos registar as suas histórias, para iniciarmos o processo de obtenção de provas de ataques deliberados e possíveis crimes de guerra.

Jean-Marie Le Pen (NI). - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não é certamente a Europa, e ainda menos o seu Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), Javier Solana, antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, que podem desempenhar o papel de mediador entre Israel e a Palestina. Quando muito, são chamados a financiar a reconstrução da Faixa de Gaza, como acontece actualmente relativamente ao Kosovo, ao Líbano ou ao Afeganistão.

Os Americanos e os Israelitas bombardeiam, os Europeus financiam a reconstrução. Eis a distribuição de tarefas entre aliados. Ora, deviam ser os destruidores a pagar. O Egipto está no centro das negociações de paz para um cessar-fogo prolongado com o Hamas. Mas o desafio a enfrentar é imenso, na medida em que o novo Governo israelita, sujeito à pressão do terceiro homem, Liebermann, chefe de uma extrema-direita que ali se aceita democraticamente, corre o risco de ver a sua tarefa singularmente complicada nesta negociação. Com efeito, Netanyahu, apresentado como o futuro Primeiro-Ministro, sempre se opôs a uma trégua com o Hamas.

Outra dificuldade tem a ver com o facto de a Autoridade Palestiniana de Mahmoud Abbas se ter tornado, na Cisjordânia, uma espécie de protectorado internacional, cuja legitimidade diminuiu fortemente junto da população.

Último elemento a ter em conta: a expansão dos colonatos israelitas, contínua deste 1967, torna a criação de um Estado Palestino na Cisjordânia particularmente delicada. Actualmente, a bola está no campo israelita, mas será que os falcões de ambos os campos irão aceitar esta trégua de Deus, que ambas as partes reclamam sem, no entanto, se dotarem dos respectivos meios?

Permitam-me acrescentar uma reflexão sobre a reintegração da França na estrutura militar integrada da NATO, a qual vai ser debatida no âmbito do relatório Vatanen. Essa reintegração implicará, para a França, obrigações muito claras. Com efeito, vamos reintegrar a NATO quando a Guerra Fria já terminou em 1990. Sarkozy parece ter esquecido a queda do Muro de Berlim e o regresso da Rússia ao campo das nações livres. Será necessário reforçar a lógica dos blocos, neste momento de multipolarização e de aumento do poder dos países emergentes, inclusive a nível militar?

Além disso, a adesão da França à estrutura integrada obrigará a um reforço do seu contingente no Afeganistão, quando já possui 3 300 homens no terreno. Com que fundos irá financiar essa operação, quando o seu orçamento para a defesa vai passar para baixo dos 2% do PIB e mais de 30 regimentos vão ser suprimidos?

Paradoxalmente, vamos aumentar a nossa participação orçamental destinada a reintegrar a NATO, e reduzir, simultaneamente, a nossa presença militar em África. A defesa europeia, cara ao Presidente Sarkozy, constituirá portanto um pilar da Aliança Atlântica. Basta ler o Tratado de Lisboa e os seus protocolos adicionais para disso nos convenceremos.

Seja em matéria de política externa ou em matéria de segurança comum, a via europeia limita-se a um impasse que apenas conduzirá a um alinhamento pelos Americanos e seus aliados. É essa lógica de apagamento que recusamos em nome da soberania e da independência nacionais, que se baseiam, nomeadamente, na nossa força de dissuasão nuclear autónoma.

Presidente. – Outros deputados ultrapassaram também ligeiramente o seu tempo, e temos de dar o mesmo tratamento a todos.

Javier Solana, *Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum.* – (ES) Senhor Presidente, no pouco tempo de que disponho não me será possível responder a todos aqueles que intervieram neste debate. Permitam-me que exprima o meu mais sincero agradecimento por aquilo que disseram sobre a minha pessoa e sobre aquilo que faço. Queria apenas dizer-vos que podem ter a certeza de que continuarei a trabalhar com o mesmo empenho – e, se possível, com mais empenho ainda –, pois a situação está a tornar-se mais difícil a cada dia que passa.

Creio que há cinco questões a respeito das quais se poderia extrair um consenso entre todos aqueles que me precederam no uso da palavra.

Em primeiro lugar, as questões humanitárias: não há dúvida de que a questão mais premente e importante é a questão humanitária. A violência dos últimos dias e das últimas semanas deixou bem patentes enormes lacunas naquilo que é necessário fazer para aliviar o sofrimento da população, em especial dos cidadãos de Gaza. Por isso, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para minorar as grandes dificuldades da vida quotidiana em Gaza. A Comissão irá fazê-lo – sem a menor hesitação –, tal como os Estados-Membros do Conselho o irão fazer também; toda a comunidade internacional irá fazê-lo.

Em segundo lugar, a abertura das fronteiras entre Gaza e Israel e entre Gaza e o Egipto é absolutamente fundamental para esse fim. Mais, as fronteiras devem ser abertas rapidamente e sem demora. Do nosso ponto de vista, todas as ajudas devem ser prestadas onde for necessário e, em especial no caso de Rafah, estaremos dispostos a actuar o mais rapidamente possível. Os observadores da União Europeia já se encontram no local, disponíveis, de modo a que, assim que a fronteira em Rafah for aberta, estejamos prontos a actuar.

Em terceiro lugar, a questão – muito importante – da unidade palestina. Senhoras e Senhores Deputados, creio ser evidente, neste momento, que não haverá solução sem um princípio de reconciliação entre os Palestinos. Portanto, tal como foi assinalado na resolução do último Conselho "Assuntos Gerais", a União Europeia apoia e continuará a apoiar os esforços que estão a ser desenvolvidos, tanto pelo Presidente Mahmud Abbas como pelo Presidente Mubarak, para se avançar no sentido da reconciliação entre os Palestinos.

Muitos oradores mencionaram as obrigações que podemos assumir no caso de se formar um novo governo de consenso palestino. Senhoras e Senhores Deputados, creio que – e esta é a minha opinião pessoal –, se houver um governo de consenso palestino, um governo que tenha como objectivo os dois Estados, um governo que tenha como objectivo construir esses dois Estados pela via pacífica, um governo que tenha

um programa de reconstrução em Gaza e um governo que procure construir um processo eleitoral em 2009, será um governo que a União Europeia deve apoiar.

Em quarto lugar, a questão de Israel: colocar-se-ão duas questões importantes a seguir às eleições. Em primeiro lugar, o governo que tiver emergido das eleições, ou que venha a emergir da maioria resultante das eleições, tem a obrigação, no nosso ponto de vista, de prosseguir um processo de paz. Por isso, seja qual for o governo que resulte destas eleições, vamos continuar a trabalhar e fazer tudo o que for possível para garantir que este se consolide, trabalhe e contribua para a prossecução de um processo de paz, fazendo tudo o que estiver ao seu alcance para o concluir, na medida do possível, durante o ano de 2009.

Em quinto lugar, a questão dos colonatos, que, em nossa opinião, é absolutamente fundamental. Creio que os últimos dados publicados pelo próprio Governo de Israel sobre o estado dos colonatos em 2008 devem suscitar em nós um sentido de responsabilidade.

Queria dizer-vos que, em 2001, trabalhei com o então Senador Mitchell no famoso relatório que tem o seu nome; fui uma das quatro pessoas que trabalharam nesse programa. Gostaria, Senhoras e Senhores Deputados, que tivessem a amabilidade de voltar a ler esse relatório, publicado em 2001, no qual foram ditas coisas que, infelizmente, continuam a ser válidas hoje, por exemplo a respeito da questão dos colonatos. Se não formos capazes, na União Europeia, de tentar mudar a forma como os colonatos continuam a ser criados, dificilmente terá credibilidade qualquer iniciativa de paz. Portanto, esta questão tem de ser levada a sério. Temos de falar seriamente com os nossos amigos de Israel, de modo a garantir que a questão dos colonatos seja tratada de forma radicalmente diferente.

Por último, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: a Liga Árabe. A unidade entre os Estados árabes é vital. É essencial que cooperemos com todos os países da Liga Árabe para que a iniciativa de paz por esta assinada continue a vigorar. É fundamental que este processo de paz termine com uma reconciliação entre Palestínianos e Israelitas, mas também com uma reconciliação entre os Árabes e Israel. Portanto, apoiamos todos aqueles que estão a trabalhar para que a iniciativa de paz possa tornar-se uma realidade.

Vemos divisões profundas no seio da Liga Árabe; teremos de fazer tudo o que for possível, a nível diplomático, para evitar um aprofundamento destas diferenças e, ao invés, promover a reconstituição de um processo de harmonia e de cooperação no seio da grande família árabe.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como já referi, 2009 será um ano extremamente importante. Teremos de continuar a gerir a crise, levar ajuda humanitária e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir um cessar-fogo e assegurar a realização de negociações entre Israel e Gaza e entre o Egipto e Gaza. No entanto, Senhoras e Senhores Deputados, se não mudarmos a nossa mentalidade, passando de uma posição de gestão de crise para uma posição profundamente radicada na resolução do conflito, estaremos na mesma situação à qual, infelizmente, voltámos no início de 2009.

Senhor Presidente, espero que 2009, no final, com a cooperação de todos, seja um ano no qual possamos realmente resolver este enorme conflito que, infelizmente, pesa sobre nós há demasiado tempo.

Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, queria apenas referir novamente que no ano passado afirmámos claramente que o fracasso não era uma opção. Estávamos todos cheios de esperança no processo de Annapolis e tínhamos esperança num processo de paz. Infelizmente, a incursão militar em Gaza na sequência dos mísseis lançados contra Israel a partir de Gaza veio alterar a equação. Agora todos sabemos que existe uma série de elementos que é absolutamente necessário reunir para podermos voltar aos acordos de paz. Em todo o caso, uma coisa é certa: uma solução militar não é solução; neste ponto, concordo com todos vós. Portanto, seja qual for o custo, todos teremos de trabalhar para garantir a paz.

Os actores são muitos: na União Europeia, na comunidade internacional – sejam os Estados Unidos da América, a ONU ou a Rússia – mas também o são muitos dos nossos amigos e colegas árabes. Só posso fazer votos de que, quando o novo Governo de Israel for empossado, todos estes actores se queiram juntar para a paz. O nosso raciocínio é claro, mas teremos de esperar para ver se as emoções nos conduzirão ao caminho certo. No entanto, podem ter a certeza de que iremos trabalhar nesse sentido.

(Aplausos)

Presidente. – Foi apresentada uma proposta de resolução⁽²⁾ para encerrar o debate nos termos do n.º 2 do artigo 103.º do Regimento.

O debate está encerrado.

A votação realizar-se-á hoje.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Bairbre de Brún (GUE/NGL), por escrito. – (GA) A situação humanitária em Gaza é inaceitável. Oitenta e oito por cento da população tem necessidade de ajuda alimentar, há falta de suprimentos médicos essenciais nos hospitais, e milhares de toneladas de ajuda não podem ser transportadas para Gaza porque não é permitida a entrada do número de camiões suficientes.

Muitas pessoas em todo o mundo ficaram horrorizadas com o baixo nível da reacção internacional, quando mais de 1 000 palestinianos - incluindo mais de 300 crianças - foram mortos durante o recente ataque israelita a Gaza.

Uma estratégia pró-activa e a longo prazo da Europa e do novo Governo dos EUA deve incluir o direito dos Palestinos a um Estado sustentável - com base nas fronteiras existentes antes de 1967. Tem de suspender o estabelecimento de colonatos nos Territórios Ocupados e de demolir o muro do apartheid.

A segurança de Israel e de um Estado livre da Palestina tem de ser alcançada, mas há que pôr fim à situação em que Israel se serve da segurança como pretexto para destruir a vida de palestinianos inocentes e deve iniciar-se um verdadeiro processo de negociação.

A UE tem de cancelar o Acordo de Associação entre a União Europeia e Israel enquanto Israel não respeitar o direito internacional e o direito humanitário.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito. – Qual deveria ser (e não é) o "papel da UE no Médio Oriente"? Quais os princípios pelos quais se deveria pautar?

Exigência do fim da agressão e do desumano bloqueio imposto à população da Faixa de Gaza e assegurar o premente socorro humanitário à população palestiniana.

Condenação da brutal agressão, dos crimes, das violações dos mais elementares direitos humanos, do terrorismo de estado perpetrado por Israel contra o povo palestiniano, que nada pode justificar.

Inequívoca denúncia de que na Palestina há um colonizador e um colonizado, um agressor e uma vítima, um opressor e um oprimido, um explorador e um explorado.

Suspensão do Acordo de Associação e de qualquer reforço das relações bilaterais com Israel, como os que foram decididos no Conselho de Assuntos Exteriores da UE, de 8 e 9 de Dezembro.

Exigência do respeito do direito internacional e do cumprimento das resoluções da ONU por parte de Israel, do fim da ocupação, dos colonatos, do muro de segregação, dos assassinatos, das detenções, das inúmeras humilhações infligidas ao povo palestiniano.

Exigir e pugnar pelo respeito do inalienável direito do povo palestiniano a um Estado independente e soberano, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Leste!

No fundo, deixar de ser cúmplice da impunidade do colonialismo israelita.

Alexandru Nazare (PPE-DE), por escrito. – (RO) As recentes eleições em Israel e a nova Administração norte-americana oferecem a oportunidade de um novo começo para o processo de paz no Médio Oriente. Creio que os Estados Unidos devem enviar uma mensagem inequívoca de apoio ao novo governo de Tel Aviv mas devem simultaneamente deixar claro o que esperam dos seus parceiros israelitas relativamente às medidas necessárias para uma paz duradoura, o que inclui o encerramento dos colonatos na Margem Ocidental do Jordão, um apoio claro à solução da existência de dois Estados, e contribuir para evitar os excessos militares e as graves repercussões humanitárias que estes acarretam.

(2) Ver acta.

A abordagem da UE para o Médio Oriente deve basear-se em princípios fortes. O primeiro é a estreita cooperação com os Estados Unidos, sem a qual não conseguiremos uma solução de longo prazo para a região. O segundo é que a nossa abordagem deve visar evitar, tanto quanto possível, a violência de ambas as partes, condenando o extremismo palestino e as medidas excessivas tomadas por Israel, e apoiando as soluções de governação moderadas de ambas as partes que permitam facilitar o processo de paz.

Gostaria de expressar o meu apoio à resolução do Parlamento Europeu que foi votada hoje e que confirma o empenho da UE no processo de reconstrução da Faixa de Gaza e serve de base para os debates a realizar em Março, no Cairo, no âmbito da Conferência Internacional de Doadores.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), *por escrito*. – (RO) A democracia, a paz e o respeito pelos direitos humanos são valores fundamentais para a União Europeia, que tem o papel e a obrigação de os defender e promover tanto internamente como nas suas relações externas.

A situação que afecta a população da Faixa de Gaza é trágica e tem de ser resolvida urgentemente. A flagrante violação dos direitos humanos e das liberdades nesta região preocupa a União Europeia, tanto do ponto de vista das suas relações com Israel como do ponto de vista da segurança e da estabilidade no Médio Oriente.

A União Europeia tem de adoptar medidas urgentes para prestar assistência humanitária à população da Faixa de Gaza e, simultaneamente, pensar em medidas a médio e longo prazo para a promoção da paz, da segurança e da estabilidade na região.

Neste contexto, a UE deve intensificar os seus esforços diplomáticos para resolver os conflitos e incentivar o diálogo e a reconciliação na região. Ao mesmo tempo, não deve hesitar em impor fortes sanções contra quaisquer posições antidemocráticas ou violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE), *por escrito*. – (PL) Para se conseguir um acordo UE-Médio Oriente, a prioridade deverá, neste momento, continuar a ser a tentativa de restabelecimento da estabilidade e o apoio à realização do programa de paz na Faixa de Gaza.

A União Europeia deve, igualmente, fazer tudo o que estiver ao seu alcance para pôr termo ao conflito que tem provocado a morte de cidadãos inocentes. Além disso, os esforços devem concentrar-se na assistência à população, assegurando que esta dispõe do necessário para viver. A população da Faixa de Gaza consegue satisfazer apenas 60% das suas necessidades alimentares diárias, o que aumenta as dificuldades e o risco de doenças. A falta de água potável é um risco não menos importante do que a falta de alimentos. Penso não ser necessário mencionar a falta de cuidados de saúde ou a destruição de escolas e instituições públicas, o que está a dificultar substancialmente o restabelecimento da ordem e o regresso à normalidade.

Devemos ter presente que só quando muitos dos problemas básicos da vida quotidiana estiverem resolvidos é que nos poderemos concentrar no desenvolvimento económico do Médio Oriente e numa cooperação comercial estreita com a região. A União Europeia tem uma oportunidade de ajudar o mundo árabe e todos os países do Médio Oriente com vista à prosperidade da região, o que irá, por sua vez, criar um enquadramento para uma estreita cooperação entre o Médio Oriente e a UE.

15. Período de votação

15.1. Papel da União Europeia no Médio Oriente (votação)

- Antes da votação do n.º 5:

Pasqualina Napoletano (PSE). - (IT) Senhor Presidente, no início do n.º 5, depois da palavra "believes", deveria ser acrescentado o seguinte texto:

(EN) "entre outras coisas, com vista à Conferência Internacional de apoio à Economia Palestiniana para a Reconstrução de Gaza, a realizar no dia 2 Março de 2009 em Sharm el-Sheikh."

(A alteração oral é aceite)

- Antes da votação do Considerando F:

Pasqualina Napolitano (PSE). - (IT) Senhor Presidente, é a mesma alteração. Trata-se da referência à Conferência Internacional de Apoio à Economia Palestiniana, que terá lugar em Sharm el-Sheikh no dia 2 de Março, e que deveria ser acrescentada ao considerando.

(A alteração oral é aceite)

16. Boas-vindas

Presidente. – Foi-me pedido que desse as boas-vindas a uma delegação de visitantes da região do Piemonte que se encontra na galeria. Normalmente apenas damos as boas-vindas a delegações de países mas, como pretendemos estimular as regiões, farei uma excepção e apresentarei votos de calorosas boas-vindas à delegação do Piemonte.

17. Declarações de voto

Declarações de voto escritas

- Proposta de resolução B6-0100/2009 (Papel da União Europeia no Médio Oriente)

Nicodim Bulzesc (PPE-DE), por escrito. – (RO) Votei a favor da resolução do Parlamento Europeu sobre o papel da União Europeia no Médio Oriente porque concordo que precisamos de apoiar os planos de reconstrução da Faixa de Gaza.

Esta resolução visa a atribuição imediata de ajuda humanitária rápida e sem restrições, uma medida que é uma obrigação moral. A ajuda deve ser atribuída sem condições ou restrições. Está a ser pedido às autoridades israelitas que permitam um fluxo adequado e contínuo de ajuda humanitária, incluindo todo o material necessário para que as agências da ONU, tais como a UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Médio Oriente) e as organizações internacionais, possam desenvolver as suas actividades e dar resposta às necessidades da população.

Konstantinos Droutsas (GUE/NGL), por escrito. – (EL) Com a resolução do Parlamento Europeu sobre a ajuda humanitária a Gaza, a UE, imbuída do princípio que consiste em tratar de igual forma os israelitas que massacram e os palestinianos que resistem, tenta ocultar a sua enorme responsabilidade pelo massacre do povo palestiniano durante a criminosa invasão israelita da Faixa de Gaza que causou mais de 1 300 mortos, na sua maioria crianças, mulheres e idosos, e mais de 5 000 feridos. A destruição total de milhares de casas e das infra-estruturas sociais, juntamente com o isolamento económico total imposto por Israel, deixou a população palestiniana a viver em condições dramáticas e desumanas.

O evitar de toda e qualquer referência e condenação a Israel e às causas do drama do povo palestiniano confirma, mais uma vez, o apoio da UE à actuação criminosa de Israel, na sua tentativa de ganhar maior protagonismo nas lutas internas em escalada entre imperialistas no Médio Oriente.

Do que o heróico povo palestiniano necessita acima de tudo não é da caridade dos imperialistas. Necessita, sim, da criação de um Estado palestiniano independente e soberano com capital em Jerusalém Oriental, em conformidade com as resoluções da Nações Unidas sobre as fronteiras de 1967, e da solidariedade incondicional dos outros povos para com a sua luta.

Hélène Goudin e Nils Lundgren (IND/DEM), por escrito. - (SV) A situação na Faixa de Gaza é extremamente grave, uma vez que o actual conflito está a privar a população civil de alimentos, medicamentos e combustíveis. A situação é de tal forma grave que exige ajuda externa imediata. Por esse motivo votámos a favor da resolução.

Contudo, achamos que é profundamente lamentável – apesar de, infelizmente, não estarmos especialmente surpreendidos – que o Parlamento Europeu esteja, uma vez mais, a utilizar uma catástrofe para fazer avançar, de forma lenta mas segura, a sua posição.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito. – Após mais de 18 meses de desumano bloqueio, os 22 dias de brutal agressão israelita ao povo palestiniano na Faixa de Gaza causaram a morte de pelo menos 1 324 pessoas e mais de cinco mil feridos, grande parte dos quais são crianças. Mais de 100 000 pessoas foram deslocadas e mais de 15 000 habitações foram destruídas. Infra-estruturas básicas e serviços públicos essenciais foram destruídos ou desmantelados, colocando em causa a resposta às necessidades mais elementares da população palestiniana.

Face a este hediondo crime, o Parlamento Europeu não tem uma palavra de condenação de Israel.

Sem dúvida que é urgente a ajuda à população palestina. Sem dúvida que é necessário reconhecer o sofrimento da população palestina. No entanto é impreterível denunciar e responsabilizar o agressor. Pelo contrário, a resolução insiste no branqueamento da agressão israelita à Faixa de Gaza, escondendo-a no que designa por "conflito". Uma agressão que se insere na estratégia de esmagamento da legítima resistência do povo palestino à ocupação e de inviabilização das condições necessárias para a criação de um Estado palestino.

A UE, sempre tão expedita a invocar os direitos humanos, logo os "esquece" relativamente a Israel, que coloniza há mais de 40 anos os territórios palestinos da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Leste.

Flaviu Călin Rus (PPE-DE), por escrito. – (RO) Votei a favor da resolução do Parlamento Europeu, de 18 de Fevereiro de 2009, sobre a ajuda humanitária à Faixa de Gaza (B6-0100/2009), dada a grande necessidade de ajuda por parte da população civil, devido à situação criada nesta região.

Penso que se deveria efectuar uma avaliação das necessidades da população na Faixa de Gaza e dar início aos planos para a reconstrução desta zona.

18. Correções e intenções de voto: ver Acta

PRESIDÊNCIA: ONESTA

Vice-presidente

19. Relatório anual sobre a PESC (2007) - Estratégia Europeia de Segurança e PESD - Papel da NATO na arquitectura de segurança da UE (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta sobre os seguintes relatórios:

- (A6-0019/2009) do deputado Jacek Saryusz-Wolski, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre o relatório anual do Conselho ao Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) em 2007, apresentado ao Parlamento Europeu nos termos do ponto 43 da parte G do Acordo Interinstitucional de 17 de Maio de 2006 (2008/2241(INI));

- (A6-0032/2009) do deputado Karl von Wogau, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre a Estratégia Europeia de Segurança e a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) (2008/2202(INI)); e

- (A6-0033/2009) do deputado Ari Vatanen, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre o papel da NATO na arquitectura de segurança da UE (2008/2197(INI)).

Senhoras e Senhores Deputados, se não estão interessados neste debate, o nosso relator pede, em nome da dignidade do nosso trabalho - e com razão -, que, por favor, abandonem a sala em silêncio.

Jacek Saryusz-Wolski, relator. - (FR) Senhor Presidente, muito obrigado. Penso, com efeito, que a política externa da União Europeia merece alguma atenção.

(EN) Senhor Presidente, temos hoje um debate especial relativo a três relatórios importantes sobre política externa, segurança e defesa e as relações UE-NATO.

O nosso relatório anual sobre a política externa e de segurança comum (PESC) tornou-se um importante veículo através do qual o Parlamento expressa a sua visão estratégica da política externa da UE. No relatório deste ano decidimos concentrar-nos na elaboração e estruturação de políticas. Concentrámo-nos na necessidade de estabelecer um verdadeiro diálogo com o Conselho sobre os principais objectivos da política externa e de segurança comum da UE. Reconhecemos que está em curso e que pela primeira vez o relatório do Conselho se refere sistematicamente às resoluções adoptadas pelo Parlamento Europeu. Estamos gratos: é um verdadeiro sucesso. Contudo, exprimimos também o nosso desapontamento pela falta de empenhamento por parte do Conselho num diálogo pleno com as opiniões avançadas pelo Parlamento, bem como pela ausência de qualquer referência às resoluções em documentos operacionais, tais como acções conjuntas ou posições comuns.

Esperamos que o relatório anual do Conselho proporcione oportunidades para estabelecer um diálogo com o Parlamento, destinado a desenvolver uma abordagem mais estratégica à política externa e de segurança

comum. No nosso relatório, reiterámos os princípios mais importantes que devem estar na base da nossa política externa. Do nosso ponto de vista, a PESC deve ser apoiada e orientada pelos valores defendidos pela União Europeia e pelos Estados-Membros, nomeadamente a democracia, o Estado de direito, o respeito pela dignidade da pessoa humana, pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a promoção da paz e o multilateralismo efectivo.

Acreditamos que a União Europeia pode ter impacto, mas apenas se falar a uma só voz, e se estiver equipada com instrumentos apropriados, como os decorrentes do Tratado de Lisboa, e com um orçamento mais generoso. Só podemos empreender uma acção eficaz quando esta for legitimada tanto pelo Parlamento Europeu como pelos parlamentos nacionais, actuando nos seus respectivos níveis e de acordo com os seus próprios mandatos.

Para ser credível e corresponder às expectativas dos cidadãos da UE – e faço esta afirmação em vésperas de novas eleições para o Parlamento que vão decorrer muito em breve –, é preciso atribuir à PESC recursos em consonância com os objectivos e as metas específicas. Por isso lamentamos que o orçamento da PESC esteja tão subfinanciado, à semelhança do que se passou em anos anteriores.

No nosso relatório abordamos questões horizontais e geográficas. Em relação às questões horizontais, permitam-me enumerar as mais importantes que referimos: em primeiro lugar, a defesa dos direitos humanos e a promoção da paz e segurança nas áreas limítrofes da Europa e a nível global; em segundo lugar, o apoio a um multilateralismo efectivo e o respeito pelo direito internacional; em terceiro, o combate ao terrorismo; em quarto, a não proliferação de armas de destruição maciça e o desarmamento; em quinto, as alterações climáticas, a segurança energética e questões como a segurança cibernética.

Neste relatório fomos intencionalmente selectivos. Por conseguinte, concentramo-nos em algumas áreas prioritárias em termos estratégicos e geográficos, tais como os Balcãs Ocidentais, o Médio Oriente e Médio Oriente Alargado, o Sul do Cáucaso, a África e a Ásia e, obviamente, nas relações com o nosso parceiro estratégico, os EUA, bem como nas relações com a Rússia.

Este relatório devia ser analisado em conjunto e em complementaridade com relatórios mais pormenorizados do Parlamento. Não deverá ser uma tentativa de duplicação dos mesmos.

Gostaria de agradecer aos meus colegas desta Câmara, dos diversos grupos políticos, pela sua compreensão e excelente colaboração. Tentámos abordar quase todos os aspectos preocupantes e espero que o relatório venha a ser aprovado por uma maioria razoável do nosso Parlamento.

Por último, gostaria de dizer aos nossos parceiros do Conselho e da Comissão que esperamos que esta ocasião possa contribuir para desenvolvermos um diálogo estratégico mais profundo entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão, o qual conferirá maior legitimidade democrática ao duro trabalho que o Alto Representante Solana e a Senhora Comissária Ferrero-Waldner estão a empreender, tendo em vista uma maior cooperação no nosso triângulo.

Espero que venham a considerar que esta é uma possibilidade de desenvolvimento de mais sinergias, uma possibilidade de reforço da nossa voz comum – a voz de todos estes três actores – e de conferir maior legitimidade democrática e parlamentar ao nosso objectivo comum, especificamente: política externa, uma só voz, União Europeia.

Karl von Wogau, relator. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Alto Representante, Senhora Comissária, este relatório devia dar-nos uma oportunidade de analisarmos até onde chegámos na política de segurança e defesa da União Europeia, onde estamos agora e qual o papel que o Parlamento Europeu deve desempenhar neste contexto.

Ao fazê-lo, temos de constatar que até agora se realizaram 22 comissões de serviço no âmbito da política europeia de segurança e defesa, das quais 16 foram comissões de âmbito civil e 6 de âmbito militar. Tal significa que se deu uma ênfase muito grande ao aspecto civil das questões. É claro que esta vertente civil é completada com o controlo democrático funcional, uma vez que as operações civis no âmbito da PESD são financiadas pelo orçamento da UE e são, por conseguinte, *escrutinadas* pelo Parlamento Europeu. Existem outros aspectos que são financiados pelo orçamento da União Europeia e estão directamente relacionados com a política de segurança. São exemplos disso a investigação em matéria de segurança – 1,3 mil milhões de euros ao longo de 7 anos; o programa Galileu, em relação ao qual dizemos que existem aspectos de segurança – 3,4 mil milhões de euros; e o serviço GMES/Kopernikus, um projecto para o qual estão disponíveis mais mil milhões de euros. Dispomos também actualmente, e isto é uma situação nova, de legislação no Parlamento Europeu no domínio da segurança e defesa. Aprovámos uma directiva do Parlamento Europeu

e do Conselho relativa à transferência intracomunitária de equipamento de defesa e aos concursos públicos no domínio da segurança e da defesa. Trata-se de um importante primeiro passo nesta via.

Porém, a informação do Parlamento Europeu reveste-se de uma especial importância. Neste sentido, a nossa comissão especial, que tem também acesso a informação secreta, reveste-se de uma grande importância, tal como os debates regulares que efectuamos nesta comissão com o Representante Especial sobre estes assuntos. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Alto Representante e aos seus colegas a cooperação construtiva que tem sido desenvolvida.

Irei agora debruçar-me especificamente sobre os pontos deste relatório. O relatório apela à União Europeia para que defina de forma mais clara os seus próprios interesses em matéria de segurança. Falamos sempre dos interesses de segurança de cada um dos países mas também temos interesses de segurança comuns. A protecção dos nossos cidadãos dentro e fora da União Europeia, a paz nos nossos bairros, a protecção das nossas fronteiras externas, a protecção das nossas infra-estruturas de importância crítica, da segurança energética, da segurança das nossas rotas comerciais, da segurança dos nossos activos a nível mundial e de muitas outras coisas remete, na realidade, para interesses em matéria de segurança individual e colectiva da União Europeia.

Precisamos também de analisar quais são as reais ambições da União Europeia no que respeita à segurança e defesa. O projecto de relatório afirma muito claramente que não temos qualquer ambição em tornarmo-nos uma superpotência como os Estados Unidos. Também é deixado bem claro que nos devemos concentrar nas zonas geográficas circundantes da União Europeia. As nossas prioridades são os Balcãs – as principais missões da União Europeia –, o Norte de África, os conflitos congelados no Leste e o nosso contributo para resolver o conflito na Palestina. Temos de concentrar claramente a nossa atenção nestas áreas.

Sou forçado a constatar que, no final da Presidência francesa, o Conselho estabeleceu objectivos muito ambiciosos, nomeadamente a necessidade de adquirir capacidade para realizar determinadas operações em paralelo. Se é isso que pretendemos, necessitaremos de verbas para o efectuar e isso vai implicar a criação de um quartel-general autónomo e permanente em Bruxelas. Este é um primeiro pedido, muito claro, deste Parlamento. Houve uma maioria muito ampla a favor disto na comissão. Em segundo lugar, precisamos de ter em conta que os 27 Estados-Membros possuem 2 milhões de soldados ao seu dispor. 3% destes soldados deviam estar ao dispor da União Europeia de uma forma permanente, ou seja, 60 000 soldados. É por isso que o relatório apela também para que o Eurocorps esteja permanentemente ao serviço da União Europeia, um apelo que se dirige aos seis Estados-Membros que constituem o Eurocorps.

Fazemos depois declarações explícitas sobre as capacidades que precisamos de desenvolver. Os 27 Estados-Membros da União Europeia gastam 200 mil milhões de euros por ano com a defesa, e estes 200 mil milhões devem ser mais bem gastos do que o foram no passado. Não temos meios para reinventar a roda 27 vezes e, por conseguinte, estamos hoje a pedir-vos que garantam que, de futuro, o dinheiro da União Europeia e dos contribuintes que for gasto na defesa seja mais bem gasto do que no passado. Muito obrigado.

Ari Vatanen, relator. – (EN) Senhor Presidente, há 70 anos Chamberlain regressou de Munique a acenar com uma folha de papel e a dizer “paz para o nosso tempo”. Bom, todos nós sabemos como estava enganado e também sabemos que tomar os desejos por realidade é um substituto fatal para o realismo. Hoje, quanto a esta questão, temos de ser brutalmente honestos. A UE tem tido um êxito incrível no estabelecimento da paz. Os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial deram origem à UE.

Estou muito contente por Javier Solana estar hoje aqui presente porque finalmente temos este número de telefone para a UE. Javier Solana tem este número, solicitado por Kissinger há anos atrás.

Mas que tipos de meios facultamos nós, os Estados-Membros e os políticos, a Javier Solana? A questão é esta.

Temos agora uma crise financeira que não nos caiu em cima vinda do céu. Foi, em grande parte, auto-infligida. Estamos a falar dos activos tóxicos dos bancos e do modo como temos de os eliminar. Talvez seja também a altura de perguntar: o que são esses activos tóxicos e quais são os obstáculos para o nosso processo de estabelecimento da paz, que é a razão da nossa existência?

Temos de avançar – a UE tem de progredir neste processo de estabelecimento da paz. O mundo está a transformar-se muito rapidamente à nossa volta. O maior obstáculo reside simplesmente na nossa falta de visão. Somos políticos do dia-a-dia, de vistas curtas. A imobilidade é o nosso grande problema. O mundo está em transformação à nossa volta, mais rápido do que a nossa capacidade de reacção. Qual é o resultado de políticas de segurança ineficazes e deficientes? O sofrimento humano, mortos, mutilados e atrocidades.

Mesmo que haja pessoas que não votem em nós, temos de nos preocupar com elas porque são nossos irmãos e irmãs na família humana.

Em 2 de Abril de 1917, o Presidente Wilson afirmou: "um acordo de paz só pode ser mantido por uma parceria de nações democráticas". O Presidente Wilson foi galardoado com um Prémio Nobel – que mereceu muito mais do que Al Gore.

Nós, na UE, não temos consciência dos tipos de instrumentos de que dispomos na nossa composição multifacetada de 27 países. Este facto proporciona-nos um instrumento único para o estabelecimento da paz. Talvez haja quem não goste dos Franceses, outros não gostam dos Alemães e talvez até haja quem não goste dos Finlandeses – mas eu acho que todos gostam dos Finlandeses! – mas, quando estamos juntos, os 27 países, ninguém pode dizer que odeia a UE. Portanto, esta capacidade única de que dispomos, permite-nos ir a qualquer local de crise e fazer de médico ou árbitro. Mas sem a capacidade militar, sem credibilidade militar, somos como um cão que ladra mais do que morde. Temos idealismo, mas não nos dotamos dos meios necessários para atingir os nossos objectivos.

É chegado o momento de malhar o ferro enquanto este está quente: *Il faut battre le fer tant qu'il est chaud*, como se diz em francês. Agora, Obama é o novo Presidente dos Estados Unidos e ele dá valor à Europa – diz que somos aliados importantes. O que temos a fazer? Temos de nos organizar.

94% da população europeia já está integrada na NATO e apenas 6 % está de fora. Por que não utilizamos esta vantagem com maior eficiência? Temos essa obrigação para com os povos, porque é nosso dever aliviar o sofrimento humano, é nosso dever ético e é também do nosso interesse a longo prazo. Só seguindo os passos dos nossos antepassados nos será possível mantermo-nos fiéis à herança da UE e tornar inconcebível o inevitável – e é este o significado do estabelecimento da paz.

Javier Solana, Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum. – (EN) Senhor Presidente, agradeço uma vez mais o seu convite para este importante debate sobre a PESC. Penso que se está a tornar uma tradição realizar, uma vez por ano, este debate e estou muito satisfeito por participar. Quero agradecer aos três relatores, os senhores deputados Saryusz-Wolski, von Wogau e Vatanen pelos seus relatórios. Neles encontrei muitas coisas que se fazem eco do que pensamos e fazemos. Tomei nota de muitas das questões referidas nos relatórios e espero que venham a desempenhar um papel na actualização do nosso pensamento, com a vossa cooperação.

Ao falar agora, no início de 2009, no Parlamento Europeu, recordo-me do ponto em que estávamos há 10 anos atrás, em 1999. Foi efectivamente nessa altura que começámos a trabalhar na PESC. E quando olho para o ponto em que estamos actualmente e o comparo com o ponto em que estávamos no dia em que iniciámos o trabalho na PESC, vejo que fizemos imensos progressos. Ninguém pode deixar de ver aquilo que foi alcançado.

Como foi mencionado, mais de 20 operações, civis e militares, decorreram ou estão a decorrer em quase todos os continentes, da Europa à Ásia, do Médio Oriente à África. Milhares de homens e mulheres europeus estão envolvidos nestas operações, desde militares a polícias, desde guardas fronteiriços a observadores, desde juízes a promotores de justiça, um grande conjunto de pessoas a fazer o bem em prol da estabilidade mundial.

Penso que esta é a maneira europeia de fazer as coisas. Uma abordagem abrangente em matéria de prevenção de crises e de gestão de crises; uma caixa de ferramentas grande e diversificada onde se pode ir buscar o que for preciso; uma capacidade de resposta rápida; tentar ser o que devemos ser, um actor global, em conformidade com o que nos é solicitado por países terceiros. Obviamente, se o Tratado de Lisboa vier a ser ratificado, e espero que o seja, seremos, sem dúvida alguma, muito mais eficazes.

Gostaria de agradecer ao Parlamento o apoio que obtive ao longo dos últimos anos, a boa cooperação que os representantes dos cidadãos da União Europeia sempre me concederam. Sem o empenho, sem a compreensão, sem o apoio não só dos membros desta distinta Câmara como também dos cidadãos da União Europeia, através de outros mecanismos, nomeadamente os seus próprios parlamentos, seria muito difícil assumir o papel que tentamos desempenhar com todas as operações em que estamos empenhados e com o número de cidadãos da União Europeia que nelas estão envolvidos.

A PESC é mais do que um instrumento. A PESC tem a ver com os nossos valores, os vossos valores, os valores dos nossos povos. Sinto-me realmente ligado a estes valores que estão representados no âmago de todos os 27 Estados-Membros da União Europeia: direitos humanos, o Estado de Direito, o direito internacional e o multilateralismo efectivo; todas estas palavras e conceitos serão provavelmente uma representação construtiva

daquilo que nós somos. Mas a PESC ajuda também a moldar a nossa cooperação internacional entre os Estados-Membros da União Europeia. Ao trabalharmos em conjunto, ao actuarmos em conjunto, definimos quem somos. E assim a PESC é também uma forma de a União Europeia continuar todos os dias a definir-se a si mesma.

Julgo que o que disse terá eco junto do Presidente da Comissão dos Assuntos Externos. Isto é realmente aquilo que fazemos e aquilo que para aqui estamos: valores e acção e, ao mesmo tempo, a construção da União Europeia. Actuamos por causa daquilo que somos e aquilo que somos é moldado pelas nossas acções. Penso que é um conceito importante a reter.

A Estratégia de Segurança de 2003 foi um documento base que nos permitiu traçar o caminho futuro. Os três relatórios fazem referência a esse documento. Como sabem, actualizámos o documento em colaboração com a Comissão e o Parlamento, em 2008. Este documento não substitui o documento de 2003, mas reforça-o certamente, e actualiza-o, integrando as ameaças e os desafios que enfrentamos no mundo em que hoje vivemos, desde as alterações climáticas até ao terrorismo, da segurança energética à pirataria.

Permitam-me que diga uma palavra acerca da pirataria porque está relacionada com a nossa mais recente operação, Atalanta. Gostaria de sublinhar que pela primeira vez a PESC se envolveu numa operação naval. Trata-se de um passo em frente significativo; ter este tipo de operação representa um passo significativo na direcção certa. Esta operação naval contra a pirataria é comandada a partir de um quartel-general operacional europeu situado no Reino Unido; envolve um número significativo de países e existe um número significativo de países terceiros que deseja participar. Hoje almocei com o Ministro dos Negócios Estrangeiros suíço que manifestou o desejo da Suíça de participar nesta operação, na medida em que partilham das nossas preocupações em relação à pirataria. Isto é muito importante. Provavelmente pensam, e eu concordo convosco, que esta operação no mar é muito importante, mas que os problemas em terra também têm de ser resolvidos, tanto como os problemas no mar.

Gostaria de dizer uma palavra sobre estruturas – estruturas internas relacionadas com a PESD. Como sabem, no último mês da Presidência francesa, trabalhámos num documento para reorganizar e estabelecer algo que me é muito caro. É algo que tentei concretizar desde o princípio e dispomos agora do apoio para o fazer, nomeadamente desenvolver uma capacidade de planeamento estratégico, simultaneamente civil e militar. É esta a abordagem moderna da gestão de crises. Penso que somos relativamente novos nestas acções e, por esse motivo, podemos ser ainda mais eficientes, mais flexíveis e mais capazes do que outros de nos adaptarmos às novas realidades. Penso que o que estamos a fazer, designadamente ter a cooperação militar e civil ao nível do planeamento estratégico, é muito importante.

Devo dizer, e espero que concordem comigo, que a acção militar isolada não consegue resolver os conflitos actuais. A acção civil não é possível sem um ambiente seguro. É este o equilíbrio que temos de encontrar e é isto que estamos a ver em todo o lado no Médio Oriente, no Afeganistão, para onde quer que se olhe. É um conceito muito importante de simbiose entre os aspectos políticos, civis e de segurança das nossas vidas.

Tal como os três relatores afirmaram com muita eloquência, necessitamos de capacidades. Sem capacidades temos apenas documentos e só com documentos não resolvemos conflitos.

Este aspecto foi bastante realçado no Conselho Europeu de Dezembro e gostaria de agradecer aos três relatores por terem esclarecido este ponto. Por vezes, temos problemas com a constituição de forças e isto é algo que é muito importante saberem. Sem uma constituição de forças mais rápida, seja policial, de promotores de justiça ou de militares, será muito difícil agir ao ritmo e à velocidade que são necessários para a gestão de uma crise.

Permitam-me uma palavra sobre as relações NATO-União Europeia, visto que foram abordadas no relatório do senhor deputado Vatanen. Como sabem, temos um quadro de cooperação que designamos por "Berlim Mais". Porém, nem todas as operações que realizamos em nome da União Europeia se inscrevem neste quadro para a cooperação com a Aliança do Atlântico Norte. Temos ainda problemas, como sabem, porque esta relação não ainda foi capaz de ultrapassar algumas das dificuldades com que nos deparamos com a cooperação efectiva nas operações com a NATO, que não se inscrevem no quadro de cooperação Berlim Mais. Temos problemas no Kosovo que ainda não foram resolvidos e temos problemas no Afeganistão. Temos muita esperança de durante a preparação da cimeira da NATO sermos capazes de resolver estes problemas.

Permitam-me dizer uma palavra sobre o Afeganistão. Não há dúvida nenhuma de que esta vai ser uma das mais importantes questões com que nos vamos defrontar em 2009. Já pudemos ver a posição do Presidente Obama neste teatro – Afeganistão-Paquistão –, e a nomeação de um representante especial. Temos de mostrar

resultados e temos de o fazer de uma forma sensata. Será necessário um maior empenhamento. Isto não quer necessariamente dizer um empenhamento militar, mas temos de nos empenhar de uma forma mais eficiente e mais coordenada entre nós e com os outros, nomeadamente os Estados Unidos, a comunidade internacional em geral, as Nações Unidas. Já tive oportunidade de me reunir com Richard Holbrooke por diversas vezes e com o general Petraeus. Nas próximas semanas, vamos reexaminar este conceito e será muito bom se, por essa altura, estivermos prontos a responder de uma forma construtiva a um problema muito importante no qual estamos empenhados, ou seja, a União Europeia e os Estados-Membros estão empenhados, e penso que devemos manter este empenhamento.

Poderíamos falar horas seguidas sobre muitas outras questões – energia, não proliferação, podem escolher o tema, mas julgo que o mais importante é o facto de termos este acordo fundamental nos três relatórios apresentados hoje, sobre o que temos estado a fazer ao longo do último período. Gostaria de terminar dizendo que agradeço muito a vossa cooperação. Muito obrigado a todos que trabalham comigo mais intensamente em alguns dos dossiers específicos em que estamos envolvidos. Conforme referi, penso que o modo como actuamos na cena internacional, em nome da União Europeia, irá também definir quem somos. Neste ponto, é muito importante fazermos melhor, porque pretendemos ser melhores.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, congratulo-me com esta oportunidade para, uma vez mais, participar neste debate abrangente sobre questões relacionadas com a política externa e de segurança.

Permitam-me que felicite os relatores dos três relatórios, que constituem a base do debate de hoje. Gostaria de dizer que os serviços do Alto Representante Javier Solana e os meus serviços trabalharam muito bem em conjunto no relatório sobre a Estratégia Europeia de Segurança (EES), o que, penso, está espelhado no resultado. O relatório reflecte bem os novos desafios de segurança que a UE enfrenta, apresentando uma definição abrangente de segurança.

Permitam-me que comece por dizer algumas palavras sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Os relatórios que hoje temos em mãos e o relatório sobre a Estratégia Europeia de Segurança concluem todos que a União Europeia pode fazer a diferença caso todos trabalhem em conjunto para assegurar que disponhamos de uma política totalmente coerente, uma política que abarque a PESC, a dimensão comunitária e, evidentemente, as acções por parte dos Estados-Membros. Precisamos não só de falar a uma só voz, como também de actuar em conjunto de forma coerente e coordenada.

Isso exige reunir o melhor pacote possível de instrumentos políticos da UE, desde as operações da PESD às medidas de prevenção de conflitos e resposta a crises passando pelo Instrumento de Estabilidade, a assistência humanitária ou os instrumentos ligados à democracia e aos direitos humanos. Permitam-me que dê alguns exemplos: Afeganistão, Geórgia, Kosovo e Chade podem mostrar como traduzimos essa combinação na prática.

No Afeganistão, atribuímos um lugar de proeminência à reforma do sector da segurança e à governação no âmbito da nossa estratégia geral de assistência. A Comissão embarcou, desde 2007, num novo programa de reforma do sector da justiça. Quanto ao policiamento, a missão EUPOL do Conselho procede a acções de tutoria e formação no terreno, enquanto a Comissão apoia a polícia nacional afegã através do Fundo Fiduciário de Manutenção da Ordem Pública (LOTFA). A Comissão é igualmente o principal tesoureiro no que se refere aos custos de operação da polícia afegã – mais de 200 milhões de euros de 2002 até à data.

Na Geórgia, concedemos apoio financeiro adicional pós-conflito. Até à data, foi concedido ao Governo um total de 120 milhões de euros – do total de um pacote de 500 milhões de euros de 2008 a 2010. Esta assistência extraordinária da CE contribuiu para evitar uma crise humanitária de grandes proporções.

No Kosovo, a Comissão tem desempenhado o seu papel, apetrechando em tempo útil a Missão EULEX Kosovo com pessoal e equipamento. Para além da assistência em curso, elaboraremos ainda este ano um estudo que deverá identificar os meios com vista à promover o desenvolvimento político e socioeconómico do Kosovo, bem como o seu progresso rumo à integração na União Europeia.

No Chade, empregámos um total de 311 milhões de euros ao abrigo do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento. Neste país, o nosso objectivo é contribuir para a redução da pobreza e para facilitar o desenvolvimento económico. As nossas prioridades são a boa governação, incluindo o poder judicial, a polícia, as infra-estruturas e o desenvolvimento rural. Para além disso, apoiamos a formação de 850 polícias do Chade pela missão MINURCAT da ONU, através do Instrumento de Estabilidade com 10 milhões de

euros. Estamos igualmente a facilitar o regresso voluntário de cidadãos do Chade internamente deslocados e refugiados, proporcionando 30 milhões de euros em assistência humanitária.

Penso que esta é a abordagem correcta, e é preciso que seja sistematicamente prosseguida sempre que a UE enfrenta uma nova crise.

Esta flexibilidade no nosso pacote de políticas é salientada no relatório sobre a Estratégia Europeia de Segurança, de Dezembro último, e referida nos três relatórios em apreço. No relatório sobre a EES refere-se com pertinência que as ligações entre as políticas internas e externas se tornaram mais fortes, o que é evidentemente essencial quando pensamos em questões como a segurança energética e as alterações climáticas, ou nos centramos na conexão entre a segurança e o desenvolvimento e no reconhecimento da importância da redução da pobreza de longa duração como forma de diminuir as ameaças à segurança.

No relatório reconhece-se a necessidade de uma melhor comunicação com os nossos cidadãos sobre os aspectos ligados à segurança, que para estes constituem uma particular preocupação, de molde a mantermos seu apoio para o nosso envolvimento a nível mundial, e salienta-se que tudo o que a UE tem feito no campo da segurança assenta nos nossos valores e princípios e tem estado ligado aos objectivos da ONU. É preciso que continuemos a fazer passar esta mensagem junto das populações, também a respeito de questões como o terrorismo, e é preciso afirmar que a nossa actuação assenta firmemente no respeito pelos direitos humanos e pelo direito internacional.

Reconhecemos igualmente o papel da sociedade civil, das ONG e das mulheres na construção da paz, reflectindo assim uma abordagem verdadeiramente europeia.

Foi com satisfação que registei que o relatório do PE sobre a EES salienta a necessidade de uma aplicação eficaz das resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as mulheres e os conflitos.

Passando agora à energia, a este respeito, a crise do gás que este ano afectou a UE não teve precedentes. No que se refere à segurança energética, é evidente que é preciso aprender com essas lições. Está agora bem patente, por exemplo, a necessidade de um mercado europeu da energia que funcione, de projectos de interconexões e infra-estruturas, de mecanismos de desenvolvimento que permitam fazer face às crises de abastecimento e de a UE dispor de uma forte política externa em matéria de energia, e apoiamos essa abordagem.

O relatório exorta a que a União Europeia assuma um papel mais significativo na sua vizinhança, porém não me deterei agora neste assunto.

As nossas relações com a Rússia, que ultimamente têm vindo a ser postas à prova, desempenham um importante papel e possuem um enorme impacto em matéria de segurança.

As relações transatlânticas permanecem fundamentais para a nossa segurança comum, e em breve trabalharemos com o Presidente Obama a respeito de questões de elevada prioridade.

Permitam-me que conclua com algumas palavras a respeito de um aspecto específico da contribuição da Comissão para a resposta da UE às crises, a saber, o Instrumento de Estabilidade. Os primeiros dois anos do novo instrumento tiveram êxito, em termos, quer de execução do orçamento, quer de qualidade operacional, quer ainda de coordenação política com o Conselho e o Parlamento. Em 2007 e 2008, foram concedidos 220 milhões de euros para 59 acções em todo o mundo, tendo a principal fatia sido destinada a África, seguida da Ásia e do Médio Oriente, do Kosovo e da Geórgia. As nossas prioridades para 2009 incluirão certamente, como já o referiu Javier Solana, o Afeganistão, o Paquistão e o Médio Oriente.

Permitam-me que diga que, através do Instrumento de Estabilidade e em estreita cooperação com o Secretariado do Conselho, estamos envolvidos numa série de actividades, participando cada vez mais na formação de pessoal para trabalhar em missões na área dos contratos públicos e da administração financeira, bem como na formação em questões relacionadas com a PESD de equipas de resposta na área civil. Formámos 600 especialistas policiais na gestão civil de crises em conformidade com as normas de formação da ONU, pelo que a robustez, a flexibilidade e a interoperabilidade dos elementos policiais da UE foram reforçadas.

Gostaria de acrescentar – e penso tratar-se de um aspecto importante, por exemplo a respeito do Afeganistão – que precisamos igualmente de assegurar que os termos e condições de serviço para pessoal destacado e pessoal contratado dos Estados-Membros sejam suficientemente atractivos para que um número suficiente de candidatos qualificados se apresente para as nossas missões. Penso que teremos de trabalhar nesse sentido.

Isto significa que o nosso contributo para a gestão de crises é cada vez mais procurado e que as expectativas face ao que a UE pode fazer são elevadas. Mas tentaremos dar resposta e estar à altura dessas expectativas.

Valdis Dombrovskis, *relator de parecer da Comissão dos Orçamentos*. – (LV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em relação ao relatório anual (2007) sobre os principais aspectos e opções fundamentais da política externa e de segurança comum, gostaria de salientar algumas das questões importantes do ponto de vista da Comissão dos Orçamentos. Em primeiro lugar, gostaria de falar sobre a transparência das despesas orçamentais relativas à política externa e de segurança comum. Causa uma certa preocupação a prática aplicada pela Comissão Europeia de transportar para o ano seguinte as dotações não utilizadas do capítulo da política externa e de segurança comum, as quais a Comissão Europeia considera serem receitas atribuídas. A Comissão dos Orçamentos solicitou à Comissão informações sobre esta prática financeira e recomenda que a questão seja examinada numa das regulares reuniões sobre política externa e de segurança comum. Em segundo lugar, gostaria de debater a questão da transferência de dotações entre diferentes rubricas orçamentais no âmbito da política externa e de segurança comum. Certamente que aqui precisamos de ter uma certa flexibilidade, a fim de poder reagir rapidamente a crises em países não pertencentes à UE. A Comissão poderia, no entanto, melhorar a transparência e, conseqüentemente, o controlo democrático no domínio da política externa e de segurança comum, informando o Parlamento em tempo útil sobre transferências internas. Isto é particularmente importante porque a maioria das missões de política externa e segurança comum, tais como, em particular, a Missão de Vigilância da União Europeia na Geórgia e a EULEX no Kosovo, são sensíveis a nível político. Em terceiro lugar, em relação às reuniões regulares de política externa e de segurança comum realizadas nos termos do Acordo Interinstitucional de 17 de Maio de 2006 sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira, a Comissão dos Orçamentos considera que estas reuniões poderiam ser aproveitadas de forma muito mais eficaz através da avaliação das medidas previstas na esfera da política externa e de segurança comum e das estratégias a médio e longo prazo em países não pertencentes à UE, assim como também pela preparação de uma posição de autoridade orçamental antes da reunião de conciliação. Obrigado pela vossa atenção.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (ES) Senhor Presidente, quero agradecer aos três relatores do Parlamento Europeu – os senhores deputados Saryusz-Wolski, von Wogau e Vatanen – os seus relatórios e sublinhar, tal como a Comissária Ferrero-Waldner e o Alto Representante Javier Solana já o fizeram, o facto de os mesmos representarem um contributo importante do Parlamento para a tarefa de desenvolver uma política externa de segurança e de defesa forte, visível e eficaz. Esta política deve garantir a defesa dos nossos interesses no mundo, bem como proteger e dar segurança aos nossos cidadãos. Deve contribuir para pôr em marcha uma União Europeia que dê o seu contributo para um multilateralismo eficaz e, sobretudo, Senhor Presidente, deve contribuir para que o respeito dos direitos humanos e dos valores democráticos prevaleçam em todas as partes do mundo.

Creio que podemos ver, a partir do Tratado de Lisboa e das notícias que nos chegam hoje da República da Irlanda – onde as sondagens apontam para uma percentagem de 60% a favor ao Tratado de Lisboa – e da República Checa – com a ratificação do Tratado pelo parlamento checo –, que a União Europeia está a atingir a maturidade em termos da sua política externa e de segurança. Sobretudo, isto deve contribuir também para que os nossos governos pensem de uma forma mais europeia no momento de enfrentar as crises.

Creio que a União Europeia tem de desenvolver as suas próprias considerações estratégicas – isto é evidente e está contemplado na nova estratégia de segurança –, mas sem esquecer que o vínculo transatlântico está inscrito no código genético da União Europeia. Os Estados Unidos, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte, têm sido o garante da segurança na Europa e, por enquanto, ainda não existe alternativa a esse vínculo.

Além disso, creio que a Europa só poderá constituir-se como "potência" se o fizer afirmando-se não contra aos Estados Unidos, mas ao lado dos Estados Unidos, como dois parceiros que partilham a mesma visão do mundo e que se respeitam mutuamente. Isto não quer dizer, evidentemente, que a União Europeia tenha de passar um cheque em branco aos Estados Unidos; temos de defender os nossos interesses e os nossos valores sempre que considerarmos oportuno. Os Estados Unidos têm também de aprender a respeitar as posições da União Europeia, porque, tal como o trabalho desenvolvido pela Comissária Ferrero-Waldner e pelo Alto Representante Javier Solana demonstra, somos uma instituição capaz de ser respeitada internacionalmente e que possui uma importante capacidade de diálogo em todas as regiões do mundo.

Helmut Kuhne, *em nome do Grupo PSE*. – (DE) Senhor Presidente, não se aplica ao Conselho mas nós, aqui no Parlamento, e conseqüentemente também na Comissão, estamos a aproximar-nos da recta final desta legislatura. Por esse motivo, parece-me fazer sentido agirmos não apenas como o contabilista que faz o

balanço dos progressos da política europeia de segurança e defesa mas também numa capacidade muito mais fundamental.

Tenho de admitir que estou absolutamente dilacerado entre duas formas de analisar esta questão. Arranco os cabelos quando temos que lidar com as necessidades do dia-a-dia, quando uma missão ameaça falhar por falta de seis helicópteros, quando não existe qualquer vontade política nas várias capitais ou quando há divergências sobre projectos tecnológicos.

No entanto, quando encaro as coisas numa perspectiva histórica tudo parece diferente, e o Alto Representante Solana realmente merece bastantes elogios neste domínio. Deve recordar-se que a política europeia de segurança e defesa existe apenas há cerca de dez anos e que o documento sobre a estratégia de segurança foi apenas elaborado em 2003. Partindo de uma tal base, os progressos obtidos foram realmente bastante bons de um ponto de vista histórico. Como optimista histórico que sou, escolho o último ponto de vista em caso de dúvida.

O segundo ponto que eu, enquanto social-democrata, gostaria de abordar está relacionado com algo pelo qual nem a União Europeia nem a NATO são responsáveis, mas que nos afecta a todos enquanto europeus e que diz respeito aos acontecimentos relacionados com o sistema de defesa antimíssil a instalar na Polónia e na República Checa. Enquanto social-democratas, estamos muito satisfeitos por saber que aspectos que referimos estão agora a ser postos em prática em virtude das mudanças ocorridas nos Estados Unidos.

Sempre dissemos que não faz sentido apressar a decisão de instalar este equipamento, pois de momento não existe qualquer ameaça, por exemplo do Irão. Hillary Clinton disse na semana passada que novas decisões da parte americana serão encaradas no contexto do que ocorrer no Irão. Joe Biden disse que tal dependerá das capacidades técnicas e de considerações financeiras. Eis afirmações com as quais nos congratulamos. Pelo menos não iremos ser a última brigada condenada e abandonada sob a bandeira deste sistema de defesa antimíssil.

Annemie Neyts-Uyttebroeck, em nome do Grupo ALDE. – (NL) O debate de hoje, baseado nos três relatórios, prova que, ao contrário do que pretendem muitos europessimistas e eurocépticos, a política europeia de segurança e de defesa e a política externa europeia estão, de facto, a tomar cada vez mais forma e a dar mais sinais de consistência. Isto foi profusamente demonstrado pelos oradores que me precederam.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer aos três relatores o modo como, ao elaborar os seus relatórios, tomaram em consideração as opiniões dos relatores-sombra liberais. Estamos satisfeitos com o facto de muitas das nossas opiniões se reflectirem nestes relatórios. É um pouco lamentável, em minha opinião, que, no que diz respeito ao relatório sobre o papel da Nato elaborado pelo senhor deputado Vatanen, que se esforçou por ter em consideração o maior número possível de opiniões e abordagens, o Grupo Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus e o Grupo dos Socialistas no Parlamento Europeu tivessem apresentado alterações no último minuto, como se os dois grupos pretendessem pôr o seu carimbo no relatório.

Não obstante, vamos apoiá-lo, porque acreditamos – e isto refere-se ao relatório – que ele realça os aspectos positivos, além de mostrar suficiente realismo. Reconhece-se, por exemplo, se bem que de modo elegante, que, decididamente, existe concorrência entre a União Europeia e a NATO. Habitualmente, coisas deste tipo são absolutamente ignoradas, muito embora esta seja a realidade.

Em segundo lugar, foi aceite a alteração apresentada pelo senhor deputado Duff e por mim própria, em que explicamos de modo claro em que consistem as dificuldades causadas na NATO e na União Europeia pelas respectivas atitudes da Turquia, da Grécia e de Chipre. Geralmente, não vamos muito além de alusões elegantes.

Finalmente, apela-se à complementaridade entre as estratégias da União Europeia e da NATO, relativamente à defesa e à segurança, coisa que, Senhoras e Senhores Deputados, é absolutamente essencial.

Konrad Szymański, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhor Presidente, a visão liberal da história prevista na década de 1990 revelou-se uma fantasia. Temos direito a sentirmo-nos cada vez mais isolados. Como tal, não há alternativa à cooperação entre a União Europeia e a NATO. Não há alternativa ao crescente envolvimento da Europa e dos Estados Unidos nas questões de segurança internacional. Caso contrário, os princípios da ordem internacional serão *de facto* ditados pela Coreia, pelo Irão ou pelos terroristas do Hamas.

Questões como a energia, as matérias-primas, a pirataria e a segurança da Internet, exigem especial atenção. Recentemente, na Polónia, aprendemos que uma melhor coordenação no resgate de reféns é outro grande problema. No entanto, o facto de as decisões serem tomadas em conjunto não significa que estas serão

necessariamente boas. Como tal, não sobrestimaria o papel do Tratado de Lisboa. As limitações à nossa eficácia encontram-se nas capitais europeias. É aí, e não nos procedimentos, que devemos procurar a vontade política para levar a cabo uma política internacional conjunta.

Angelika Beer, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, constata-se que, em anos recentes, se verificou uma rápida evolução na política externa e de segurança europeia. Devemos, no entanto, assegurar-nos de que se verifica uma evolução e mudança igualmente rápidas em relação às ameaças e crises de qualquer tipo.

O meu grupo opõe-se a uma avaliação apressada do nosso próprio trabalho. É por isso que também não estou preparado para discutir os relatórios que aqui temos hoje. O senhor deputado Saryusz-Wolski elaborou um relatório sólido e que iremos apoiar. Posto isto, o dilema estratégico é claro. O Alto Representante Solana está absolutamente certo quando nos diz que a cooperação europeia deve ser reforçada a um nível estratégico. Mas primeiro, e sobretudo, aquilo por que devemos pugnar, e que temos de apresentar, é uma estratégia europeia comum na política externa e de segurança, e isto é algo que ainda não possuímos.

Digo isto porque estamos numa encruzilhada histórica. Estes relatórios – e sobretudo o do senhor deputado Vatanen – sobre a NATO tropeçam à sombra do novo Governo dos Estados Unidos. O senhor deputado Vatanen declinou lidar com a questão do desarmamento nuclear – que iremos votar mais uma vez amanhã – no seu relatório. Então sobre o que é que estamos afinal a falar?

Irei agora abordar o relatório do senhor deputado von Wogau. Este relatório vem debater um novo conceito, as SAFE. Trata-se de um simpático truque com as palavras *Synchronised Armed Forces Europe* (Forças Armadas Sincronizadas Europeias) mas tal conceito simplesmente não existe. Mais ainda, não vemos por que razão haveríamos de o apoiar quando ele não está simplesmente sobre a mesa. O senhor deputado von Wogau negligenciou debater no seu relatório a segurança humana. O meu grupo insiste em que a União Europeia deve estabelecer claramente este objectivo em termos de política internacional. O senhor deputado não se assegurou de que falaríamos sobre a parceria para o reforço da paz ou o desenvolvimento de uma força civil de manutenção da paz. Por estas razões acho que posso dizer que este relatório é completamente desadequado se tivermos a convicção de que a Europa deve agir agora, nos próximos meses e a partir de hoje, e este entendimento ficou claro na conferência sobre segurança em Munique.

Temos uma janela de oportunidade após as eleições nos Estados Unidos e não sei quanto tempo ela irá permanecer aberta. Como Europeus, devemos agora formular os nossos interesses estratégicos e incorporá-los na Aliança, na NATO, assim como estabelecer as nossas definições de segurança no que se refere à Rússia, tal como salientou a Senhora Comissária Ferrero-Waldner. De outro modo, o que acontecerá é que, daqui a alguns meses, a Administração dos Estados Unidos irá ter uma perspectiva de mais longo prazo do que a União Europeia, e decidirá, em conversações bilaterais com a Rússia, posições cruciais em matéria de estratégia de segurança sem que o poder da Europa – o poder político, o poder de prevenção de conflitos – seja capaz de exercer alguma influência nesta restabilização da política de segurança transatlântica.

É por esta razão que apelo a vós e a outros para deixarmos verdadeiramente para trás as velhas percepções da Guerra Fria e escolhermos um dos dois campos, de modo a podermos avançar em consonância com essa escolha. A Europa tem perante os seus cidadãos a obrigação de criar agora uma parceria de segurança que proporcione paz, e não o inverso.

Tobias Pflüger, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, os relatórios dos deputados von Wogau e Vatanen são explícitos e claros e levam-nos ainda mais longe na militarização da União Europeia. Os relatórios requerem uma transformação de facto da UE numa potência militar. O relatório do senhor deputado von Wogau sobre uma estratégia europeia de segurança requer umas "forças armadas europeias integradas". Não partilhamos da opinião de que é este o caminho em que devemos avançar. Mais ainda, o relatório defende *inter alia* um quartel-general de operações da UE e um mercado comum para o equipamento de defesa.

O relatório von Wogau dá mesmo o seu apoio retrospectivo ao terrivelmente exorbitante programa Eurofighter. A afirmação nele contida de que o Tratado de Lisboa irá introduzir importantes inovações no domínio da PESD é de importância fulcral e é uma razão fundamental para a nossa oposição a esse tratado.

O relatório Vatanen pede estruturas permanentes de cooperação entre a UE e a NATO. Ora nós achamos que isto é errado. Cada nova missão militar da UE se revela problemática. A NATO não é uma aliança para a paz mas um veículo de guerra, anteriormente na Jugoslávia e agora no Afeganistão. Que guerras virão a seguir? A NATO representa uma política bélica. O relatório classifica a NATO como "o cerne da segurança

européia". Não é verdade! A NATO é sinónimo de insegurança e uma mistura da NATO e da UE seria extremamente problemática, sobretudo no que se refere a estas duas estratégias.

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde defende uma União Europeia civil e opõe-se à NATO. O que é necessário é a dissolução da NATO. A Aliança quer celebrar os seus 60 anos de existência em Estrasburgo, Baden-Baden e Kehl. Apelo hoje daqui ao Parlamento Europeu para que se proteste contra esta cimeira da NATO. Estes 60 anos da NATO foram sessenta anos que não deviam ter existido.

O nosso grupo apresentou relatórios minoritários em resposta aos relatórios dos deputados von Wogau e Vatanen, e os meus colegas irão usar da palavra sobre os problemas específicos relacionados com a Rússia. Tal como antes, rejeitamos o sistema de defesa antimíssil e os trechos deste relatório que fazem referência a Chipre. Iremos por isso votar contra os dois relatórios.

Bastiaan Belder, em nome do Grupo IND/DEM. – (NL) Quando, há menos de um ano, eu, juntamente com uma delegação do PE, tomei conhecimento das actividades da missão da polícia da UE na Margem Ocidental do Jordão, alimentei um raio de esperança de que uma Autoridade Palestiniana exercesse realmente a sua autoridade por meio de um policiamento eficaz e de um sistema de segurança. O n.º 25 do presente relatório Saryusz-Wolski aplaude, portanto, o alargamento do mandato da missão da polícia da UE nos territórios palestinianos.

Entretanto, li recentemente relatórios, extremamente desfavoráveis, sobre a segurança pública na Margem Ocidental, incluindo prática de extorsão por parte de membros do sistema de segurança palestiniano, que actuam durante noite, como chefes da máfia, ou mesmo os nomes de membros de grupos de terroristas que se encontram na lista de pagamentos da Autoridade Palestiniana.

Gostaria de perguntar ao Conselho e à Comissão se estes relatórios são verdadeiros ou se são pura ficção. Em resumo, quais são as últimas notícias sobre a missão da polícia da UE nos territórios da Palestina? No fim de contas, isso é importante. Se estão a lutar por um Estado palestiniano viável, será necessário começar por se restabelecer a lei e a ordem na Margem Ocidental.

Luca Romagnoli (NI). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, considero que a Aliança Atlântica é um instrumento de defesa obsoleto e que, em certos casos recentes, não contribuiu, efectivamente, para as boas relações, por exemplo, com a Rússia. Penso que deveríamos manter as nossas relações com a Rússia e reforçá-las no sentido de uma parceria privilegiada.

Concordo com a Senhora Comissária Ferrero-Waldner quando afirma que as políticas de segurança comum não deveriam ignorar o facto de, recentemente, a NATO não se ter revelado o instrumento mais adequado para efeitos de dissuasão ou de pacificação.

Penso que a Europa tem agora a maturidade necessária para delinear a sua própria estratégia de segurança de um modo independente, e, politicamente, precisa de o fazer. Isso não significa adoptar uma posição de antagonismo. Podemos continuar próximos - como foi dito por outros deputados - sem continuarmos a sujeitar-nos a interesses que, muitas vezes, não são os interesses europeus. Por isso não posso apoiar os relatórios em questão.

Javier Solana, Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum. – (ES) Senhor Presidente, com a máxima brevidade e dado que os contributos dos vários oradores foram, em termos gerais, no mesmo sentido, permitam-me referir três ou quatro questões que me vieram à mente depois de ouvir as intervenções.

Para começar, os recursos e os meios. Os relatores dos diversos relatórios afirmaram ser verdade que temos problemas de recursos e de meios, e que uma melhor utilização dos recursos nacionais poderia ser um bom caminho a seguir. Queria dizer, no entanto, que também temos à nossa disposição alguns meios que não utilizamos na sua totalidade e gostaria de chamar a vossa atenção para esse facto.

Creio que foi uma boa ideia criar a Agência Europeia de Defesa, por acordo do Conselho Europeu, sem necessidade de ter aplicado ou aprovado o Tratado de Lisboa. Creio que a Agência pode realizar um trabalho importante na coordenação das políticas nacionais, de modo a conferir maior valor acrescentado a todas as políticas postas em prática.

Alguém falou de helicópteros. Os helicópteros são necessários para todos os tipos de missões: missões civis, missões militares, para o transporte. O helicóptero tornou-se hoje um instrumento indispensável na gestão de crises.

Uma melhor coordenação daquilo que temos, tanto em termos de *hardware* como em termos de uma melhor utilização do *software* para os helicópteros, permitir-nos-ia fazer um melhor uso dos mesmos e dispor de mais meios do que aqueles que, actualmente, temos em uso no dia-a-dia.

Gostaria de dizer também que, nas últimas semanas, as nossas relações estratégicas com os Estados Unidos e a Federação Russa registaram grandes progressos.

A senhora deputada Beer falou sobre a Conferência de Segurança de Munique; foi, creio, um evento importante no qual foram feitos progressos em conversações que não estavam não previstas, pois não se tratava de um fórum político para a tomada de decisões, mas de um fórum de reflexão extremamente importante. Creio que a questão que será objecto de discussão nos próximos meses e anos será a questão das nossas relações tanto com os Estados Unidos, do ponto de vista da estratégia nos próximos anos, como com a Rússia. Foi o caso em Munique, e também mais tarde, quando a Senhora Comissária Ferrero-Waldner e eu estivemos em Moscovo para discutir a questão fundamental das novas ideias sobre a segurança europeia com os líderes da Federação Russa.

A Europa não pretende ser uma potência militar. Penso que a Europa – a União Europeia – é uma potência civil com meios militares, o que é muito diferente de uma potência militar, e penso que isso deve continuar a ser assim. Este trabalho e todos os documentos que produzimos, e que tanto o Parlamento como a Comissão – ou eu próprio – produzem, visam esse objectivo.

Algumas palavras sobre a polícia nos territórios palestinianos, que é um assunto que tratámos na sessão anterior. A EUPOL é um dos trunfos mais importantes de que dispomos no que se refere à credibilidade e ao trabalho no domínio da segurança com os Palestínianos e nos territórios ocupados, e continuará a ser um trunfo importante da União Europeia, reconhecido por todos: pelos Palestínianos, pelos Israelitas e pelos países vizinhos. Podem estar certos, portanto, de que faremos tudo o que nos for possível para continuar a trabalhar nesse sentido.

Elmar Brok (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhor Alto Representante Solana, gostaria de agradecer aos três relatores e de me pronunciar sobre alguns aspectos. Porém, gostava especialmente de dizer que 60 anos de NATO significaram sessenta anos de paz e liberdade para a minha geração, e isto merece ser realçado.

Se agora tivermos êxito em reforçar a política externa de segurança e defesa da UE, num período em que o multilateralismo está de novo a aumentar – como o Alto Representante Javier Solana, acabou de dizer –, ou seja, se conseguirmos incorporar mais a nossa visão sobre as medidas preventivas e o poder persuasivo (*soft power*) numa estratégia transatlântica comum, nesta época de multilateralismo, deveremos ter um bom futuro à nossa frente.

Simultaneamente, o regresso da França à integração militar vem reforçar a posição da Europa. Na Conferência para a Segurança de Munique vimos que, na sequência de explicações do Primeiro-Ministro Tusk, da Chanceler Merkel e do Presidente Sarkozy – na presença do Vice-Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden –, um corpo europeu no seio da NATO não suscitou praticamente reacções contrárias. Pelo menos para mim foi uma descoberta sensacional ver que não havia protestos da parte americana. Nas relações transatlânticas podemos aumentar o desenvolvimento de posições comuns também no domínio militar, de modo a que estas possam ser apresentadas de forma credível no quadro da NATO. Por esta razão devemos usar a nossa visão das capacidades militares dando ênfase ao poder de persuasão e prevenção na abordagem de uma nova agenda, uma que já existia mas que ficou clarificada em Munique, pois as políticas do Presidente Obama permitem-nos entrarmos numa nova era de negociações para o desarmamento. Nós, Europeus, podemos desempenhar um papel neste processo com as START, com o Tratado de Não-Proliferação e sobretudo com o Tratado sobre as forças convencionais na Europa, que é de especial importância para a Europa, dado que temos, também, alguns problemas com a Rússia.

Se tudo isto for incorporado, incluindo o escudo antimíssil, tal irá dar-nos novas e melhores oportunidades de conduzirmos uma política transatlântica comum com os Estados Unidos, que é nosso aliado, e com a Rússia como nosso parceiro estratégico. Será uma política em função do interesse da Europa na paz. Apenas poderemos aproveitar esta oportunidade se nós próprios nos tornarmos mais fortes e mais influentes, e portanto esta política vai no rumo certo.

Ioan Mircea Paşcu (PSE). – (EN) Senhor Presidente, o relatório sobre o papel da NATO na arquitectura de segurança da UE reflecte diferentes abordagens no Parlamento Europeu entre, por um lado, as opiniões dos que continuam a olhar para a NATO como sendo a organização que oferece a mais forte garantia de segurança

aos seus membros, e aqueles que, pelo contrário, vêem cada vez menos necessidade para a existência da NATO num mundo em que, aparentemente, não existem grandes ameaças – pelo menos não comparáveis com as que a antiga União Soviética representava.

No entanto, até ao momento, nenhum dos membros de ambas as organizações se mostrou disposto a abdicar da garantia de segurança da NATO, ainda que a UE esteja a tornar mais robusto o seu esforço de defesa e segurança e tenha criado o seu equivalente ao artigo 5.º do Tratado de Washington: a cláusula de solidariedade inserida no Tratado de Lisboa.

A meu ver, a relação entre a NATO e a UE – a mais importante componente das relações transatlânticas mais alargadas – deverá ser naturalmente uma relação de complementaridade e de vantagens mútuas entre dois parceiros forçados a trabalhar em conjunto na resposta aos desafios do mundo de hoje, que se multiplicam e são cada vez mais complexos. Para esse efeito, os mecanismos existentes – vejam-se os Acordos Berlim Mais – poderão ser melhorados; novos mecanismos deverão ser contemplados – atente-se na proposta para um Quartel-General de Operações da UE; os obstáculos deverão ser ultrapassados – vejam-se os impactos negativos do problema cipriota –; e, mais importante, a percepção mútua de ambos os lados deverá ser melhorada decisivamente. Assim, deveremos deixar de considerar, por um lado, a NATO como um adversário e, por outro, a UE como um apêndice da NATO.

Tal como referido, a verdade é que, na prática, ambos os parceiros poderão muito bem cooperar, complementando-se mutuamente. O relatório foi alterado nesse sentido, tornando, assim se espera, o resultado aceitável para muitos de nós.

Andrew Duff (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, são vários os oradores que, esta tarde, se têm mostrado confiantes diante das dificuldades. O facto é que nem todas as missões da PESD estão a provar ser um êxito: várias delas não conseguiram mostrar clareza de objectivos, outras possuem escasso financiamento e é bem possível que venhamos ainda a malograr na campanha afegã. Por isso, é muito positivo que o Parlamento dê um forte contributo para a definição da segurança comum, sendo necessário que todos nós definamos critérios muito mais claros para as missões da PESD.

Quanto à questão da integração das nossas forças, os progressos são débeis, e não penso que a colisão entre submarinos franceses e britânicos fosse propriamente aquilo que esperávamos!

Ryszard Czarnecki (UEN). – (PL) Senhor Presidente, quando existem demasiados Presidentes, na verdade não existe nenhum. Quando falamos de segurança, devemos falar de forma muito clara e precisa sobre algo que é uma questão da maior urgência e relevância. O que aconteceu no ano passado no Cáucaso, extremamente próximo da União Europeia, mostra claramente que devemos atribuir importância à política dirigida ao Leste e tratá-la como um investimento específico na segurança da Europa e da UE. É igualmente por isso que considero absolutamente fundamental a parceria com os países a Leste da Europa e, se estou satisfeito por esta parceria existir, estou igualmente preocupado por ver que o orçamento atribuído à Parceria Oriental foi reduzido para quase um terço. Penso que se trata de uma questão absolutamente fundamental e acredito que será um sinal específico da União Europeia não só para os seus vizinhos mais próximos mas também para os países que se encontram bem para lá da Bielorrússia, da Ucrânia ou da Geórgia.

Satu Hassi (Verts/ALE). – (FI) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os meus agradecimentos aos três relatores. Infelizmente, porém, devo dizer que não partilho da visão acrítica sobre a NATO que o relatório do senhor deputado Vatanen, em particular, representa.

È evidente que a NATO não é o mesmo que foi durante a Guerra Fria, e a Europa também não, e que a cooperação entre a NATO e a União Europeia é uma coisa excelente. No entanto, não partilho da opinião de que seria um problema se nem todos os Estados-Membros da UE fossem membros da NATO.

Temos de reconhecer o facto de alguns terem sido capazes de dar um valioso contributo para a paz precisamente porque permaneceram fora de alianças militares, tal como é o caso do meu país, a Finlândia. Uma vez que a Finlândia não pertence a qualquer aliança militar, não há praticamente nenhum lugar em que seja vista como hostil ou como um porta-voz do inimigo. Isto tem ajudado muitos finlandeses a actuarem como pacificadores. Exemplos disso são o nosso antigo Primeiro-Ministro Holker na Irlanda do Norte, o nosso anterior Presidente Ahtisaari na Namíbia, Indonésia, Aceh e Kosovo, e o nosso antigo Ministro, Pekka Haavisto, no Sudão.

Embora a maioria dos cidadãos da UE viva em países membros da NATO, temos, no entanto, de reconhecer que a existência de países não-alinhados é um recurso valioso para a paz. Não pode ser rejeitado em nome de um determinado objectivo de harmonizar a política militar no seio da UE.

Vladimír Remek (GUE/NGL). – (CS) Inicialmente, eu queria falar sobre os perigos de militarização do espaço, porque penso que, enquanto antigo astronauta, tenho uma compreensão particular desta matéria. No entanto, os documentos apresentados sublinham, entre outras coisas, a necessidade de utilizar a política de segurança em benefício dos cidadãos da UE, enquanto ignoramos completamente, por exemplo, a sua opinião acerca do plano de construção de novas bases estrangeiras em território da UE. Na Polónia e na República Checa, em especial, continuam os preparativos para a instalação de componentes do sistema americano de defesa antimísil. No meu país, a República Checa, em particular, as opiniões e os interesses dos cidadãos estão a ser completamente ignorados. Não se ouviu uma única voz oficial da UE em apoio dos interesses dos cidadãos para os quais a UE talvez não exista nesta matéria. Dois terços da população da República Checa rejeitam reiteradamente a base estrangeira, apesar da campanha de informação e promoção em curso há mais de dois anos. Penso que há algo errado com a UE, quando os interesses das pessoas não se reflectem nos nossos documentos e quando as opiniões destas pessoas podem ser ignoradas no interesse da democracia. Então, não admira que as pessoas viem as costas à política da UE, considerando-a algo que não lhes pertence ou que a rejeitem, pura e simplesmente.

Bernard Wojciechowski (IND/DEM). – (EN) Senhor Presidente, os cidadãos da Europa precisam de uma Europa forte com uma política externa, de segurança e de defesa competitiva. Isso não acontecerá se a nossa União permanecer passiva neste domínio. A China e a Índia estão a crescer não só em termos de poder económico mas também em termos de poder militar.

A vantagem competitiva da Europa deverá assentar no conhecimento e na inovação, que deverão ser cultivados e apoiados por todos nós. No quadro de uma estratégia de segurança eficaz, as forças europeias deveriam ter acesso a equipamento e recursos da mais elevada qualidade. Enquanto os Estados Unidos despendem milhões de milhões de dólares na segurança, nós, na Europa, damos provas de morosidade e mesmo de inércia no desenvolvimento da nossa própria estratégia. Em tempos de crise, encerramos fábricas de armamento, como a fábrica de Radom, na Polónia. Ao invés, deveríamos investir em tecnologias avançadas, como as tecnologias sem recuo (*"recoilless technologies"*) que estão a ser desenvolvidas na Polónia já hoje. A inovação gera novas empresas e empregos. Não podemos construir capacidades europeias encerrando as nossas próprias fábricas.

Roberto Fiore (NI). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em princípio, sou, certamente, favorável à ideia de um exército europeu, mas é preciso definir o tipo de exército e os seus limites.

Com efeito, é altamente paradoxal termos dois exércitos em armas um contra o outro - o exército turco e o exército grego -, sendo ambos parte de uma mesma aliança. Estou certo de que o Conselho visitou o norte de Chipre e teve a oportunidade de apreciar os danos causados pelos soldados turcos e pela ocupação turca numa ilha que é, sem dúvida, europeia.

Deve também dizer-se que a aliança com os Estados Unidos é, claramente, uma aliança que, com muita frequência, nos acarreta grandes problemas. Os norte-americanos arrastaram-nos para várias guerras, para vários conflitos - recordo a Sérvia, o Iraque e o Afeganistão - cujo cerne não eram, certamente, os interesses da Europa.

Em vez disso, deveríamos aliar-nos à Rússia e à Bielorrússia, que são, de facto, europeias do ponto de vista histórico, religioso, militar e geopolítico. É esse o futuro do exército europeu: um exército certamente não em guerra com os Estados Unidos, mas mantendo uma distância prudente; um exército sem a Turquia, pois, até prova em contrário, a Turquia faz parte da Ásia, e está, infelizmente, em conflito com um país europeu no Mediterrâneo; um exército aliado e estreitamente ligado à Rússia e à Bielorrússia.

Geoffrey Van Orden (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, não o surpreenderá que manifeste a minha preocupação face ao cunho imprimido aos relatórios relacionados com a PESD, em particular, no relatório do senhor deputado von Wogau, que está pejado de assunções falsas relativamente à natureza da União Europeia e à ambição de criação de um exército europeu sob controlo da UE. No relatório considera-se, e cito a expressão usada, as *"Synchronised Armed Forces Europe"* como um passo rumo a "uma força armada europeia integrada". Por outras palavras, estejamos certos, um exército europeu. Como todos sabemos, a PESD não produz qualquer valor acrescentado militar. Trata-se de um instrumento político para o progresso de uma Europa integrada. Deverá ser visto por aquilo que efectivamente é.

Durante muito tempo, argumentei que a União Europeia poderia ter um papel útil no fornecimento de instrumentos civis para a gestão de crises e a reconstrução pós-conflito. Seria efectivamente útil. A propósito, nenhum oficial militar que eu conheça imagina que conflitos como o do Afeganistão possam ser resolvidos exclusivamente por meios militares. Nada há de novo naquilo que hoje está na moda apelidar de "abordagem abrangente". Antigamente falávamos de "conquistar os corações e os espíritos" (*"hearts and minds"*). Por isso é errado – na verdade um logro – que a UE tente justificar o seu envolvimento em assuntos militares, reclamando, de alguma forma, mais para si a abordagem abrangente – uma espécie de ponto de venda único da UE. Para a UE, a abordagem honesta e sensata seria deixar de lado a ambição de defesa da PESD e colocar a ênfase no seu contributo civil. Nessa altura, talvez, a Europa e os seus aliados ficassem em posição de se concentrar nos seus contributos militares para a NATO, revitalizando a Aliança transatlântica com vista aos difíceis anos que tem pela frente, sem se distrair com uma agenda da UE que implique uma duplicação de esforços.

O problema imediato que se coloca é o facto de as ambições da UE estarem agora a começar a contaminar a NATO, e preocupa-me seriamente que isso venha a afectar a forma como decorrerá o 60º aniversário. Entretanto, no governo do Reino Unido, há ministros que vivem em estado de negação face ao que está a acontecer.

Martí Grau i Segú (PSE). – (ES) Senhora Comissária Ferrero-Waldner, Senhor Alto Representante Javier Solana, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por agradecer aos três relatores o seu trabalho. Enquanto relator-sombra do relatório sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), irei referir-me a esse relatório em concreto, começando por felicitar o senhor deputado Saryusz-Wolski pelo resultado do seu trabalho e pela colaboração que manteve com os outros grupos, a fim de obter um resultado consensual.

Da mesma forma que este Parlamento exigiu em numerosas ocasiões que a União Europeia se dote dos instrumentos necessários para falar a uma só voz no mundo, a própria Assembleia sabe mostrar-se coesa na avaliação e no impulso das grandes prioridades em matéria de política externa e de segurança comum.

Os esforços do nosso grupo – o Grupo Socialista no Parlamento Europeu – dirigiram-se numa dupla direcção: em primeiro lugar, introduzir ou reforçar as grandes questões que para nós são fundamentais, de forma transversal a toda a política externa, como a luta contra as alterações climáticas, a promoção da paz em todo o mundo, ou um compromisso em prol do desenvolvimento humano; em segundo lugar, propor formas de restabelecer o equilíbrio entre as prioridades geográficas da PESC tal como figuravam originalmente no texto, se é que figuravam, ou introduzi-las como elemento novo, caso estivessem ausentes.

É por isso que defendemos, por exemplo, uma maior clarificação das acções entre os quadros institucionais e de cooperação envolvidos na "dimensão oriental" recentemente definida. Defendemos uma maior diversificação e a atribuição de uma maior ênfase às relações com África, um continente do qual muitas vezes só nos lembramos quando eclodem guerras particularmente violentas e, por vezes, nem sequer nessas ocasiões.

No que diz respeito à América Latina, quisemos que fossem tidos em consideração os actuais processos de negociação de acordos de associação – os primeiros de carácter bi-regional que a União Europeia irá celebrar em toda a sua história.

Relativamente ao Mediterrâneo, opusemo-nos a uma abordagem reducionista que só fale de segurança. Em vez disso, queremos incluir todo o rico acervo político, económico e sociocultural contido no Processo de Barcelona.

Quanto às alterações a apresentar no Plenário, o nosso grupo não apresentou nenhuma porque acredita que, dessa forma, o equilíbrio alcançado pelos compromissos sai reforçado. Vamos, portanto, opor-nos à maioria das alterações a fim de não prejudicar o compromisso alcançado na Comissão dos Assuntos Externos.

Janusz Onyszkiewicz (ALDE). – (PL) Senhor Presidente, como disse Tony Blair, apesar de a União Europeia não dever ser um super-Estado, deveria ser uma superpotência. Poderíamos acrescentar: não apenas uma superpotência económica, porque já o é, mas um actor importante na cena internacional porque os interesses, incluindo os interesses económicos, de todos os Estados-Membros assim o exigem.

Diz-se que Henry Kissinger terá um dia pedido o número de telefone para poder saber qual a posição da União Europeia relativamente a importantes questões internacionais. Hoje, esse número é o do Alto Representante. No entanto, o problema é que quando o telefone toca o senhor Solana tem de saber o que

responder. Por isso, é essencial elaborar uma política externa comum, que inclua uma política de segurança e uma política energética e, consequentemente, também uma política comum face à Rússia.

Gostaria de voltar à proposta, constantemente repetida, relativa à necessidade de todos os países da União Europeia se pronunciarem em uníssono nos seus diálogos com a Rússia. Para que tal aconteça deveria desenvolver-se o mais rapidamente possível uma política bem definida relativamente à Rússia, uma política que seja comum e se baseie na solidariedade. Isto irá proporcionar um enquadramento claro, não só para as conversações entre a UE e a Rússia mas, também, para as conversações bilaterais com os Estados-Membros. Penso que o Parlamento deverá ter um papel muito importante no desenvolvimento desta política dado o mandato que obteve em eleições democráticas e do qual se deve orgulhar.

Adamos Adamou (GUE/NGL). – (EL) O relatório sobre o papel da NATO na União Europeia serviu de pretexto para introduzir a questão da adesão de Chipre à Parceria para a Paz e à NATO. A posição da República de Chipre tem de ser respeitada. A ingerência nos assuntos internos de um Estado-Membro soberano para conseguir uma adesão que não é ditada por nenhum tratado não é legítima.

Numa altura em que a República de Chipre se encontra no meio de negociações para resolver a questão cipriota, estão a abrir-se frentes que têm um efeito muito nefasto no processo. A desmilitarização total de uma pátria ocupada pela Turquia e a salvaguarda da sustentabilidade de uma solução futura devem ser o único objectivo de todos os intervenientes. Esta é, aliás, a posição tomada pelo Parlamento Europeu noutros relatórios.

Pedimos o vosso apoio para as alterações 22, 23 e 24, e, de modo especial, o vosso voto contra aqueles pontos que configuram uma ingerência nos assuntos internos de um Estado soberano. Pedimos que, independentemente da vossa opinião geral sobre a Parceria ou a NATO, confirmem que o princípio do respeito dos direitos soberanos dos Estados-Membros é inviolável. Somos pela desmilitarização e pela observância dos princípios do direito internacional.

Georgios Georgiou (IND/DEM). – (EL) Senhor Presidente, nos termos do direito internacional, a expressão "Tenho um Estado" significa que controlo certos territórios sobre os quais instituo um governo que exerce uma política externa e de defesa. Pergunto então que "Estado da Europa" é esse que algumas pessoas apregoam, e interrogo-me onde estão as suas fronteiras, que certos territórios são esses e onde está a sua defesa quando a sua defesa está nas mãos de um grande exército – que infelizmente é americano –, e onde está a sua política externa quando temos um Médio Oriente em chamas, uma estufa de terroristas que exporta terrorismo, cujos refugiados e vítimas não vão para o Alabama, o Arizona ou o Kentucky, mas, infelizmente, estão a vir para a Grécia, para Chipre, para a Alemanha e para Espanha.

Por tudo isto, devo dizer que comecei a ter dúvidas sobre a possibilidade de apoiar essa ideia que ressalta destas propostas dos senhores que apresentaram o seu relatório antes de nós, e estou a pensar em votar contra elas na votação de amanhã.

PRESIDÊNCIA: ROURE

Vice-presidente

Jim Allister (NI). - (EN) Senhora Presidente, aqueles que fazem de conta de que não está a ser criado diante dos nossos olhos um super-Estado na UE terão muito que explicar no que respeita a estes relatórios com cunho imperial.

As afirmações de que a política comum de defesa – agora dada por adquirida – e a chamada autonomia estratégica da UE exigem uma força armada europeia integrada, bem como os apelos a um Quartel-General de Operações da UE autónomo e permanente – juntamente com as exigências de equivalência com a NATO – não deixam margem para dúvidas de que, ao abrigo da nossa Política Externa e de Segurança Comum, aqueles que promovem o projecto europeu exigem não só poder político mas também poder militar, o que acontecerá à custa da diminuição dos poderes, direitos e independência dos Estados-Membros. Repudio essa ideia de super-Estado e de uma força armada centralizada para a Europa, assim como rejeito o Tratado de Lisboa, que o tornaria possível.

Tunne Kelam (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, a mensagem dos nossos relatores, hoje, poderia ser a de que uma parceria Euro-Atlântica vibrante é a melhor garantia para a segurança e a estabilidade da Europa.

Com efeito, apoio a adopção de uma nova agenda transatlântica e a criação de um novo conjunto de instituições euro-atlânticas, que conduza, por fim, a um mercado comum transatlântico abrangente.

O senhor deputado Ari Vatanen instou ao envolvimento de todos os membros da UE e da NATO numa cooperação mais estreita, independentemente da organização a que pertençam. Penso tratar-se de uma ideia extremamente prática, assim como é a sua ideia de um Quartel-General de Operações da UE que complemente – e, evidentemente, não seja concorrente – as estruturas de comando da NATO.

Outra questão de extrema importância é o facto de irmos beber ao mesmo conjunto de recursos nacionais. O senhor deputado Jacek Saryusz-Wolski afirmou que a PESC está gravemente subfinanciada, pelo que é crucial evitar a duplicação e aumentar a eficácia. A questão a colocar aos Estados-Membros é: que estão a oferecer a Javier Solana para que leve a cabo as nossas políticas de defesa comuns?

Em terceiro lugar, é tempo de fazermos face aos novos desafios que se colocam à nossa segurança. Na verdade, os futuros conflitos serão travados e, quem sabe, decididos no ciberespaço, onde cada um dos Estados terá de reagir e de se defender, por vezes num período de tempo que não excede um segundo. É preciso que também o Parlamento Europeu tome a iniciativa de contribuir para este tremendo desafio do novo século, um desafio que em por base a democratização das tecnologias modernas.

Hannes Swoboda (PSE). – (DE) Senhora Presidente, os nacionalistas, os deputados de visões estreitas deste Parlamento, acreditam certamente que as nações são capazes de lidar sozinhas, numa base individual, com os riscos e problemas deste mundo.

O colega Allister é um exemplo típico. Acreditará ele mesmo que é possível combater o terrorismo mundial, contando apenas com a defesa nacional do seu país? Acreditará ele mesmo que os problemas de segurança energética se resolvem se cada país os tentar tratar sozinho? Essa abordagem é antiquada. É evidente que o Tratado de Lisboa, tantas vezes criticado, traria a grande vantagem de nos permitir cooperar um pouco mais, por exemplo, no domínio da política energética e da Política Externa e de Segurança Comum, de modo a conter eficazmente os perigos e riscos deste mundo.

O novo Governo dos Estados Unidos, liderado pelo Presidente Obama, congratula-se com a existência desta política comum europeia, por ela significar que os Estados Unidos podem contar com um parceiro ao abordar muitos destes problemas. Além disso, também a Rússia – o que fica bem patente pela presença frequente de representantes russos neste Parlamento – compreendeu agora que a antiga estratégia, de dialogar apenas com países individuais e de os virar depois uns contra os outros, simplesmente já não funciona. A Rússia percebeu que deverá dialogar com a União Europeia, se o objectivo for o de alcançar soluções comuns, por exemplo, em matéria de segurança energética.

Com efeito, este aspecto é também mencionado repetidas vezes no relatório do colega Saryusz-Wolski. Como poderemos tentar resolver estes problemas juntos? O problema da energia, por exemplo? Folgo muito em saber que o Alto Representante e um membro do seu gabinete pretendem intensificar ainda mais no futuro os seus esforços nesse sentido, uma vez que isso nos permitirá demonstrar aos nossos cidadãos de que modo a Política Externa e de Segurança Comum tem em consideração os seus interesses específicos e como pretendemos evitar que os europeus sejam obrigados a voltar a passar frio. É disso que se trata e é por isso que preferimos uma política externa e de segurança comum a uma política externa nacionalista.

Philippe Morillon (ALDE). – (FR) Senhora Presidente, felicito os nossos três relatores por esta notável síntese que realizaram sobre o estado actual da nossa Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

O Senhor Alto Representante Solana sabe, melhor que ninguém, que a Europa é esperada hoje na cena mundial para ali assumir o lugar a que tem direito devido ao seu poder económico e demográfico e à riqueza dos seus valores democráticos e humanistas.

Somos forçados a constatar que, apesar da vontade manifestada regularmente por mais de dois terços dos nossos concidadãos europeus, como o senhor referiu, foram efectivamente realizados progressos, concedo-lhe isso, desde há 10 anos a esta parte, mas somos também forçados a constatar que essa Europa ainda não existe.

Se uma ilustração recente fosse necessária, o seu apagamento na solução do novo drama no Próximo Oriente estaria aí para no-lo demonstrar. Havia, e continua a haver, uma enorme necessidade da presença europeia em Gaza para ali desempenhar um papel activo, tanto na ajuda à sobrevivência das populações e à reconstrução do país, como na luta contra o tráfico de armas, que permitiu transformar o território numa base de lançamento de foguetes de todos os calibres.

Apesar das bonitas palavras proferidas em abundância em Sharm-El-Sheikh e em Jerusalém, nada foi feito ainda nesta matéria. Repito aqui uma pergunta já feita por ocasião da crise no Líbano: quando é que vamos

poder esperar, Senhor Alto Representante, a deslocação de uma frota europeia para o Mediterrâneo como a que criou para a pirataria? Dispomos dos meios necessários. Teremos algum dia a vontade?

Mirosław Mariusz Piotrowski (UEN). – (PL) Senhora Presidente, a União Europeia deve agir no interesse da segurança dos cidadãos de todos os Estados-Membros. Sobretudo, deveria aceitar parte da responsabilidade pela luta contra o terrorismo e reagir prontamente a qualquer manifestação de terrorismo.

Recentemente, o assassinato de um engenheiro polaco – refém no Paquistão – pelos talibãs locais teve grandes repercussões. A dita diplomacia europeia não participou nas conversações que visavam obter a sua libertação. Este acontecimento chocante, que é um elemento integrante do problema mais abrangente que é a segurança, deveria ser tema de um debate parlamentar em separado e deveria resultar em acções específicas, e é neste sentido que apelo. Neste momento, a prioridade é conseguir o regresso do corpo do cidadão polaco assassinado e prestar auxílio à família. São medidas essenciais mas de curto prazo que, no entanto, não podem substituir uma abordagem abrangente ao terrorismo e o aumento da pressão diplomática em países como o Paquistão.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL). – Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do Homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade.

Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, de domínio, de exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

Refiro o consagrado no artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa para realçar o quão longe e em profunda contradição está a União Europeia com estes princípios – a União Europeia que se assume como pilar europeu da Nato, em parceria com os EUA, para melhor promover a militarização das relações internacionais, a corrida aos armamentos, a ingerência e a agressão visando assegurar o domínio e a partilha de mercado e recursos naturais pelas grandes potências.

Gerard Batten (IND/DEM). – (EN) Senhora Presidente, estes são relatórios de iniciativa e, por conseguinte, poderão ser considerados praticamente vãos. Contudo, sabemos que estes relatórios são por vezes usados como meio para abrir caminho às aspirações políticas da UE.

O senhor deputado von Wogau foi, em tempos, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e foi instrumental para a concretização da moeda única europeia. Hoje é Presidente da Subcomissão de Segurança e Defesa e, quando elabora um relatório no qual se afirma que a União Europeia precisa de forças armadas próprias, então podemos ficar certos de que é precisamente isso que, oportunamente, a União Europeia pretende que aconteça.

Estes relatórios exortam a UE a desenvolver as suas próprias forças armadas por meio da aquisição pública de armamento comum, de um sistema de comunicações comum e de um comando e estrutura de controlo autónomos e comuns. O senhor deputado von Wogau defende um exército de 60 000 soldados europeus permanentemente disponíveis para destacamento. A UE quer os seus próprios soldados, armas, tanques, aeronaves e bombas a fim de "cumprir as suas responsabilidades no mundo".

Quais são, exactamente, essas responsabilidades? Para as descobrirmos, teremos de esperar para ver se o Tratado de Lisboa será devidamente ratificado e vem a criar uma "Política Externa e de Segurança Comum, conducente a uma defesa comum". Ninguém poderá dizer não ter sido avisado das aspirações militares da UE.

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhora Presidente, apesar de toda a amizade que sentimos pelos relatores Vatanen e von Wogau, não nos é possível aprovar os seus relatórios.

Em primeiro lugar, porque a NATO, Organização do Tratado do Atlântico Norte, foi criada em 1949 para dar resposta à terrível ameaça que o comunismo fazia pesar sobre a Europa Ocidental. A NATO desempenhou um papel muito útil, ou mesmo indispensável. Mas, hoje em dia, esse assustador sistema comunista afundou-se, o Pacto de Varsóvia foi dissolvido.

Ora, a NATO não pára de crescer. As suas actividades estendem-se para além do seu quadro geográfico. O Afeganistão, tanto quanto sei, não se situa nas margens do Atlântico Norte. O Kosovo também não, onde

contribuímos para a depuração étnica dos Sérvios, numa guerra injusta que nada resolveu. Assim, a NATO está a violar a Carta das Nações Unidas.

Caros colegas, os senhores são completamente inconsequentes. Pretendem criar uma Europa forte e independente e absorvem a defesa europeia num comando dirigido pelos Americanos. Como é que a Rússia e outras nações poderiam deixar de ver em tudo isto uma atitude agressiva?

A NATO torna-nos escravos da política dos Estados Unidos, de quem somos amigos, mas de quem não podemos ser vassallos ou, ainda menos, criados. Temos de acabar com isso, temos de sair dessa situação. A NATO já passou à História!

Hubert Pirker (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhor Alto Representante Solana, como todos sabemos, os cenários de risco mudam constantemente. O Tratado também tem vindo a mudar e, com ele, as hipóteses de uma Política Externa e de Defesa Comum. O que nunca mudará, porém, é o desejo que as pessoas têm de segurança e estabilidade, de uma União forte e de desarmamento, em especial, no domínio das armas nucleares.

Nos três relatórios que hoje examinamos, o Parlamento Europeu veicula uma forte indicação de como pretende atingir essas metas e garantir a segurança. Em primeiro lugar, trata-se do relatório sobre a Política Externa e de Segurança Comum, que se centra em aspectos como a segurança nos Balcãs, a estabilidade em África e a paz nos territórios palestinianos. Segue-se o relatório sobre a cooperação com a NATO, com a sua clara tónica numa cooperação mais estreita entre a UE e aquela organização e numa melhor coordenação das respectivas actividades. Por fim, o aspecto central do terceiro relatório prende-se com o aprofundamento da Política Europeia de Segurança e Defesa, com o intuito de alcançar uma autonomia estratégica para toda a União e, desse modo, aliviar também a pesada responsabilidade que recai sobre os nossos Estados-Membros.

Se esses forem os nossos objectivos, deveremos dar o nosso apoio aos apelos destes relatórios em prol de uma partilha das iniciativas de I&D, do desenvolvimento de normas comuns e de sistemas de aprovisionamento comuns, por exemplo, com o objectivo último de estabelecer a interoperabilidade. Isso irá igualmente implicar que se optimize a cooperação entre as forças militares dos Estados-Membros, entre as forças policiais e as forças militares e, também, a criação de estruturas militares permanentes e o estabelecimento de um Quartel-General Operacional da União Europeia e/ou um Conselho de Ministros da Defesa.

Estou seguro que esta constitui para nós uma oportunidade única para transformar a nossa União numa união política e para desenvolver uma união de segurança que proporcione ao público o que ele espera da União: segurança, estabilidade e paz duradouras.

Presidente. - Caros colegas, até agora os oradores cumpriram o seu tempo de uso da palavra. Estamos realmente com problemas de tempo. Assim, peço-lhes que cumpram o vosso tempo de uso da palavra.

Jan Marinus Wiersma (PSE). - (EN) Senhora Presidente, a PESC tornou-se quase tudo, pelo que podemos dizer praticamente qualquer coisa num debate como este. No passado, apenas discutíamos questões de segurança, actualmente debatemos inclusivamente as alterações climáticas, a energia, etc. Por conseguinte, tenho de ser selectivo e ater-me a algumas palavras acerca das relações UE-EUA e da agenda do desarmamento, que considero podermos promover este ano.

A nova administração americana teve um começo muito positivo, inclusivamente a nível simbólico, com o anúncio do encerramento do centro de detenção de Guantánamo. Penso que deveremos trabalhar nesta questão e tentar fazê-lo em conjunto para resolver alguns dos problemas com que os Americanos se debatem.

O segundo debate fundamental deste ano será dedicado à segurança económica: será que os Estados Unidos e a Europa serão capazes de, em conjunto, tomar medidas face à crise, ou será que tentarão fazê-lo cada um por si, o que significará o rápido desenvolvimento de medidas proteccionistas?

O Afeganistão é igualmente uma questão importante. Conseguiremos, ou não, equiparar os nossos esforços aos esforços acrescidos dos Americanos, e em que condições? Neste caso, o sinal positivo é o facto de os Americanos terem afirmado estarem cientes de que deverá existir uma solução política, pois a questão não se resolverá pela via militar. Esta constatação coloca imediatamente em campo a União Europeia.

Passo agora à agenda do desarmamento: em Dezembro último, o Senhor Alto Representante Javier Solana proferiu aqui um excelente discurso no Parlamento, apresentando as suas ideias e as do Conselho e da União quanto à promoção de uma agenda positiva, começando por apoiar Americanos e Russos na renegociação do Tratado START e por trabalhar com os Americanos com vista à ratificação do Tratado de Proibição Total

de Ensaios Nucleares. Apoiaremos também a eliminação das restantes armas nucleares técnicas na Europa, o que seria útil para sustentar a ideia de que o ciclo de combustível passe a ficar sob o controlo internacional, a fim de assegurar que os países que pretendam desenvolver a energia nuclear possam dispor de um acesso para fins pacíficos, mas não a capacidade de dela fazer um uso militar indevido.

Gostaríamos que a União Europeia apoiasse este tipo de agenda, sabendo nós que o Presidente Obama tem ambições. No discurso inaugural da sua Presidência, ao falar da política externa, começou por referir o Iraque e o Afeganistão, porém referiu-se depois às suas ambições na esfera do desarmamento nuclear.

Samuli Pohjamo (ALDE). – (FI) Senhora Presidente, vou falar sobre o relatório do deputado Vatanen e gostaria em primeiro lugar de lhe agradecer pela maneira aberta como o elaborou.

Penso, no entanto, que o Parlamento está a enviar um sinal perigoso se insiste em reforçar a sua organização militar e se ressalta a importância de um poder militar dependente da NATO da forma proposta no relatório. Cooperação e parceria, democracia e direitos humanos como garantia de paz e estabilidade é um modelo viável europeu que deve ser utilizado em todas as zonas de turbulência política no mundo. Além disso, estamos perante um aprofundamento da crise económica, problemas ambientais e desafios lançados pelas mudanças climáticas, e nenhum destes pode ser resolvido pela força militar.

Na minha opinião, seria mais importante salientar a importância da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia e concentrarmo-nos na prevenção de conflitos e na eliminação das causas das crises: a eliminação da pobreza, por exemplo, e a promoção da democracia, dos direitos humanos e da sociedade civil.

Por último, gostaria de recordar a todos que na União Europeia existem Estados-Membros que não fazem parte da NATO e que têm as suas próprias razões para isso. Estes países devem ser autorizados a decidir sobre as suas soluções na política de segurança, sem qualquer pressão exterior. Por exemplo, a Finlândia tem lidado bem com as questões da sua própria defesa e durante décadas esteve envolvida em operações de manutenção da paz em diversas partes do mundo. Houve uma série de alterações ao relatório que o melhoram, mas estas não alteram a sua ideia básica.

Mario Borghezio (UEN). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, será que a Europa tem uma geopolítica própria? Não me parece! Se Karl Haushofer fosse vivo, ensinaria a esta Europa, de certo modo pouco "vertebrada", a necessidade de ter uma estratégia marítima nos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico e uma estratégia para com os países do Norte, onde o oceano Ártico tem imensos e importantíssimos recursos energéticos. São as superpotências Estados Unidos e Rússia que estão activas nessas áreas, não a Europa!

Combater o terrorismo significa também combater aqueles que fazem circular os instrumentos do terrorismo; as pessoas que podem ser usadas pelos terroristas. Enquanto decorre este nosso debate, Lampedusa está a arder, pois alguém lançou fogo aos centros de detenção de imigrantes clandestinos. A Europa deveria ter a preocupação de apoiar o Governo italiano, que procura impedir a invasão por parte de imigrantes ilegais, que podem ser usados pela máfia e pelos terroristas. Todavia, não vejo evidência da firmeza e das acções concretas que seriam necessárias. A Europa deve proteger-se desta ameaça, não com palavras, mas com acções, como estão a fazer o Ministro Maroni e o Governo italiano.

Rihards Pīks (PPE-DE). – (LV) Senhora Presidente, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, Senhor Alto Representante Javier Solana, os três relatórios dos nossos colegas são todos eles muito profissionais, equilibrados e, sobretudo, foram preparados no momento certo. Sem entrar nos numerosos e precisos factos, avaliações e propostas apresentados nos relatórios, gostaria de salientar dois pontos. Em primeiro lugar, é importante rever a estratégia de segurança da Europa de cinco em cinco anos, já que, como podemos ver, nos últimos anos as questões de segurança, tais como a segurança energética, a segurança cibernética e a segurança climática tornaram-se muito actuais, e, para além disso, as zonas de eventual conflito foram transferidas de uma região para outra. Em segundo lugar, a União Europeia deve intensificar significativamente os seus esforços de prevenção de conflitos. Penso que isto também teria sido possível no sul do Cáucaso, mas, na minha opinião, a posição da União Europeia antes do conflito armado estava demasiado constrangida. A União Europeia tem o direito e o dever de realizar acções preventivas e missões de intermediário, uma vez que a União Europeia é um projecto para criar a paz, uma tarefa que tem levado a cabo durante os últimos 50 anos. A fim de poder reagir aos desafios e tomar medidas preventivas, é preciso, antes de tudo, a vontade política e, em segundo lugar, criar e melhorar a política externa e de segurança comum em conjunto com os instrumentos institucionais europeus de política de segurança e defesa. Um desses instrumentos é a Parceria Oriental referida no relatório do deputado Saryusz-Wolski, que inclui a criação da Assembleia Parlamentar

Paritária EURONEST. Isso poderia permitir uma melhor compreensão, assim como também o desenvolvimento da democracia para além das nossas fronteiras orientais. Por último, gostaria de manifestar a minha satisfação com a inclusão do parágrafo 33 no relatório do deputado von Wogau, dado que no meu país, os eventos no Cáucaso e o crescente nacionalismo no nosso estado vizinho estão a causar sérias preocupações. Como um velho e sábio ditado do meu povo diz: "Espera sempre o melhor, mas prepara-te para o pior, e Deus ajuda quem se ajuda a si mesmo!" Obrigado.

Ana Maria Gomes (PSE). - Agradeço aos relatores Ari Vatanen e von Wogau o seu trabalho e esforço de consenso, em especial no difícil tema das doutrinas nucleares que é urgente que a União Europeia e a NATO revejam, num tempo em que o Presidente Obama ressuscita o objectivo de libertar o mundo de armas nucleares e dois submarinos nucleares europeus quase provocam uma catástrofe.

Os relatórios Vatanen e von Wogau apontam a necessidade de uma União Europeia política, estratégia e operacionalmente autónoma, através de uma PESD ambiciosa. Precisamos dos instrumentos institucionais, financeiros e operacionais para concretizar estes objectivos. Por isso exigimos estreita colaboração entre a NATO e a UE, baseada no respeito pela autonomia política de cada uma das organizações, que são complementares. Por isso exigimos a criação de um quartel-general permanente da UE em Bruxelas capaz de planear e conduzir autonomamente operações militares da PESD. Por isso exigimos que os Estados-Membros da União intensifiquem esforços para gastar melhor, de forma mais eficiente e mais europeia os orçamentos nacionais da defesa que, isoladamente, pouco podem.

A mensagem deste Parlamento é inequívoca e serve de aviso. Sem a Europa da defesa, a defesa na Europa fica posta em causa. Em causa poderão ficar as nossas indústrias de defesa. Em causa poderão ficar as capacidades de que a Europa precisa para exercer a responsabilidade de proteger populações civis e evitar massacres e genocídios. Em causa poderá ficar a Europa como actor global na gestão de crises. A extensão da integração política europeia à segurança e à defesa, como prevista no Tratado de Lisboa, é urgente e precisa de ser acelerada. Não é só no interesse da União Europeia mas também no da NATO, já que ambas as organizações colherão os frutos de uma Europa mais bem equipada para lidar com os crescentes desafios à segurança dos europeus e à segurança global.

Andrzej Tomasz Zapalowski (UEN). - (PL) Senhora Presidente, a NATO provou ser útil enquanto organização internacional de segurança durante um período de relativa paz na Europa. É verdade que a sensação de segurança que nos transmite é significativamente limitada pelo ritmo da tomada de decisão dos órgãos que comandam a Aliança e também pelo teor das próprias decisões. Apesar disso, a NATO tem um efeito estabilizador na segurança mundial. As tentativas de "suavizar" a NATO – enfraquecer a sua posição alargando as estruturas militares da União Europeia – são um erro. A União Europeia tem dificuldade em chegar a acordo relativamente a decisões políticas difíceis, quanto mais decisões militares.

A UE deveria concentrar-se em reforçar a segurança interna e aumentar as capacidades defensivas dos seus membros, especialmente dos Estados-Membros com fronteiras com países onde as ideologias nacionalistas extremistas são populares, e dos Estados-Membros que atraíram o interesse de grupos terroristas. A UE não deveria envolver-se demasiado em medidas que têm como objectivo a criação de forças expedicionárias a utilizar em operações fora da Europa.

Alojz Peterle (PPE-DE). - (SL) Javier Solana, Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, recordou-nos, acertadamente, a situação em que nos encontrávamos em 1990. Seria ainda mais importante perguntarmo-nos qual o tipo de política comum que tínhamos no início da década de 90.

Nessa altura, a Comunidade Europeia não tinha poder algum. Subsequentemente, vimos os desejos serem substituídos por visões, estratégias, vontade política e capacidades, o que também nos levou a agir, não só ao nível europeu, mas também a nível mundial. Durante esses anos, nomeadamente após o alargamento histórico em 2004, o contexto e as ambições da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) sofreram profundas mudanças.

Há dez anos, estávamos ainda em larga medida mergulhados nas nossas próprias preocupações. Hoje em dia, contudo, podemos olhar para trás e ver os êxitos que alcançámos, e é impossível conceber uma PESC ou uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) sem uma dimensão global. Tendo isto em mente, não me surpreende que os três relatórios e muitos dos nossos colegas deputados tenham chamado a nossa atenção para a nova situação, para a necessidade de alterações de estratégia, de uma maior unidade e de uma maior cooperação interinstitucional.

Tudo isto tem sido apoiado por propostas concretas no sentido do melhoramento das nossas estruturas operacionais e do nosso processo de tomada de decisões políticas, o que apoio sinceramente. Concorro que chegámos a uma nova fase no que diz respeito à nossa política comum e gostaria de referir duas questões a este respeito.

Em primeiro lugar, precisamos de analisar em pormenor de que modo a crise financeira ou económica pode afectar o contexto da nossa política comum. Acredito firmemente que precisamos de estar muito atentos às possíveis consequências políticas da crise, nomeadamente àquelas que podem surgir se enfrentarmos uma crise monetária ainda mais profunda.

Em segundo lugar, ao longo de vários anos tenho testemunhado o facto surpreendente de muitos dos nossos parceiros quererem que a União Europeia tenha uma política externa uniforme e uma identidade de defesa que esteja mais bem definida e seja mais forte. Por outras palavras, a solução desejada é a da União Europeia como interveniente global. Nesse espírito, parece-me importante que encaremos as nossas parcerias bilaterais sob uma perspectiva mais global do que aquela que temos vindo a adoptar até aqui, e que tentemos desenvolver abordagens inovadoras relativamente às parcerias multilaterais que não só tenham em conta os interesses bilaterais, como também sirvam para estabilizar regiões mais alargadas.

Maria Eleni Koppa (PSE). – (EL) Senhora Presidente, o sistema internacional encontra-se em fase de transição e há enormes desafios que se colocam a todos nós. Daí a necessidade de reavaliarmos e melhorarmos as relações entre a União Europeia e a NATO a fim de atacar ameaças comuns, tais como o terrorismo, a propagação das armas de destruição em massa, o recrudescimento da pirataria internacional e os novos problemas provocados pelas alterações climáticas.

Ao mesmo tempo, porém, considero que este é o momento certo para confirmarmos o papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas como o garante fundamental da paz e da segurança internacionais. Torna-se agora urgentemente necessário reformar a Organização e nós comprometemo-nos a promover essa reforma de modo a que as Nações Unidas possam desempenhar com maior eficácia a sua importante tarefa.

É igualmente importante insistirmos em que todos os Estados e as organizações internacionais, incluindo a NATO, devem abster-se da ameaça e do uso da violência sob qualquer forma que não esteja em conformidade com os objectivos e os princípios da Carta fundadora das Nações Unidas. A NATO e a União Europeia têm interesses comuns e as suas relações não devem ser competitivas. Precisamos de uma parceria mais equilibrada com melhor coordenação de acções e maior cooperação. Importa, contudo, que cada parte respeite a independência da outra em termos de tomada de decisões e que seja assegurada a compreensão mútua quando as avaliações militares forem divergentes.

Por último, gostaria de enfatizar a necessidade de respeitar o direito dos Estados à neutralidade e, neste ponto, gostaria de solicitar a supressão do apelo à adesão da República de Chipre à Parceria para a Paz. Trata-se de uma decisão que constitui um direito soberano de todo e qualquer Estado, e Chipre é um Estado independente e soberano capaz de decidir o seu próprio futuro.

Jana Hybášková (PPE-DE). – (CS) Celebremos o sexagésimo aniversário da NATO. Haverá em breve algumas grandes cimeiras EUA-UE-NATO. O regresso da França às estruturas militares da NATO, juntamente com as energias dedicadas à política europeia de segurança e defesa, oferecem uma excelente oportunidade para harmonizar a estratégia europeia de segurança e novas estratégias potenciais da NATO. A ratificação do Tratado de Lisboa ocorrida hoje no Parlamento checo assinala uma mudança para a defesa e a segurança europeia. Construamos uma liderança europeia conjunta. Racionalizemos o mercado europeu de defesa. Dediquemos recursos à ciência e à investigação, à Agência Europeia de Defesa; criemos uma lei para os soldados europeus, evitemos duplicações e contornemos literalmente a síndrome turca. Aproveitemos a oportunidade oferecida pela nova Administração americana para uma verdadeira cooperação no Afeganistão e para a defesa antimíssil na Europa. Estamos perante uma enorme oportunidade para a Política Europeia de Segurança e Defesa se tornar o motor de uma maior integração e segurança na Europa. Não a desperdicemos.

Libor Rouček (PSE). – (CS) Gostaria de dizer algumas palavras sobre as relações entre a UE e a Rússia. Na minha opinião, a criação de uma política externa e de segurança comum não pode ser alcançada sem diálogo com a Rússia. A agência europeia de segurança, que junta os EUA, a NATO, a OSCE e os acordos internacionais sobre o desarmamento, deveria incluir também o diálogo com a Rússia.

Por isso, gostaria de apelar ao Conselho e à Comissão para que adoptem uma posição aberta e construtiva em relação às possíveis negociações entre a UE, os EUA e a Rússia sobre a renovação do diálogo transatlântico acerca de matérias de segurança, baseado no processo de Helsínquia.

Na minha opinião, estas negociações também deveriam incluir debates sobre o tema da defesa antimísil. A UE deveria desempenhar um papel muito mais importante nesta questão do que aconteceu até à data. Na minha opinião, o acordo não pode ser deixado apenas aos EUA e à Rússia. Os cidadãos europeus esperam que o façamos.

József Pinior (PSE). – (PL) Senhora Presidente, o Parlamento concorda com a Política Externa e de Segurança Comum para a União Europeia. Existe um consenso sobre este tema entre as principais forças políticas. O problema, o verdadeiro problema político, é como atingir o objectivo essencial.

Em primeiro lugar, é necessária a ratificação do Tratado de Lisboa, o mais rapidamente possível. Os responsáveis políticos que estão a atrasar o processo de ratificação do Tratado, estão a enfraquecer o desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia. É difícil falar seriamente sobre uma Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia sem o Tratado de Lisboa.

Em segundo lugar, gostaria de sublinhar a questão dos direitos humanos no desenvolvimento da política externa da UE. Esta política deverá apoiar o direito internacional – o direito humanitário internacional, a democracia liberal e o Estado de Direito.

Em terceiro lugar, esta política exige o desenvolvimento sério de uma política europeia de defesa, de estruturas militares da União Europeia e de uma indústria de defesa europeia.

Adrian Severin (PSE). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de tecer dois comentários. Em primeiro lugar, a respeito dos valores. A União Europeia é uma União de valores. Estes valores constituem critérios para adesão à União. Norteiam o nosso comportamento. Constituem um meio para permitir a interoperabilidade com os nossos parceiros externos. Contudo, não deveríamos fazer da exportação dos nossos valores o objectivo da nossa política externa. Pelo contrário, temos de aprender a operar num mundo diversificado e mesmo a respeitar o direito dos outros a estarem errados.

Em segundo lugar, quanto às instituições. As instituições internacionais e o direito internacional de hoje foram moldados e criados num mundo completamente diferente. Todos os dias nos damos conta de que não estão adaptados aos novos desafios, oportunidades e ameaças do mundo de hoje. Por conseguinte, acredito que a União Europeia deve apoiar a ideia da realização de uma nova conferência sobre segurança e cooperação na Europa, numa Europa mais alargada – de Vancouver a Xangai, e não só até Vladivostok – a fim de criar um espaço de segurança, liberdade e cooperação. Considero que essa deverá ser uma das nossas principais prioridades, e não devermos ter medo de que os outros possam, talvez, ter outras ideias a este respeito.

Luis Yañez-Barnuevo García (PSE). – (ES) Senhora Presidente, em primeiro lugar, quero manifestar o meu apoio global aos três relatórios que estamos a debater.

Em segundo lugar, gostaria de felicitar a Senhora Comissária Ferrero-Waldner, sobretudo por aquilo que disse a respeito da estreita cooperação e colaboração entre a sua equipa e a do Alto Representante Javier Solana. Em terceiro lugar, queria felicitar o Alto Representante porque, sem a sua personalidade e a sua criatividade, a PESC não seria provavelmente o que é hoje: a base jurídica e documental, mesmo com o avanço do documento de estratégia de 2003, não teria sido suficiente para fazer tantos progressos nesta Política Externa e de Segurança Comum nos últimos anos. Em quarto lugar, queria dizer que o Tratado de Lisboa – em relação ao qual, como já foi dito hoje, há boas perspectivas de que possa ser ratificado em breve – será, sem dúvida, um muito maior e muito melhor instrumento à sua disposição e à disposição da União Europeia para a converter naquilo que deve ser: um actor global, no pleno sentido da palavra.

Termino com a ideia que o próprio Alto Representante avançou: a Europa deve ser um actor e uma potência civil com meios militares, e não uma potência militar.

Proinsias De Rossa (PSE). – (EN) Senhora Presidente, tendo regressado no fim-de-semana de uma visita a Gaza, usarei os meus 60 segundos para falar daquele que acredito ser um problema grave no terreno. O nosso princípio da salvaguarda da segurança humana obriga-nos a dar resposta à crise humanitária, porém, obriga-nos igualmente a responder e dizer a Israel: basta, a Europa já não pode fingir que não vê a violação dos direitos dos palestinianos à autodeterminação.

A mais significativa violação desse direito é a constante e deliberada colonização da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental por Israel. Hoje, 500 000 colonos ocupam áreas que supostamente constituem o principal território do Estado palestino independente proposto. É cada vez mais difícil acreditar que Israel seja efectivamente favorável a um Estado palestino independente se continua a anexar cada vez mais território palestino – prática que mantém até hoje.

As declarações no sentido de que a Europa e os EUA estão empenhados numa solução de dois Estados, que inclua um Estado palestino soberano e viável, não serão, de facto, merecedoras do próprio papel em que estão inscritas, a não ser que digamos "basta" a Israel no que respeita aos colonatos. É preciso que estes sejam congelados imediatamente e, posteriormente, desmantelados; caso contrário, nunca haverá uma paz sustentável no Médio Oriente, Senhor Alto Representante Javier Solana.

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE). – (RO) Gostaria de expressar o meu agrado aos três relatores. O papel da Nato na arquitectura da segurança europeia provou ser essencial até hoje e oferece igualmente uma perspectiva real para o resto do séc. XXI. Penso que a União Europeia e a NATO devem cooperar e evitar qualquer potencial rivalidade.

Relações transatlânticas fortes e produtivas podem proporcionar a melhor garantia de paz, segurança e estabilidade na Europa, juntamente com o respeito pelos princípios da democracia, direitos humanos, Estado de Direito e boa governação. Estamos numa conjuntura histórica em que a cooperação transatlântica se tornou vital no contexto da elaboração conjunta de uma nova estratégia de segurança para a União Europeia e de um novo conceito estratégico para a NATO.

Na Cimeira da NATO realizada em Abril de 2008 em Bucareste, os aliados congratularam-se com o papel político que a União Europeia pode desempenhar se desenvolver a capacidade de acção na área da segurança e da defesa. A Parceria para a Paz promovida pela NATO e o projecto da Parceria Oriental promovido pela União Europeia são de importância vital para o desenvolvimento da democracia e do Estado de Direito, bem como para a transição para uma economia de mercado eficiente de determinados países da região do Mar Negro.

Rosa Miguélez Ramos (PSE). – (ES) Senhor Alto Representante Javier Solana, estou aqui desde as 3h da tarde só para falar da pirataria marítima e para poder felicitá-lo pelo lançamento da operação naval europeia contra a pirataria marítima nas águas do Índico. Como sabe, o governo do meu país está plenamente envolvido nesta missão. Queria recordar-lhe que a temporada de pesca se inicia em Abril e que os nossos pescadores estão preocupados com a forma como, neste momento, as forças no Oceano Índico estão distribuídas geograficamente. Os pescadores gostariam de uma protecção mais próxima da zona onde vão pescar, ou seja, mais a sul. Gostaria de ouvir o que tem a dizer sobre este assunto.

Gostaria também de lhe dizer que me interessa a continuidade desta operação para além do quadro temporal estabelecido. Penso que seria uma pena se tantos esforços conjuntos, que envolvem simultaneamente os três pilares, terminassem abruptamente ao cumprir-se o prazo de um ano, sobretudo tendo em conta que a situação na Somália e na região não aparenta tender a mudar ou melhorar a curto ou a médio prazo.

Marios Matsakis (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, a NATO é a coluna vertebral da defesa europeia, e dependemos das forças da NATO para a segurança da nossa União. Porém, as forças da NATO em Chipre – forças turcas da NATO – não são uma força de liberdade, mas sim uma força de ocupação: ocupação de território da UE. Estas forças turcas não só causaram a morte e a destruição na Ilha, aquando da invasão pela Turquia em 1974, como continuam hoje a manter dividido um Estado-Membro da UE, provocando medo e opressão entre os cipriotas gregos e turcos e obstruindo as actuais negociações entre os líderes das suas comunidades da Ilha.

Por isso, ao debater o importante papel da NATO na defesa europeia, é justo que recordemos que a UE ainda não exerceu a pressão necessária sobre a Turquia para que retire incondicional e imediatamente de Chipre o seu exército de invasão da NATO. Não concorda comigo, Senhor Alto Representante, Javier Solana? Talvez não me esteja a ouvir. Não concordará, Senhor Alto Representante Javier Solana, que o exército turco deva retirar de Chipre de imediato?

Marie Anne Isler Béguin (Verts/ALE). – (FR) Senhora Presidente, gostaria de pegar no exemplo da Geórgia para lhes mostrar o quanto ainda estamos longe da ambição que afirmamos em matéria de PESC, apesar dos esforços desenvolvidos pelo nosso Alto Representante ou pela Senhora Comissária Ferrero-Waldner.

Senhor Alto Representante Solana, é normal que solicite mais meios, mais ajudas. Pela minha parte, gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta: está a União Europeia, neste momento, apta a cumprir os seus compromissos, nomeadamente no que respeita ao acordo de cessar-fogo que propusemos com a Rússia?

É óbvio que todos sabemos o quanto a União Europeia esteve presente e interveio rapidamente - a senhora afirmou-o, Senhora Comissária -, mas devemos saber também que, neste momento, os Georgianos têm à sua frente o exército russo baseado, instalado, nos territórios da Abcásia e da Ossétia do Sul. Não ponho minimamente em causa o trabalho notável desenvolvido pela missão civil de observadores no terreno. Mas, apesar de tudo, o que é que podem fazer os nossos observadores para defenderem os civis das violências quotidianas? Não muito, excepto testemunhar.

A ambição da PESC, neste caso da Geórgia, será avaliada em função da coragem de para lá enviarmos forças de manutenção da paz destinadas a estabilizar a região e que integrámos na nossa política de vizinhança.

Alexandru Nazare (PPE-DE). – (RO) Nos três relatórios que discutimos hoje, encontrei alguns pontos importantes e úteis para a definição das futuras políticas da União Europeia enquanto actor global.

Gostaria de fazer três comentários. Primeiro, gostaria de sublinhar a importância do aspecto transatlântico na política externa da UE. Temos de explorar o actual clima das relações com os Estados Unidos para abrir um novo capítulo nesta área e aumentar o nosso poder a nível global.

Em segundo lugar, a dimensão relativa à segurança da União Europeia tem de ser harmonizada com a da NATO para evitar qualquer duplicação de esforços e escassez de recursos.

Em terceiro lugar, penso que a UE deve utilizar a política de segurança e cooperação europeia para reforçar a estabilidade nos Balcãs Ocidentais, no seguimento do esclarecimento do estatuto do Kosovo. O Kosovo está agora numa fase de "independência supervisionada", de acordo com o representante especial da UE, Peter Faith. Apesar de ter rejeitado a utilização do termo "protectorado UE" para o Kosovo, durante uma recente audição do Parlamento Europeu, o senhor Faith reconheceu que o caminho para a "independência total" é longo e difícil e que "seria um milagre se concluíssemos a nossa missão em dois anos".

No entanto, penso que precisamos de reflectir sobre um calendário claro para o envolvimento da UE no Kosovo. É por isso que me congratulo com a iniciativa da Comissão de realizar um estudo sobre o Kosovo, desde que contribua para o sucesso da missão EULEX.

Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, permitam-me alguns comentários, e um em particular: considero que este debate demonstrou existir uma aceitação crescente da abordagem que a Europa segue no que respeita à gestão de crises e à prevenção de conflitos. A Conferência de Segurança de Munique confirmou a abordagem abrangente, pois a segurança e o desenvolvimento andam a par – não é possível ter uma sem o outro. Considero que esta abordagem europeia constitui um elemento fundamental da nossa estratégia com vista à promoção da paz na nossa vizinhança, mas também mais para além.

Essa abordagem funciona, mas terá de dispor de recursos suficientes, por isso temos de trabalhar com vista ao aumento das nossas capacidades nos campos civil e militar, e tentaremos, pelo menos, tanto quanto nos for possível, desempenhar o nosso papel.

Mas gostaria de responder às vossas perguntas, em particular, à do senhor deputado Saryusz-Wolski, Presidente da Comissão dos Assuntos Externos, sobre a insuficiência do orçamento da PESC. É verdade que o orçamento para este ano sofreu uma redução, mas isso não deverá, esperamos, constituir um impedimento para as nossas ambições políticas nos aspectos civis da PESC, desde que não existam novas missões significativas este ano. É importante ter presente que só são cobertos pelo orçamento da PESC determinados custos – custos de equipamento, pessoal contratado, subvenções especiais, por exemplo, os representantes especiais da UE –, mas os Estados-Membros assumem também os custos do seu pessoal destacado. O orçamento sofrerá um aumento – como sabem, não este ano, mas em 2013 – para 400 milhões de euros.

No que respeita às transferências entre rubricas orçamentais, que o senhor deputado Dombrovskis referiu, a Comissão inclui informação sobre as transferências no âmbito do orçamento da PESC nos seus relatórios trimestrais destinados à autoridade orçamental, sendo que, nos últimos anos, todas as dotações do orçamento da PESC foram autorizadas.

Permitam-me que comente dois aspectos específicos: em primeiro lugar, quanto à segurança humana. A segurança humana é uma questão que me é, pessoalmente, muito cara, e que tem de ser promovida: tornar as pessoas livres da pobreza e do medo como um bem proporcionado pela política externa e de segurança.

É isso que se reconhece no nosso relatório de 2008 sobre a Estratégia Europeia de Segurança (EES), que já ambos referimos. Para além disso, o relatório sobre a EES reconhece que sem desenvolvimento e sem a erradicação da pobreza não haverá uma paz sustentável. Por conseguinte, isso é muito importante, sendo que a promoção dos direitos humanos faz também parte desta equação.

Por último, permitam-me que diga uma palavra sobre o sistema de alerta precoce e a prevenção de conflitos, de que o senhor deputado Píks falou. Em geral, concordo que, na qualidade de União Europeia, temos de trabalhar mais no que toca às fases iniciais do ciclo dos conflitos, o que implica um sistema de alerta precoce, a prevenção de conflitos e a diplomacia preventiva. Na perspectiva da Comissão, uma das iniciativas que estamos a levar a cabo neste domínio é o reforço das suas ligações às ONG, como parte de uma parceria de construção da paz, bem como a melhoria da utilização que fazemos das nossas fontes abertas de informação. Mas tentaremos reforçar os aspectos da prevenção precoce no futuro. Estamos cientes de que se trata de elementos de extrema importância.

Javier Solana, *Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum*. – (EN) Senhora Presidente, serei muito breve. Gostaria de agradecer aos senhores deputados que intervieram, e tomei boa nota dos seus comentários e perguntas. Manter-me-ei sem dúvida em contacto para dar a devida resposta àqueles a quem devo uma resposta.

Gostaria de dizer que esta é a segunda vez que realizamos um debate desta natureza no Parlamento Europeu, uma discussão de praticamente três horas sobre segurança europeia. Considero-o importante e espero sinceramente que, de futuro, esta ideia seja mantida. Os meus sinceros agradecimentos aos três relatores, que podem ficar certos de que poderão continuar a contar com a minha cooperação no futuro.

Jacek Saryusz-Wolski, *relator*. – (EN) Senhora Presidente, este é um debate muito amplo e, para mim, positivo sobre os êxitos, lacunas e acções em curso neste domínio. Em termos gerais, diria que estamos perante a clássica situação do copo meio cheio ou meio vazio, dependendo do ponto de vista que adoptemos.

Algumas perguntas obtiveram resposta, pelo menos, por um bom número dos que intervieram. Foram realizados progressos nesta área? Sim. São suficientes? Não. Existirá maior convergência entre Instituições como o Parlamento, o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros? Sim, registaram-se mais progressos, embora a banda larga para a política externa da União não seja suficientemente larga, e, neste caso, faço referência às palavras da Senhora Comissária Ferrero-Waldner sobre o financiamento. Se dispuséssemos de mais fundos ou, pelo menos, de tantas verbas quanto a Comissão propôs para a banda larga em zonas rurais – 1,5 mil milhões de euros – talvez os Estados-Membros, sem terem de pagar, estivessem mais dispostos a participar em acções da PESC. Estão bem cientes aqui de que esta Câmara apela para que o orçamento da União cubra essas despesas.

Valorizarão os cidadãos esta política externa? A resposta, uma vez mais, é "sim". Fizemos suficientemente uso da política externa para legitimar a União? A resposta é "não". Capacidades: na acepção geral deste termo, no que respeita a tudo o que se prende com a gestão da prevenção das crises e com a resposta rápida, dispomos daquilo que estava ao nosso alcance obter e mais ainda – e será de esperar que Javier Solana faça um sinal de assentimento com a cabeça. Já aflorei aqui a questão das finanças. No que respeita a instrumentos jurídicos e institucionais – Lisboa – todos concordam que precisamos de instrumentos melhores e mais bem apetrechados ao abrigo das regras do Tratado.

Esta convergência está a ser desenvolvida de uma forma discreta, e gostaria de homenagear aqui a acção e diplomacia discretas do Alto Representante, não só no exterior, mas também na esfera interna. Como se consegue esta unidade de pensamento? Senhor Alto Representante Javier Solana, quando tiver capacidade para falar em nome de toda a União, será necessário que, previamente, se tenha actuado no sentido de persuadir e englobar todos.

Foi levantada a questão dos valores. Estamos de acordo quanto aos valores? Sim, estamos, mas recorremos a práticas diferentes, e a contraposição entre esse eixo dos valores e o interesse é também uma questão pertinente. O melhor exemplo disso será saber como fazê-lo valer na Ásia Central: questão que esteve presente no debate sobre Estratégia para a Ásia Central.

Para concluir, gostaria de dizer que as palavras de Javier Solana me tocaram – quando afirmou que a UE, através da política externa, ganha identidade. Ganha mais identidade. O que acrescentamos na nossa abordagem, aqui no Parlamento, é que a UE ganha mais legitimidade, o que significa que aquela lhe confere mais poder. Por isso, pode ser parte integrante da integração europeia. A argumentação dominante demonstrou

que, em matéria de política externa, existe fome de mais Europa e que é necessário reunir mais capital político e material.

Presidente. - Demos um pouco mais de tempo aos relatores, mas agora estamos muito limitados com o tempo e não podemos continuar assim.

Karl von Wogau, relator. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de comentar alguns aspectos.

Primeiramente, pretenderia explicar a razão pela qual não incluí, no meu relatório, os princípios da ‘segurança humana’ e do ‘dever de proteger’. Este assunto tem gerado uma grande polémica. Na minha opinião, estes conceitos que desenvolvemos, apesar de serem muito importantes, não são apropriados para uma política de segurança, uma vez que poderão ser mal empregues para justificar intervenções militares em todo o mundo. Esse representa para mim um risco muito real. Por esse motivo, apoio ambos os conceitos, mas não para efeitos da política de segurança.

Foi igualmente dito que, no meu relatório, eu estaria a fomentar a criação de um exército europeu, apelando nesse sentido. Pediria que relessem o relatório na íntegra. Não irão certamente encontrar nele as palavras ‘exército europeu’. O que o relatório indica é que o dinheiro dos contribuintes deveria ser melhor gasto neste domínio do que tem sido até à data.

E depois haveria a Estratégia Europeia em matéria de Defesa, que agora é apoiada por todos. O trabalho que foi necessário realizar para esse fim demorou vários anos e foi coroado de êxito. A meu ver, o próximo passo deverá ser a elaboração de um documento sobre a aplicação da política de segurança, um Livro Branco sobre essa política. Trata-se de uma tarefa para a próxima legislatura.

Só para focar um último aspecto, mas não menos importante, diria que os próximos debates que travarmos sobre este assunto deverão incluir a questão da Missão de Assistência Fronteiriça da União Europeia para o posto egípcio-palestiniano em Rafah (EUBAM Rafah), com o intuito de examinar como poderemos reactivar e possivelmente prolongar aquela missão.

Ari Vatanen, relator. – (EN) Senhora Presidente, repito apenas aquilo que o Presidente Wilson afirmou em 1917 e aquilo que, por exemplo, o nosso colega Swoboda afirmou há meia hora: a nação não resolve problemas sozinha. Esta Câmara, e a UE, são testemunhas disso. Temos de aprender com os nossos erros. É preciso que trabalhemos em conjunto em qualquer aspecto da vida: não há lugar para a selectividade e o parasitismo no mundo real. Não podemos deixar que o fardo seja suportado apenas por alguns ombros: é preciso que o partilhemos, porque somos nações democráticas. Esta é uma causa nobre.

Por vezes, tenho dificuldade em entender por que razão, assim que se faz qualquer referência à “NATO”, as pessoas – talvez pelos seus sentimentos antiamericanos, ou por terem formação antimilitar – expressam oposição. Sim, somos pacifistas. Quem não é pacifista? Qualquer pessoa no seu pleno juízo é pacifista. Alguém desejará o sofrimento? Alguém desejará a guerra? Porém, temos de dispor dos meios para a prevenir. E temos de ser pró-activos. As guerras vão e vêm, se se mantiver esse tipo de atitude. É preciso que construamos a paz de forma activa.

O meu reconhecimento à maioria dos deputados desta Assembleia que, esta noite, provaram, uma vez mais, que o bom senso e a responsabilidade prevalecerão; que esta Câmara é o que deve ser: uma Assembleia de olhos postos no futuro, porque, se não trabalharmos juntos, a paz tornar-se-á uma casualidade.

Permitam-me que teça um último comentário. Michel Platini – um mestre do futebol – está neste preciso momento a falar numa outra sala. Estive em França aquando do massacre no Ruanda – e não dirijo os meus comentários a França, pretendo, sim, chamar a atenção para a forma como os meios de comunicação transmitem a informação – e o facto de Zinedine Zidane, a estrela do futebol, se ter lesionado no joelho chamou literalmente mais atenção do que o massacre no Ruanda. Não, não podemos permanecer silenciosos: é preciso que sejamos pró-activos; caso contrário, estaremos a fechar os olhos a este tipo de acontecimentos no mundo.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Alexandra Dobolyi (PSE), *por escrito*. – (HU) Como deve a Europa reagir ao facto de nas suas fronteiras orientais, a Organização de Cooperação de Xangai, uma organização regional composta por várias potências emergentes e por estados ricos em recursos energéticos, estar a ficar mais forte? A SCO confina com a UE através da Rússia, e, portanto, é inevitável que a organização mereça toda a atenção da UE. Pela avaliação dos membros e observadores da SCO, podemos seguramente concluir que estes países possuem uma proporção significativa das reservas mundiais de petróleo e gás.

Em face disto, torna-se inevitável analisar a questão de uma nova estratégia em relação à Rússia e Ásia Central, que deve incluir igualmente uma avaliação de risco político específica para cada país.

Permitam-me ainda salientar que, tal como ilustrado pelo conflito Rússia-Ucrânia sobre o gás, a actual vulnerabilidade e grande dependência energética da UE prejudica o desenvolvimento de uma política externa e de segurança comum autêntica, eficaz e coerente.

Além disso, os países reagem de forma diferente conforme a sua experiência histórica e interesses financeiros. Mais do que em qualquer outra altura no passado, é especialmente importante hoje em dia adoptar uma acção política uniforme e harmonizar os interesses e posições nacionais discordantes.

É indispensável que a UE melhore a eficácia e a coerência das suas acções em todo o mundo. A ratificação do Tratado de Lisboa e as ferramentas de política externa ali delineadas podem contribuir muito para este objectivo.

A crescente necessidade de a UE funcionar de forma mais rápida e eficiente, e os acontecimentos que exigem respostas intelectuais com maior urgência, apelam a uma revisão dos mecanismos organizacionais e de tomada de decisão para reger a nossa política externa, e para obter respostas estruturais adequadas.

Glyn Ford (PSE), *por escrito*. – (EN) Felicito o senhor deputado Ari Vatanen pelo seu relatório, que subscrevo. Apoio, em particular, a ideia da criação de um Quartel-General de Operações da UE. Evidentemente, a NATO deverá ser e é o nosso primeiro recurso quando a segurança está ameaçada. No entanto, durante os debates Bush-Gore, há pouco mais de uma década, George Bush afirmou que se o Presidente fosse ele, não teríamos intervindo no Kosovo.

Hoje, apesar da minha antipatia pela política externa da Administração Bush, parece-me perfeitamente razoável que Bush assumisse essa posição com base no interesse próprio dos EUA. No entanto, essa não é uma posição que a Europa pudesse ou devesse ter seguido. Para além do forte argumento de que tínhamos a responsabilidade de proteger aqueles que enfrentavam um genocídio por parte da Sérvia, tínhamos igualmente a consequência de dezenas/centenas de milhares de refugiados. Nós, no nosso e no interesse destes, precisamos de ter a capacidade para actuar sem os Americanos. Para isso, dispor de um Quartel-General de Operações da UE pronto para essas intervenções no futuro é um pequeno preço a pagar.

Anneli Jäätteenmäki (ALDE), *por escrito*. – (FI) Senhora Presidente, a Finlândia não precisa de se envergonhar das suas soluções para a política de segurança. Fora da NATO, a Finlândia está em boa companhia com a Suécia, Áustria e Suíça. Identifica-se facilmente com estes países. O não-alinhamento em relação à NATO é a alternativa moderna para um Estado evoluído.

Nós começámos a falar de uma NATO mais moderada porque nos Estados Unidos da América o Presidente "belicista" foi trocado por um "pacifista". Espera-se que os discursos extasiados acerca de uma NATO moderada sob Obama e a Secretária de Estado Hillary Clinton se tornem um fenómeno comum. Vamos deixar que o tempo passe, porém, e ver como a NATO se desenvolve.

A minha opinião é de que a natureza fundamental da NATO não mudou nada desde que o sistema bipolar de segurança falhou. Por outro lado, a propaganda sobre uma NATO moderada tem sido um sucesso.

Olhar simplesmente na direcção da Rússia (Rússia, Rússia, Rússia), ou esperar por uma nova Guerra de Inverno não vai levar a nada. E a NATO não é a resposta adequada aos grandes problemas que se colocam à Finlândia no futuro próximo, e que são essencialmente de natureza económica.

Adrian Manole (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) A avaliação do papel da aliança NATO-UE deve começar com o reconhecimento de que o panorama político, tanto na Europa como nos Estados Unidos, se alterou recentemente, com a União Europeia a ter agora um papel legítimo a desempenhar no domínio da segurança global.

Esta situação exige que a aliança se volte a tornar "política" para que constitua um fórum de diálogo aberto e discuta as principais questões em que se irá necessariamente envolver. Um diálogo transatlântico honesto sobre, por exemplo, a abordagem necessária para dar resposta ao terrorismo, é um imperativo precisamente por os aliados terem perspectivas diferentes sobre a resposta a dar quando confrontados com este desafio comum.

Na situação actual, em que os Estados-Membros se deparam com uma variedade crescente de desafios à segurança global, que vão dos conflitos étnicos junto a território aliado, às redes globais de terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, é necessário conferir especial importância ao processo de reflexão e diálogo sobre este tema, e apoiar os processos de reforma da aliança. Refiro-me, em especial, aos problemas de segurança que afectam as áreas nas imediações da Aliança e em que esta pode desempenhar um papel chave na criação de instituições democráticas de defesa e segurança nos Balcãs e na região alargada do Mar Negro.

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Necessitamos de uma política comum de segurança, coerente e actualizada, que ajudará a reforçar a nossa identidade europeia e permitirá à UE pronunciar-se em uníssono e de forma credível na cena internacional.

A realidade actual com que nos confrontamos está cheia de grandes desafios tais como a crise económica, a segurança energética, as alterações climáticas e a gestão das migrações, e exige cooperação e responsabilidade da parte dos Estados-Membros para que possam proteger os seus interesses comuns e promover a paz, a segurança e o respeito pela integração territorial.

A UE só poderá produzir impacto se se pronunciar a uma só voz e dispuser dos instrumentos necessários e os utilizar eficazmente, ajudando a reforçar a cooperação com os países vizinhos.

Precisamos de pensar de forma estratégica, de nos envolver activamente e de agir de forma coerente a nível global. Precisamos igualmente de segurança regional e laços estreitos com os actores regionais relevantes.

As parcerias estratégicas com os países vizinhos a Leste da UE são uma necessidade e precisamos de investir nas relações com a Rússia, apresentando uma estratégia coerente com compromissos comuns e mutuamente benéficos.

É necessário investir nos países vizinhos, especialmente a Leste da UE, e oferecer-lhes os incentivos necessários para que continuem as suas reformas, e ainda reforçar a presença da UE na região. Temos novos instrumentos à nossa disposição, tais como a Parceria Oriental, que nos ajudarão a definir a um nível superior uma nova abordagem consolidada, com os nossos parceiros na região.

Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN), por escrito. – (PL) A segurança internacional é um dos aspectos mais caros a todos os envolvidos em relações internacionais. Hoje, constatamos uma redefinição deste conceito e uma alteração do seu centro de gravidade para factores não-militares que ameaçam a estabilidade e a segurança internacional. Exemplos destas ameaças são o crime organizado, o terrorismo na Internet, a pirataria (podemos constatá-lo na costa da Somália), as alterações climáticas e os riscos decorrentes da crise económica mundial. A União Europeia, ao mesmo tempo que se concentra na criação de instrumentos militares comuns tais como o Eurocorps, a Frota Europeia de Transportes Aéreos e o Centro Operacional permanente, não deve, no entanto, esquecer outras ameaças igualmente importantes. Deverá ser dada mais atenção à criação de órgãos e instituições que nos permitam ultrapassar a situação financeira causada pela crise económica mundial e proteger o ambiente e a diversidade biológica. Também não deveremos esquecer as ameaças internas como a droga, a pobreza e a cibercriminalidade.

Todos estes elementos são factores importantes que influenciam a segurança internacional, a segurança da União Europeia e de todos os países. Sem uma resposta a estas questões fundamentais não é possível a criação de uma estratégia europeia de segurança estável.

Flaviu Călin Rus (PPE-DE), por escrito. – (RO) A política de segurança comum é um tópico que foi repetidamente debatido e sobre o qual já muito foi escrito. A União Europeia tem um papel de facilitador cada vez mais importante a nível regional e global. É precisamente por esta razão que considero que a União Europeia deve ser visivelmente activa dentro das suas fronteiras e proactiva em qualquer região do mundo.

Após ter analisado os três relatórios de hoje: o relatório anual de 2007 sobre os aspectos principais e as escolhas básicas da PESC, a Estratégia Europeia de Segurança e a PESD e o papel da NATO na arquitectura de segurança da UE, penso que podemos tirar três conclusões:

1. A União Europeia deve ter uma política de segurança comum capaz de dar apoio às democracias internamente e às parcerias com os países vizinhos.
2. A União Europeia deve projectar a imagem de um todo unitário e necessita de uma força de reacção rápida capaz de intervir a qualquer momento em apoio da paz, democracia e dos direitos humanos.
3. A União Europeia deve consolidar a sua posição global e continuar a agir enquanto promotor da estabilidade e do equilíbrio entre as principais potências mundiais.

Katrin Saks (PSE), *por escrito*. – (ET) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao meu colega, o senhor deputado Vatanen, pelo seu óptimo relatório sobre a sinergia entre a UE e a NATO. A intensificação em todos os aspectos de cooperação e parceria, a utilização razoável de recursos e a cautela para evitar duplicações, um apelo aos membros de ambos para serem mais flexíveis, orientados para os objectivos e pragmáticos – o presente relatório contém tudo o que nós, na Europa, e também no Parlamento Europeu, sempre salientámos nas nossas posições.

Entre outros aspectos importantes do relatório, encontrei a recomendação de que se deveria conceder um estatuto temporário na Agência Europeia de Defesa (AED) aos países candidatos à adesão à União Europeia que são igualmente membros da NATO. Isto seria sem dúvida uma solução para a questão da Turquia relativamente à NATO.

O relatório sobre a PESD e o SEE pelo nosso colega, o senhor deputado von Wogau, de uma maneira geral é bastante certo. O relatório sobre o SEE, que foi aprovado pelo Conselho em Dezembro, responde à maioria das questões levantadas. Os novos elementos apresentados no relatório e as linhas de orientação para as acções relacionadas com a segurança da UE ajudarão a União a defender os seus interesses de segurança de forma mais eficaz, tal como recomendado no relatório von Wogau. O conselho para a UE procurar cooperação com outros parceiros é de louvar.

Obrigada!

Theodor Dumitru Stolojan (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Gostaria de apoiar o relatório do senhor deputado Saryusz-Wolski que muito correctamente sublinha que a tarefa de garantir a segurança energética dos cidadãos europeus deve ser uma das principais prioridades da política externa e de segurança comum da UE.

Gostaria de dizer, alto e a bom som, que a segurança do nosso aprovisionamento energético e, nomeadamente, a diversificação das fontes de fornecimento de gás, serão apenas um lindo sonho a menos que construamos o gasoduto Nabucco.

O projecto Nabucco tem de ser adoptado como objectivo estratégico por toda a UE. Este projecto exige um nível substancial de investimento financeiro e, especialmente, uma política externa e de segurança comum europeia eficaz. Uma política eficaz proporciona garantias de estabilidade regional na área por onde passará o gasoduto. Tendo presente este objectivo, temos de fazer todos os esforços para dotarmos a política externa e de segurança comum da estrutura coerente e eficaz de que tão desesperadamente necessita para poder obter resultados tangíveis.

Por exemplo, considero que a UE necessita de um Alto Responsável para a política energética externa que goze de um forte apoio político e disponha dos instrumentos necessários para agir.

Considero que a UE necessita de afectar recursos humanos e financeiros suficientes à política externa e de segurança comum para poder alcançar os resultados concretos que os cidadãos europeus esperam de nós.

Daniel Stroj (GUE/NGL), *por escrito*. – (CS) Rejeito por princípio o relatório sobre a Estratégia Europeia de Segurança e a Política Europeia de Segurança e Defesa na sua forma actual (A6-0032/2009). Este relatório é um exemplo típico da militarização da UE e uma prova do facto de, na esfera da segurança da UE, os recursos e medidas militares terem de substituir e até suplantar as medidas de natureza política necessárias. Muitas das conclusões e recomendações incluídas no relatório estão em contradição directa com o facto de a UE dever, supostamente, ser desenvolvida como um projecto da paz. Não admira que os cidadãos da UE, sempre que têm oportunidade de exprimir a sua opinião, assumam uma posição contra o Tratado de Lisboa por razões que incluem a forma como este consagra a natureza militarista da UE. Este relatório encerra uma posição altamente aberrante e perigosa que, por um lado, fala dos interesses de segurança da UE, enquanto, por outro lado, critica a Rússia por esta defender os seus próprios interesses de segurança, perfeitamente legítimos, no Cáucaso.

Dushana Zdravkova (PPE-DE), por escrito. – (BG) Minhas Senhoras e meus Senhores, o facto de estarmos a debater três relatórios relativos à segurança e defesa nesta Câmara é uma manifestação da nossa grande responsabilidade política perante os cidadãos da Europa na véspera da Cimeira da NATO. A prática estabelecida de aprovar resoluções sobre os principais aspectos e as opções fundamentais do Relatório do Conselho sobre a Política Externa e de Segurança Comum, constituem uma excelente oportunidade para apelar aos Estados-Membros para que apliquem esta prática a nível nacional.

É particularmente importante desenvolver capacidade académica independente para a análise e avaliação da política europeia de segurança e defesa, em conjunto com as políticas de segurança nacionais. Este aspecto irá formar uma base para o debate público sobre a PESD através de uma rede de centros de análise situados nos Estados-Membros.

Não é possível trabalhar num livro branco sobre a segurança e defesa da UE se os Estados-Membros não transpuserem o documento para as suas estratégias nacionais. Este aspecto inclui o reforço da capacidade analítica nacional e da capacidade de aprendizagem e formação no domínio da informática, com vista a testar e aprender novos conceitos na área da cooperação civil e militar.

Devemos encorajar os Estados-Membros a efectuarem uma revisão estratégica conjunta no campo da segurança, com vista a estabelecer uma base sólida para a interacção entre a UE e a NATO no processo de desenvolvimento de um novo conceito estratégico para a NATO no âmbito da PESD.

20. Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0502/2008) da deputada Pasqualina Napoletano, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre o Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo (2008/2231(INI)).

Pasqualina Napoletano, relatora. - (IT) Senhora Presidente, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, Senhor Presidente em exercício Alexandr Vondra, Senhoras e Senhores Deputados, com este relatório, o Parlamento propõe-se dar um contributo construtivo para a perspectiva do reforço da parceria euro-mediterrânica.

As propostas resultantes da Cimeira de Paris de 14 de Julho do ano passado apresentam dois objectivos que merecem o nosso apoio. O primeiro é concretizar os projectos de integração económica, regional e ambiental e torná-los mais eficazes, através da criação de um secretariado com essa função, com financiamentos públicos e privados; o segundo é reforçar o diálogo político no âmbito de todo o processo, através de novas instituições como a co-presidência, a Cimeira de Chefes de Estado ou de Governo e as reuniões periódicas dos Ministros dos Negócios Estrangeiros. Neste contexto, gostaria de salientar o papel da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, que foi reconhecido no texto de Paris e depois no de Marselha.

O Parlamento quer contribuir para a superação do grave impasse que se seguiu aos trágicos acontecimentos de Gaza. Contudo, muita coisa irá depender das políticas a adoptar pelo novo Governo de Israel formado após as eleições. No entanto, gostaria de salientar que a Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica se vai reunir brevemente, demonstrando o papel que os parlamentos devem desempenhar, mesmo nesta difícil situação.

Gostaríamos de salientar a importância das instituições que envolvem tanto a União Europeia como os países do Mediterrâneo meridional e oriental, mas, ao mesmo tempo, chamamos a atenção para a necessidade de não reduzir todo o processo a uma perspectiva puramente intergovernamental. É desejável um amplo envolvimento da sociedade civil e dos parceiros sociais, até porque a crise económica pode agravar os já endémicos e dramáticos problemas como o desemprego e o aumento da pressão migratória, tornando este fenómeno ainda mais difícil de gerir. Apelamos a que se preste mais atenção às questões dos direitos humanos, que, em maior ou menor grau, respeitam ao comportamento de todos os países nossos parceiros.

Relativamente às Instituições, recorde-se que, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a União Europeia terá a garantia de uma representação coerente e estruturada através das novas figuras do Presidente do Conselho e do Ministro dos Negócios Estrangeiros europeus. Entretanto, seria bom assegurar uma continuidade da presença europeia, pelo menos na co-presidência. Sabemos que a Presidência checa foi sensível a esta questão. Esperamos que também a Presidência sueca esteja receptiva a esta mensagem.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer a todos os colegas e aos funcionários dos vários grupos políticos e das comissões que deram o seu parecer. Todos contribuíram para a elaboração deste relatório, que me parece ser objecto de um amplo consenso.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Senhora Presidente, fico grato por esta oportunidade para contribuir para o debate de hoje a respeito do Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo. Estou ciente de que o Parlamento acompanha esta questão com particular interesse. Há que felicitar, em particular, Pasqualina Napoletano. Como resultado disso, a proposta de resolução que deverão votar mais tarde constitui um contributo valioso para o nosso trabalho.

A Cimeira de Paris, do passado mês de Julho, criou a União para o Mediterrâneo e uma parceria com base no actual Processo de Barcelona. A actual Presidência rotativa atribui prioridade ao reforço desta parceria. Apesar de o Tratado de Lisboa ainda não ter entrado em vigor, posso garantir que, no espírito da co-propriedade, colocamos particular ênfase no desenvolvimento desta iniciativa e, em especial, dos projectos regionais. Estes são importantes. Oferecem sinais concretos aos cidadãos da região de que a parceria funciona no seu interesse.

A União para o Mediterrâneo não é o único mecanismo de cooperação. A dimensão bilateral mantém-se ao abrigo da política europeia de vizinhança, sendo complementada, nalguns casos, pelo quadro de pré-adesão – bem como, no caso da Mauritânia, pelo quadro ACP.

Estas abordagens encorajam a reforma no seio dos diferentes países e reforçam a cooperação regional. A política de vizinhança, evidentemente, possui igualmente uma importante dimensão externa, e congratulamo-nos muito com o desenvolvimento paralelo desta política.

Na Cimeira de Paris acordou-se em desenvolver trabalho em quatro áreas fundamentais: despoluição do Mediterrâneo; auto-estradas marítimas e terrestres; protecção civil; e desenvolvimento de fontes de energia alternativas, através, por exemplo, do Plano Solar para o Mediterrâneo.

Dá-se igualmente especial ênfase à educação superior e à investigação, bem como ao apoio às empresas através da Iniciativa para o Desenvolvimento Empresarial. Os aspectos técnicos das propostas de projectos apresentadas nesta área serão analisadas pelo Secretariado a criar em Barcelona, tal como acordado em Marselha no ano passado.

Para além destas áreas de projecto específicas, as conferências ministeriais da União para o Mediterrâneo abordarão uma série de desafios mundiais que a todos nós dizem respeito. Entre estes incluem-se a procura da paz e da segurança para a região, o impacto social e geopolítico da crise económica, as preocupações ambientais, a gestão dos fluxos migratórios e o papel das mulheres nas nossas respectivas sociedades.

Estou ciente da importância que duas áreas específicas da cooperação têm para este Parlamento, e que também apoiamos totalmente. A primeira é a cooperação interparlamentar, através da criação da Assembleia Parlamentar Euromediterrânica e respectivas comissões próprias. Esta iniciativa é fundamental para o desenvolvimento de uma forte dimensão parlamentar na União para o Mediterrâneo. Servirá, como salientado na vossa resolução, para reforçar a sua legitimidade democrática. Ajudará igualmente a promover os valores fundamentais que subjazem à União Europeia. Congratulamo-nos muito com a forma como o Parlamento e o seu Presidente abraçaram esta iniciativa específica, e manifestamos-vos o nosso apoio.

A segunda área que, em minha opinião, deveria constituir uma prioridade para nós é o desenvolvimento de relações interculturais. É absolutamente crucial fazê-lo, caso queiramos encorajar uma maior compreensão entre as culturas na região do Mediterrâneo. É preciso que todos sejam envolvidos, a sociedade civil e os parceiros locais e regionais. A Fundação Anna Lindh tem aqui um papel especialmente importante a desenvolver.

A União para o Mediterrâneo oferece-nos o potencial para desenvolver melhores relações entre os seus membros. Os últimos acontecimentos mostraram bem que esta não é uma empresa fácil, porém, puseram igualmente em evidência a importância do nosso trabalho contínuo para esse fim. Estamos perfeitamente cientes das dificuldades enfrentadas pelas populações da região como resultado da crise em Gaza. Como sabem, esta crise tem conduzido ao adiamento de reuniões da União para o Mediterrâneo. Porém, a Presidência considera que a cooperação e o diálogo regionais são a via para a consecução da paz, da confiança e da prosperidade, e esperamos, sem dúvida, retomar os trabalhos no quadro da União para o Mediterrâneo, o mais rapidamente possível.

Por conseguinte, está actualmente em fase de preparação uma iniciativa que a Presidência checa e a Co-Presidência francesa da União para o Mediterrâneo, em nome dos membros da UE da União para o Mediterrâneo, possivelmente em conjunto com a co-Presidência egípcia, dirigiram aos seus parceiros árabes. Esta iniciativa tem como objectivo apelar ao reinício de todas as actividades da União para o Mediterrâneo, automaticamente e sem quaisquer condições, logo após a Cimeira da Liga dos Estados Árabes em Doha, no

final de Março. Tencionamos utilizar a oportunidade da Conferência Internacional de Dadores para a reconstrução da Faixa de Gaza, que se realizará em 2 de Março, em Sharm el-Sheikh, no Egipto, para que a questão volte a ser ponderada pelos três Ministros dos Negócios Estrangeiros: Karel Schwarzenberg, Ministro dos Negócios Estrangeiros checo; Bernard Kouchner, Ministro dos Negócios Estrangeiros francês; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto.

PRESIDÊNCIA: SIWIEC

Vice-presidente

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cara Senhora Deputada Napoletano, permita-me antes de mais felicitá-la pelo trabalho desenvolvido, que permitiu chegar a um acordo que nos interpela, de facto, a mais do que um título.

Antes de mais, porque constitui verdadeiramente uma contribuição positiva e construtiva do Parlamento Europeu para a definição de uma política euro-mediterrânica coerente, um desafio que tanto nos preocupa.

Em seguida, porque a senhora frisa, com razão, que a União para o Mediterrâneo deve ser completada. Não deve ser apenas intergovernamental, mas deve ser completada, abrindo-se precisamente à participação de outros actores, como as autoridades locais e regionais. Há que intensificar a dimensão parlamentar, reforçando o papel da Assembleia Parlamentar, bem como consagrar a participação da sociedade civil.

É um facto que a União para o Mediterrâneo está vocacionada para valorizar o carácter paritário institucional e político de uma parceria regional que precisa de ser relançada. Mas é também um facto que esta só poderá ser feita com base no acervo de Barcelona, que há que prolongar e consolidar.

A cooperação regional financiada pela Comissão faz parte desse acervo. Assim, não há qualquer razão, actualmente, para a pôr em causa. Pelo contrário, cauciona e garante a coerência da acção da União Europeia na região, tanto mais que os seus objectivos são perfeitamente compatíveis com as ambições da Política Europeia de Vizinhança, quadro principal das nossas relações bilaterais com os países da região.

O mesmo acontece com o respeito dos métodos comunitários aplicados aos mecanismos de tomada de decisão e de definição das prioridades no interior da União Europeia, na medida em que a União para o Mediterrâneo constitui uma iniciativa que se inscreve plenamente no quadro europeu.

Senhor Presidente, como sabe, a cimeira constitutiva da União para o Mediterrâneo tinha como triplo objectivo relançar o vigor político das relações euro-mediterrânicas, alterar a governação institucional dessas relações em benefício de uma condução paritária da iniciativa e, por fim, cristalizar a cooperação multilateral da União Europeia com os seus parceiros mediterrânicos em torno de projectos estruturantes, portadores de integração sub-regional e susceptíveis de reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as duas margens do Mediterrâneo.

Sim, reduzir esses afastamentos graças ao desenvolvimento económico e social, assim como ao reforço do comércio e ao crescimento dos investimentos. Contrariar o radicalismo ideológico, de que o desenvolvimento insuficiente e o sentimento de injustiça constituem precisamente o terreno fértil, através do diálogo e das soluções políticas para os conflitos. Conduzir políticas migratórias responsáveis e concertadas, como a senhora afirmou, de forma a tirar partido da estabilização demográfica na Europa e do crescimento demográfico dos países mediterrânicos. Eis alguns exemplos dos desafios que temos de enfrentar em conjunto com os nossos parceiros no âmbito de uma União para o Mediterrâneo.

Efectivamente, todos sabemos que não poderemos atingir esses objectivos sem o apoio parlamentar, o apoio tanto do Parlamento Europeu, como da Assembleia Parlamentar EuroMed. É nesse espírito que trabalhamos, com a firme convicção de que, relativamente a todas estas questões, a Comissão Europeia poderá contar com a vossa colaboração, que quero agradecer desde já.

Mas todos sabemos também, naturalmente, que, face à situação extremamente preocupante que reina no Próximo Oriente, no seguimento da guerra de Gaza - já a discutimos hoje aqui -, temos efectivamente um problema: não podemos deixar a União para o Mediterrâneo num vazio político. Sempre o dissemos; e agora é o caso.

A tal se deve a actual suspensão dos trabalhos, que, pessoalmente, lamento muito, mas esperamos recomeçar a trabalhar a qualquer momento. Efectivamente, a reunião que se realizará em Sharm-El-Sheikh, onde a Comissão terá evidentemente um papel fundamental a desempenhar como co-patrocinadora, será

importantíssima. Espero que, mais tarde, se venham a realizar outras reuniões. Com efeito, já trabalhámos muito e, quando a Comissão trabalha, fá-lo de uma forma muito séria.

Além disso, já muito foi feito no que respeita às regras que regem o secretariado, que já estão prontas e devem permitir iniciar os trabalhos em Barcelona.

Vural Öger, *relator de parecer da Comissão do Comércio Internacional*. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Deputada Napoletano, Senhoras e Senhores Deputados, a União para o Mediterrâneo deveria reavivar o Processo de Barcelona, lançado em 1995. Infelizmente, temos agora que viver com o facto de a recente crise no Médio Oriente ter inviabilizado este projecto. A abertura do secretariado em Barcelona foi adiada por tempo indefinido e as verbas prometidas não podem dar entrada.

Assim, não foram ainda alcançados quaisquer resultados concretos, o que muito lamento. Pergunto-me se não nos teremos centrado demasiado nas instituições e se essa é a razão do impasse actual. Será que subestimámos a influência das crises políticas na União para o Mediterrâneo?

Como poderemos garantir a continuação dos projectos? Na história da integração europeia, temos tido muito sucesso nos domínios económico e comercial. É por essa mesma razão que, na Comissão do Comércio Internacional, examinámos as possibilidades de aplicar os nossos eficazes mecanismos aos países vizinhos da Europa meridional. Um objectivo seria a criação de uma zona de comércio livre até 2010, mas também essas diligências ficaram pelo caminho. É precisamente porque os conflitos políticos bloqueiam este processo que deveríamos reforçar a vertente económica.

O comércio internacional poderia ter um efeito benéfico não apenas na economia, mas também, em particular, na situação política e social naquela região. A integração económica regional é crucial a este respeito. Os nossos vizinhos do Sul também deverão cooperar mais estreitamente entre si.

Ao mesmo tempo, os países que já desenvolveram uma rede de relações comerciais bilaterais deveriam ser persuadidos da mais-valia de uma dimensão multilateral. A este título, será fundamental transmitir às populações locais as vantagens da integração económica. Esse constituiria um passo para a estabilização da situação na zona meridional do Mediterrâneo. Gostaria que fosse dado esse passo para bem de todos, em especial, dos cidadãos daquela região.

Íñigo Méndez de Vigo, *relator de parecer da Comissão dos Assuntos Constitucionais*. – (ES) Um poema nunca está concluído, apenas abandonado, disse um poeta mediterrânico nascido em Sète. Creio que algo de semelhante se passou com o Processo de Barcelona: não foi concluído, mas abandonado – pelo menos em parte.

Por isso, o Parlamento considera importantes os esforços desenvolvidos durante a Presidência francesa para insuflar uma nova vida ao Processo de Barcelona. É também por isso que, na Comissão dos Assuntos Constitucionais, colaborámos activamente no relatório da senhora deputada Napoletano, a quem quero agradecer a sua paciência e compreensão.

Por que foi a Comissão dos Assuntos Constitucionais envolvida neste assunto, Senhor Presidente? Por várias razões: em primeiro lugar, para garantir a continuidade do Processo de Barcelona com a União para o Mediterrâneo; em segundo lugar, para evitar a duplicação de estruturas e inscrever este processo no quadro institucional da União Europeia. Em terceiro lugar, como já referiu a Comissária Ferrero-Waldner, para dizer que não é um processo unicamente intergovernamental e para salientar a dimensão parlamentar.

É por isso que, na Comissão dos Assuntos Constitucionais, insistimos em questões já levantadas pelo Presidente Pötering em 13 de Julho de 2008; questões que se referem à forma como a Assembleia Parlamentar deve reunir uma vez por ano, organizar-se em grupos constituídos segundo famílias políticas e produzir relatórios consultivos.

Tentámos igualmente ajudar o Conselho nas decisões importantes que este tinha de tomar. Senhor Presidente Vondra, este Parlamento deseja cooperar com o Conselho e estabelecemos os critérios que a sede desta nova União para o Mediterrâneo deveria reunir. Por acaso, estes critérios coincidiram com a cidade de um país que conheço muito bem; efectivamente, a Comissão dos Assuntos Constitucionais concluiu que Barcelona poderia ser uma boa sede. Mais, os ministros reconheceram-no pouco tempo depois, o que, Senhor Presidente, reflecte mais uma vez este desejo de cooperar com o Conselho.

Comecei por citar Paul Valéry; permitam-me que termine citando também um verso de do mesmo poeta: "Tu n'as que moi pour contenir tes craintes!".

Para acalmar os receios que possam existir em ambas as margens do Mediterrâneo, creio que nada seria melhor do que o êxito desta União para o Mediterrâneo. Esperemos que assim seja, Senhor Presidente. E, uma vez mais, obrigado à senhora deputada Napoletano pela sua compreensão e ajuda.

Vito Bonsignore, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, felicito a senhora deputada Napoletano pelos seus esforços e pelo equilíbrio que imprimiu a este seu trabalho. Agradeço à Senhora Comissária Ferrero-Waldner, sempre atenta ao nosso trabalho, pela importante actividade que está a desenvolver por todo o mundo.

Precisamos de demonstrar uma grande unidade, pois os problemas e desafios que temos pela frente no Mediterrâneo são particularmente difíceis. Temos de trabalhar com vista a um papel mais forte e mais influente da Europa, tendo em conta que, estrategicamente, estamos a par dos Estados Unidos.

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus esforçou-se, ao longo dos anos, para que a Europa tenha um papel cada vez mais forte e mais activo. Não bastam os financiamentos; os financiamentos, só por si, não são suficientes; é necessária uma ampla e renovada acção política. Um dos muitos desafios comuns é o de fazer face à imigração para a Europa. Este problema não pode ser enfrentado com excesso de benevolência ou com populismo; pelo contrário, são necessários controlos muito rigorosos que garantam o respeito da lei e da Convenção dos Direitos do Homem.

A União para o Mediterrâneo, a Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica e a política externa comum relativa ao Sul são instrumentos excelentes e legítimos que podem ser usados com vista a um papel mais forte, mais significativo e mais credível para a Europa.

Por esta razão, o meu Grupo político vai votar contra as alterações apresentadas pela extrema-esquerda; consideramo-las excessivamente controversas e muito pouco construtivas. A minha família política pretende dar um novo ímpeto a esta importante actividade, que será essencial no futuro próximo, e, por isso, apoiamos o relançamento da APEM, não já como um fórum de pura discussão, mas como uma sede em que se possam tomar decisões comuns importantes para o nosso futuro e para o futuro de todos os povos à volta do Mediterrâneo.

Carlos Carnero González, *em nome do Grupo PSE*. – (ES) Em nome do Grupo Socialista, gostaria, em primeiro lugar, de felicitar a senhora deputada Napoletano pelo excelente relatório que nos apresentou esta tarde, mas sobretudo porque foi uma cidadã euro-mediterrânica *da prima ora*. Sem o seu trabalho e sem o seu impulso, não teríamos podido imaginar, primeiro, um Fórum Parlamentar Euro-Mediterrânico, nem, posteriormente, uma Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, e não estaríamos hoje em condições de exigir o papel que cumpre aos representantes dos cidadãos naquilo que estamos a tentar pôr em marcha.

Gostaria de seguir o exemplo do meu colega Méndez de Vigo, que cita sempre grandes figuras literárias, recordando uma frase contida no *Rei Lear* de Shakespeare, quando se afirma que "quando alguém diz que está no pior momento, é porque o pior ainda está para chegar". Temo-nos empenhado em seguir no sentido contrário, porque, numa altura em que a situação no Médio Oriente está pior do que nunca, accionámos um instrumento cujo objectivo é que a região, no seu conjunto, contribua para o desenvolvimento político, económico e social, como um quadro indispensável para a resolução dos conflitos. É isto, ao fim e ao cabo, a União para o Mediterrâneo. É uma União para o Mediterrâneo que não é *ex novo*, mas que vem da raiz profunda do Processo de Barcelona, criando novas instituições como o Secretariado Permanente, que terá a sua sede em Barcelona. É algo com que nos congratulamos como Europeus, como Mediterrânicos, como Espanhóis e como parlamentares que o solicitaram na altura. É também a aceitação da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica como aquilo que deve ser: um meio de os deputados e os cidadãos exprimirem as suas opiniões no seio desta União.

Há que dar à APEM aquilo que merece: tarefas de consulta, de controlo e de proposta. A União para o Mediterrâneo tem de se basear na co-gestão, deve dispor de financiamento suficiente e deve centrar-se na integração regional e na satisfação das necessidades dos cidadãos. Deste modo, seremos capazes de construir um Mediterrâneo de paz, de solidariedade e também de aliança de civilizações.

Marios Matsakis, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, também eu gostaria de felicitar a senhora deputada Napoletano, não só pelo excelente relatório que elaborou, mas também pela valiosa cooperação que manteve com os relatores sombra. O tema do relatório é de extrema importância, uma vez que se prende com a perspectiva de uma União Euromediterrânica de Estados, unidos pela amizade e a cooperação e que vise o objectivo global da consecução da paz, estabilidade e prosperidade para os seus cidadãos.

Esta não é uma tarefa fácil, sobretudo, porque os conflitos regionais, como o israelo-palestiniano, não são fáceis de resolver – ou mesmo, por vezes, fáceis de suportar. No entanto, não deveremos perder nunca a esperança, e a União para o Mediterrâneo não poderá deixar de ser uma ajuda para manter viva essa esperança. E quem sabe? Talvez ajude transformar a esperança em realidade sob a forma de estabilidade e de soluções de longa duração para os problemas regionais.

É importante notar, neste debate, o valioso contributo dado pelo Governo francês para o início do projecto proposto, sendo igualmente importante reiterar que a formação da União para o Mediterrâneo não é oferecida como uma alternativa à já planeada adesão da Turquia à UE. Temos de nos certificar de que o povo turco saiba e compreenda que não existe esse tipo de objectivos ou truques escusos.

Finalmente, tendo em conta as alterações que temos em mãos, o Grupo ALDE, juntamente com o Grupo PSE, chegaram a acordo quanto a cinco alterações de compromisso, visando melhorar o relatório. As cinco alterações suplementares apresentadas pelo Grupo GUE/NGL não serão, no entanto, de grande ajuda, pelo que não serão apoiadas pelo meu Grupo.

Uma vez mais, as minhas felicitações à relatora.

Salvatore Tatarella, *em nome do Grupo UEN*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, desejo manifestar o meu mais firme apoio a qualquer iniciativa destinada a desenvolver a União para o Mediterrâneo.

Nesta perspectiva, espero ver reforçado o papel parlamentar da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, inclusivamente através da intensificação das relações dessa Assembleia com os parceiros mediterrânicos, bem como da possibilidade de apresentar recomendações nas reuniões dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e de participar como observador nas reuniões de Chefes de Estado e de Governo, nas reuniões ministeriais e nas reuniões preparatórias dos altos funcionários.

Gostaria de insistir na necessidade de reforçar o papel e as iniciativas da Facilidade de Investimento e de Parceria Euro-Mediterrânica e de criar um Banco de Investimento Euro-Mediterrânico, anunciado há algum tempo mas ainda não concretizado.

Apoio a proposta de criação de uma Assembleia Regional e Local Euro-Mediterrânica, na mesma linha das instituições europeias homólogas, com vista a obter uma maior participação das regiões e das cidades, bem como de um Comité Económico e Social Euro-Mediterrânico, visando a participação dos parceiros sociais e da sociedade civil.

Também encaro positivamente a proposta de criação de uma Comunidade Euro-Mediterrânica da Energia, no quadro de uma política destinada a realizar projectos de grande escala nos sectores das energias renováveis e das infra-estruturas energéticas.

Espero, de igual modo, que a União desempenhe um papel cada vez mais eficaz na procura da paz, na resolução dos conflitos, no reforço da democracia, na defesa da liberdade religiosa e na luta contra o terrorismo, o tráfico de drogas, a criminalidade organizada e o tráfico de seres humanos.

Finalmente, a União não pode fugir à tarefa de gerir de forma concertada com os Estados interessados as políticas e os fluxos migratórios na região do Mediterrâneo. Não pode actuar apenas em termos de segurança, legalidade e repressão da imigração ilegal; deve também, e sobretudo, centrar a sua atenção em políticas activas, fontes de regras comuns e emprego orientado e sustentável.

David Hammerstein, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (ES) Obrigado, Senhora Deputada Napoletano, por este excelente relatório. Dois dias antes de eclodir a guerra em Gaza, estive a representar o Parlamento e a APEM na Jordânia, na última conferência ministerial que teve lugar antes de as actividades terem sido novamente suspensas devido à violência no Médio Oriente. Era uma conferência sobre a água. Era uma conferência ministerial sobre uma das questões-chave em torno da qual tem de existir cooperação em todo o Mediterrâneo; uma questão que criará conflitos, que é uma questão de sobrevivência e é também objecto de possíveis grandes projectos no Mediterrâneo, que envolvem a energia solar, a transferência de água e muitas outras coisas.

É tão crucial quanto isso. Estas actividades ficaram suspensas e espero que as actividades da União para o Mediterrâneo sejam retomadas em breve e que haja progressos no Médio Oriente.

Tivemos alguns objectivos muito ambiciosos no Mediterrâneo. Os resultados têm sido muito mais modestos, em especial nos domínios dos direitos humanos, da democracia e do ambiente.

Devemos promover também o mercado Sul-Sul e a cooperação entre os países do Sul, e não estarmos apenas obcecados com um grande mercado livre no Mediterrâneo, que não é precedido por uma cooperação entre países que têm conflitos profundamente enraizados, um após outro.

Ao mesmo tempo, temos de enfrentar a crise energética. A crise energética e a crise económica actual podem constituir uma oportunidade para avançar com projectos muito importantes, tanto para a Europa como para os nossos vizinhos do Sul, como os projectos de instalações termo-solares (energia solar de alta temperatura) e a criação de redes inteligentes e limpas que ligam o norte de África, o Médio Oriente e a Europa num grande projecto ecológico que lute contra as alterações climáticas e contra a crise económica.

Willy Meyer Pleite, em nome do Grupo GUE/NGL. – (ES) Senhor Presidente, em primeiro lugar, queria agradecer o trabalho da senhora deputada Napoletano e, em segundo lugar, gostaria de dizer que, como relator-sombra, pedi ao meu grupo que não votasse a favor deste relatório por duas razões fundamentais.

Em primeiro lugar, porque o mais recente conflito, o mais recente ataque israelita a Gaza é de tal magnitude que não pode ficar impune. Tudo tem um limite, não é a primeira vez, mas este ataque à soberania palestiniana é de tal magnitude que impede efectivamente a concretização do acordo de Annapolis e bloqueia a perspectiva da criação de um Estado palestiniano, que é a única possibilidade de ter uma União para o Mediterrâneo em clima de paz e solidariedade.

A segunda razão pela qual recomendei ao meu grupo que não votasse a favor prende-se com o facto de, no que respeita à zona de comércio livre, as diferenças regionais não serem tidas em conta. Para nós, é essencial que as questões comerciais sejam tidas em conta, em termos de todos serem tratados de igual para igual, tendo em conta as assimetrias regionais e as características particulares de cada país.

Luca Romagnoli (NI). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que, em contrapartida, irei votar a favor da proposta de resolução da senhora deputada Napoletano, porque, na minha opinião, é sem dúvida estratégico identificar grandes projectos que deverão ser realizados, sendo igualmente útil chamar a atenção para a necessidade de adoptar a fórmula dos "acordos de programa" para a sua realização. No entanto, esses acordos devem basear-se – e penso que é muito importante sublinhar este ponto – no princípio da subsidiariedade.

Para ser sincero, estou um pouco perplexo com o apelo no sentido de se dar um novo impulso à gestão das políticas migratórias comuns, muito embora reconheça a importância da colaboração entre os Estados-Membros, e não só; a colaboração com os países da margem sul do Mediterrâneo é, sem dúvida, importante e deve ser implementada.

Para falar com franqueza, também tenho algumas dúvidas quanto às iniciativas económicas e comerciais destinadas a preparar a criação de uma zona euro-mediterrânica de comércio livre. Não que isso se deva a qualquer preconceito da minha parte, mas sim porque gostaria que se esclarecesse um pouco melhor de que maneira isso poderá ser reciprocamente vantajoso.

Ioannis Kasoulides (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de felicitar a senhora deputada Napoletano pelo seu relatório. Certamente, a União para o Mediterrâneo constitui um passo em frente significativo nos esforços com vista à parceria euromediterrânica. Até à data, uma das dificuldades no desenvolvimento desta parceria tem sido a sua visibilidade: a capacidade de as populações dos parceiros reconhecerem o impacto do Processo de Barcelona e da nossa União para o Mediterrâneo.

Permitam-me um exemplo. Quando me pediram para elaborar um relatório sobre a despoluição do Mediterrâneo, os programas envolvidos eram os seguintes: o Programa de Investimento no Ponto Quente do Mediterrâneo, a Estratégia para a Água no Mediterrâneo, a Estratégia Marítima da UE, o UNEP/MAP, a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Mediterrâneo, o Programa de Assistência Técnica Ambiental para o Mediterrâneo, a iniciativa da UE no domínio da Água para o Mediterrâneo e o MYIS, que têm vindo a ser desenvolvidos ao abrigo do Programa Horizonte 2020. Esta fragmentação prejudica a visibilidade.

Outra das dificuldades é o problema do Médio Oriente. Saúdo a posição de Javier Solana quando afirma que, doravante, o Quarteto actuará de forma diferente. Não porque tenha havido falta de vontade da parte da União Europeia, mas devido à política da anterior Administração americana. Espero que, desta feita, com o envio de George Mitchell para o local, se consigam realizar progressos políticos. Fez-se muito nesta área.

Visitei o Líbano muito recentemente, tendo verificado que a UNIFIL, com a presença dos contingentes europeus, torna a repetição das hostilidades no Sul do Líbano e em Israel impossíveis.

Jamila Madeira (PSE). - Obrigada à colega Napoletano pelo excelente relatório. Catorze anos após Barcelona e cinco anos após a primeira Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, temos a União para o Mediterrâneo com poder económico, com poder parlamentar, com sociedade civil, com os chefes de governo a decidir em conjunto. Todos com vontade de fazer mais e melhor no território onde 720 milhões de cidadãos representam um potencial de desenvolvimento e de paz para o mundo. Cingir-nos apenas ao lado económico e empresarial é um erro claro. Dar resposta às crises de crescimento exige naturalmente resposta política, mas dar resposta às crises humanitárias, a situações de emergência e a crises militares como a que se viveu no fim de 2008, princípio de 2009 é crucial.

Os políticos e os cidadãos têm que dar respostas aos problemas do mundo. O mundo pediu-lhes respostas e meses depois continuamos ainda, cidadãos e políticos, designadamente numa plataforma como a União para o Mediterrâneo, a tardar a reagir. Espero que, no mínimo, este momento tenha servido para aprender e avançar, pois só aprende quem erra, mas avançar na agilização da reacção é absolutamente crucial.

Miguel Portas (GUE/NGL). - A Comissária Ferrero-Waldner sintetizou na sua intervenção os objectivos da nova União. Na verdade, esta União nasceu durante a Presidência francesa sob o signo dos equívocos. Primeiro equívoco: removeu da sua agenda os conflitos da região, em particular o israelo-palestiniano e do Sara Ocidental. Segundo equívoco: quer afirmar-se através da partilha de projectos económicos e ambientais, sem questionar o contexto de livre comércio em que decorre. Terceiro equívoco: insinua a possibilidade de transferir para esta União o pedido de adesão da Turquia à União Europeia.

O relatório da colega Pasqualina não enfrenta o primeiro equívoco, e esse é o seu limite. Nenhuma integração económica e regional verá a luz do dia se a política não tiver a coragem de abordar os conflitos existentes e de o fazer na base do direito internacional. Em contrapartida o relatório contém recomendações claras sobre o segundo e o terceiro dos equívocos, e essas vão todas na boa direcção.

A União para o Mediterrâneo não pode ser a sala de espera ou a porta dos fundos para a Turquia, desde que esta cumpra os critérios de adesão, e a União para o Mediterrâneo não pode ser um adicional da estratégia europeia de comércio livre amputado de políticas de integração no plano social.

As recomendações do relatório são importantes – uma União com dimensão cidadã e representativa que envolva a Liga Árabe; projectos regionais com dimensão social; alargamento dos projectos a domínios essenciais para a vida das pessoas: água, agricultura, educação. Há ainda regras claras nos acordos-programa e um banco euro-mediterrânico.

A União nasceu equívoca, mas ela aí está. Apoio este relatório porque acredito que esta União acabará por ser o que conseguirmos fazer dela. Dou-lhe o benefício da vontade.

Luís Queiró (PPE-DE). - Uma larga parte das questões com maior importância política para a Europa passa pela Bacia do Mediterrâneo. A iniciativa "União para o Mediterrâneo" é, pois, merecedora do nosso apoio, na medida em que pode dar um novo impulso a um processo que é necessário e útil, mas que não tem tido nem o sucesso nem a visibilidade necessários. A questão que se coloca é de saber como é que podemos prosseguir esta estratégia. O modelo seguido em Barcelona não teve os resultados esperados. Poderá esta nova parceria resultar?

O relatório da nossa colega Napoletano vai ao encontro desta percepção. Mas desejamos que a União não venha a sofrer do mesmo mal que tem afectado o processo de Barcelona. Aparentemente muitos projectos, muitas áreas de intervenção, mas uma deficiente hierarquização das prioridades. Relegar para o 26.º parágrafo do relatório a compreensão social e cultural entre os povos das duas margens, deixar o tema da democratização e promoção dos direitos humanos para o parágrafo 27.º e os fluxos migratórios para o 28.º, depois de muito se falar sobre outros sectores e outras temas, é dar um sinal errado do que são, ou devem ser, as prioridades desta parceria.

Importa ter uma estratégia clara. Em nossa opinião essa estratégia deve passar por oferecer mais benefícios, mais cooperação aos nossos vizinhos, mas também por pedir-lhes mais resultados, nos planos económico, social e democrático, e concentrar-nos em sectores bem definidos, porventura em menor número, para evitar que todas as áreas sejam igualmente prioritárias correndo o risco de que nenhuma o seja afinal. E, claro, fazendo-o com o suporte e enquadramento financeiro adequados. O reconhecimento da necessidade de um

banco de investimento para o Mediterrâneo tem finalmente de ter uma resposta favorável. É preciso ser ambicioso, o que significa fazer bem o que está ao nosso alcance.

Por último, Senhor Presidente, uma palavra sobre o conflito no Médio Oriente. Este processo, não sendo uma alternativa às negociações de paz, pode e deve ser um contributo para o melhor entendimento, a interdependência e o respeito mútuo entre os beligerantes. Estes são factores essenciais – todos bem o sabemos – para a pacificação da região.

Presidente. – A lista de oradores chegou ao fim. Existem quatro pedidos ao Hemiciclo para intervenções segundo o procedimento "catch the eye".

Christopher Beazley (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, será que a Senhora Comissária, na sua resposta ao Parlamento, poderá explicar exactamente de que forma a recentemente rebaptizada "União para o Mediterrâneo" – por oposição a "União Mediterrânica" – continua a ser uma política da UE? Considero ser muito importante que considere igualmente dois outros mares da UE: o Mar Negro, e a sua Sinergia, e o Mar Báltico, e a sua Estratégia.

O meu país tem interesse no Mediterrâneo. Penso que temos também estatuto de observador. Os Estados-Membros são membros da Commonwealth, e – embora não pretenda irritar os meus colegas espanhóis – Gibraltar, tanto quanto sei, tecnicamente ainda faz parte dos domínios de sua Majestade.

É muito importante que não se trate aqui apenas de uma espécie de acantonamento regional, em que o resto da UE não seja totalmente envolvido – como espero que esteja plenamente envolvido no Mar Negro e no Mar Báltico.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) O desenvolvimento económico e social e a prosperidade dos cidadãos dos países da União para o Mediterrâneo têm de ser sustentáveis. Eu considero que a recentemente criada União para o Mediterrâneo deverá abordar igualmente o tema das alterações climáticas.

Na região euro-mediterrânica vivem aproximadamente mil milhões de cidadãos, responsáveis por um terço do PIB mundial. Existe grande necessidade de cooperação regional nesta área para dar resposta aos riscos para o ambiente.

O crescimento demográfico e a redução no nível de precipitação nesta região, devido às alterações climáticas, tornam a água potável um dos principais elementos em risco nesta área. A falta de água, a poluição da água, a falta de estações de tratamento, os derramamentos de petróleo causados pelos acidentes marítimos, a desflorestação e a erosão do solo devem figurar entre as responsabilidades da parceria para o Mediterrâneo.

Considero que um dos valores fundamentais a promover pela União para o Mediterrâneo deverá ser a defesa do ambiente e a luta contra as alterações climáticas, tanto a nível da adaptação a este fenómeno como da redução das causas que o provocam.

Marie Anne Isler Béguin (Verts/ALE). - (FR) Senhor Presidente, Senhor Ministro, Senhora Comissária, quero agradecer também à senhora deputada Napoletano pois, na primeira discussão sobre a União para o Mediterrâneo, eu estava um pouco céptica; embora não deixe de o estar, considero que, actualmente, existe alguma esperança.

Os desafios são consideráveis, enormes. Dispostemos dos meios para lhes fazer face? Todos sabemos que não dispomos. É um facto que os objectivos são nobres: ambiente, energia, luta contra a desertificação, imigração, etc. Mas não devemos afundar-nos naquilo a que poderíamos chamar uma lista à Prévert, que apenas deixaria decepcionado o outro lado do Mediterrâneo.

Se me permite, Senhora Comissária, gostaria de falar de um país especial que não pertence às margens do Mediterrâneo mas que foi integrado, que é um país ACP e que é também membro da União para o Mediterrâneo. Esse país, que é a Mauritânia, atravessa neste momento uma crise política muito grave, e eu penso que, enquanto parceiro da União para o Mediterrâneo, enquanto país ACP e em nome da Política Europeia de Vizinhança, esse país merece que o ajudemos a sair dessa crise.

Penso que é isso que nos pedem as duas partes em conflito e que é da nossa responsabilidade empenhar-nos no sentido de as ajudar a sair da enorme crise política que as afecta.

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, a água é uma questão essencial da cooperação em todo o Mediterrâneo. O mesmo se aplica, espero, a uma super-rede pan-europeia, ou interconexão de alta tensão contínua, incluindo uma ligação entre Espanha e a costa Noroeste de África.

É crucial que se integre a utilização das fontes de energias renováveis, incluindo a eólica, a hídrica, as várias tecnologias solares e outras. Poder contar com elas fontes em alturas de picos de procura depende totalmente da disseminação da introdução, nas nossas redes, da energia proveniente do maior número possível de fontes para que o fornecimento possa dar sempre resposta à procura. Se o vento não soprar na costa Noroeste da Irlanda – e a Irlanda tem sido descrita como a Arábia Saudita da Europa no que respeita à energia eólica! – serão o vento que sopra na costa Noroeste de África ou as instalações de energia solar térmica no Mediterrâneo, especialmente em Espanha, que alimentarão a rede, ou então o conjunto de instalações fotovoltaicas da região.

Este cenário gera uma situação de benefício geral para a região do Mediterrâneo, para a segurança energética, para a política energética e, acima de tudo, para uma diminuição das nossas emissões de dióxido de carbono causadas pela nossa actual dependência de combustíveis fósseis para alimentar as nossas indústrias, transportes, aquecimento e refrigeração.

Presidente. – A senhora deputada Ilda Figueiredo juntou-se a nós e irá apresentar o parecer da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros segundo o procedimento "catch-the-eye".

Ilda Figueiredo, relatora de parecer da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros. – No parecer da Comissão dos Direitos da Mulher salientou-se a necessidade de dar maior atenção, por parte de todos os Estados-Membros, à ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, bem como de todos os outros instrumentos da ONU e da Organização Internacional do Trabalho no domínio dos direitos humanos. E também foi dada atenção à situação das mulheres, lamentando que a posição da comunicação da Comissão não lhe tenha dado uma especial atenção, designadamente na dimensão "projectos", onde deve incluir a promoção da coesão geográfica, económica e social e deve ter sempre em conta a questão da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a perspectiva do género.

Por último queria só sublinhar ainda a preocupação com a pobreza e a exclusão social, que atinge fundamentalmente as mulheres. Deixo aqui uma última palavra para os casos graves da Palestina e do Sara Ocidental, onde as mulheres e as crianças são as principais vítimas da guerra, da exploração, enfim de todo o processo de discriminação que atinge estes povos e que atinge, fundamentalmente, as mulheres e as crianças.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, antes de mais, muito obrigado por este debate frutífero, que suscitou uma série de ideias. Elaboraram um documento extremamente interessante.

E qual é agora o ponto da situação? Sabemos por que apostamos nesta iniciativa: porque a região do Mediterrâneo é o berço da nossa civilização, sendo, por isso, lógico que nós, na União Europeia, queiramos prestar-lhe especial atenção. No ano passado, surgiu uma iniciativa francesa, e é preciso que mantenhamos este processo em curso e desenvolvamos todo o seu potencial.

Por isso, conhecemos as razões que presidem à nossa actuação e sabemos bem o que queremos. Muitos dos que intervieram salientaram a importância de o Mediterrâneo se tornar uma zona de paz, estabilidade e segurança, onde os princípios democráticos, os direitos humanos e as liberdades fundamentais – incluindo a igualdade de géneros e o papel das mulheres na sociedade – sejam defendidos e totalmente respeitados.

Estamos também cientes da forma como pretendemos concretizar os nossos objectivos, por isso, dispomos da União para o Mediterrâneo e de um amplo leque de actividades. Os senhores deputados conhecem bem as mais importantes áreas, a ênfase nas renováveis, o programa solar e o programa de gestão da água. Estive em Portugal, há uma semana, e este país poderia servir de exemplo das possibilidades de desenvolvimento de um programa sustentável e dinâmico em prol da energia renovável, que é importante para a região do Mediterrâneo.

É apenas preciso agir. Quando nos encontrámos, no ano passado, em Paris e em Marselha, não poderíamos ter antecipado a situação que surgiria em Gaza, porém, a Presidência, juntamente com a Comissão, está a fazer o necessário para iniciar a implementação de todos os acordos a que chegámos no ano passado. Por isso, penso ser razoável esperar avançar depois do final de Março, de acordo com a informação que prestei, com as últimas actividades da Presidência.

O programa das nossas actividades para 2009 é muito substancial: estão agendadas cerca de nove conferências sectoriais. Existem recursos, que, tanto quanto sei, ascendem a mais de mil milhões de euros. Por conseguinte,

penso que estamos prontos. Algumas dificuldades relacionadas com a situação em Gaza causaram alguns atrasos, mas considero que seremos capazes de as ultrapassar.

Muito obrigado por um frutuoso debate. Estamos certamente prontos para continuar a colaborar convosco.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, falta dizer muita coisa, naturalmente, mas vou começar pela seguinte pergunta: qual é a dimensão comunitária de tudo isto?

Em primeiro lugar, posso dizer-lhes que a dimensão comunitária é importante neste dossiê, pois o projecto de União para o Mediterrâneo baseia-se no processo de Barcelona, mas também herdou o acervo deste último. Assim, o acervo está todo aqui. Trabalhámos muito sobre a matéria.

Em segundo lugar, a União para o Mediterrâneo inscreve-se no âmbito da Política Europeia de Vizinhança. Esta representa a política bilateral e o processo de Barcelona, e, actualmente, a União para o Mediterrâneo constitui a parte multilateral. Naturalmente que lhes posso dizer também que o Mar Negro e o Mar Báltico se inscrevem exactamente no mesmo âmbito, mas a Norte. Assim, não se preocupem pois, felizmente, está tudo aqui. É isso precisamente que a Presidência francesa pretendia, a saber, partilhar a co-presidência com os países do Mediterrâneo - já o tinha afirmado - e trabalhar em conjunto.

Agora, nós - a Comissão - gerimos também todos os projectos comunitários futuros, porque é necessário e porque estamos também sob o controlo do Parlamento. Só os projectos que têm eventualmente de ser financiados por fundos privados são geridos de outra forma.

O secretariado, que terá sede em Barcelona, fará a promoção dos projectos. É assim que concebemos a promoção; em seguida, tentaremos a promoção através de fundos privados pois, quanto ao resto, manter-se-á a responsabilidade da Comissão. A decisão será tomada, em primeiro lugar, pelos 27, como sempre, e depois, mais uma vez, a co-presidência terá a possibilidade de trabalhar em cooperação com os 143, o Sul e o Norte.

Quanto à Mauritânia, Senhora Deputada Isler Béguin, ela apenas participa nas relações multilaterais, ou seja, na União para o Mediterrâneo, mas não é abrangida pela Política Europeia de Vizinhança. Eis toda a diferença.

Dito isto, posso acrescentar que, apesar desta suspensão temporária, a Comissão trabalha num espírito construtivo, como é natural, para pôr em prática os 4 a 6 projectos que foram considerados prioritários, a saber, a protecção civil, a despoluição do Mar Mediterrâneo, as auto-estradas marítimas e ainda um plano solar, Senhora Deputada, no âmbito do qual trabalhamos muito sobre a energia renovável, nomeadamente solar, pois esta última, bem como a energia eólica e outras fontes de energia, é extremamente importante.

No total, a União para o Mediterrâneo poderá então beneficiar de um apoio financeiro de 60 milhões de euros do orçamento 2008-2009 através, nomeadamente, dos programas regionais. Além disso, já foram autorizados 50 milhões de euros do Fundo de Investimento de Vizinhança para apoiar projectos de investimento na região.

Quisemos também acompanhar a promoção dos intercâmbios universitários, e foi assim que, por exemplo, decidi alargar o programa Erasmus Mundus aos países do Sul do Mediterrâneo, para lhes oferecer bolsas universitárias suplementares.

No que respeita às mulheres, Senhora Deputada Isler Béguin, evidentemente que também estamos a tratar dessa questão, que figura no acervo de Barcelona. Lembro-me muito bem, pois estive presente na primeira conferência das mulheres para o Mediterrâneo, que se realizou em 2007 em Istambul; continuamos a tratar essa questão, como é óbvio.

Mas existem sempre, como sabe, por um lado o aspecto bilateral, referente às relações com cada país individualmente e, por outro lado, o aspecto multilateral, que está agora no centro das preocupações da União para o Mediterrâneo.

Duas palavras muito rápidas sobre o secretariado: estamos a pensar na criação de um comité de redacção que será em breve incumbido, nomeadamente, de preparar os estatutos jurídicos do secretariado. A Comissão já avançou muito nos trabalhos preparatórios. Esses estatutos conferirão uma personalidade jurídica ao secretariado; em seguida, terão de ser formalmente aprovados pelos altos funcionários da União para o Mediterrâneo.

Para concluir, gostaria de lhes dizer mais uma vez que a participação da APEM enquanto observador em todas as reuniões da União para o Mediterrâneo é muito importante, e nós apoiamos o reforço desse papel

no seio da União para o Mediterrâneo. Aliás, quando a senhora deputada Rodi Kratsa-Tsagaropoulou se deslocou a Marselha, apoiámos fortemente esse aspecto.

Penso ter invocado os pontos mais importantes. Evidentemente que muita coisa ficou por dizer.

Pasqualina Napolitano, relatora. – (IT) Senhor Presidente, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Alexandr Vondra, Senhoras e Senhores Deputados, penso que este debate foi muito útil e veio esclarecer alguns aspectos do nosso sistema bastante complicado de instrumentos para parcerias bilaterais e multilaterais com os países do Sul.

Subscrevo a explicação dada pela Senhora Comissária Ferrero-Waldner, salientando que o acervo de Barcelona permanece intacto e que, precisamente por esse motivo, nós, como Parlamento, talvez preferíssemos a primeira definição, que era: "Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo". Talvez tivesse ficado mais claro que nós estávamos a reforçar um sistema para o qual já existia uma base estabelecida.

De igual modo, espero – digo isto muito abertamente, pois já não vou ser relatora – que o próprio quadro institucional da Europa possa evoluir. Porquê? Porque quando tivermos um Ministro dos Negócios Estrangeiros europeu que passe, em parte, a representar a Comissão e o Conselho, espero que esse ministro não seja o 28º Ministro dos Negócios Estrangeiros a juntar aos outros todos mas que, pelo menos da parte europeia, os Estados-Membros se sintam representados por essa figura. Talvez não haja então necessidade de juntar mais Estados à União, mas se tivermos um Alto Representante na pessoa do Ministro dos Negócios Estrangeiros, poderemos consolidar o papel da União Europeia. Isso é algo para o qual todos temos trabalhado, pelo que apoiamos convictamente não só o facto de os programas regionais deverem continuar mas também, como a Senhora Comissária sabe, o facto de o Parlamento atribuir grande importância a esses mesmos programas, que têm tido, possivelmente, melhores resultados.

Obrigada a todos por este debate.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (PSE), por escrito. – (PL) Uma estreita parceria entre a União Europeia e os países da Bacia do Mediterrâneo deve basear-se antes de mais no respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito. A proposta intitulada "Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo", adoptada a 13 de Julho de 2008, em Paris, contribui para a paz e prosperidade e poderá constituir um importante passo tanto para a integração económica e territorial, como para a cooperação ecológica e climática.

É lamentável que desde o lançamento do Processo de Barcelona não se tenham registado progressos substanciais em alguns dos países parceiros relativamente à adesão e ao respeito por alguns dos valores e princípios comuns referidos na Declaração de Barcelona de 1995, por eles subscritos (sobretudo relativamente à democracia, direitos humanos e Estado de Direito).

Nos países da Bacia do Mediterrâneo a incidência da pobreza e da exclusão social, que afecta gravemente mulheres e crianças, é preocupante. É essencial que os Estados-Membros e os parceiros envolvidos no Processo de Barcelona sublinhem a inclusão da perspectiva do género em todas as políticas e medidas específicas de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Todos os países que participam no Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo, deveriam ratificar tanto a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), como todos os outros instrumentos das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho sobre direitos humanos, o mais rapidamente possível.

Tunne Kelam (PPE-DE), por escrito. – (EN) Congratulo-me com os esforços efectuados para desenvolver ainda mais as relações da UE com a região euromediterrânica. Mas gostaria igualmente de salientar que a UE não deverá negligenciar os seus outros dois mares – o Mar Báltico e o Mar Negro. A Estratégia para o Mar Báltico será uma das prioridades sob Presidência sueca. A Sinergia do Mar Negro possui igualmente importância estratégica. A UE tem de usar de cautela e de encontrar um espírito comum para o desenvolvimento equilibrado de todas estas regiões. A UE é uma comunidade integrada e o desenvolvimento estratégico de longo prazo de todas suas regiões é de igual importância.

Existe claramente a necessidade de uma parceria estreita com os países terceiros do Mediterrâneo baseada no respeito pelos direitos humanos e o Estado de direito. Lamentavelmente, existem ainda vários países que apresentam graves problemas nestas matérias. Exorto os Estados-Membros da UE a abordarem estas questões com a máxima seriedade.

Envolver a Liga dos Estados Árabes constitui uma oportunidade considerável para reunir todos os Estados para que, em conjunto, se identifiquem soluções para os conflitos da região. Insto os Estados-Membros da UE a adoptarem uma posição equilibrada e uma atitude de negociação em vez de tomar partido nas diferentes situações de conflito. Só dando prova de equilíbrio poderemos contribuir para uma paz duradoura no Médio Oriente.

21. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes.

Csaba Sógor (PPE-DE). – (HU) Na Roménia, a história da autonomia do País Székely remonta a várias centenas de anos. Os documentos da fundação do moderno Estado romeno garantiam a autonomia regional do País Székely, que existiu até mesmo durante os tempos comunistas.

Tendo em consideração as diferentes formas de autonomia garantida nos Estados da UE, em 8 de Fevereiro de 2009, em Sepsiszentgyörgy (Sfântu Gheorghe), uma multidão de vários milhares de pessoas exigiu que o presidente retirasse as suas declarações ofensivas aos húngaros da Transilvânia, garantisse representação nas instituições do Estado proporcional às populações étnicas, cessasse deslocalizações de grupos específicos para a área, parasse de deliberadamente incapacitar a economia do País Székely, agilizasse o retorno da propriedade eclesiástica e pública, travasse a expansão de unidades militares, estabelecesse universidades húngaras independentes financiadas pelo Estado, reconhecesse o húngaro como língua oficial da região, e reconhecesse os direitos colectivos e a autonomia regional do País Székely.

Iliana Malinova Iotova (PSE). – (BG) Devemos felicitar a Câmara Baixa do Parlamento Checo por ter ratificado o Tratado de Lisboa. Constitui mais uma vitória do ideal europeu e mais uma prova de que um número cada vez maior de pessoas acredita nos valores europeus. Apelo, por isso, a todos vós para que se distanciem daqueles que pretendem apoderar-se destes valores e destruir a nossa convicção nos mesmos.

Como é possível, por um lado, inscrever os nossos direitos fundamentais a ouro na Carta, enquanto ao mesmo tempo admitimos que sejam simultaneamente desprezados e denunciados? Falamos de tolerância religiosa e étnica e dos direitos dos idosos a uma vida digna e à sua participação activa, enquanto ao mesmo tempo os líderes de um partido político búlgaro, membro de pleno direito do Partido Popular Europeu, demarca vários grupos étnicos e etários e impõe a ideia da existência de diferentes classes de cidadãos. Como devemos lidar com esses líderes? A minha pergunta é dirigida ao lado direito desta Câmara, porque o presidente do PPE, o senhor deputado Wilfried Martens, recomendou essa mesma pessoa para o cargo de futuro primeiro-ministro do meu país. Proponho que rejeitemos os padrões duplos, que respeitemos os nossos próprios actos e as nossas palavras e que recordemos que aquilo que nos juntou há mais de 50 anos atrás foram os Direitos do Homem.

Filiz Hakaeva Hyusmenova (ALDE). – (BG) O Plano Europeu de Recuperação Económica está já a ser aplicado. A crise é um problema geral mas o protecção e a promoção das indústrias e do emprego nacionais aumentam. Liberdades fundamentais como a livre circulação do trabalho e o comércio livre estão em risco. A crise segue vias diferentes consoante os países. Nos tigres económicos emergentes da União Europeia, onde se inclui a Bulgária, o sistema bancário é relativamente estável, os níveis de desemprego não são elevados, a força de trabalho é altamente qualificada e a moeda é estável. Tendo em conta a dinâmica da crise, insto a que o plano de recuperação seja melhor ajustado à economia real. Em tempos de crise o capital procura áreas de baixo risco e abre-se a possibilidade de investir em novas tecnologias amigas do ambiente em vez de apostar em indústrias inviáveis. O potencial das últimas economias a entrar em recessão devia ser utilizado em primeiro lugar para as revitalizar e, com o apoio deste financiamento e saber-fazer, elas poderão tornar-se centros de estabilidade, à volta dos quais o sistema económico e financeiro da União Europeia recupere mais rapidamente.

Andrzej Tomasz Zapalowski (UEN). – (PL) Senhor Presidente, numa altura de crise crescente, gostaria de dar os parabéns à Comissão Europeia pela destruição dos estaleiros polacos. A abordagem egoísta da elite europeia, a sua alegria na perda dos postos de trabalho de mais de 100 000 pessoas nos estaleiros e empresas

ligadas aos mesmos, irá certamente fazer com que grande parte destes trabalhadores surja nos mercados de trabalho da Europa ocidental no futuro próximo. Esta decisão só veio aprofundar a crise europeia.

Estou curioso por ver como se irá comportar a elite europeia; irá dar provas de solidariedade para com os Estados-Membros onde a crise atinge grandes proporções ou irá cuidar apenas dos seus próprios interesses? É precisamente em tempos de crise que a sociedade europeia irá ver se as declarações e princípios que constituem os pilares da União Europeia são verdadeiros, ou se são apenas utilizados por alguns países contra os outros, no seio de uma instituição fundada em princípios nobres. Neste contexto, fico surpreendido pela falta de reacção por parte da Comissão face às medidas actualmente a serem tomadas por muitos dos membros da UE que violam princípios importantes enquanto a Polónia foi punida por ter tomado medidas semelhantes.

Rebecca Harms (Verts/ALE). - (EN) Senhor Presidente, recebi algumas notícias estranhas da Irlanda do Norte na semana passada. A notícia foi a de que Sammy Wilson, Ministro do Ambiente do governo regional, proibiu uma campanha de informação do Reino Unido organizada pelo Governo britânico sobre a eficiência energética. Não posso acreditar que as boas razões que estão por detrás dos nossos objectivos comuns em matéria de clima e energia – 20% menos de CO₂, 20% de energias renováveis e 20% mais de eficiência energética – não sejam aceites no governo regional de um Estado-Membro.

Por este motivo, solicito à Comissão que indague quais os motivos que estão por detrás desta proibição estranha e bastante bizarra na Irlanda do Norte. Penso até que um céptico em relação às questões climáticas, como é o caso de Sammy Wilson, deveria cuidar dos cidadãos e apoiar a eficiência energética e os esforços no sentido da redução da factura da energia.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - Gostaria hoje de trazer aqui uma situação escandalosa da Corticeira Amorim, em Portugal, cujos lucros, no conjunto dos dois últimos anos, foram superiores a 30 milhões de euros, sendo que mais de 6 milhões se registaram em 2008. No entanto, este mês a corticeira Amorim anunciou o despedimento de cerca de 200 trabalhadores, alegando o efeito da crise, esquecendo que foram eles quem ajudou a construir o grupo que vale muitos milhões e que recebeu apoios públicos, incluindo fundos comunitários, para os milhões de lucros que continua a ter. Por isso, aqui deixo o meu protesto e indignação contra este anúncio de despedimento, que é um escândalo, e espero que todos se associem no repúdio a este aproveitamento da crise para despedir trabalhadores mesmo quando as empresas continuam a manter lucros elevados.

PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT

Vice-presidente

Presidente. – Antes de chamar o próximo orador, é com muito prazer que gostaria de anunciar que o Dr. Ayman Nour, o deputado egípcio que foi detido há alguns anos por motivos que o Conselho da UE afirmou não serem graves, foi libertado hoje. Ele tem sido objecto de inúmeras resoluções no Parlamento Europeu e, por esse motivo, é com muito prazer que anuncio que foi agora libertado.

Bernard Wojciechowski (IND/DEM). – (PL) Senhor Presidente, a Polónia envia deputados para o Parlamento Europeu mas a sua capacidade de acção no seu próprio país é limitada. A legislação polaca não disponibiliza aos deputados quaisquer instrumentos jurídicos que assegurem o real cumprimento do seu mandato. Estão em causa questões importantes tais como o exercício de uma influência efectiva nas autoridades administrativas do governo local e central.

Os senadores e membros do Parlamento nacional têm uma série de direitos: o direito de serem informados pelos órgãos estatais, o direito de solicitar informação às autoridades administrativas do governo local e central e um período obrigatório de 40 dias dentro do qual deverá ser apresentada uma resposta. Na Polónia, praticamente ninguém atribui grande importância a um deputado do Parlamento Europeu excepto os meios de comunicação social quando procuram sensacionalismo. Através do meu *site* na internet informei os eleitores da falta de formas de acção estatutárias abertas aos Membros do Parlamento Europeu. A atitude irresponsável e ineficiente de sucessivos grupos de legisladores na Polónia é, neste caso, bem conhecida. Considero que o Parlamento Europeu deveria exigir maiores possibilidades de acção para os seus representantes, nos seus próprios países.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhor Presidente, os fundos comunitários distribuídos através da lotaria do 'primeiro a chegar, primeiro a ser servido' é algo que está errado. Mas foi a isso que assistimos na Irlanda do Norte esta semana. A ministra que decidiu distribuir nessa base e de uma forma arrogante os fundos comunitários destinados ao desenvolvimento rural, o que levou ao espectáculo humilhante e bizarro dos agricultores a

fazerem fila durante dois dias para conseguirem algum do seu dinheiro modulado de volta, é uma ministra que não é digna de ocupar esse cargo. E isso porque, de uma só vez, humilhou agricultores que trabalham duramente e demonstrou uma ignorância total relativamente aos requisitos básicos da distribuição dos fundos comunitários.

A origem desta vergonha está na recusa arbitrária da ministra em afectar fundos suficientes ao desenvolvimento rural. Os míseros 50 milhões de libras esterlinas que a ministra afectou ao Eixo 1 – dos quais apenas 15 milhões de libras destinados ao fundo de modernização – foram o que causou o espectáculo de terça-feira.

Relativamente a outra questão, gostaria de dizer em defesa de Sammy Wilson, Ministro do Ambiente na Irlanda do Norte, que fico satisfeito por ele não se encaixar no estereótipo que os histéricos sem cabeça das alterações climáticas esperam encontrar nesta Assembleia.

Colm Burke (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, a recente sondagem publicada no *Irish Times* de segunda-feira revelou um crescente apoio ao Tratado de Lisboa na Irlanda, sendo que 51% dos eleitores dizem agora que votariam 'sim', nomeadamente neste momento de fragilidade económica na Irlanda. Isto representa um aumento de oito pontos relativamente à última sondagem realizada pelo *Irish Times* em Novembro do ano passado. O voto no 'não' também desceu seis pontos, passando para 33%.

No que diz respeito à relação tensa que temos neste momento com a União Europeia, dada a falta de liderança por parte do governo actual, há que procurar solucionar as causas que estão na origem do desencantamento periódico do eleitorado irlandês relativamente à UE. Tem de haver um envolvimento significativo com o povo irlandês para reconstruir uma compreensão e um apoio ao processo europeu. Esta lacuna na comunicação pode ser eliminada deixando correr livremente informações mais positivas acerca das vantagens de pertencer à UE.

Considero que é importante que o papel positivo da Europa seja sublinhado através dos nossos sistemas de ensino. Isto deveria aplicar-se, não só à Irlanda, como também a todos os Estados-Membros. Gostaria de apelar veementemente no sentido de o défice de comunicação ser solucionado o mais brevemente possível.

Marusya Ivanova Lyubcheva (PSE). - (BG) Gostaria de chamar a vossa atenção para o problema da renovada cisão que se verifica na Igreja Ortodoxa da Bulgária. A cisão surgiu numa altura em que o país se encontrava altamente politizado, numa altura em que a Igreja Ortodoxa da Bulgária, à semelhança de muitas outras estruturas, tinha necessidade de manter a sua posição na democracia da Bulgária. Infelizmente, a situação levou ao denominado "Segundo Sínodo" da Igreja Ortodoxa da Bulgária, apesar da Lei relativa às denominações religiosas da Bulgária. A citada lei é muito liberal, na medida em que permite a qualquer religião efectuar o seu registo na Bulgária, desde que não prossiga fins desumanos. Contudo, o denominado "Segundo Sínodo" pretende registar-se como "Sínodo Sagrado da Igreja Ortodoxa da Bulgária". A lei refere que a Igreja Ortodoxa da Bulgária é a igreja tradicional do país e que está dispensada do registo. A eleição do patriarcado dos membros do Sínodo Sagrado não está sujeita a acto legislativo. Apelo a todos aqueles que valorizam a liberdade de culto de acordo com as necessidades espirituais de cada indivíduo, para que não condescendam às definições manipulativas do denominado "Segundo Sínodo". Este último Sínodo não pode registar-se e não possui base legal.

Toomas Savi (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, as eleições da semana passada em Israel demonstraram que a maioria dos cidadãos apoia os partidos que encaram o reforço da instituição militar como a melhor forma de proteger o país. Apesar de ter sido o partido centrista, o Kadima, o que obteve o maior número de votos, o facto de os partidos de direita deterem agora 65 lugares no Knesset em comparação com 50 nas anteriores eleições, reflecte a mudança de opinião dos cidadãos israelitas relativamente ao conflito israelo-palestiniano. Esses partidos estão a favor de uma linha dura em vez de confiarem em conversações de paz aparentemente intermináveis e ineficazes.

O Médio Oriente tem de ser uma das principais prioridades na política externa e de segurança comum da União Europeia, e a estabilidade de toda a região depende em larga medida das relações israelo-palestinianas. É deste modo absolutamente crucial que a União Europeia prossiga com as conversações de paz e que restaure junto dos israelitas e dos palestinianos a esperança de que é possível uma coexistência pacífica.

Mirosław Mariusz Piotrowski (UEN). - (PL) Senhor Presidente, amanhã Vaclav Klaus, Presidente da República Checa, irá visitar o Parlamento Europeu. Conscientes do escândalo que surgiu em Praga, esperamos que o Presidente do país que detém a Presidência da União Europeia seja recebido condignamente e com o devido respeito. As opiniões justificadamente expressas pelo Presidente Klaus sobre o Tratado de Lisboa têm sido alvo de tentativas de encobrimento através de uma onda de indignação para escamotear o facto que o

principal foco de oposição à introdução do novo tratado poderá ser a Alemanha. A decisão do Tribunal Constitucional de Karlsruhe será determinante. Segundo notícias nos meios de comunicação social, metade dos juizes tem grandes dúvidas e considera que o Tratado poderá violar a Constituição nacional. Isto mostra que não deverá haver pressa relativamente a uma decisão tão importante, facto que é compreendido e não apenas pelo Presidente Checo, nosso convidado.

László Tőkés (Verts/ALE). – (RO) Após as eleições do Outono na Roménia e a formação do novo governo, vimos, à semelhança do sucedido na Eslováquia, o regresso declarado, na vida política da Roménia, da incitação anti-húngara.

A manifestação que teve lugar no dia 9 de Fevereiro em Sfântu Gheorghe, organizada pelas igrejas húngaras, foi precisamente um protesto contra esta incitação. Na petição apresentada na manifestação, milhares de residentes da região Székely Land protestaram contra a alteração nas proporções étnicas da região, através do povoamento directo da mesma com grupos de romenos vindos de outras áreas.

O Presidente Traian Băsescu, de forma ridícula, acusou os húngaros desta região de limpeza étnica. Simultaneamente, durante as eleições municipais em Cluj, os panfletos dos democratas incitavam ao ódio contra os candidatos húngaros, utilizando a mesma calúnia. Após décadas de discriminação e de recusa de direitos, quem é que acusa quem?

Eu gostaria de chamar a atenção do Parlamento para o facto de na Roménia ainda hoje estar em curso um processo que utiliza métodos subtis de homogeneização e de tornar a Transilvânia romena, através da alteração artificial das proporções étnicas.

Gerard Batten (IND/DEM). – (EN) Senhor Presidente, em 12 de Fevereiro de 2009, o deputado neerlandês Geert Wilders viu-lhe recusada a entrada no Reino Unido, por ordem do Ministro do Interior. Nunca antes fora negada a entrada a um político eleito democraticamente e representante de um partido democrático de um país europeu democrático.

Parece estranho que o Governo britânico consiga arranjar meios legais para proibir a entrada de Geert Wilders, mas que seja impotente para impedir a entrada de vários terroristas, extremistas políticos e religiosos, bandidos, criminosos, violadores e pedófilos da União Europeia e, a bem dizer, de todo o mundo.

Talvez a proibição da entrada de Geert Wilders tenha tido alguma coisa a ver com a alegada ameaça de um deputado inglês, Lord Ahmed, que terá afirmado que, se Geert Wilders aparecesse na Câmara dos Lordes, 10 000 manifestantes islamitas apareceriam no exterior. Tratou-se de um acto de apaziguamento a uma ideologia da Idade Média e, pelos vistos, não dispomos realmente de uma livre circulação de ideias através das fronteiras da União Europeia.

Mairead McGuinness (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, relativamente ao tema do Tratado de Lisboa, o meu colega falou acerca do aumento do apoio ao Tratado por parte do eleitorado irlandês, mas gostaria de alertar que uma andorinha não faz a Primavera. Penso que há que olhar para isso no contexto de uma sondagem recente do Eurobarómetro que mostra que o apoio à adesão da Irlanda à UE desceu 10 pontos percentuais, passando de 77% na Primavera de 2006 para 67% no Outono de 2008. Sim, há um trabalho a fazer para convencer o eleitorado irlandês das vantagens positivas da União Europeia.

É por esse motivo que eu me preocuparia com os que querem uma data mais próxima para um segundo referendo na Irlanda. Considero que devemos ser cautelosos, temos de dar tempo para que sejam dados esclarecimentos sobre as questões que preocupam os eleitores irlandeses, e necessitamos de tempo para que essas questões sejam debatidas na íntegra e em público – e para, oportunamente, permitir ao eleitorado dar a sua opinião.

Vasilica Viorica Dăncilă (PSE). – (RO) A actual crise económica e financeira é um importante teste à Europa que deve, agora mais do que nunca, dar mostras de unidade na tomada de medidas que facilitem a recuperação da economia o mais rapidamente possível.

Os orçamentos dos Estados-Membros estão sob grande pressão ao fazer face a estes desafios, por isso é necessário encontrar os melhores instrumentos e acções para evitar que se excedam demasiado os limites definidos pela Comissão para o défice orçamental e para evitar a adopção de medidas proteccionistas por parte de alguns Estados-Membros ou de defesa do sector privado.

Tais decisões deverão passar rapidamente pelos procedimentos de adopção para evitar um prolongamento da crise e, sobretudo, para possibilitar o restabelecimento da confiança nos mercados financeiros. É igualmente

necessário evitar um prolongamento da crise de uma perspectiva política tendo também presente a aproximação das eleições para o Parlamento Europeu.

Uma solução possível para o financiamento da despesa pública poderia ser a emissão de euro-obrigações. No entanto, temos de contabilizar o risco de, com base nas medidas tomadas, nos estarmos a endividar ao máximo e é difícil evitar chegar a uma situação em que estejamos a deixar às futuras gerações o fardo do pagamento destas dívidas.

Ignasi Guardans Cambó (ALDE). – (ES) Senhor Presidente, há um ano e meio aprovámos aqui a directiva relativa aos meios audiovisuais, um texto que continha na sua essência o princípio do respeito do país de origem, que definimos como essencial para se poder assegurar a livre circulação de informação audiovisual no interior da União Europeia.

No entanto, no interior do meu país, Espanha, mais concretamente na Comunidade de Valência, a directiva não pode ser aplicada. A Comunidade de Valência impõe exactamente o princípio contrário e, por razões políticas, está a impor o encerramento dos repetidores que, até agora, permitiam aos seus cidadãos receber o sinal da televisão pública da Catalunha.

Por outras palavras, existe plena liberdade de circulação de informação audiovisual entre os Estados-Membros da União Europeia, mas, ao mesmo tempo, importa denunciar que em Espanha há autoridades que têm medo dessa mesma liberdade cultural tão essencial. É tão essencial que foi aplicada em toda a Europa e, no entanto, no interior de Espanha, alguns estão impedidos de receber a televisão difundida por outros. Este era o paradoxo que queria partilhar convosco.

Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN). – (PL) *(intervenção com microfone inicialmente desligado)* ... períodos trágicos na História da Humanidade. Durante esse período, dezenas de milhões de pessoas encontraram a morte. Muitas dessas vítimas foram mortas num dos mais de doze mil campos de extermínio e de concentração alemães que operavam no território do Terceiro Reich e nos territórios ocupados. Hoje em dia, há quem tente distorcer a verdade sobre esses anos trágicos e está a ser distribuída informação dizendo que estes campos eram polacos ou letões, e não alemães. Uma das principais frentes desta acção é a imprensa alemã. Recentemente, o *Die Welt* escreveu que Majdanek era um campo de concentração polaco.

Sobre esta questão, preparei um projecto de resolução que pretende normalizar a nomenclatura dos campos de concentração acrescentado aos seus nomes as palavras campo de concentração "alemão" ou "nazi". A minha iniciativa foi apoiada pelo Grupo União para a Europa das Nações mas, infelizmente, recebi informação de que foi bloqueada pela Conferência dos Presidentes.

Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia só pode resistir e progredir se se guiar pela verdade histórica e pelo respeito dos direitos humanos. Por isso, dirijo um pedido aos meus colegas para que apoiem a iniciativa da UEN para que nunca mais ninguém possa distorcer a História ou transformar os carrascos em vítimas, e as vítimas em carrascos.

Nicolae Vlad Popa (PPE-DE). – (RO) Dado que alguns dos colegas húngaros se têm queixado recentemente de que os seus direitos não são respeitados na Roménia eu gostaria de referir alguns factos.

A campanha eleitoral que se aproxima não deverá suscitar ataques e insultos dirigidos a um Estado legítimo que, através da sua legislação, tem dado o exemplo na área das relações interétnicas. O respeito pelos direitos das minorias é garantido pela Constituição da Roménia.

Os cidadãos de origem húngara estão representados proporcionalmente nas estruturas administrativas locais. Por exemplo, os partidos da minoria húngara têm 195 Presidentes de Câmara e 4 presidentes de conselhos de condados, 2 684 conselheiros locais e 108 conselheiros de condado. Como detêm a maioria nos conselhos locais e de condado mencionados, a gestão dos orçamentos locais é da sua inteira responsabilidade. É isto que significa autonomia local.

A nível parlamentar, a minoria húngara tem três deputados no Parlamento Europeu, 22 deputados e 9 senadores no Parlamento nacional e têm participado no governo da Roménia nos últimos 12 anos. As queixas que foram ouvidas são claramente propaganda eleitoral.

Luis Yañez-Barnuevo García (PSE). – (ES) Senhor Presidente, o referendo realizado na Venezuela saldou-se num triunfo da campanha do "sim", cortesmente reconhecido pela oposição democrática.

É também verdade que não houve igualdade de oportunidades durante a campanha e que o partido no poder obteve o apoio esmagador de todo o aparelho de Estado, enquanto a oposição sofreu intimidações e coacções constantes.

Mesmo nestas condições, o país ficou praticamente dividido ao meio e será muito difícil construir um futuro só com uma das partes. A União Europeia deve promover o diálogo, a inclusão e o consenso entre os líderes políticos e sociais venezuelanos para o bem do país.

Não é com atitudes viscerais, condenações e insultos que se ajudará a Venezuela a encontrar um caminho democrático, pluralista e livre.

Neste sentido, criticamos a decisão do Governo venezuelano de expulsar um eurodeputado espanhol e, sobretudo, a forma como o fez. No entanto, lançamos um apelo a esta Assembleia, instando-a a evitar que os nossos representantes, nas suas visitas a países terceiros, façam declarações que violem a legislação local vigente e, ainda menos, insultem um Chefe de Estado, por muito criticável que este seja. Essas atitudes comprometem futuras missões do Parlamento Europeu a outros países.

Marian Harkin (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, gostaria de referir a questão da rotulagem dos alimentos de uma forma transparente e rigorosa, e refiro-me nomeadamente à carne de aves de capoeira e de suíno.

Neste momento, a carne pode ser transportada do exterior para o interior da UE, substancialmente transformada – e com isto quero dizer envolvida em pão ralado ou numa massa – e seguidamente rotulada e vendida como produto da UE. Isto é um disparate completo, e a rotulagem é concebida para enganar os consumidores. Precisamos de rotulagem que indique o país de origem, de modo a que os consumidores possam fazer escolhas informadas.

Temos também a situação da carne de suíno e de aves de capoeira que foi congelada, posteriormente descongelada, rotulada e vendida como carne fresca. Este é não só um exemplo de rotulagem pouco rigorosa, é também uma prática potencialmente nociva para a saúde humana.

Faço notar que Hilary Benn, a Secretária do Ambiente do Reino Unido, e o Secretário do governo sombra apelaram a uma rotulagem mais clara. Tenho a certeza de que muitas pessoas em toda a UE apoiariam isto, pois ninguém quereria enganar os consumidores. Gostaria de pedir à Comissão que tratasse deste assunto como uma questão de urgência.

Hanna Foltyn-Kubicka (UEN). - (PL) Senhor Presidente, numa reunião de hoje, o Grupo União para a Europa das Nações adoptou uma proposta de resolução que apela a que se defina o dia 25 de Maio como o Dia dos Heróis da Luta contra o Totalitarismo. O seu texto irá ser enviado em breve aos representantes das mais altas autoridades da UE, inclusive ao Presidente Pöttering. A escolha do dia 25 de Maio não é fortuita – foi neste dia, em 1948, que as autoridades soviéticas assassinaram o capitão de cavalaria Witold Pilecki, o soldado polaco que se tornou voluntariamente prisioneiro do campo de exterminação de Auschwitz para poder aí construir o movimento de resistência. Mais tarde conseguiu fugir, combateu os nazis até ao final da guerra e, após a entrada do exército soviético na Polónia, iniciou uma luta clandestina contra os sucessivos ocupantes. Pilecki foi apenas um dos muitos europeus que perderam a vida na luta contra regimes totalitaristas brutais. Muitos são desconhecidos mas a coragem e devoção de todos merece ser recordada. Por isso peço-lhe, Senhor Presidente, que apoie a iniciativa do nosso grupo.

Alexandru Nazare (PPE-DE). - (RO) A história recente da União Europeia oferece um registo de histórias de sucesso na área da protecção dos direitos das minorias. O mesmo se aplica à minoria húngara da Roménia. Esta minoria goza de uma diversidade de direitos, incluindo o acesso a cargos administrativos, e estes direitos têm sido continuamente apoiados pelo Presidente Traian Băsescu, da Roménia.

No entanto, há ainda muito a fazer noutras áreas e gostaria de referir o problema da comunidade romanichel. Esta é uma oportunidade de testar a capacidade da União Europeia para integrar grupos que correm elevado risco de exclusão.

O caso do jogador de andebol romeno Marian Cozma, brutalmente assassinado por dois membros da comunidade romanichel húngara, mostra-nos uma vez mais que o crime não conhece fronteiras e que é contraproducente ignorar os problemas desta comunidade.

A situação desta minoria, que é intrinsecamente transnacional e corre grande risco de exclusão, só poderá ser melhorada através da adopção de uma política concertada a nível europeu. Nesse sentido, apresentei, juntamente com o meu colega, o senhor deputado Rareş Niculescu, uma resolução para a criação de uma

Agência Europeia para os Romanichéis. A UE dispõe de uma estratégia para a minoria romanichel mas não dispõe de uma agência para a executar de forma coerente e eficaz.

Para que possa permanecer uma força relevante na cena internacional, preservando simultaneamente a coesão interna, a UE precisa de ser capaz de criar uma atmosfera de tolerância pan-europeia.

Vicente Miguel Garcés Ramón (PSE). – (ES) Senhor Presidente, acabo de regressar da Venezuela, onde fui convidado a deslocar-me pela sua autoridade eleitoral como membro de um grupo internacional de acompanhamento eleitoral para o referendo do dia 15 de Fevereiro.

Os membros europeus desse grupo apresentaram um relatório ao Conselho Nacional Eleitoral com uma avaliação global positiva do processo quanto à sua organização, transparência, participação, exercício livre e secreto do direito de voto e segurança em todas as suas fases.

Sobre as declarações feitas pelo senhor deputado Herrero a uma televisão venezuelana, posso dizer-vos que serviam para deslegitimar o processo eleitoral em curso, continham graves acusações contra instituições democráticas daquele país, raçando a fronteira da ingerência na política interna de um país soberano.

O Parlamento não deve favorecer qualquer tipo de confrontação com as instituições democráticas da Venezuela. No entanto, caberá ao senhor deputado Herrero dar explicações a esta Assembleia sobre uma actuação que nos afecta a todos.

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE). – (RO) Eu contesto as acusações apresentadas pelos meus colegas, Csaba Sógor e László Tőkés, contra a Roménia.

A Roménia é um Estado-Membro da União Europeia, da NATO, do Conselho da Europa e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e respeita, de acordo com as normas europeias, os direitos humanos e os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais. A Roménia aplica o espírito e a letra de todos os tratados internacionais relevantes nesta área.

A língua húngara é utilizada por lei nas questões administrativas em qualquer localidade e condado em que os membros da minoria húngara constituam mais de 20% da população. Esta é uma situação *de facto* e *de jure*. A Roménia oferece vastas oportunidades educacionais aos húngaros, na sua língua materna, nas creches, nas escolas do ensino primário, secundário, profissional e universitário, até aos níveis de mestrado e doutoramento. Nas zonas em que co-habitam a etnia húngara e os romenos, as escolas devem por regra dispor de secções onde a língua de ensino seja o húngaro para todas as crianças de origem húngara. No caso de terem também de alguma forma esquecido, a Universidade Babeş-Bolyai em Cluj-Napoca dispõe de três secções que oferecem aulas em romeno, húngaro e alemão, respectivamente, para além da plena expansão de estudos judaicos na instituição, bem como de lugares especiais para os romanichéis.

Csaba Sándor Tabajdi (PSE). – (HU) Senhor Presidente, gostaria de felicitar os criadores da página inicial oficial do sítio do Parlamento Europeu, o serviço de imprensa do PE, por respeitarem o multilinguismo e por indicarem os nomes das localidades na língua nacional de cada página *web*. Isto permite aos cidadãos da UE adquirirem informação na sua língua materna sobre os outros 26 países. A página checa sobre a Alemanha exhibe Köln como Kolín, enquanto a página francesa apresenta Cologne. As páginas eslovacas sobre a Hungria apresentam os nomes das cidades em eslovaco, como aliás deve ser. Deveria ser igualmente natural para os húngaros que vivem na Eslováquia referirem-se à aldeia ou cidade onde nasceram na sua língua materna, o húngaro.

Por isso, congratulo-me com o facto de o Parlamento eslovaco ter aprovado legislação em matéria de educação pública que prevê que as denominações geográficas sejam apresentadas nos livros didácticos de língua minoritária nessa mesma língua minoritária. Assim, se a lei for aplicada, o anterior *status quo* poderá ser restabelecido e os húngaros poderão voltar a usar nomes húngaros para designar as localidades.

James Nicholson (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de chamar a sua atenção para a situação ocorrida na minha circunscrição eleitoral ontem de manhã em que os agricultores foram forçados a fazer fila no exterior de serviços estatais, em alguns casos durante duas noites, para se candidatarem a um regime de subsídios da UE para a modernização das explorações agrícolas.

A nossa Ministra da Agricultura regional decidiu atribuir estes subsídios segundo o princípio "o primeiro a chegar é o primeiro a ser servido". Isto só pode ser descrito como uma forma inadequada de lidar com a afectação de verbas comunitárias para o desenvolvimento rural. Assim, foi com agrado que tive conhecimento de que um alto funcionário da Comissão questionou ontem a validade deste procedimento de atribuição.

Estamos cientes de que nem todos os agricultores podem beneficiar deste pacote de financiamento específico. Contudo, considero que a situação mostra claramente as enormes dificuldades que o sector agrícola atravessa, e particularmente na minha região, quando os agricultores têm de fazer fila durante dias no exterior, nos meses de Inverno, para tentarem obter montantes modestos de financiamento comunitário.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) A implementação do pacote relativo à energia e às alterações climáticas pressupõe investimentos consideráveis em medidas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Os edifícios são responsáveis por 40% do consumo de energia primária. Aumentar a eficiência energética dos edifícios contribui para reduzir o consumo de energia primária e o nível das emissões de dióxido de carbono.

No próximo ano, a Comissão, juntamente com os Estados-Membros, vai avaliar, no meio do período 2007-2013, os programas operacionais e o grau de absorção dos fundos estruturais. Exorto os Estados-Membros a reverem o método de aplicação desses fundos estruturais, dando prioridade à eficiência energética dos edifícios e à mobilidade urbana no período 2010-2013.

Insto a Comissão Europeia e os Estados-Membros a aumentarem de 3% para 15% o montante do FEDER afectado a cada Estado-Membro para despesas ligadas à promoção da eficiência energética dos edifícios e à utilização de energias renováveis. Este aumento proporcionará aos Estados-Membros maior flexibilidade na utilização dos fundos estruturais, acelerando desse modo a absorção dos mesmos, em especial durante a actual crise económica.

Ryszard Czarnecki (UEN). – (PL) Senhor Presidente, é com grande tristeza e raiva que informo que um dos nossos compatriotas, um engenheiro polaco, morreu recentemente no Paquistão, mas este foi mais um cidadão de um país da UE a morrer nessa região. É mais uma morte que demonstra a existência de um mundo de anti-valores, um mundo de pessoas que não reconhecem algo que, noutras civilizações, é considerado sagrado - a vida humana.

Penso que este facto dramático, este facto sucessivo, na realidade, deverá constituir para nós mais um sinal carregado de significado e um estímulo para que nos unamos na luta contra o mundo de anti-valores e para que nos unamos também na luta política e, nesse contexto - há que dizê-lo directamente - numa frente comum contra o terrorismo. Penso que os políticos da União Europeia que acham que o terrorismo pode ser combatido sem violência estão enganados.

Oldřich Vlasák (PPE-DE). – (CS) A crise económica cada vez mais grave está a afectar todos os países na União Europeia. No entanto, o desemprego crescente não constitui razão para começarmos a violar os princípios fundamentais do mercado comum. Gostaria de registar aqui nesta Câmara um protesto contra as declarações do Presidente francês, Nicolas Sarkozy, nas quais apelou à marca francesa Peugeot para que esta desloque novamente para França uma fábrica situada na cidade checa de Kolín. Afirmações destas por parte de políticos que querem proteger e constranger empresas em tempo de crise são completamente injustificáveis. As tentativas de protecção e de fechar um país em si mesmo são indesejáveis e minam o sentido da União Europeia.

O Presidente da filial de Dallas do Banco da Reserva Federal, Richard Fisher, afirmou o seguinte:

“O protecção, para a economia, é como uma dose de cocaína. Pode animá-la, mas vicia e leva à morte económica.” Não nos esqueçamos disto, resistamos às pressões populistas e não percamos a cabeça face à crise. Concentremo-nos em mantermo-nos fiéis às prioridades da Presidência checa e promovamos a ideia de uma Europa aberta, sem barreiras.

Iuliu Winkler (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, foi estabelecido um governo de coligação alargada na Roménia após as eleições de Novembro do ano passado, com uma percentagem parlamentar de 73% nas duas câmaras do Parlamento romeno.

Uma das primeiras medidas tomadas por esta coligação foi criar um regime para dividir entre si os cargos de chefia nas instituições públicas controladas pelo Estado e a administração pública da Roménia.

Esta situação é inaceitável por duas razões. Em primeiro lugar, conduz a um partidismo renovado na administração do Estado, o que viola a lei relativa ao estatuto dos funcionários públicos. Em segundo lugar, nas regiões em que a população húngara constitui uma grande maioria, a medida tem igualmente uma faceta anti-minorias: os funcionários públicos de etnia húngara estão a ser substituídos por pessoas de etnia romena.

Em 8 de Fevereiro, houve uma manifestação em Sfântu Gheorghe/Sepsiszentgyörgy, na Roménia, que contou com a participação de mais de 3 000 pessoas que protestavam contra os jogos políticos dos partidos romenos e pediam que os direitos das comunidades húngaras fossem respeitados.

Nicodim Bulzesc (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, s propósito do relatório sobre os direitos dos doentes nos cuidados transfronteiriços, gostaria de destacar a questão do direito dos doentes a serem informados sobre as opções disponíveis em matéria de medicação e tratamento. Os doentes europeus deveriam ter acesso a informação de qualidade sobre a saúde relativamente aos medicamentos mais recentes que estão disponíveis, às opções de tratamento no país e no estrangeiro, às implicações legais e financeiras de receber tratamento no estrangeiro, ao reembolso das despesas com o tratamento e a muitas outras questões. De momento, não dispomos deste tipo de informação de qualidade. Podemos dispor de algumas iniciativas nacionais, mas nada que pudesse ser eficaz ao nível europeu.

Os problemas que enfrentamos são europeus. Por esse motivo, apoio a ideia da criação de uma rede europeia de literacia em saúde. Uma rede desse tipo deveria consistir em organizações de doentes de todos os Estados-Membros e deveria funcionar em colaboração estreita com o sector da saúde e com os responsáveis pela elaboração das políticas. Na esperança de sensibilizar a Comissão para a necessidade de informar melhor os 150 milhões de doentes europeus, tomei a iniciativa de apresentar uma declaração escrita sobre literacia em saúde. Todos nós já fomos doentes em determinado momento, e nunca sabemos quando isso voltará a acontecer.

Maria Petre (PPE-DE). - (RO) Hoje e amanhã, encontrarão neste nosso edifício alguns jovens estudantes da República da Moldávia. Vieram ao Parlamento Europeu porque no seu país não podem dizer o que pensam, ou, se o fizerem, podem contar com represálias.

Todos os relatórios da Comissão Europeia, as nossas audições na Comissão sobre direitos humanos e os relatos provenientes da sociedade civil na Moldávia nos indicam que a liberdade de expressão é frequentemente violada e que os meios de comunicação social não podem ser independentes. Dezenas de jovens que utilizavam fóruns na Internet para expressar as suas opiniões foram alvo de investigações e de ameaças com registos criminais em 2008.

Por favor, demonstrem o vosso interesse por estes jovens, convidem-nos para os vossos gabinetes, escutem o que eles têm para dizer e assinem a declaração escrita n.º 13/2009, que foi criada para eles, para proporcionar a esta geração da fronteira oriental da nossa Europa unida a liberdade de expressar as suas opiniões.

Avril Doyle (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, nos termos da Directiva 2000/84/CE, o horário de Verão começa no último domingo de Março e acaba no último domingo de Outubro. Gostaria de propor que este período fosse alargado de forma a maximizar os inúmeros benefícios económicos, de segurança e ambientais que lhes estão associados.

Em 2005, os Estados Unidos puseram em prática um programa de alargamento da hora de Verão em quatro semanas – mais três semanas na Primavera e mais uma semana no Outono. Já há provas claras de que esta medida ajudou a reduzir o consumo de energia e as emissões de dióxido de carbono. Com efeito, um relatório do Departamento de Energia dos Estados Unidos concluiu que o alargamento do horário de Verão a mais quatro semanas poupava electricidade suficiente para abastecer anualmente cerca de 100 000 habitações. De igual modo, um estudo recente da Universidade de Cambridge também sugere que o alargamento do horário de Verão levaria a uma diminuição do consumo de energia e das emissões de dióxido de carbono, pois, durante o período de máxima procura entre as 16 e as 18 horas todos os dias, muitas das centrais eléctricas auxiliares, que são mais dispendiosas e emitem carbono, estão ligadas.

Na qualidade de relator da revisão do RCE-UE, que serviu como pedra de base ao pacote da UE em matéria de clima e energia e que foi aprovado em Dezembro último por esta Assembleia, exorto os presentes a considerarem esta proposta como um contributo para a realização da meta dos 2°C. Assim sendo, pedia que a Directiva Hora de Verão fosse revista.

Hans-Peter Martin (NI). - (DE) Senhor Presidente, gostaria de fazer duas sugestões. O Tratado de Lisboa já foi hoje mencionado várias vezes. O mínimo que podemos esperar deste Parlamento é que ele seja capaz de distinguir entre um opositor do Tratado de Lisboa e um opositor da UE. Além disso, se os irlandeses tiverem de votar de novo, é desejável que lhes seja dada uma oportunidade justa, em vez de se manobram as coisas para destruir as regras que vigoraram até agora, segundo as quais o "sim" e o "não" têm hipóteses iguais de aparecer em público, e isso ser depois aclamado como um triunfo da democracia, ou de quê?

O segundo aspecto que gostaria de frisar é que, naturalmente, este Parlamento tem sido notoriamente presunçoso no tocante às próximas eleições. Sugeriria que se investigasse a abordagem concreta que o Parlamento tem adoptado ao longo dos anos face aos problemas da crise financeira global e quem tem votado a favor ou contra, porque então iremos descobrir que quase todos os que agora actuam como bombeiros na realidade ajudaram a atear o fogo.

Danutë Budreikaitė (ALDE). – (LT) No passado mês de Janeiro, a Comissão Europeia preparou um pacote de novas propostas sobre o financiamento de projectos de energia e da rede de banda larga previstos no plano europeu de relançamento económico. Propõe-se que 5 mil milhões de euros sejam atribuídos a estes projectos, sendo 3,5 mil milhões oriundos do orçamento agrícola de 2008. No entanto, na semana passada, 6 Estados bloquearam a proposta da Comissão. Manifestamente, estes são os mesmos países que estão a criar as actuais perspectivas financeiras e que pediram que as contribuições para o orçamento da UE fossem reduzidas para 1% do PIB. Estamos a voltar ao nacionalismo e protecçãoismo que foi constantemente rejeitado ao longo dos 50 anos desde que a Comunidade foi fundada. Caros colegas, só poderemos enfrentar os desafios da crise financeira e económica e assegurar o futuro da UE se houver solidariedade entre os Estados.

Presidente. - Está encerrado o debate.

22. Revisão do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0037/2009) do deputado Konrad Szymański, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre a revisão do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (2008/2236(INI)).

Konrad Szymański, relator. – (PL) Senhor Presidente, gostaria muito de dirigir também as minhas palavras a um representante do Conselho, mas o Conselho não se decidiu a enviar alguém a este debate. É uma pena, penso eu, e é um mau hábito. E penso que o Senhor Presidente devia reagir a este tipo de situação.

Voltando ao assunto da vizinhança, temos de admitir e temos de estar cientes do facto de que os países situados em redor da União Europeia estão a mudar de forma muito dinâmica. Por conseguinte, precisamos de alterar também a política de vizinhança. A União para o Mediterrâneo é a nossa resposta às necessidades do Sul, e a Sinergia do Mar Negro dá resposta ao desafio que se intensificou com o último alargamento da União Europeia. A Parceria Oriental representa uma resposta oportuna às expectativas dos nossos vizinhos europeus situados a Oriente.

A fim de atingirem os objectivos que estabelecemos nestes últimos anos para a política de vizinhança, os cidadãos dos países vizinhos têm de se sentir verdadeiramente próximos da UE, em termos políticos e económicos. É por isso que se atribui tamanha importância ao estabelecimento de uma sólida zona de comércio livre e de medidas rápidas destinadas a reduzir as taxas de vistos, com a proposta da liberalização dos vistos como objectivo final para uma parte significativa desses países. A inclusão da energia no conjunto dos objectivos mais importantes da política de vizinhança deve ser a nossa meta comum, o nosso interesse mútuo, e isso inclui o investimento do nosso dinheiro na modernização de redes independentes de transferência de energia, em especial a oriente e a sul. Só assim conseguiremos uma aproximação política com a Ucrânia, a Geórgia, a Moldávia, a Arménia e, em última análise, com o Azerbaijão, e futuramente - mantendo também um equilíbrio adequado - com as cinco repúblicas da Ásia Central.

Quando falamos da vertente oriental da vizinhança, chegamos inevitavelmente ao problema da Rússia e à nossa parceria com esse país. Hoje, que nos encontramos no limiar de negociações relativas a um novo acordo, podemos, no entanto, dizer apenas uma coisa - a Rússia constitui um desafio à segurança na nossa vizinhança comum. É muito difícil ver a Rússia como parceiro nesta região. Com isto chegamos ao problema político fundamental da expansão da UE para oriente. É evidente que o processo de vizinhança não substitui a adesão, mas não pode estar separado dessa perspectiva, no caso dos países europeus. Sem essa perspectiva, os nossos esforços serão afectados de uma forma muito negativa.

Aproveitando esta oportunidade, gostaria de dirigir os meus agradecimentos a todos os coordenadores dos assuntos externos dos grupos políticos, aos co-relatores e também ao Secretariado da Comissão dos Assuntos Externos, sem a ajuda dos quais não teria sido possível preparar um relatório que hoje desfruta de um vasto apoio, como se vê pelo número extremamente reduzido de alterações apresentadas no plenário. Este facto facilitará consideravelmente a votação de amanhã.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, há dois anos e meio, o Parlamento e o Conselho adoptaram a proposta da Comissão para uma simplificação dos instrumentos financeiros externos. Racionalizámos inúmeros instrumentos diferentes, um dos quais foi o Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP). Trata-se de um instrumento altamente importante porque torna a nossa cooperação externa mais forte, mais baseada em políticas concretas, e direcciona melhor os nossos financiamentos para apoiar sectores chave.

Fiquei muito contente ao ler os comentários do senhor deputado Szymański e por ver que ele considera o regulamento IEVP adequado e válido para efeitos da cooperação com os países nossos vizinhos. As conclusões preliminares da nossa revisão apontam exactamente no mesmo sentido.

Os programas nacionais IEVP apoiam a aplicação dos planos de acção IEVP e reflectem a ambição da UE e dos países parceiros. De alguma forma têm servido de correntes de transmissão para as reformas políticas e económicas que queremos incentivar através do IEVP. Além disso, os instrumentos como a geminação e o TAIEX dão apoio ao reforço institucional, à aproximação da legislação e ao alinhamento da regulamentação. As operações de apoio aos sectores e ao orçamento são utilizadas para promover a agenda de reformas acordada. As diferentes abordagens e dimensões regionais do IEVP são apoiadas através de programas regionais específicos. Foi criado um programa multi-países, designadamente para pôr em prática iniciativas de alta visibilidade comuns a todos os países vizinhos, como o TEMPUS, o Erasmus Mundus ou o CIUDAD. A componente inovadora de cooperação transfronteiriça foi lançada com êxito.

Tudo isto mostra claramente que o acordo de 2006 sobre o regulamento IEVP nos dotou de um instrumento que nos permite cumprir e produzir resultados palpáveis. Há sempre aspectos que podem ser melhorados e fico sempre grata por quaisquer sugestões.

Gostaria também de dizer que o relatório sublinha, antes de mais, a necessidade de aprofundar as consultas à sociedade civil e às autarquias, que é o que estamos já a fazer.

Em segundo lugar, registei o vosso pedido no sentido de acções mais ambiciosas nos campos da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos. Como saberão, estes tópicos estão já na vanguarda da nossa cooperação com os países parceiros, sendo as reformas políticas e a boa governação o fulcro da PEV. Também definimos como objectivo projectos para reforçar o poder judicial.

Contudo, sejamos sinceros. Primeiro, e porque os nossos parceiros enfrentam desafios estruturais importantes, não podemos esperar que as coisas mudem de um dia para o outro e, como disse uma vez Lord Patten: "a democracia não é café instantâneo". Acho que é absolutamente verdade.

Em terceiro lugar, vejo que o relatório pede mais recursos. É óbvio que mais recursos melhoram a nossa capacidade de influenciar – isso é verdade. Nos primeiros dois anos, tivemos de voltar à autoridade orçamental várias vezes, pedindo fundos suplementares suficientes, por exemplo para a Palestina e a Geórgia. Assim, propusemos recorrer a novos fundos para uma Parceria Oriental ambiciosa que iremos discutir em breve no Parlamento.

Por último, gostaria de dizer que estou muito satisfeita pelo facto de o relatório saudar a recente proposta da Comissão sobre a Parceria Oriental, que consideramos ter uma dimensão multilateral muito importante, juntamente com a União para o Mediterrâneo e o Mar Negro. Espero continuar a ter o vosso apoio e compreensão no futuro.

Danutė Budreikaitė, *relator de parecer da Comissão do Desenvolvimento*. – (LT) O IEVP criado após o alargamento da UE em 2004 aplica-se a 17 países, dos quais 15 são classificados como países em desenvolvimento. O instrumento inclui os novos vizinhos do oriente da UE, nomeadamente, a Arménia, o Azerbaijão, a Geórgia, a Ucrânia, a Moldávia e a Bielorrússia.

A segurança dos nossos vizinhos orientais, em particular a segurança energética da Ucrânia e Bielorrússia, constitui também a segurança da UE. Isto foi demonstrado pela crise do gás entre a Ucrânia e a Rússia no Ano Novo, a qual já se tornou uma tradição. No Verão passado, o conflito militar na Geórgia forçou-nos todos a considerar a segurança dos Estados-Membros da UE e a ameaça à independência.

Perante tal situação, proponho, tal como fiz anteriormente, que seja criada uma assembleia da vizinhança oriental, a Euroeast, com a participação do Parlamento Europeu e baseada nos princípios das assembleias Euromed e Eurolat, com vista à aplicação do IEVP nos países da Europa Oriental.

Apraz-me que esta proposta tenha sido também aprovada no relatório.

A Euroeast daria ao Parlamento Europeu a oportunidade de dedicar igual atenção a todos os vizinhos e países em desenvolvimento.

Tunne Kelam, *relator de parecer da Comissão do Desenvolvimento Regional*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de felicitar o meu colega Szymański pelo seu excelente relatório. Em nome da Comissão do Desenvolvimento Regional, saúdo a inclusão da cooperação transfronteiriça no âmbito do Regulamento IEPV como instrumento para desenvolver projectos comuns e reforçar as relações entre os países da PEV e os Estados-Membros da União.

Ao mesmo tempo, gostaria de realçar a necessidade de fazer uma monitorização periódica da gestão e implementação de programas operacionais conjuntos em ambos os lados das fronteiras da UE. A cooperação transfronteiriça deveria contribuir para o desenvolvimento sustentável integrado entre regiões vizinhas. Pedimos à Comissão que prepare um quadro detalhado de todos os programas operacionais conjuntos aprovados para o actual período financeiro, com uma avaliação da forma como foram respeitados os princípios da transparência, eficiência e parceria. Essa avaliação, assim como um inventário dos problemas mais frequentes com que se deparam as autoridades de gestão, deverão contribuir para encontrar soluções mais adequadas para o próximo período de programação.

Gostaria também de incentivar a Comissão a dinamizar o intercâmbio de experiências e melhores práticas na cooperação transfronteiriça entre programas e projectos PEV, por um lado, e as acções levadas a cabo no âmbito do objectivo da Cooperação Territorial Europeia e ao abrigo da Iniciativa Comunitária Interreg IIIA, já concluída, por outro.

Por último, a Comissão do Desenvolvimento Regional considera que o IEPV deveria concentrar-se numa estratégia equilibrada entre o Oriente e o Sul, com abordagens específicas para ambas as áreas.

Ioannis Kasoulides, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria também de felicitar o senhor deputado Szymański pelo seu relatório abrangente, que contará com o apoio do nosso grupo na votação de amanhã.

Gostaria igualmente de felicitar a Comissária Ferrero-Waldner, pelo êxito não só do IEPV mas também dos projectos que virão a seguir, com a necessidade de uma Parceria Oriental que abranja, em especial, os nossos vizinhos e parceiros do Leste, bem como a Sinergia do Mar Negro. Uma vez criados e dotados de uma identidade própria – por exemplo, com uma assembleia parlamentar, etc., como estamos a fazer para o Mediterrâneo – talvez assumam uma identidade distinta, inclusivamente na forma como são financiados.

Pressinto certo tipo de rivalidade – ou, digamos, ansiedade – entre os deputados. Acabámos de ouvir dizer que não se deve criar uma coisa em detrimento financeiro de outra. Isso não deve acontecer. Sabemos que a União para o Mediterrâneo, a Parceria Oriental e a Sinergia do Mar Negro, etc., são do interesse da União Europeia. Essas disposições não devem constituir motivo para que tenha de ser dito vezes sem conta aos países que aspiram a aderir à União Europeia que esta não é a alternativa à adesão com a qual alguns estão preocupados.

PRESIDÊNCIA: MANUEL ANTÓNIO DOS SANTOS

Vice-Presidente

Maria Eleni Koppa, *em nome do Grupo PSE*. – (EL) Senhor Presidente, o instrumento europeu de vizinhança e parceria carece de uma revisão que garanta procedimentos mais simples e, ao mesmo tempo, aumente a sua transparência. A base da política europeia de vizinhança é a criação de um clima de confiança na vizinhança imediata da União Europeia.

É do interesse de todos reforçar o crescimento económico e a estabilidade em todos os países vizinhos, tanto a oriente como na região mediterrânica. No entanto, torna-se necessário definir critérios e abordagens específicas para cada país, que tenham em conta as suas prioridades políticas em termos de direitos humanos, democracia, Estado de direito, direitos das minorias e assim por diante. Importa igualmente que a ajuda comunitária chegue a todos os grupos de cidadãos interessados. Daí a necessidade de promover adequadamente as capacidades do instrumento de vizinhança.

Para alcançar estes objectivos ambiciosos, há que ponderar uma repartição equitativa dos fundos entre os países da Europa Oriental e os países mediterrânicos, conforme previsto no quadro financeiro para 2007-2013. O Processo de Barcelona deverá ser complementado com uma política europeia de vizinhança e objectivos claramente definidos.

Nesta altura em particular, com a crise económica que agora afecta os países beneficiários do instrumento de vizinhança, tem de ficar claro que a União Europeia está a contribuir para a resolução da crise através da sua ajuda financeira, e por isso a Comissão Europeia deverá publicar avaliações sobre esta questão.

Por último, gostaria de referir a Sinergia do Mar Negro: é preciso incluir esta região na política europeia de vizinhança. A ajuda que a União Europeia está a dar a esta cooperação regional deve ser orientada para a obtenção de resultados tangíveis em determinados sectores prioritários como a energia, os transportes, a imigração e o combate à criminalidade organizada.

Metin Kazak, em nome do Grupo ALDE. - (FR) Senhor Presidente, apoio integralmente o relatório do senhor deputado Konrad Szymański, nomeadamente a sua proposta de aumentar o envelope financeiro do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria. Temos de nos empenhar mais com os nossos países vizinhos, sobretudo agora, depois dos três recentes conflitos que tiveram lugar, nestes últimos meses, em Gaza, na Ucrânia e na Geórgia.

Um número considerável de alterações propostas pelo nosso grupo, entre as quais as 11 alterações que propus enquanto relator-sombra, foi aprovado pela Comissão dos Assuntos Externos, mas gostaria de submeter ainda duas alterações adicionais em nome do Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa.

Embora esteja de acordo com a ideia de cooperar mais com a Turquia e com a Rússia com vista a resolver alguns dos conflitos em suspenso e a reforçar os laços entre os países do Mar Negro, a redacção do n.º 39 pode levantar confusões. A cooperação no Mar Negro realiza-se a quatro níveis diferentes: os países membros, os países candidatos à adesão, os países da Política Europeia de Vizinhança e a Rússia, enquanto parceiro estratégico.

Sendo a Turquia um país candidato à adesão, não faz parte da Política Europeia de Vizinhança e beneficia do instrumento de ajuda de pré-adesão e não do instrumento europeu de vizinhança. Assim, a Política Europeia de Vizinhança não fornece com certeza uma base apropriada de cooperação com a Turquia.

Existem já plataformas de cooperação com os países do Mar Negro. Deveríamos talvez tentar criar relações com essas iniciativas regionais, a fim de reforçar a sinergia, em vez de tentarmos novas formas de cooperação.

A segunda alteração trata da questão da energia. O n.º 44 do relatório faz exclusivamente referência à Ucrânia e à Moldávia, quando a maior parte dos nossos vizinhos são países importantes para o sector energético, países produtores ou países de trânsito. Estou a pensar, nomeadamente, na Geórgia e no Azerbaijão, cuja importância vai aumentar com o lançamento do projecto Nabucco, que foi tema de uma conferência internacional no mês de Janeiro. Assim, parece-me que as medidas no domínio da energia deverão incluir todos os países da nossa vizinhança.

Hanna Foltyn-Kubicka, em nome do Grupo UEN. - (PL) Senhor Presidente, a Política Europeia de Vizinhança foi desenvolvida com o objectivo de integrar os países incluídos no programa com as estruturas da União Europeia. Isso pressupõe uma forte cooperação nas áreas da economia, da cultura e da política, sem favorecer alguns países em detrimento de outros. Tendo isso presente, é difícil compreender as diferenças que se verificam na repartição dos recursos financeiros entre Estados mediterrânicos e Estados orientais, com desvantagem para o segundo grupo.

A ideia de separar a Política Europeia de Vizinhança (PEV) de acordo com estas regiões justifica-se em função dos problemas diferentes com que estas regiões se confrontam. No entanto, não pode constituir uma justificação para a desigualdade na repartição dos recursos financeiros. Isso parece carecer de fundamento sobretudo face à tragédia que atingiu recentemente um dos países incluídos na PEV - a Geórgia. É agora, em especial, que os cidadãos da Geórgia necessitam da nossa ajuda e da sensação de estarem a ser tratados do mesmo modo que outros países que cooperam com a União Europeia.

Outro objectivo importante que a PEV deveria, em princípio, atingir é o da segurança energética. A actual crise que se faz sentir na Europa é, porém, uma clara manifestação da incoerência dos princípios da cooperação no quadro da política de vizinhança. A crise demonstrou, sem dúvida alguma, a necessidade de identificar medidas no quadro desta política e a necessidade de reforçar o sector da energia como parte da Parceria Oriental. Apraz-me que a Comissão Europeia se tenha dado conta deste problema e queira introduzir precisamente uma política desse tipo.

Cem Özdemir, em nome do Grupo Verts/ALE. - (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, também eu gostaria de começar por agradecer ao relator, o colega Szymański, por um

relatório muito bom. O Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP) só poderá ser eficaz se permitir incentivar a reforma democrática e promover um desenvolvimento sustentável, ou seja, ecológico e justo.

Para conseguir aferir a eficácia deste instrumento, é imprescindível definir objectivos claros, específicos e mensuráveis para todos os planos de acção ao abrigo da Política Europeia de Vizinhança (PEV). No Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, apelamos, em especial, à coerência em todos os instrumentos de direitos humanos no contexto dos planos de acção da PEV, bem como a uma análise circunstanciada dos projectos na área da justiça promovidos através do IEVP.

Um outro aspecto importante correctamente evidenciado no relatório prende-se com a necessidade de um maior envolvimento da sociedade civil no processo de concepção e controlo em relação ao IEVP. A guerra na Geórgia no Verão de 2008 deixou claro que, até essa altura, a União Europeia não tinha desenvolvido e aplicado uma política sustentável de resolução de conflitos para a região do Cáucaso.

Os conflitos latentes, como o de Nagorno-Karabakh, ainda impedem um aprofundamento da PEV na região meridional do Cáucaso. Por esse motivo, exortamos o Conselho a trabalhar mais activamente no domínio da resolução de conflitos. Este instrumento dá à União Europeia a oportunidade de desempenhar um papel activo naquela região sua vizinha, de modo a fazer avançar a reforma democrática e o desenvolvimento sustentável.

Precisamente com vista à preservação da sua – nossa – credibilidade, a União Europeia deverá começar finalmente a encarar com seriedade as cláusulas relativas à democracia e aos direitos humanos presentes nos seus acordos com países terceiros e a empreender as acções apropriadas que, idealmente, seriam positivas, mas que, se for necessário, também poderão ser negativas.

Zbigniew Zaleski (PPE-DE). – (PL) Senhor Presidente, ao agradecer ao nosso colega deputado Szymański o bom relatório que elaborou, gostaria de partilhar convosco uma reflexão sobre o motivo pelo qual a política de vizinhança é tão importante para nós. Temos de responder a esta pergunta. Em primeiro lugar, porque nem a União Europeia nem a Europa são uma espécie de ilha isolada. A UE situa-se na Europa e isso é importante para todos nós, tanto mais quanto é verdade que somos ambiciosos e queremos "exportar" os nossos valores, as nossas ideias e as nossas experiências para outros países.

Penso que, a par das decisões de maior envergadura – relativas aos transportes, à energia, ao comércio livre e ao intercâmbio – há também outros assuntos de menor dimensão que têm um grande significado, como a educação, o intercâmbio científico e cultural e, acima de tudo, os contactos interpessoais. Vejo a União Europeia como uma família de pessoas que comunicam entre si. A Europa – pelo menos é assim que vejo as coisas – será forte quando todas as suas partes tiverem um papel a desempenhar e forem capazes de desempenhar esse papel, e por isso esta realidade tem de incluir não apenas os países da UE, mas também os seus vizinhos.

Senhora Comissária, penso que, de momento, acabámos em grande medida de construir a "Euromed", que é uma estrutura importante. Estamos a conceder muito dinheiro, talvez demasiado dinheiro, como disse a nossa colega do Grupo União para a Europa das Nações, e agora deveríamos reforçar a ideia da "Euroeast", uma assembleia de países vizinhos da Europa Oriental. É algo muito importante e penso que depois da recente crise energética ninguém tem dúvidas de que esta é uma dimensão extremamente significativa para nós. A questão de que se trata aqui tem a ver com programas comunitários e regionais, que devem ser apoiados, mas que, infelizmente, exigem apoio financeiro. Há que reservar montantes adequados para este fim. Tomamos aqui boas decisões, que determinados países e respectivos vizinhos porão em prática em cooperação e trabalhando em projectos comuns.

Aloyzas Sakalas (PSE). - (EN) Senhor Presidente, em 2008, lançaram-se várias novas iniciativas a nível regional no âmbito da Política Europeia de Vizinhança. Embora o instrumento financeiro tivesse sido concebido em 2006, provou ser um instrumento suficientemente eficaz devido ao facto de estar orientado para o futuro.

A UE tomou a decisão de reforçar a cooperação regional e multilateral com e entre os países seus vizinhos. O instrumento já permite que a UE receba co-financiamento de outras organizações internacionais e coopere com outras organizações multilaterais na sua vizinhança. Tentemos efectivamente aproveitar estas oportunidades.

O meu segundo ponto diz respeito à repartição das dotações financeiras entre os nossos vizinhos das costas sul e oriental do Mediterrâneo e os nossos vizinhos a leste. Em última instância, trata-se de uma questão de

credibilidade da política da UE. Por isso, a UE tem de ser fiel aos seus compromissos e manter a distribuição geográfica das dotações financeiras tal como previsto nas Perspectivas Financeiras para o período de 2007-2013.

Mas há uma outra importante lacuna na afectação de recursos entre os países vizinhos. Estou a referir-me à diferença de dotações atribuídas às futuras democracias em programas relacionados com o Estado de direito e direitos humanos. Entre 2007 e 2010, 21% do financiamento total para os vizinhos de leste será gasto no apoio ao desenvolvimento democrático, mas para os vizinhos meridionais isto equivale a apenas 5%. Peço à Comissão que considere esta situação.

Grażyna Staniszevska (ALDE). – (PL) Senhor Presidente, as iniciativas de financiamento para a Bacia do Mediterrâneo e a futura Parceria Oriental no âmbito do instrumento europeu de vizinhança não deveriam ser tomadas, como acontece hoje em dia, em detrimento de uma ou de outra destas regiões. O que é importante é ter em consideração a natureza específica tanto dos países parceiros do Oriente como do Sul.

Acontecimentos geopolíticos recentes que envolveram os nossos vizinhos orientais demonstraram claramente que há também necessidade de adaptar melhor a Política Europeia de Vizinhança às necessidades da região. A Ucrânia pode servir de exemplo. Deveremos oferecer ao maior vizinho oriental da União Europeia incentivos e vantagens específicos no âmbito da Parceria Oriental que exerçam uma influência motivadora sobre um país com ambições europeias. Além disso, também seria importante acelerar a criação de uma zona de comércio livre e concluir as conversações com a Ucrânia sobre a questão da liberdade de concessão de vistos.

A PEV não diz unicamente respeito às actividades de governos e políticos nacionais. Apraz-me, por isso, que no relatório em apreço tenha sido frisada a necessidade de um maior empenho social por parte dos cidadãos e das autoridades locais, em termos do planeamento e da execução da PEV. Devemos recordar igualmente que, para assegurar uma cooperação positiva, eficaz e mutuamente benéfica com os nossos vizinhos, é extremamente importante e meritório que haja um intercâmbio de experiências e boas práticas, bem como iniciativas no domínio da formação, incluindo programas de aprendizagem das línguas de países vizinhos.

Pierre Pribetich (PSE). – (FR) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de felicitar o meu colega Konrad Szymański pelo seu relatório equilibrado sobre a revisão do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria.

Não podemos esquecer que o objecto primordial deste relatório consiste em evitar a emergência de novas linhas de divisão, ou, pior, fracturas, entre a União Europeia alargada e os seus vizinhos geográficos próximos, mas também em reforçar a estabilidade e a segurança do conjunto do espaço assim considerado.

Difundir a paz é uma vontade mil vezes repetida, mas que encontra, muitas vezes, no seu caminho, os obstáculos da realidade dos ódios e das intolerâncias. Assim, a boa condução dessa política determina, em parte, o ordenamento geopolítico europeu internacional.

Como rever eficazmente esse Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria? O essencial resume-se numa palavra: ambição.

De facto, é necessária mais ambição nos diálogos com a sociedade civil e as autoridades locais, a fim de melhor as associar à concepção e ao controlo da execução desse instrumento.

Mais ambição na concessão das ajudas, com vista a reforçar as capacidades administrativas locais e regionais nos países limítrofes, e, também, a promover programas de intercâmbio destinados à sociedade civil.

Mais ambição nos domínios da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos.

Todavia, os apoios orçamentais devem ser objecto de selecção, de forma a torná-los acessíveis exclusivamente àqueles que serão capazes de colher os seus frutos, com uma abordagem por país, sujeita a condições políticas, sem esquecer uma melhor avaliação das políticas. É também urgente clarificar as relações entre a Política Europeia de Vizinhança, política de enquadramento por excelência, e as iniciativas regionais, como a sinergia do Mar Negro, a União para o Mediterrâneo e a futura Parceria Oriental.

Com efeito, à força de reduzir as políticas a áreas geográficas cada vez mais limitadas, corremos o risco de perder o sentido, a visibilidade e transparência globais da política de vizinhança que a União Europeia pretende realizar.

Só a esse preço reforçaremos a coerência e a sincronização da União, só assim o nosso orçamento específico se desenvolverá, claramente, nas direcções desejadas, e só assim a União Europeia desempenhará plenamente, enfim, o seu papel de pólo de estabilidade.

Nicolae Vlad Popa (PPE-DE). – (RO) O Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria tem dado um contributo significativo para o desenvolvimento das relações com Estados vizinhos da União Europeia.

Uma das opções de financiamento é a Facilidade de Investimento ao abrigo da Política de Vizinhança, na qual, para além da verba afectada proveniente do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria, os Estados-Membros da UE têm oportunidade de participar através de donativos. Este estudo dá-nos conta de que o financiamento de que o Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria beneficia não é suficiente para satisfazer os objectivos ambiciosos para esta região.

Exortamos a Comissão Europeia a efectuar uma análise relativa à afectação futura de montantes mais coerentes a este instrumento, em especial numa situação em que outras iniciativas, como a Sinergia do Mar Negro, necessitam também de apoio com financiamento adequado. A Roménia tem apoiado e continuará a apoiar a relevância da região do Mar Negro para a União Europeia, com base nas oportunidades óbvias que a região oferece para a estabilidade, o desenvolvimento económico, a segurança energética, a segurança dos seus cidadãos e a protecção ambiental.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) O Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria pode e deve ser mais utilizado na região do Mar Negro. A meu ver, a sinergia na região do Mar Negro é positiva, mas penso que esta região tem uma importância estratégica especial e merece um enquadramento de cooperação mais estruturado, com base num modelo com o mesmo âmbito de aplicação do Nórdico ou da União para o Mediterrâneo.

O Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria deverá contribuir mais para o desenvolvimento de ligações de transporte entre a União Europeia e o Mar Negro, bem como entre a União Europeia e a República da Moldávia e a Ucrânia. A Roménia gostaria de desenvolver mais programas de cooperação entre cidades na Roménia e na República da Moldávia. Congratulo-me com o lançamento do programa CIUDAD, que incentiva o desenvolvimento do diálogo entre cidades.

O desenvolvimento de portos comunitários situados no Mar Negro, a construção de terminais de gás liquefeito, bem como o desenvolvimento de ligações ferroviárias e rodoviárias entre Estados da região do Mar Negro e Estados-Membros têm de figurar entre as prioridades para as quais este instrumento será utilizado. Além disso, considero que este instrumento também tem de ser utilizado para a cooperação no sector energético, e bem assim para o alargamento e a integração das infra-estruturas de transporte de electricidade para a região dos Balcãs Ocidentais.

Presidente. – Apresento as minhas desculpas ao Deputado Alexandru Nazare uma vez que, por erro da Mesa, não lhe demos a palavra quando estava inscrito no período normal. Dar-lhe-ei a palavra depois do período "catch the eye".

Zbigniew Krzysztof Kuźmiuk (UEN). – (PL) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção para três questões neste debate. Em primeiro lugar, é essencial manter uma separação geográfica no que respeita à ajuda financeira retirada do orçamento da UE para países do Mediterrâneo e para os países da Europa Oriental, em conformidade com o disposto nas Perspectivas Financeiras para 2007-2013, e também continuar a prestar apoio a estes países sob a forma de empréstimos do Banco Europeu de Investimento. Os sublimites máximos para concessão de empréstimos a estes países previstos pelo BEI para os anos 2007-2013 – 8,7 mil milhões de euros para países do Mediterrâneo e apenas 3,7 mil milhões de euros para países orientais e Rússia – parecem ser desfavoráveis do ponto de vista dos países da Europa Oriental, no sentido de que são desproporcionados relativamente às suas necessidades.

Em segundo lugar, é essencial promover a cooperação com esses países no domínio da energia, sob os auspícios da Parceria Oriental, e criar condições que assegurem o fornecimento de recursos energéticos desses países à Europa, oferecendo dessa forma à Europa alternativas em termos do seu aprovisionamento energético. Em terceiro e último lugar, é essencial aprofundar a integração económica da UE com os países da Parceria Oriental alargando a zona de comércio livre de modo a incluir estes países, e bem assim através da integração social, cujo objectivo derradeiro deverá ser a abolição das exigências respeitantes aos vistos para residentes de países pertencentes ao IEVP.

Daniel Petru Funeriu (PPE-DE). – (FR) Senhor Presidente, caros colegas, quando criamos uma política para os Estados vizinhos da União Europeia, não devemos ignorar o défice democrático desses países. É um défice democrático que provém da sua história. Pois bem, para estabelecer uma sociedade democrática, precisamos de uma consciência democrática de todos os cidadãos desses países.

O relatório fala - e com razão, aliás - de contactos cidadão a cidadão - "*people to people contacts*" -, e eu gostaria de lhes perguntar se haverá maneira melhor de estabelecer esses contactos do que permitir aos cidadãos desses países viajarem livremente para a União Europeia.

Assim, apelo para o Conselho para que permita aos cidadãos da República da Moldávia, que é, aliás, o único país a partilhar uma língua oficial da União Europeia, viajarem sem visto para a UE. Evidentemente, enquanto esperamos por essa medida, dirijo-me à Comissão para que ela faça tudo o que é necessário para tornar funcional o "*common visa center*" de Chisinau. De facto, temos de dar o exemplo.

Corina Crețu (PSE). – (RO) Durante os últimos seis meses, a União Europeia enfrentou uma série de desafios que suscitaram interrogações acerca do seu papel, da sua coesão e da sua capacidade para agir e reagir.

A crise na Geórgia e a crise do gás puseram em destaque perante todos nós o facto de que não podemos enfrentar continuamente ameaças vindas do oriente europeu cujos alvos são a estabilidade internacional e a nossa segurança energética.

Aplaudo uma parceria oriental tão ambiciosa como a que o presente relatório propõe, tanto mais que a mesma visa uma cooperação mais eficaz e o apoio à reconstrução da Geórgia, ao mesmo tempo que sugere para o futuro a criação de uma zona de comércio livre e a abolição das exigências respeitantes aos vistos para a União Europeia.

Penso, porém, que temos de atribuir mais importância à situação na República da Moldávia, de onde nos chegam sinais preocupantes relativamente à liberdade de expressão e à integridade das eleições que vão realizar-se na Primavera.

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE). – (RO) O Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria tem uma importância fundamental para o êxito da Política Europeia de Vizinhança, em especial a Parceria Oriental e a cooperação na região do Mar Negro.

O projecto da Parceria Oriental só pode ser bem sucedido se dispuser do financiamento necessário para atingir objectivos claros. Ao mesmo tempo, temos de simplificar os mecanismos para avaliar o impacto das acções e financiamentos envolvidos na Parceria Oriental, a fim de que a ajuda prestada pela Europa não seja objecto de uma apropriação e de uma utilização indevidas por parte de alguns governos contra a oposição política.

As nossas acções têm de ter sempre uma concepção correcta para que os cidadãos possam retirar delas benefícios específicos. Considero que o financiamento europeu proporcionado pelo Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria deverá atribuir prioridade às medidas que visem a cooperação transfronteiras na área sobre que incide a Parceria Oriental.

A cooperação transfronteiras tem por missão específica dar um contributo decisivo para o desenvolvimento regional, gerando a confiança entre Estados vizinhos e a harmonia interétnica, ao mesmo tempo que a promoção da circulação transfronteiriça de pessoas e de trocas comerciais pode ter efeitos multiplicadores particularmente benéficos.

Alexandru Nazare (PPE-DE). – (RO) O Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria é vital para assegurar estabilidade, democracia e prosperidade na região. Além disso, esse instrumento transforma o conceito de fronteira como zona de isolamento e exclusão numa zona de cooperação e de laços políticos.

Acontecimentos recentes na zona a oriente da UE, anteriormente referidos neste Hemiciclo, nomeadamente a crise do gás e a crise na Geórgia, vieram demonstrar uma vez mais a necessidade de uma estratégia capaz de garantir que a União Europeia desempenhe um papel activo nesta área geopolítica. É necessário que adoptemos uma abordagem mais coerente quando tratarmos da região a oriente das nossas fronteiras. Precisamos de ter objectivos claros que vão ao encontro dos interesses da UE e das necessidades específicas dos nossos parceiros.

Aplaudo inteiramente iniciativas como a Sinergia do Mar Negro e a Parceria Oriental que consolidam a cooperação com os países da região, em especial a República da Moldávia e a Ucrânia, bem como Estados do Cáucaso e da região do Cáspio. É necessário termos também uma participação mais activa na zona do Mar Negro, que forneça uma base para a consolidação das relações com a Turquia e a Rússia, uma vez que essa zona está situada na vizinhança da União Europeia, da Turquia e da Rússia.

A parceria constitui também um incentivo bem-vindo para os países que nela participam que venham a querer candidatar-se ao estatuto de Estados-Membros da União Europeia, como a República da Moldávia. Esta parceria eleva de forma significativa o nível de empenhamento de ambos os lados.

Gostaria, além disso, de dizer também algumas palavras sobre a iniciativa EURONEST, que é apenas um exemplo de uma solução específica para melhorar a aplicação do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria em Estados como a Arménia, o Azerbaijão, a Geórgia, a Moldávia, a Ucrânia ou a Bielorrússia.

A aplicação desta política não pode ser melhorada sem que se eleve o nível da ajuda financeira. Para além da necessidade de aumentar este pacote financeiro, temos também de prestar igual atenção à maneira como esses fundos são gastos.

Considero imperioso garantir transparência no que se refere aos mecanismos financeiros para afectação de fundos. Penso também que se devem afectar recursos com vista a envolver a sociedade civil dos países parceiros em projectos comuns e a apoiar a mobilidade dos cidadãos desses países, o que inclui a simplificação das exigências respeitantes aos vistos.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, penso que esta discussão sobre o IEVP na verdade antecipou-se à próxima comunicação da Comissão sobre a Parceria Oriental. Muitas das ideias que os senhores apresentaram encontram-se na comunicação da Parceria Oriental, e estou certa de que quando a receber, irão ficar, assim o espero, bastante satisfeitos.

Vou apenas dizer algumas coisas. Estou, naturalmente, bastante agradecida por muitas das sugestões. Nesta Parceria Oriental, a ideia é que queremos trabalhar com os nossos parceiros do leste - Ucrânia, Moldávia, Bielorrússia - se necessário, em matéria de democracia e direitos humanos, mas também com os três países do Cáucaso, no comércio, para tentar estabelecer acordos de associação mais aprofundados, em segundo lugar em matéria de energia, e em terceiro lugar em maior mobilidade. No que diz respeito às vossas sugestões sobre isenção de visto, iremos começar com a agilização da concessão de vistos, embora isso não seja fácil, dadas as reticências expressas por alguns Estados-Membros. A seguir, naturalmente, existem todos os tipos de diferentes plataformas que já referi - por exemplo, uma plataforma para a sociedade civil, para a energia e para os transportes - ou, na verdade, onde as melhores práticas possam ser permutadas.

No que diz respeito ao financiamento, posso apenas dizer que, infelizmente, não tenho mais fundos disponíveis. É claro que - como sempre afirmo como uma das mães da política de vizinhança - adoraria ter mais. Sendo o Parlamento uma autoridade orçamental, pedia-lhes que nos dessem uma oportunidade no futuro e que nos apoiassem realmente nesta questão. Isto aplica-se tanto à União para o Mediterrâneo no sul como à Parceria Oriental e ao IEVP no leste.

Os valores do financiamento são actualmente de 3,6 euros per capita por ano para o leste e 3,4 euros per capita por ano para o sul. Assim, como podem ver, estamos quase ao mesmo nível. No entanto, estes montantes também nunca são suficiente devido às enormes necessidades e desafios. Por isso, estabelecemos igualmente a ideia de uma chamada FIV - Facilidade de Investimento da Vizinhança - que pode ser utilizada para projectos de maior envergadura.

Isto é tudo quanto posso dizer nesta fase, mas talvez, numa fase posterior, quando começarmos a discutir a Parceria Oriental, possamos entrar em mais pormenores. Em qualquer caso, muito obrigada por este debate e pelas vossas sugestões, que estão muito em sintonia com a direcção que estamos a seguir.

Konrad Szymański, *relator*. – (PL) Senhor Presidente, gostaria de tecer alguns comentários em relação a este debate. A simplificação dos procedimentos, a monitorização da implementação da política de vizinhança e o papel de supervisão do Parlamento Europeu são questões com que nos vimos debatendo desde 2005, e não parece que possamos fazer muito mais a este respeito. Mas hoje é certamente importante que acrescentemos conteúdo político à nossa política de vizinhança. Este conteúdo político inclui questões como os vistos, um mercado comum e a energia. Se não ultrapassarmos estes desafios, arriscamo-nos a perder a oportunidade de criarmos a nossa vizinhança nos nossos termos. Lutamos contra o tempo. Países que hoje fazem parte da nossa vizinhança podem perder a sua estabilidade e derivar para outros princípios no estabelecimento da ordem regional. Este tipo de situação não nos agrada e a história poderá nunca mais nos dar esta oportunidade. Além disso, tais acontecimentos afectarão a nossa segurança, pelo que também devemos pensar no problema em termos completamente egoístas, nomeadamente no interesse da União Europeia, para que a nossa vizinhança seja uma área de estabilidade e prosperidade.

Quanto ao orçamento, sei bem que, em relação à reforma da política de vizinhança, muitos sectores desta Câmara estão de acordo sobre aspectos que se prendem com o financiamento de áreas específicas da política e de regiões particulares, mas não devemos esquecer que a política de vizinhança é apenas uma secção do orçamento e que nada mudará durante a próxima perspectiva financeira. Se conseguirmos financiar devidamente as vizinhanças mediterrânica, oriental e do Mar Negro, todos ganharemos. Não podemos sair-nos bem em nenhuma parte da vizinhança à custa de outra parte, porque o orçamento da UE foi estruturado de modo a impedir que isso aconteça. Devemos antes concentrar-nos na reforma do orçamento da UE de modo a que todas as partes (mediterrânica, oriental e do Mar Negro) beneficiem das futuras perspectivas financeiras.

Marcin Libicki (UEN). – (PL) Senhor Presidente, lamento que a resenha feita pelo senhor deputado Szymański do seu excelente relatório não possa ser ouvida pela Senhora Comissária Ferrero-Waldner, dado que continua ocupada com outros assuntos.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Alin Lucian Antochi (PSE), por escrito. – (RO) Apoio em absoluto as disposições constantes do relatório que têm por objectivo aumentar o nível do empenhamento político da União Europeia para com os Estados aos quais se destina o I EVP, bem como a possibilidade de assinar acordos de associação específicos para cada país.

De modo a implementarem esta política eficazmente, os Estados em causa deverão empenhar-se totalmente no processo de reforma democrática da sociedade. A implementação eficaz das reformas, em especial das relacionadas com os domínios da democracia, do Estado de direito e da liberdade de expressão, continua a constituir um problema sério para estes Estados e depende da vontade política das suas autoridades e do nível de empenhamento da sociedade civil e dos seus cidadãos.

É importante que as populações destes países compreendam que a integração europeia lhes oferece não só a possibilidade de atravessarem fronteiras legalmente, mas também uma oportunidade real para tirarem o país do impasse. Neste contexto, os projectos europeus deverão incluir mais disposições específicas e fundos especiais para informar as populações.

Familiarizar as populações com os benefícios da integração e com os compromissos que assumem quando os países aderem à UE envolvê-las-á activamente no processo de democratização da sociedade e diminuirá consideravelmente a capacidade da elite no poder para aplicar medidas coercivas contra os partidos políticos da oposição e a sociedade civil.

Adam Bielan (UEN), por escrito. – (PL) Senhor Presidente, a iniciativa que a Polónia e a Suécia ainda no ano passado advogavam já não é tema de debate. Uma cooperação mais estreita com os nossos vizinhos da fronteira oriental, além de ser benéfica para ambas as partes, é também essencial e estratégica em termos de segurança da Europa.

A situação política e económica do outro lado da nossa fronteira oriental afecta directamente a situação em toda a UE, o nosso equilíbrio económico e a nossa segurança. O ano passado foi um teste à credibilidade da Rússia em termos de relações com os seus vizinhos, um teste em que o Kremlin fracassou por completo.

É por isto que o desenvolvimento da Política Europeia de Vizinhança requer o nosso envolvimento activo na situação da região do Cáucaso Meridional e nos acontecimentos relacionados com os nossos vizinhos mais próximos. Este envolvimento é o pré-requisito para a nossa cooperação em domínios específicos. Estou a pensar no apoio à sociedade civil e às reformas democráticas e institucionais, e em garantir a segurança energética da Europa. Mostremos que podemos ser os actores principais no Leste, não deixemos que a Rússia implemente os seus desígnios neo-imperialistas.

Janusz Lewandowski (PPE-DE), por escrito. – (PL) O Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria para financiar as políticas europeias de vizinhança para o Sul e o Leste não deve ser implementado em detrimento de nenhuma destas regiões. No que diz respeito à utilização deste financiamento, importa em especial garantir a transparência de outras fontes, incluindo o financiamento privado.

Durante as negociações sobre um novo acordo UE-Rússia, deveremos procurar obter uma maior cooperação por parte da Rússia, em termos de identificação de prioridades claras em matéria de cooperação financeira conducentes a uma melhor planificação e uma programação plurianual da ajuda, e garantias de que qualquer assistência financeira concedida às autoridades russas contribui para o reforço da democracia na Rússia e de que existem mais projectos conjuntos seleccionados para financiamento.

Também gostaria de destacar a necessidade de estabelecer condições e garantias políticas efectivas, de modo a garantir que a assistência à Bielorrússia tenha um impacto imediato e directo sobre os cidadãos e não seja indevidamente utilizada pelas autoridades para atacarem os seus adversários políticos. A União Europeia deve prestar um apoio mais eficaz à sociedade civil e aos partidos políticos que defendem a democracia.

Os recentes acontecimentos geopolíticos na vizinhança oriental da União Europeia sublinham a importância de desenvolver ainda mais a Política Europeia de Vizinhança, adaptando-a mais eficazmente às necessidades dos parceiros, o que inclui um envolvimento acrescido da UE na região do Mar Negro.

Marianne Mikko (PSE), por escrito. – (ET) Como chefe da delegação do Parlamento Europeu para as relações com a Moldávia, estou naturalmente interessada no desenvolvimento da dimensão oriental do IEVP.

Compreendo e apoio inteiramente os interesses dos Estados-Membros meridionais da União Europeia na promoção do desenvolvimento da dimensão sul do IEVP. Ao mesmo tempo, estou convencida de que não podemos descurar os nossos vizinhos do leste. Do ponto de vista da segurança e bem-estar da nossa casa comum, tanto os vizinhos orientais como os meridionais são igualmente importantes para nós.

Com base no sistema actual, que estará em vigor até 2010, os fundos do IEVP são repartidos de forma desigual - 70% vão para a dimensão meridional e apenas 30% vão para os países da dimensão oriental. Este ano serão iniciadas novas discussões sobre o financiamento. Espero sinceramente que o actual sistema seja alterado durante essas discussões, e que no futuro os fundos sejam, justificadamente, repartidos por igual.

Devido aos acontecimentos do Verão passado - refiro-me ao conflito russo-georgiano -, os nossos vizinhos orientais esperam com toda a razão, na minha opinião, uma maior contribuição da UE para salvaguardar a sua estabilidade. O envolvimento da União Europeia não deve limitar-se apenas a uma declaração de apoio político, deve também conter cooperação e assistência muito reais para a implementação das reformas.

Estou extremamente satisfeita com o facto de a Estónia ser um dos 15 membros fundadores da recém-criada Facilidade de Investimento da Vizinhança. Durante a actual recessão económica, a atribuição de 1 milhão de euros é um grande feito - e é algo concreto.

Toomas Savi (ALDE), por escrito. – (EN) Senhor Presidente, congratulo-me com a noção de que "a Parceria Oriental não deve dificultar a adesão à União Europeia dos países vizinhos que pretendam candidatar-se", tal como foi referido no relatório. O incentivo de uma eventual adesão futura é parte integrante da Parceria Oriental, uma vez que constitui a base para o sucesso de uma abordagem condicional.

Embora o progresso em direcção a uma transição democrática completa varie de país para país - na Bielorrússia houve apenas pequenos avanços, enquanto na Ucrânia e na Geórgia foram tomadas algumas medidas importantes - a União Europeia deve sempre manter a possibilidade de adesão à UE para os países da vizinhança oriental, uma vez que os esforços para estabelecer uma democracia funcional, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos podem, às vezes, ser cansativos até ao ponto de recaída.

O principal objectivo do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria, bem como o incentivo à adesão da Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Moldávia, Ucrânia e Bielorrússia, é garantir o progresso contínuo rumo à consolidação da democracia nesses países.

23. Financiamento de acções não relacionadas com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0036/2009) do deputado Thijs Berman, em nome da Comissão do Desenvolvimento, sobre o financiamento de acções não relacionadas com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos países abrangidos pelo Regulamento (CE) n.º 1905/2006 (2008/2117(INI).

Thijs Berman, relator. – (NL) Pessoalmente, também estou satisfeito com o facto de o senhor deputado Deva se ter sentado, porque agora a senhora Comissária Ferrero-Waldner já poderá prestar-me atenção, o que é um grande alívio.

Esta crise económica sem precedentes, que está a atacar em força, significa nova catástrofe para os países em desenvolvimento. A crise dá azo a uma queda dos preços das matérias-primas, a menos investimentos, a menos créditos comerciais, a menos remessas dos imigrantes. Entretanto, o produto interno bruto de todos os países ricos está a diminuir rapidamente, o que significa que o orçamento da cooperação para o desenvolvimento também está a ser reduzido, uma vez que é 0,7% do produto nacional bruto -, ou pelo menos é isso que se espera que seja - e, mesmo assim, a maior parte dos países não cumpre as suas promessas.

Este é o contexto do debate que está a realizar-se aqui sobre o novo instrumento estratégico. Se os estudantes espanhóis receberem uma bolsa para estudarem durante alguns meses na América Latina, ou vice-versa, esse intercâmbio é útil, necessário e desejável. Todavia, um projecto como este não pode ser financiado exclusivamente com fundos destinados a combater a pobreza. Muito embora o financiamento da UE neste domínio deva ser aplaudido, não está a combater a pobreza. É frustrante ter de anular projectos simplesmente porque não existe base jurídica para os apoiar.

É por esse motivo que temos estado a procurar um instrumento modesto com o qual a UE possa implementar nos países em desenvolvimento uma política que, em rigor, se não inscreva no âmbito da luta contra a pobreza. Necessário será encontrar uma fonte financeira e uma base jurídica que não caiam no âmbito da política para o desenvolvimento. A base jurídica não pode, por conseguinte, residir no artigo 179.º do Tratado de Nice, porque esse constitui precisamente a base estatutária da política de desenvolvimento que devia ser evitada neste caso.

Os próprios interesses da UE – estudantes europeus em viagens de estudo – não podem ser financiados ao abrigo do artigo 179.º. Além disso, quando despende dinheiros de fundos para o desenvolvimento, a UE tem de satisfazer os critérios juridicamente estabelecidos relativos à cooperação para o desenvolvimento, designadamente, os da luta contra a pobreza.

Com um pouco de criatividade, verifica-se que existem outras fontes. Alargar o âmbito de aplicação do "Instrumento dos Países Industrializados" é uma opção apresentada pela Comissão dos Assuntos Externos, e que é igualmente apoiada pela minha comissão. O que também constitui uma opção, porém, é uma combinação dos artigos 150.º, 151.º, e 170.º, educação, cultura e investigação. Com esta combinação como base jurídica, o Parlamento Europeu manteria absoluto poder de co-decisão relativamente a esse instrumento, sem que o dinheiro - cerca de 13 milhões de euros neste momento - fosse retirado do fundo comum para a política de desenvolvimento nem do fundo comum para a política externa.

Na qualidade de relator – e a Comissão do Desenvolvimento irá apoiar-me nisto –, não posso concordar com o artigo 179.º como base jurídica. Com essa base jurídica, este novo instrumento iria tornar-se ineficaz, visto que o seu objectivo é precisamente evitar que os fundos para o desenvolvimento sejam utilizados para outros fins. Não devia, portanto, haver uma base jurídica para este instrumento que pudesse tornar isto compulsório.

Por esse motivo, apelo ao Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus para que retire urgentemente as suas alterações, que constituem uma provocação ao nosso desejo comum de protegermos o orçamento da cooperação para o desenvolvimento, mesmo em épocas de crise económica.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de confirmar o compromisso que assumi, em nome da Comissão, de proceder à revisão intercalar dos instrumentos financeiros em 2009, em resposta ao pedido formulado pelo Parlamento durante as negociações finais sobre esses instrumentos.

Essa revisão assumirá a forma de uma comunicação, acompanhada de propostas legislativas se for caso disso. A adopção da comunicação está prevista para Abril de 2009 e está incluída no programa de trabalho legislativo da Comissão.

A revisão incide sobre a aplicação dos instrumentos. Deve distinguir-se das outras revisões intercalares actualmente em curso - e também previstas na regulamentação - que dizem respeito aos documentos de programação e aos documentos de estratégia para 2011-2013. Esta nova programação deverá dar origem a um ciclo de controlo democrático, tal como o primeiro exercício de programação para 2007-2010.

Os dois exercícios são diferentes mas complementares. É importante corrigir problemas relacionados com os instrumentos antes do novo período de programação. A revisão da estratégia e da programação terá lugar durante 2009, de modo a estar pronta em 2010 para o controlo democrático pelo Parlamento.

No que diz respeito ao Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD), as nossas reflexões preliminares confirmam uma questão que vai ser o cerne da revisão: a lacuna legislativa no que diz respeito às actividades não-APD para os países abrangidos pelo ICD.

Quais são essas actividades não-APD? São de natureza variada, mas as actuais quatro acções preparatórias iniciadas por este Parlamento dão uma boa ideia do que estamos a falar: a cooperação com os países de rendimento médio da Ásia e da América Latina que não está abrangida pelo ICD, e os intercâmbios empresariais e científicos com a China e com a Índia.

Em relação a estes tipos de actividades, concordamos com os senhores deputados quanto à necessidade de dispormos de legislação que abranja as medidas que promovem as preocupações da UE em países do ICD. Isso poderia ser feito através de um novo instrumento jurídico ou através da alteração do actual Regulamento relativo ao Instrumento dos Países Industrializados (IPI).

Quando elaborámos os novos instrumentos de relações externas em 2006, acordámos que estes deveriam abranger também a dimensão externa das nossas políticas internas. Concordámos que isto poderia ser feito ao abrigo da base jurídica para as acções externas, o que representou uma simplificação considerável em relação à situação anterior.

Será difícil para a Comissão seguir esta abordagem. Consideramos que a base jurídica deve reflectir os objectivos e o conteúdo do instrumento. Reconhecemos que existe um problema com as actividades não-APD. Devido à sua natureza, estas actividades não podem ser classificadas como ajuda ao desenvolvimento. Portanto, uma proposta que trate apenas destas actividades não pode ser inscrita no âmbito da cooperação para o desenvolvimento - nos termos do artigo 179.º, como V. Exa. referiu.

Considerando que queremos abranger conhecidas actividades APD, parece provável que o artigo 181.º-A do Tratado seja a base jurídica mais adequada uma vez que abrange a cooperação económica, financeira e técnica. No entanto, antes de fazer qualquer proposta, a Comissão analisará a questão cuidadosamente à luz da posição expressa pelo Parlamento. Seria útil ter a posição do Parlamento para podermos finalizar as nossas propostas antes das eleições, tal como prometemos.

Finalmente, vejo que o relatório pede mais recursos. Vamos ter de analisar isso. Os senhores deputados conhecem a situação difícil da rubrica 4 do quadro financeiro. Poderia argumentar-se que os países emergentes estão em transição e que as actuais dotações destinadas à ajuda deveriam acompanhar esta transição – ou seja, com uma mudança gradual do enfoque no desenvolvimento para actividades não-APD. Iremos considerar isso durante a revisão.

Estas são as considerações iniciais da Comissão sobre o relatório que estamos hoje a analisar. Consideramos que se trata de uma boa base para o nosso trabalho em conjunto, e estou ansiosa por ouvir o que os senhores deputados têm a dizer.

Vicente Miguel Garcés Ramón, *relator de parecer da Comissão dos Orçamentos*. - (ES) Senhor Presidente, a Comissão dos Orçamentos considera de toda a importância que os instrumentos orçamentais se encontrem claramente demarcados. Assim, a opção mais realista parece ser a da criação de um novo instrumento destinado a acções que não tenham a ver com ajuda pública ao desenvolvimento a países abrangidos pelo campo de aplicação do regulamento.

De um ponto de vista orçamental, a proposta de financiamento da Comissão do Desenvolvimento não parece ser adequada, já que esse dinheiro não existe e essas rubricas não dispõem de dotações numa base plurianual. Existem dotações para 2009, mas não para depois disso.

Seja como for, uma vez que o financiamento deste novo instrumento de cooperação deve ser compatível com o quadro financeiro 2007-2013, devemos recordar a importância da revisão intercalar desse mesmo quadro, a qual deve permitir um ajustamento dos limites máximos das diferentes rubricas.

Nirj Deva, *em nome do Grupo PPE-DE*. - (EN) Senhor Presidente, saúdo vivamente a declaração que a Comissária Ferrero-Waldner acabou de fazer, e peço ao meu grupo político que retire a sua alteração de modo a que este relatório possa ser aprovado. Caso contrário, ficarei numa posição bastante difícil, mas vou ter de apoiar o relator socialista nesta questão.

Devo dizer que acredito que o instrumento de desenvolvimento é para fins de desenvolvimento. No entanto, se considerarmos o que o instrumento de desenvolvimento - em particular o artigo 179.º – oferece, mesmo com todas as limitações, o instrumento da APD permite a promoção de museus, bibliotecas, as artes, música

nas escolas, instalações de treino e recintos para desporto – tudo isto conta como APD. Mas, como é óbvio, não patrocina excursões a concertos ou despesas de deslocação dos atletas. Os programas culturais nos países em desenvolvimento, cujo objectivo principal é promover os valores culturais do doador, não podem ser considerados como APD. Esta exclui a ajuda militar, mas não exclui a manutenção da paz. Abrange uma ampla variedade de actividades – até mesmo trabalho policial civil para satisfazer e suplementar a capacidade de formação de polícias, a desmobilização de soldados, o acompanhamento de eleições, a remoção de minas e de minas terrestres - tudo isso é APD.

Assim, aqui estamos nós, neste Parlamento, a discutir pormenores irrelevantes, quando na verdade a área principal do trabalho está abrangida pelo instrumento APD. Por conseguinte, congratulo-me com a declaração da Comissária Ferrero-Waldner de que o artigo 181.º-A serve para possibilitar os fundos necessários para que alguns dos meus colegas possam levar a cabo o que tencionam fazer.

Ana Maria Gomes, *em nome do Grupo PSE*. – (EN) Senhor Presidente, é fundamental resolver a actual lacuna legislativa relativa ao financiamento de acções não-APD nos países abrangidos pelo ICD. A proposta de um instrumento para resolver esta lacuna deve preservar o ICD inequivocamente como um instrumento da APD e deve permitir uma separação clara entre os meios financeiros atribuídos à pura cooperação para o desenvolvimento APD e os atribuídos a outros tipos de cooperação para o desenvolvimento não-APD com os países em desenvolvimento. Esta separação é uma mensagem política muito relevante em si mesma e seria bom dar visibilidade adequada à política da UE de cooperação para o desenvolvimento.

O instrumento novo ou revisto deverá também ser suficientemente amplo para abranger um vasto leque de acções que não satisfazem as orientações do CAD da OCDE, mas que são cruciais para a cooperação da UE com os países em desenvolvimento, por exemplo, o desenvolvimento do campo de gás natural Akkas no Iraque, ou a cooperação sobre a segurança aeronáutica com a Índia. Esta é a razão pela qual não estou de pleno acordo com a base jurídica restritiva que foi proposta. Apoio totalmente a Senhora Comissária Ferrero-Waldner em achar que o artigo 181.º-A é possivelmente uma base jurídica mais adequada para o tipo de situações que destaquei. No entanto, também não estou convencida quanto à alternativa apresentada pela alteração do Grupo PPE-DE que deveremos votar amanhã.

Portanto, espero que, sob a orientação do nosso relator, Thijs Berman, possamos encontrar mais tempo para ter um debate aprofundado sobre este assunto e considerar qual será a melhor base jurídica, nomeadamente, a proposta feita pela Senhora Comissária Ferrero-Waldner.

Toomas Savi, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Thijs Berman pelo seu relatório. Ressalta um aspecto importante na ajuda ao desenvolvimento que a Comissão deve, na minha opinião, considerar seriamente. Actividades tais como programas de intercâmbio cultural, científico e económico, contactos de cidadão para cidadão, ou diálogo político, lamentavelmente não são abrangidos pela legislação europeia, sendo estes apenas alguns exemplos.

A União Europeia criou numerosos programas e instrumentos financeiros sob a égide de organismos distintos, cada um abrangendo apenas alguns aspectos limitados dos problemas que os países em desenvolvimento enfrentam actualmente. Considero que, sem uma agência central da União Europeia e uma política global e coerente, os esforços que estamos a fazer para melhorar a situação nos países em desenvolvimento não serão visíveis.

Todos concordamos que o objectivo da política da União Europeia de cooperação para o desenvolvimento é chegar ao maior número possível de pessoas carenciadas, mas no entanto escolhemos uma via um tanto inconveniente para alcançar essa meta. Actualmente, a União Europeia encontra-se quer institucionalmente fragmentada quer juridicamente impedida no que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento. Este relatório bastante apreciado aborda os resultados dessas deficiências.

A União Europeia e os seus Estados-Membros têm contribuído imenso para a ajuda pública ao desenvolvimento, facto que nunca deverá ser subestimado, mas ainda há muito a fazer para aumentar a eficiência e a eficácia do quadro institucional, bem como a congruência da legislação que abrange a ajuda ao desenvolvimento.

Michael Gahler (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, para ser muito franco, fiquei um tanto surpreendido ao descobrir que o relatório Berman já tinha sido finalizado e que uma proposta havia sido apresentada antes da conclusão do relatório Mitchell, que tem precisamente por objecto uma avaliação da experiência adquirida com o ICD.

Quanto ao fundo da sua proposta, o colega tem razão. Dada a configuração do ICD, o vazio legislativo era inevitável. Apoio a conclusão de que é necessário um instrumento diferente para colmatar esta lacuna no caso das actividades que não se inscrevem na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Poderia aceitar ambas as alternativas que o colega propõe no n.º 3 do seu relatório.

Contudo, gostaria de esclarecer que as acções que não fazem parte da APD também são relevantes para o desenvolvimento de um país e é apenas a escolha da sua base jurídica que está em causa. A meu ver, o relator e a sua comissão parlamentar estão contra o resto do mundo a este respeito. A Comissão do Desenvolvimento opta por uma interpretação restrita do artigo 179.º e, para arranjar uma base jurídica, precisa, por isso, de recorrer a artigos relacionados com as políticas internas. A Comissão dos Assuntos Externos, a Comissão dos Assuntos Jurídicos, os serviços jurídicos do Parlamento, o TJCE, o Conselho e a Comissão Europeia fazem todos uma leitura diferente daquele artigo.

Por esse motivo, no Grupo PPE-DE, decidimos hoje não retirar esta proposta amanhã, mas propor uma alteração à base jurídica pretendida, não apoiando qualquer adiamento, uma vez que concordámos que só está em causa a base jurídica. Estou, por isso, convencido que amanhã iremos conseguir esclarecer este assunto.

Corina Crețu (PSE). – (RO) O relatório do nosso colega, o senhor deputado Berman, oferece uma solução clara para o preenchimento da lacuna na estrutura legislativa relativa ao financiamento de acções externas sem carácter de emergência e que se incluem na categoria de acções de desenvolvimento na definição do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento.

O financiamento deste tipo de acções é importante de uma perspectiva política, dado que pode garantir a continuidade da presença da União Europeia nos países e regiões que já passaram a fase de desenvolvimento inicial. Todavia, é extremamente importante que os fundos utilizados para financiar estas acções não provenham de fontes destinadas ao desenvolvimento, mas sim de diferentes rubricas orçamentais.

A proposta legislativa solicitada por este relatório tem por finalidade encorajar o desenvolvimento e não restringi-lo reduzindo os fundos disponíveis para as políticas de desenvolvimento em benefício de outras medidas. Por este motivo, aquando da determinação dos fundos destinados ao seu financiamento, é vital distinguir entre as acções financiadas ao abrigo do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento e as financiadas por uma nova disposição legislativa.

Mairead McGuinness (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao relator por este relatório. Subscrovo o seu primeiro comentário sobre a crise económica, o seu impacto em particular no mundo em desenvolvimento e, na verdade, o facto de não estarmos a atingir a nossa meta de 0,7% em ajuda. Isto é lamentável porque quando o mundo desenvolvido se retrai, o mundo em desenvolvimento sofre a maior parte do seu impacto.

Vim assistir a este debate porque estava ansiosa por ouvir os argumentos sobre as bases jurídicas. Parece-me que por trás disto tudo existe o receio de que o orçamento seja demasiado repartido. Chamemos as coisas pelos nomes. Permitam-me citar as observações feitas por uma organização de ajuda que me contactou hoje: "Embora nós apoiemos o pedido do Parlamento para um instrumento de financiamento para actividades não-APD nos países em desenvolvimento, estamos firmemente convencidos de que aquele deve ser estabelecido numa base jurídica adequada às actividades que pretende financiar. A aplicação do artigo 179.º como base jurídica para actividades não relacionadas com o desenvolvimento não é adequada de forma alguma e, como tal, violaria tanto o Tratado CE como o acervo comunitário. Além disso, abre a possibilidade de, no futuro, actividades não-APD poderem ser financiadas a partir de rubricas orçamentais destinadas a genuínas actividades de desenvolvimento. Esperamos sinceramente que a alteração seja retirada."

Assim, como membro do Grupo PPE-DE, estou aqui hoje não só para ouvir os dois lados desta discussão, mas também para apresentar algum do *lobbying* que estou a receber de pessoas muito reais na área do desenvolvimento e a cujas preocupações tenho de atender.

Volto a dizer que, se estivéssemos inundados de fundos, a nossa base jurídica não causaria tanta aflição. O problema é que não estamos. Entre as pessoas envolvidas com a agenda do desenvolvimento - o foco de preocupação - existe o receio de que o dinheiro disponível seja repartido por demasiadas actividades. No entanto, eu ainda não estou convencida.

Paul Rübzig (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária Ferrero-Waldner, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de discutir não a base jurídica, mas a base da sobrevivência. As pequenas e médias

empresas têm um papel muito especial a desempenhar neste contexto. A credibilidade é particularmente importante em tempos de crise financeira, de modo a que estas empresas possam continuar a obter microcrédito.

Gostaria de realçar, em especial, que o instrumento do microcrédito já demonstrou muito bem o seu valor em todo o mundo e que, especialmente no quadro da ronda da OMC, que esperamos estar prestes a chegar às últimas etapas, deveríamos pensar como aplicar as medidas relevantes para facilitar o comércio às famílias afectadas nestas áreas.

Afinal, cria-se prosperidade sempre que se produz algo, sempre que as pessoas conseguem bastar-se a si próprias e às suas famílias. Se, além disso, forem capazes de vender algo, a sua prosperidade fica assegurada. É com este objectivo em mente que eu espero que a política de desenvolvimento siga o rumo correcto.

Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, ouvidos todos os diferentes contributos, é óbvio que a principal preocupação dos senhores deputados é a escolha da base jurídica.

Na minha introdução, referi a direcção que a Comissão pretende seguir, mas ficarei certamente muito feliz por receber também as vossas sugestões.

V. Exas. sabem que nós queremos a melhor ajuda ao desenvolvimento para todos os países, e este é o principal enfoque da nossa reflexão. Vamos então trabalhar em conjunto para encontrar a solução ideal.

Thijs Berman, relator. – (EN) Senhor Presidente, não sou advogado e nem sequer sou bem versado na lei, mas sei que se deve evitar esticar a interpretação dos textos jurídicos. Esse é o meu receio no caso de recorrermos ao artigo 181.º-A, já que este se refere a cooperação económica e técnica, enquanto nós estamos a falar de idas de alunos ao estrangeiro em intercâmbios entre universidades. É um pouco arriscado. Não serei contra isso se a Comissão achar que é a solução para as actividades não-APD que todos consideram necessárias e importantes, e alinharei com ela. A minha preocupação deve-se talvez ao facto de eu ser jornalista. Gosto de textos e levo as palavras a sério, pois é aí que reside a essência da Europa - no seu humanismo, em levar os textos e a linguagem a sério. Temos de ter muito cuidado ao usar palavras, por isso o artigo 181.º-A é uma possibilidade, mas não estou muito feliz com isso.

No entanto, fiquei feliz com o comentário feito por Mairead McGuinness no sentido de que precisava de ser persuadida. Ela é irlandesa, tem as suas convicções e é firme nos seus princípios, como aliás todos somos. Se amanhã for impossível chegar a um acordo sobre a base jurídica correcta, então preferia que o relatório fosse reenviado à comissão, e arranjar tempo para decidir sobre a base jurídica adequada, pois todos nós sabemos que as actividades não-APD são necessárias.

Agradeço à Comissão o seu comentário de que as acções não-APD tornar-se-ão, ao longo do tempo, cada vez mais importantes nos países em desenvolvimento e em países de rendimento médio, etc. Estamos todos de acordo sobre a sua necessidade, e também todos nós concordamos com a necessidade de encontrar uma base jurídica. Alguns de nós concordam que o artigo 179.º não é a base que procuramos.

Se não conseguir chegar a um acordo com o Grupo PPE-DE antes da votação de amanhã ao meio-dia - o que será uma pena - pedirei o reenvio desta questão à minha comissão. Estou pronto para isso e fá-lo-ei quando a alteração for votada amanhã. Ficarei muito triste se esta for a posição do Grupo PPE-DE, já que estamos todos de acordo sobre a necessidade de manter a ajuda ao desenvolvimento no seu nível actual, e todos sabemos que está a diminuir com a crise económica.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Angelika Beer (Verts/ALE), por escrito. – (DE) A revisão dos novos instrumentos de financiamento da política externa revelou deficiências na cooperação com países terceiros, pelo que propomos uma reforma do instrumento industrial.

A Comissão dos Assuntos Externos não acha que seja desejável limitar a nova base jurídica para este instrumento a um pequeno número de áreas de cooperação. Além disso, os domínios políticos actualmente visados (cultura, juventude, investigação) foram tomados de empréstimo da política interna da UE e até hoje nunca se destinaram a definir a cooperação com países terceiros. Esta é apenas uma das incertezas que preocupa a Comissão dos Assuntos Externos. O que sucede se, num futuro próximo, for desejável cooperar

com outros países em questões de política climática? Teremos de criar uma base jurídica para o instrumento de cada uma das vezes? Pretendemos fazê-lo sempre que se altere o domínio da cooperação?

A reforma dos instrumentos de política externa é-nos muito cara a todos, pelo que deveria ficar bem assente que não estamos a batalhar uns contra os outros.

Esta é a única razão pela qual o Grupo Verts/ALE, em conjunto com o segundo relator da Comissão dos Assuntos Externos, retirou a proposta de alteração na segunda-feira.

Em termos de conteúdo, entendemos que a nossa proposta tem um maior alcance e permite uma política externa coerente. Todavia, este relatório constitui apenas uma recomendação à Comissão Europeia. Logo veremos que destino ela lhe dará.

Sirpa Pietikäinen (PPE-DE), por escrito. – (FI) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia é o maior doador mundial de ajuda ao desenvolvimento, responsável por 60% de todo o financiamento. O papel central da União como actor chave na cooperação para o desenvolvimento deveria ser ainda mais reforçado no futuro.

Com vista a estabilizar as economias dos países em desenvolvimento e levar-lhes a paz, é crucial que a União cumpra o seu objectivo de aumentar a sua participação na ajuda ao desenvolvimento em 0,7% do PIB até ao ano de 2015. Todavia, só isto não será suficiente.

É essencial alcançar uma coerência comum às diferentes instituições na cooperação para o desenvolvimento. O investimento financeiro e os projectos destinados a construir infra-estruturas, e para que sejam mais fiéis à noção de direitos humanos, têm de ser realizados de tal modo que se apoiem mutuamente. A UE precisa de criar os instrumentos necessários para promover medidas coerentes na política para o desenvolvimento.

A base jurídica actual da União para a cooperação para o desenvolvimento é, contudo, imperfeita em termos de legislação e é por isso que gostaria de agradecer ao relator por levantar uma questão que é de facto importante. Projectos que visem a melhoria dos sectores dos transportes, da tecnologia e da energia e o diálogo entre a comunidade científica e as ONG são essenciais para a viabilidade social dos países em desenvolvimento. O objectivo principal desses projectos não é, contudo, fomentar o desenvolvimento económico e a prosperidade nos países em desenvolvimento e não cumprem portanto os critérios da ajuda pública ao desenvolvimento fixados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. No futuro, a ajuda pública ao desenvolvimento deveria centrar-se especialmente na eliminação da pobreza e na melhoria das condições de vida das populações.

24. Infra-Estruturas de Investigação Europeias (IIE) (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0007/2009) da deputada Teresa Riera Madurell, Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, sobre uma proposta de regulamento do Conselho relativo ao quadro jurídico comunitário aplicável às Infra-Estruturas de Investigação Europeias (IIE) [COM(2008)0467 - C6-0306/2008 - 2008/0148(CNS)].

Teresa Riera Madurell, relatora. - (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, antes de mais quero destacar a unanimidade alcançada na Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia em torno deste relatório. Essa unanimidade foi possível graças ao excelente trabalho e colaboração dos relatores sombra, cujas contribuições contribuíram em grande medida para se conseguir um relatório útil sobre um assunto tão importante como este, das infra-estruturas europeias de investigação.

Devo dizer que o Parlamento concorda com a Comissão que, perante a globalização da investigação e a emergência de novas potências científicas e tecnológicas como a China e a Índia, temos urgentemente de acelerar - e, para isso, incentivar - a construção de um novo Espaço Europeu da Investigação.

É extremamente importante garantirmos, o mais rapidamente possível, que a União Europeia constitua um espaço onde investigadores, tecnologias e conhecimento circulem livremente, onde exista uma coordenação efectiva das actividades de investigação e onde os recursos sejam utilizados da melhor forma, o que exige, entre outras coisas, dispormos de grandes infra-estruturas de investigação de âmbito europeu.

Essas infra-estruturas podem proporcionar igualmente uma excelente oportunidade de colaboração entre os diferentes Estados-Membros, com um impacto significativo na formação científica dos nossos jovens e

importantes consequências económicas para a indústria europeia. Por conseguinte, são fundamentais para o progresso da ciência na Europa, pelo que devemos facilitar o seu desenvolvimento. Assim, o Parlamento Europeu aplaude a iniciativa da Comissão de propor um quadro legal e respectivas condições.

De facto, desde o princípio que consideramos que o desenvolvimento de infra-estruturas de investigação de âmbito europeu constitui um dos pilares do Espaço Europeu da Investigação. Contudo, sempre estivemos conscientes das dificuldades que havia que ultrapassar, não só porque eram necessários recursos financeiros consideráveis - recorde-se que o roteiro ESFRI (Fórum Estratégico Europeu para as Infra-Estruturas de Investigação) identifica 44 projectos que deveriam ser implementados nos próximos 10 anos -, mas também devido à própria complexidade técnica e organizacional da questão.

A propósito, quero salientar mais uma vez que, numa iniciativa desta dimensão, o Parlamento deveria ter desempenhado um papel muito mais decisivo. Todavia, a urgência dessas medidas e a ausência de uma base legal melhor no actual Tratado justificam plenamente a utilização do artigo 171.º, o que não quer dizer que esta não seja mais uma razão para proclamar a necessidade de dispormos, quanto antes, de um novo Tratado.

Passo a referir muito rapidamente algumas das contribuições deste relatório. Em primeiro lugar, clarifica a definição de "infra-estruturas europeias de investigação", a fim de evitar confusões entre a entidade legal e as infra-estruturas de investigação propriamente dita. Por outro lado, clarifica e completa as condições para que uma infra-estrutura de investigação seja considerada de âmbito europeu, acrescentando questões importantes como, por exemplo, a apresentação de uma avaliação de impacto da proposta a nível europeu, do justificativo da sua capacidade de financiamento e da garantia de uma boa política de acesso a toda a comunidade científica europeia.

Propomos ainda alargar esta iniciativa a infra-estruturas já existentes, e damos todo o nosso apoio à proposta da Comissão de isenção de IVA, que nos parece o elemento chave desta iniciativa.

Assim, queremos enviar uma mensagem muito clara ao Conselho para que resolva quanto antes os problemas que tem nesta matéria e manifestar mais uma vez que, se queremos promover a investigação na Europa, temos de a libertar das imposições fiscais, coisa que já temos vindo a recomendar em diversas ocasiões com vista a incentivar as PME a participarem nas actividades de I&D e que agora temos de apoiar relativamente à criação de grandes infra-estruturas de investigação de âmbito europeu, essenciais para o progresso da ciência.

Para concluir, gostaria de agradecer, mais uma vez, a todos os relatores sombra, à Comissão pela sua excelente contribuição, e também aos serviços da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, pela ajuda que proporcionaram para a elaboração deste relatório.

Janez Potočnik, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, primeiro que tudo, quero expressar os meus agradecimentos à Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE) e, em especial, à sua relatora, a senhora deputada Riera Madurell, pelo apoio dado à nossa proposta de um quadro jurídico comunitário para uma Infra-estrutura de Investigação Europeia. Ouvir V. Exas. soa a música nos meus ouvidos!

Permita-me também agradecer aos relatores-sombra da ITRE pelo seu apoio construtivo.

Estamos a dar, conjuntamente, um passo importante para nos aproximarmos de um quadro jurídico que permita aos Estados-Membros colaborar na construção de novas infra-estruturas de investigação de grandes dimensões, que se estão a tornar cada vez mais complexas e caras e só podem ser construídas se vários países europeus trabalharem em conjunto.

V. Exas. discutiram o novo instrumento jurídico em profundidade e fizeram muitas correcções que ajudarão a tornar o texto mais claro e a dar-lhe uma melhor estrutura, nomeadamente no que se refere à definição, âmbito e estatuto, e pela introdução de referências ao Fórum Estratégico Europeu para as Infra-Estruturas de Investigação.

A Comissão fará tudo ao seu alcance para apoiar a implementação destas alterações pelo Conselho.

Congratulamo-nos particularmente com o acordo sobre o aspecto mais importante dos debates que estão a ocorrer agora mesmo no Conselho e cuja adopção corre o risco de bloqueio – refiro-me à questão do IVA.

Como sabem, todos os Estados-Membros estão de acordo quanto à necessidade de isentar de impostos no país de acolhimento as infra-estruturas de investigação construídas por vários países.

Para efeitos de trabalho, é muitas vezes abordada como uma questão de isenção de impostos, o que provoca alguma confusão. Na verdade, restringe-se apenas à implementação da actual Directiva do IVA, que já foi acordada e adoptada pelo Conselho. A verdadeira questão está em saber se deve ser atribuído às infra-estruturas de investigação europeias o estatuto de organizações internacionais, na acepção da Directiva do IVA, e, como tal, ficarem isentas do pagamento de IVA. Não estamos, portanto, a falar de harmonização fiscal mas da criação de entidades jurídicas relacionadas com infra-estruturas de investigação.

Tanto os serviços jurídicos da Comissão como do Conselho afirmaram claramente ser este o local certo. Trata-se, por conseguinte, de mera decisão política a importância que os Estados-Membros considerem dar à criação de estruturas de investigação de classe mundial na Europa.

O vosso inabalável apoio nesta matéria seria de grande importância!

PRESIDÊNCIA: ONESTA

Vice-presidente

Paul Rübig, *em nome do Grupo PPE-DE.* – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, o colega van Nistelrooij disse um dia que se tratava de definir a ‘quinta liberdade’. Essa é tão-somente a liberdade dos investigadores, que não se pode limitar aos níveis regional, nacional, ou internacional.

Precisamos simplesmente de criar o enquadramento de grupo e jurídico que permita aos investigadores executar as tarefas que a sociedade deles espera. Não está unicamente em causa a investigação realizada nas universidades, a investigação académica, ou na indústria, mas também, em especial, no seio das pequenas e médias empresas. Afinal de contas, também é importante que os resultados da pesquisa efectuada nesse contexto continuem a ser divulgados e disponibilizados.

No ano passado, fizemos, neste Parlamento, uma apresentação do Energy Club, à qual assistiu o Vice-Presidente Onesta, tendo a comunidade científica e as pessoas responsáveis irradiado entusiasmo com as invenções dotadas de potencial para nos trazer a todos enormes vantagens. A criação de semelhantes instrumentos de investigação é a resposta acertada, especialmente na actual crise económica e energética, de modo a possibilitar o desenvolvimento de novos produtos e serviços que possam ser comercializados em todo o mundo. Assim, é especialmente de louvar a iniciativa da Comissão a este respeito, já que a organização de semelhantes iniciativas reforça obviamente as possibilidades de operar a nível internacional. A cooperação internacional, em particular, reveste-se de uma importância crescente para nós na Europa, assim como para os nossos parceiros. Afinal, a Europa tornou-se a parte do mundo com o maior poder de compra e os nossos 500 milhões de cidadãos têm o direito de tirar partido dos resultados da investigação do modo mais rápido e eficiente possível. Muito obrigado.

Adam Gierek, *em nome do Grupo PSE.* – (PL) Senhor Presidente, o objectivo das Infra-estruturas de Investigação Europeias (IIE) é criar centros de investigação de excelência, geridos pelos especialistas mais eminentes em domínios específicos. Na minha opinião, deverão possuir equipamento dispendioso e de vanguarda em grande quantidade, e estar a cargo de uma equipa de cientistas. As IIE serão utilizadas para o estudo experimental, recorrendo principalmente a métodos indutivos, dos fenómenos do mundo que nos rodeia, com o objectivo de produzirem soluções práticas. As IIE deverão também servir para formar jovens cientistas.

Penso que o Fórum Estratégico Europeu sobre Infra-estruturas de Investigação não se destina a copiar os actuais centros de excelência mas sim, recorrendo a fundos estruturais e nacionais, a criar unidades de investigação diferentes que complementarão os centros de excelência e criarão uma infra-estrutura de unidades de investigação especializadas, uma rede uniforme que cobrirá toda a UE. Os jovens e ambiciosos investigadores europeus não serão obrigados a mudarem-se para o outro lado do oceano para implementarem as suas ideias. Por conseguinte, penso que as pré-condições para o funcionamento eficaz das IIE incluem um elevado grau de especialização e mobilidade em termos de ambiente de investigação. A investigação tornar-se-á mais eficaz com a introdução de limitações temporais e se for dispersa por vários locais, i.e. se as tarefas básicas de investigação forem levadas a cabo simultaneamente em várias unidades IIE especializadas internacionais, as quais, não sendo entidades económicas, estariam isentas de impostos.

Agradeço a vossa atenção, felicito a senhora deputada Madurell, e desejo à Comissão a rápida concretização deste conceito de um regulamento que, apesar de interessante, requer maior especificação.

Vladko Todorov Panayotov, *em nome do Grupo ALDE*. – (BG) Gostaria de congratular a senhora deputada Teresa Riera Madurell por este relatório que nos coloca mais perto de estabelecer com sucesso um Espaço Europeu de Investigação. Estou convicto de que ao criarmos uma rede de parcerias de investigação científica entre os Estados-Membros, vamos conseguir alcançar uma economia competitiva e rentável baseada no conhecimento e na inovação. Não seria possível partilhar conhecimentos sem as infra-estruturas relevantes, porquanto estas desempenham um papel fundamental na criação de um ambiente efectivo para a realização de investigação actualizada e extremamente necessária.

Actualmente, toda a actividade se resume à cooperação entre os estabelecimentos individuais de investigação. Também não possuíamos os instrumentos jurídicos relevantes que permitiam criar uma parceria adequada entre participantes de diversos Estados e que na realidade é a chave para o êxito nesta área. A ausência de tais instrumentos jurídicos atrasou de modo significativo o processo de integração da investigação dos novos Estados-Membros, os quais possuem um potencial de investigação enorme que necessita de ser incorporado na União Europeia.

Este relatório não constitui meramente um passo no sentido do estabelecimento da base jurídica para a criação de uma infra-estrutura de investigação. Seria da maior importância para alcançar a circulação do conhecimento na União Europeia, aumentar o prestígio e competência dos centros de investigação europeus para um nível mundial e aumentar o emprego, contribuindo ainda para a procura de soluções adequadas para os novos desafios ambientais. Gostaria, mais uma vez, de felicitar a relatora, senhora deputada Riera Madurell.

Nils Lundgren, *em nome do Grupo IND/DEM*. – (SV) Necessitamos de uma entidade jurídica económica europeia no sector da investigação, ou este é mais um exemplo da luta persistente da UE contra o pluralismo europeu? A verdade é que, obviamente, é necessária a concorrência entre as instituições para que haja reformas institucionais bem-sucedidas. Imaginem se tivesse sido estabelecido um quadro internacional de investigação jurídica há 50 anos atrás. O desenvolvimento neste domínio teria cessado. A alteração dos tratados internacionais é difícil e demasiado morosa. Obtêm-se progressos quando os países podem reformar as suas instituições nacionais com facilidade. Posteriormente, as reformas que tiverem sido bem-sucedidas alastram-se a outros países.

A proposta da Comissão não é certamente um colete-de-forças. Oferece uma alternativa às propostas nacionais existentes e, nessa medida, representa uma melhoria. Contudo, a proposta ficou completamente estragada devido ao facto de a Comissão também querer regulamentar a tributação desta entidade jurídica a nível da UE. Por esse motivo, esta proposta tem de ser rejeitada.

Erna Hennicot-Schoepges (PPE-DE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, penso que este é um progresso muito considerável na política europeia da investigação. É o resultado do relatório de avaliação do sexto programa-quadro, mas é também uma reflexão realizada durante a elaboração do sétimo.

Como declarou, Senhor Comissário, alguns Estados-Membros estão agora autorizados a participar. É pelo menos aberrante verificar que é necessária uma autorização especial da União Europeia para isso, mas, enfim, é um progresso. O que me preocupa é a sua constatação de que o IVA irá ser aplicado à taxa mínima e que a situação de um estatuto internacional ainda não foi clarificada, se bem compreendi.

Na votação relativa à empresa comum SESAR, foi invocado o artigo 171.º. Votámos duas vezes sobre esse projecto porque, na primeira versão, o estatuto internacional não foi confirmado e, por conseguinte, a empresa comum não pôde ser constituída. Uma outra empresa comum, Galileo, também não foi constituída.

As minhas perguntas são as seguintes: qual será a parte do financiamento comunitário? Será previsto um financiamento para aqueles que se associam para impedir a dilapidação dos meios destinados às infra-estruturas de investigação e para as encorajar? Por fim, será possível a contribuição dos fundos de coesão para a investigação, de forma a unir a excelência com a coesão?

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) 2009 é o Ano Europeu da Criatividade e Inovação.

A criação de uma infra-estrutura de investigação europeia para funcionar numa base não económica ajudará a racionalizar os programas de investigação da Comunidade e a distribuir e otimizar os resultados nos domínios da investigação, do desenvolvimento tecnológico e das actividades de demonstração a nível comunitário.

Congratulo-me pelo facto de estas infra-estruturas poderem ser co-financiadas através dos instrumentos financeiros da Política de Coesão, em conformidade com os regulamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Social Europeu e do Fundo de Coesão.

Desejo sublinhar que é extremamente importante que estas infra-estruturas estabeleçam a ligação entre institutos e estruturas de investigação, universidades, mundo académico e sector privado, devendo os sectores industriais beneficiar da utilização dos resultados da investigação.

Todavia, gostaria de mencionar que, principalmente durante a crise actual, necessitamos de assegurar que pelo menos 1% do PIB de cada Estado-Membro seja consagrado à investigação.

Dragoş Florin David (PPE-DE). – (RO) A noção de um Espaço Europeu de Investigação comum e de um quadro jurídico comunitário aplicável às Infra-estruturas de Investigação Europeias tem sido o princípio básico para a concretização dos objectivos da Estratégia de Lisboa relacionados com o crescimento económico, a criação de emprego e o estabelecimento de uma economia dinâmica e baseada no conhecimento.

As infra-estruturas de investigação desempenham um papel cada vez mais importante no avanço do conhecimento e da tecnologia, graças à sua capacidade de mobilização de recursos humanos e investimentos para atingir uma massa crítica, contribuindo assim de modo crucial para o desenvolvimento económico europeu. Propusemos dotar a investigação de financiamento competitivo, infra-estruturas adequadas e regulamentos de propriedade intelectual, bem como de uma mobilidade eficiente para os investigadores, desejando que a União Europeia se torne um parceiro de topo na investigação internacional.

Hoje, através desta proposta de regulamentação do quadro jurídico comunitário de modo a contemplar as Infra-estruturas de Investigação Europeias, consolidamos a criação da quinta liberdade na Europa: a livre circulação do conhecimento. O actual regulamento será um pilar do desenvolvimento da investigação europeia e as Infra-estruturas de Investigação Europeias garantirão a excelência científica na investigação comunitária e a competitividade da economia da Comunidade, com base em previsões a médio e longo prazo e mediante o apoio efectivo às actividades de investigação europeias.

Na actual crise económica, a implementação deste regulamento com a maior brevidade possível, combinada com o encorajamento da investigação e do desenvolvimento, o estabelecimento de padrões comuns no sector do conhecimento e a modernização dos sistemas educativos nacionais, fornecerão soluções reais tendentes a ultrapassar a crise.

Sinto que desta vez necessitamos de centrar prontamente a nossa atenção nas diferenças existentes, no domínio do desenvolvimento de uma infra-estrutura de inovação e investigação, entre os Estados-Membros desenvolvidos e aqueles cuja economia está em desenvolvimento, de modo a não desencadear uma grande migração de investigadores das economias dos Estados recém-aderentes para os Estados-Membros cujas economias estão na vanguarda da economia global. Uma distribuição homogénea destas infra-estruturas e das oportunidades de investigação no seio da União Europeia seria benéfica para a União Europeia no seu todo e ajudaria a combater a migração de cientistas do Oriente para o Ocidente.

Gostaria de concluir felicitando a relatora, a senhora deputada Riera Madurell, e os seus colegas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, pelo contributo que deram com a compilação deste relatório.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, poderia V. Exa. dividir os cinco minutos entre os dois pedidos que foram apresentados? Gostaria de poder falar dois minutos, se não se importar.

Presidente. – (FR) Está a colocar-me um problema de consciência. O Regimento estipula um minuto. Um minuto.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, com o maior respeito, já perdemos dois minutos a falar disso. Temos cinco minutos para intervenções segundo o procedimento "catch the eye". Participei noutros debates em que havia um, dois ou três oradores e dividimos o tempo. Só preciso de dois minutos – quanto aos outros colegas, não sei.

Obrigada por me permitir abusar da sua paciência, Senhor Presidente.

Apoio plenamente a criação do estatuto jurídico das novas infra-estruturas de investigação europeias para projectos de investigação pan-europeus e financiamento pan-europeu.

Duas questões rápidas. Tenho à minha frente – e gostaria de cumprimentar o Senhor Comissário e os seus colaboradores – uma publicação intitulada "A more research-intensive and integrated European Research

Area: Science, Technology and Competitiveness key figures report 2008/2009" (Um Espaço Europeu de Investigação integrado e com mais investigação: Ciência, Tecnologia e Competitividade – indicadores-chave 2008/2009). Penso que os números podem estar desactualizados, dada a queda registada no PIB em toda a UE e no mundo em geral. Pessoalmente, também considero que o financiamento público da I&D pode ser contracíclico, como aconteceu no Japão e nos EUA no início dos anos 1990 e 2000, respectivamente. Quando houve colapsos nos seus PIB, o investimento do sector público na I&D subiu.

Será que a partir do que estamos a passar de momento na UE, com o que dispomos no FP7 e dos Estados-Membros, tendo em conta o colapso do crescimento económico em toda a UE neste momento – não estamos sozinhos a nível global – é possível extrapolar se seremos capazes de compensar com um aumento do financiamento público para I&D?

A minha segunda questão prende-se com as previsões aterradoras relativamente à quota mundial da UE nos pedidos de registo de patentes, que registou uma diminuição alarmante. Os elevados custos das patentes na Europa, dir-me-á, poderão talvez explicar este facto. Na Europa os custos dos pedidos de registo de patentes são 20% mais elevados do que nos EUA, 13 vezes mais elevados do que no Japão, e os custos de manutenção da protecção de patentes nos 27 Estados-Membros é mais de 60 superior na UE do que nos EUA – implicações aterradoras. Será que nos pode dizer, Senhor Comissário, como poderemos resolver esta questão o mais rapidamente possível?

Gostaria de agradecer mais uma vez ao Senhor Comissário a sua fascinante publicação.

Mieczysław Edmund Janowski (UEN). – (PL) Senhor Presidente, gostaria de agradecer à relatora pelo seu trabalho. Vou referir-me a uma declaração da senhora deputada Doyle. Numa altura em que experimentamos um colapso económico, não devemos cair no erro de negligenciar a investigação e o desenvolvimento ou as pessoas que trabalham nestas áreas. Por conseguinte, aprovo as medidas relativas ao estabelecimento de um quadro jurídico para as Infra-estruturas de Investigação Europeias.

Devemos ter em conta que as IIE necessitam de quadros jurídicos e de financiamento adequado, e que este dinheiro não pode provir de contribuições feitas individualmente pelas regiões ou até pelos países. Neste caso é também importante a questão da tributação apropriada. Penso também que é necessária uma melhor cooperação entre os centros de investigação e a economia, incluindo as pequenas e médias empresas. Estou convencido de que as IIE também contribuirão, se forem devidamente correlacionadas com os programas estruturais, para melhorar a situação das pessoas que trabalham na investigação, em especial os jovens, tal como disse o senhor deputado Gierek. Isto também poderá impedir a fuga de cérebros da Europa. Não nos devemos esquecer de que a Estratégia de Lisboa previa 3% do PIB para gastos em investigação e desenvolvimento. Hoje em dia, na União Europeia – os meus números referem-se a 2007 –, este indicador está em 1,84%. Por conseguinte, espero que as IIE melhorem esta situação.

Janez Potočnik, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o apoio de V. Exa. Penso que todos compreendemos como é importante falarmos. Posso não seguir a ordem das perguntas, mas tentarei responder resumidamente ao que me foi perguntado.

Senhora Deputada Doyle, em matéria de financiamento público, a experiência do passado mostrou ser muito provável, em tempos de crise, o declínio do financiamento privado. É por essa razão que o financiamento público não deve cometer o erro terrível de seguir esse padrão, dado que essa seria a via que, depois da crise, nos levaria a uma situação completamente desadequada. É por essa razão que o financiamento público tem de agir em contracíclico e é por essa razão também que, mesmo na Europa, tivemos esse tipo de exemplo. Foi o caso da Finlândia no início dos anos 1990. Penso que devemos fazer algo semelhante e seguir essa via.

Relativamente ao custo dos pedidos de registo de patentes, é impressionante. Penso não haver uma resposta simples. "Melhor" seria certamente uma resposta mais horizontal do que qualquer outra coisa que pudéssemos fazer. No ano passado, tentámos fazer o melhor possível ao propor a clarificação desta matéria das patentes nas relações entre instituições privadas e públicas, embora essa não seja decerto a resposta ao problema profundo que enfrentamos relativamente aos pedidos de registo de patentes.

Abordo agora a proposta relativa às questões do financiamento ao abrigo do 7º Programa-Quadro. O que financiámos até agora foi a fase preparatória de projectos autorizados. A intenção não é financiarmos institucionalmente a infra-estrutura, o que os Estados-Membros fazem e bem, sendo também os Estados-Membros a decidir, por exemplo, a sua localização. Mas, uma vez terminada esta fase, é óbvio que financiaremos as subvenções, como fazemos com qualquer outra infra-estrutura.

De facto, este é o único caminho. Posso recordar aos Senhores Deputados que, quando debatemos o orçamento das infra-estruturas de investigação, este foi o orçamento do 7º Programa-Quadro com maiores cortes em termos percentuais. No entanto, estou bastante optimista. Estamos bem posicionados e estou convicto de que a legislação nos trará boas soluções.

Gostaria de ser preciso no que se refere ao IVA. Não propomos a isenção do IVA na legislação. Estamos convictos de que, se mais países juntarem os seus esforços na construção de uma infra-estrutura comum entre, digamos, a Alemanha e a Eslovénia ou o Reino Unido ou qualquer outro país, nenhum dos países acabará por concordar em pagar IVA nesse país. É também o que se passa agora – mas o que é que se passa agora exactamente? Hoje os países estão a negociar individualmente com o país que recebe esse tipo de isenção. O que estamos a tentar fazer, com essa legislação, é garantir o estatuto de uma organização internacional que, em consequência da legislação do IVA que existe actualmente, garanta a isenção de IVA.

Assim se terminaria a história na essência, mas foi mencionado o factor tempo. O tempo é, neste caso, a questão crucial; por conseguinte, o que se quer saber é se podemos acelerar e simplificar a forma como estamos a construir, em conjunto, as infra-estruturas de investigação. Mas a situação actual das infra-estruturas de investigação é tão complexa que nos faz perder tempo e, consequentemente, dinheiro. No essencial, é isto que se passa.

Esqueci-me da questão relativa à coesão. A resposta é afirmativa.

Por fim, o ponto que cumpre realçar. Precisamos de infra-estruturas. E precisamos delas o mais depressa possível. Este é o passo que vai acelerar todo o processo. Agradeço a vossa compreensão e apoio neste contexto.

Presidente. - Antes de passar a palavra à nossa relatora, gostaria de esclarecer uma coisa à senhora deputada Avril Doyle. Fizemos umas investigaçãoezinhas a nível técnico.

Há pouco mais de um ano, os senhores deputados receberam uma comunicação do Secretário-Geral Adjunto, datada de 8 de Janeiro de 2008, relativa a uma decisão da Conferência dos Presidentes de 27 de Outubro de 2007. Na alínea B do n.º 3, diz-se claramente que o tempo de "catch the eye" é, no máximo, de 5 minutos, estando limitado a um minuto, no máximo, por orador.

A regra é essa, mas o seu discurso estava tão delicioso de ouvir que a ouvimos com o maior prazer. E voltamos agora à nossa relatora, a senhora deputada Teresa Riera Madurell.

Teresa Riera Madurell, relatora. - (ES) Senhor Presidente, gostaria de agradecer as contribuições de todos os colegas que tomaram parte no debate, e também as palavras do Senhor Comissário, dizendo-lhe que estou absolutamente de acordo com a sua claríssima explicação sobre a questão do IVA. Para concluir, gostaria apenas de dizer que a maioria de nós está de acordo com o essencial. A mensagem é clara: a excelência da investigação exige infra-estruturas de investigação de alta qualidade e, devido sobretudo aos seus elevados custos de construção e exploração, é importante partilhar uma grande parte delas. Por outras palavras, é mais que razoável pensar em criar infra-estruturas de âmbito europeu que possam servir toda a comunidade científica europeia.

O roteiro elaborado pelo ESFRI (Fórum Estratégico Europeu para as Infra-Estruturas de Investigação) constituiu seguramente um passo em frente em direcção a uma melhor planificação das infra-estruturas de investigação a nível europeu. Trata-se agora de pôr em prática esse roteiro. Para isso, um dos problemas principais que se levanta é com certeza o do financiamento, como já referiram alguns colegas, porque, apesar do reforço do financiamento atribuído às infra-estruturas ao abrigo do Sétimo Programa-Quadro e das possibilidades de apoio às infra-estruturas a título dos programas da política de coesão, também referidos por alguns colegas, o orçamento da União Europeia não chega para financiar todas as infra-estruturas necessárias. Assim, é essencial mobilizar, tanto quanto possível, fontes de financiamento tanto nacionais como privadas, nomeadamente da indústria, embora, como disse o Senhor Comissário, esta não seja a altura ideal.

Outra dificuldade, não menos importante, era a da falta de estrutura jurídica. Foi esse o objectivo da Comissão ao apresentar a seguinte proposta: criar um quadro legal e as condições necessárias ao desenvolvimento de infra-estruturas de investigação de âmbito europeu. Uma boa proposta, que pensamos ter sido reforçada pelo Parlamento Europeu, como afirmou o Comissário.

Assim, quero pedir mais uma vez ao Conselho que ouça a nossa mensagem.

Paul Rübiger (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, agradecia que o aquecimento ficasse ligado até ao fim da sessão, porque faz muito frio no Hemiciclo.

Presidente. - Tomamos boa nota dessa observação. Os nossos debates desta noite terão de ser mais animados, mais calorosos, para aquecer a atmosfera. Mas, de facto, a sala é grande.

E, sobre este ponto fundamental, que muito contribuirá para fazer progredir a investigação europeia, encerro o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Constantin Dumitriu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Quando a economia se encontra em queda, as autoridades têm a tendência para cortar nos fundos para a investigação. Todavia, congratulo-me pelo facto de, ao discutirmos este relatório sobre a proposta de uma regulamentação do Conselho sobre um quadro jurídico comunitário para as Infra-estruturas de Investigação Europeias, estarmos a enviar um sinal importante de que a investigação continua a ser uma actividade prioritária para a União Europeia.

Acredito firmemente que, ao estabelecermos este quadro institucional para o apoio da actividade de investigação, veremos resultados que animarão a economia europeia. Isto acontece porque a investigação não é uma moda, mas sim uma necessidade que garante a competitividade da economia europeia a nível global.

Gostaria de sublinhar uma área extremamente importante onde a investigação pode desempenhar um papel de relevo. Nos próximos 25 anos, em resultado da urbanização, prevê-se que quase 25% da terra seja retirada do uso agrícola. Para compensar esta redução, necessitamos de uma maior produtividade nas áreas mais pequenas, com uma menor utilização da água ou dos pesticidas. As soluções podem surgir através da investigação, particularmente em biotecnologia, tendo obviamente em conta o princípio da segurança alimentar.

Esta é uma razão adicional para apoiar uma maior actividade de investigação e garantir um quadro europeu uniforme.

Daniel Petru Funeriu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Congratulo-me com o relatório sobre o estabelecimento de um quadro jurídico para as Infra-estruturas de Investigação Europeias (IIE), e com a proposta da Comissão para uma regulamentação nesta área.

As IIE respondem a uma necessidade real dos investigadores europeus e contribuirão indubitavelmente para aumentar a competitividade da ciência europeia.

Um dos elementos importantes desta regulamentação é a oportunidade para a União Europeia ter uma palavra a dizer em entidades de tipo IIE, o que dá à Comunidade a possibilidade de participar em políticas de investigação transeuropeias e orientá-las.

Com base neste elemento, apelo à Comissão Europeia para que tenha em conta três pontos quando se tratar de providenciar apoio financeiro às IIE:

- 1) O envolvimento exclusivo da Comunidade em projectos dotados de um potencial científico extremamente elevado.
- 2) Encorajar a formação de IIE em regiões que, por tradição, têm sido vítimas da fuga de cérebros, dentro e fora da Comunidade.
- 3) Facilitar o acesso das empresas do sector privado às IIE.

As políticas comunitárias neste domínio devem combinar a excelência científica com o desencadear de um influxo de investigadores e infra-estruturas eficazes para os países, tais como os novos membros da União Europeia, das rondas de adesão de 2004 e 2007.

Nicolae Vlad Popa (PPE-DE), por escrito. – (RO) O relatório compilado por Teresa Riera Madurell é particularmente importante, pois cria o quadro jurídico necessário para o desenvolvimento de infra-estruturas de investigação.

O estabelecimento de Infra-estruturas de Investigação Europeias garante que a investigação atingirá níveis elevados.

Além disso, criará novas oportunidades para uma colaboração mais estreita entre as equipas de investigadores europeus, às quais também se poderão juntar numerosos estudantes e pessoal técnico, ajudando a atrair os jovens para a investigação de alta tecnologia.

Este quadro jurídico deverá também garantir uma melhor cooperação entre a indústria e a investigação académica, facilitando a implementação de inovações.

Apoio a proposta da relatora que solicita à Comissão para reportar regularmente ao Parlamento Europeu sobre o progresso do desenvolvimento das Infra-estruturas de Investigação Europeias.

O custo do estabelecimento de infra-estruturas de investigação em larga escala requer os esforços conjuntos de vários países.

O estabelecimento de um quadro jurídico comum é absolutamente necessário para facilitar e acelerar o desenvolvimento destas infra-estruturas.

25. Um lugar especial para as crianças na acção externa da UE (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma breve apresentação do relatório (A6-0039/2009) da deputada Glenys Kinnock, em nome da Comissão do Desenvolvimento, sobre um lugar especial para as crianças na acção externa da UE (2008/2203(INI)).

Glenys Kinnock, relatora. – (EN) Senhor Presidente, tenho de começar por dizer que me congratulo com a comunicação preparada pela Comissão. Acho-a abrangente e ambiciosa.

Senhor Comissário, no meu relatório recomendo as acções, investimentos e processos práticos necessários à identificação de um lugar especial para as crianças na acção externa da UE. A Comissão e a comunicação e conclusões do Conselho em matéria de acção externa assentam na dimensão externa da estratégia da UE sobre os direitos da criança. Creio ser este um trabalho essencial para a União Europeia.

Senhor Comissário, estou agora na expectativa de que as acções correspondam à ambição que observo. Precisamos de ver substância que suporte a retórica, isto é, que se disponibilizem recursos e, evidentemente, que não haja recuos – como estou certo que concordarão – por parte dos Estados-Membros da União Europeia nos compromissos que assumiram para financiar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). O que sabemos é que, para a maioria dos dois mil milhões de crianças em todo o mundo, há uma luta diária contra a pobreza e a vulnerabilidade. Segundo sabemos, 98% das crianças do mundo em extrema pobreza vivem nos países em desenvolvimento.

Além disso, tornou-se claro que o impacto da crise financeira será severamente sentido por crianças e jovens quando, por exemplo, há cortes orçamentais na saúde e na educação. Sou da opinião de que é correcto empenharmo-nos politicamente, ao mais alto nível, em nome e com as crianças. A UE deve encarar a sua parceria com os países em desenvolvimento como uma oportunidade de influenciar a política pública para salvar as vidas das crianças. Devem promover-se acções prioritárias visando as crianças quando a Comissão Europeia negocia estratégias temáticas e regionais constantes nos documentos estratégicos do país, quando são elaborados e, posteriormente, quando são revistos.

Quando há suporte orçamental, mesmo nos contratos orçamentais dos ODM, devem ser incluídos objectivos e indicadores específicos para as crianças. Congratulo-me com a intenção da Comissão de elaborar planos nacionais de acção em parcerias para as crianças. Precisamos de garantias de que, mesmo as crianças mais marginalizadas – incluindo crianças com deficiência e crianças órfãs – têm acesso a iguais serviços judiciais, de saúde, e de assistência.

Sou da opinião de que é necessária mais e melhor formação dos membros da Comissão – tanto em Bruxelas como nas delegações – particularmente no que se refere à forma como gerem a participação das crianças. Precisamos de uma nova e radical reflexão na União Europeia sobre a forma como escutamos as crianças e as convidamos a participar, por entendermos que são as próprias crianças que dão vida aos valores consagrados na legislação internacional através da Convenção sobre os Direitos da Criança acordada em 1989. De acordo com a minha experiência, as crianças – e os jovens – são ricos em compreensão e experiência – que devemos explorar – sobre a forma como abordar a pobreza e a degradação ambiental.

Congratulo-me com o reconhecimento por parte da Comissão da importância de fazer consultas durante a preparação da estratégia da UE sobre os direitos da criança. Também julgo saber que esta foi planeada para a primeira metade de 2009. Senhor Comissário, estará a Comissão em condições de confirmar quando se iniciará este processo? Estou convicta de que não haverá qualquer decisão para suspender a consulta pública – incluindo a das crianças – até se constituir uma nova Comissão e um novo Parlamento.

Por fim, cito Kofi Annan, "Não há confiança mais sagrada do que a que as crianças depositam no mundo. Não há dever mais importante do que assegurar que os direitos delas sejam respeitados e o seu bem-estar protegido, e que elas vivam livres de medo e de privações e cresçam em paz." Estou convicta de que todos nós concordamos com a bondade destes objectivos.

Janez Potočnik, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, é com prazer que aqui estou hoje a falar sobre crianças e sobre o relatório que será adoptado em breve.

Permitam-me falar alguns minutos sobre como chegámos onde estamos hoje, o que acontecerá no futuro e sobre a participação das crianças, que constitui provavelmente o nosso maior desafio relativamente às crianças.

O dia de hoje constitui um passo importante num longo processo que se iniciou há vários anos no seio da Comissão. Reconhecemos que a UE necessita de uma estratégia para as crianças. Precisamos de uma estratégia sobre a forma como nós, a União Europeia, irá implementar os seus compromissos. Nós e o resto do mundo subscrevemos a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança.

O primeiro passo foi a comunicação da Comissão "Para uma Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança", em 2006. Seguiu-se, em 2008, o pacote de comunicação sobre crianças em acções externas, que delineava uma abordagem global da UE às crianças usando todos os instrumentos disponíveis de cooperação externa.

Permitam-me divagar por um momento, dado estar convicto de que alguns das senhoras e dos senhores deputados estarão a perguntar: e relativamente à estratégia da UE sobre os Direitos da Criança, que foi anunciada na comunicação acima mencionada? Posso confirmar que a Comissão está a trabalhar nessa estratégia, que será apresentada pela próxima Comissão.

Durante a Presidência eslovena em Maio de 2008, o Conselho adoptou conclusões em matéria de promoção e protecção dos Direitos da Criança na externa acção da União Europeia – o desenvolvimento de dimensões humanitárias.

A Comissão do Desenvolvimento começou então a elaborar um relatório, estamos agora a finalizar este processo e amanhã votaremos este excelente relatório.

Além disso, a política da UE para as crianças fundamenta-se em duas directrizes da UE – a Directriz sobre Crianças em Conflitos Armados e a Directriz sobre os Direitos da Criança – estando ambas implementadas em vários países seleccionados em termos de prioridades e países piloto. A Comissão congratula-se com o relatório – que é um excelente complemento à nossa comunicação – com as conclusões do Conselho e as directrizes. Vamos certamente usá-lo no nosso trabalho com crianças.

Permitam-me centrar os meus últimos comentários naquele que é possivelmente o nosso maior desafio actual: a participação da criança. Como podemos garantir o envolvimento de crianças em decisões que lhes dizem respeito? Como podemos garantir que as crianças têm acesso a informação pertinente? Como podemos garantir igualdade de acesso às crianças na expressão das suas opiniões? Temos de reconhecer que, entre tudo aquilo que acordámos na Convenção sobre os Direitos da Criança, este pode ser o maior dos desafios.

Temos de admitir que ainda estamos longe de alcançar algo de significativo na área da participação da criança. Na Comissão estamos a começar a reflectir sobre a forma como conceber e implementar a adequada, e não apenas simbólica, participação da criança. A criança deve ter uma participação relevante, expressiva e informada. Também assegurámos financiamento relevante para a participação da criança ao abrigo do programa temático "Investimento nas Pessoas".

Por que razão é isto difícil para nós, adultos? Essencialmente por questionar o que é fundamental para nós: a forma como nos comportamos.

O que fará a Comissão na sua acção externa para promover esta participação? A Comissão disponibilizará os meios às nossas delegações para consultar crianças, mas estes meios não serão apenas usados pelas nossas delegações mas também por países parceiros. Estamos também a desenvolver um conjunto de instrumentos,

juntamente com a UNICEF, dirigido não só à participação mas também à protecção global da criança, à reforma legal, ao orçamento para a criança.

Para além do conjunto de instrumentos, estamos também a reformular e a reforçar a nossa colaboração com a UNICEF em geral para podermos melhorar o nosso apoio a países parceiros nos seus esforços para garantirem que as crianças tenham voz ao nível do seu país.

Cooperamos também de perto com várias ONG para saber quais os formatos possíveis, que frequentemente envolvem crianças e têm uma expressiva participação de crianças. Para ser honesto: não vai acontecer amanhã. Este é apenas o início de um longo processo.

Permitam-me fazer apenas um comentário sobre o relatório. O relatório sublinha que a Comissão deve estar atenta à participação da criança, mas as senhoras e os senhores deputados também terão de o fazer, e posso assegurar-vos que a Comissão ficará satisfeita por trabalhar convosco. Devemos fundamentar o nosso trabalho na força colectiva das duas instituições para avançar nesta matéria importante.

Permitam-me, mais uma vez, expressar o apreço da Comissão pelo relatório e sublinhar que faremos o nosso melhor para executar estas recomendações. Estamos a contar com o apoio continuado do Parlamento nesta área.

Em resposta à pergunta da senhora deputada Glenys Kinnock, tenho a satisfação de confirmar que a posição da Comissão não mudou. A ideia de usar o ano 2009 para fazer consultas foi lançada pela própria Comissão e estamos a trabalhar para estabelecer as condições para um processo de consulta às crianças que tire partido de todos os meios disponíveis.

Permitam-me ainda sublinhar que a Comissão está disposta a assegurar um processo de consulta que respeite plenamente os direitos da criança.

Por fim, permitam-me agradecer à senhora deputada Glenys Kinnock a sua frutuosa colaboração em matérias de crianças ou relacionadas com crianças, não só que se refere a este relatório mas ao longo dos anos. Sei que falei durante demasiado tempo, mas nunca se fala tempo demais quando se fala dos direitos das crianças.

Presidente. - Muitíssimo obrigado, Senhor Comissário. Efectivamente, o seu discurso foi muito interessante, sobre um tema igualmente muito importante.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

John Attard-Montalto (PSE), *por escrito.* – (EN) É um dia triste aquele em que temos de reconhecer que mais de 26 000 crianças com menos de cinco anos de idade morrem, todos os dias, em todo o mundo, na maior parte dos casos por causas evitáveis.

É trágico que se possam salvar muitas vidas com medidas apropriadas, médicas ou financeiras, e mesmo assim a situação esteja a agravar-se. Tem de se dar especial atenção às raparigas e aos rapazes mais vulneráveis e socialmente excluídos, incluindo crianças com deficiência, crianças migrantes e crianças de minorias.

O relatório é louvável. Apenas discordo dos aspectos que se referem ao aborto.

O Comité do Desenvolvimento adoptou este relatório de iniciativa (elaborado pela senhora deputada Glenys Kinnock (PSE, Reino Unido) sobre um lugar especial para as crianças na acção externa da UE em resposta à comunicação da Comissão sobre a matéria. O comité congratulou-se com a comunicação e com as quatro directrizes do Plano de Acção da Comissão sobre os Direitos das Crianças na Acção Externa, que inclui uma abordagem holística e coerente fundamentada nos direitos da criança.

Sem perder mais tempo, devemos:

- a) analisar em profundidade os direitos das crianças;
- b) desenvolver redes já existentes de jovens e crianças como plataformas sustentáveis para consultar crianças;
- c) garantir que os acordos internacionais entre a UE e países terceiros contenham uma cláusula vinculativa em matéria de protecção dos direitos das crianças.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), por escrito. – (RO) É nosso dever garantir que somos nós a construir um futuro melhor, não só para os europeus, mas também para os países em desenvolvimento.

As crianças representam o futuro e devemos garantir que os seus direitos são aplicados e respeitados em países terceiros que recebem financiamento europeu.

É prioritário que, nas relações com países terceiros, a União Europeia garanta que os direitos das crianças à educação e ao acesso aos serviços médicos são garantidos.

É verdade que atravessamos um período de crise financeira, mas não podemos ignorar o facto de que, em todo o mundo, em cada três segundos morre uma criança e em cada minuto morre uma mulher no parto.

Dado que as crianças constituem metade da população mundial, temos que considerar que os direitos das crianças são uma prioridade no desenvolvimento político da União Europeia.

Todos os Estados-Membros, em função das suas possibilidades, deverão participar nas políticas de cooperação com os países em desenvolvimento. De facto, a Comissão Europeia deverá pressionar os países em desenvolvimento para transporem para a legislação nacional as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Anna Záborská (PPE-DE), por escrito. – (SK) Fiquei satisfeita por ter tido a possibilidade de escrever um parecer para este relatório na Comissão dos Direitos da Mulher. Interessei-me particularmente pela questão dos direitos das crianças no contexto das relações externas.

O meu parecer foi aprovado por unanimidade. Ele afirma, sobretudo, que a estratégia externa da UE no que diz respeito aos direitos das crianças deveria basear-se nos valores e princípios definidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em particular, os seus artigos 3.º, 16.º, 18.º, 23.º, 25.º, 26.º e 29.º. Estes são particularmente importantes para o bem-estar dos indivíduos e da sociedade em geral. O meu parecer sublinha que todas as medidas no interesse dos direitos das crianças deveriam respeitar o papel prioritário dos pais e dos familiares imediatos das crianças.

O facto de o Parlamento Europeu ter adoptado o meu parecer sublinha a importância de proteger a vida humana desde o início e de dar a cada criança a sua própria identidade. Consegui introduzir declarações que condenam a discriminação eugénica em razão do género, cada vez mais frequente em determinados países. O parecer solicita à Comissão que enfatize a importância da necessidade de registar todas as crianças à nascença em todos os países terceiros enquanto parte da política de desenvolvimento da Comissão e que faça depender os seus programas de ajuda deste requisito.

Apoio todas as tentativas de promover a ajuda ao desenvolvimento. No entanto, insisto em que as organizações humanitárias e os organismos internacionais responsáveis pela distribuição da ajuda garantam que a ajuda e o financiamento afectados cheguem de facto às crianças às quais se destinam e não sejam desperdiçados.

26. Informação e consulta dos trabalhadores na Comunidade Europeia (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma breve apresentação do relatório (A6-0023/2009) do deputado Jean Louis Cottigny, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre a aplicação da Directiva 2002/14/CE que estabelece um quadro geral relativo à informação e à consulta dos trabalhadores na Comunidade Europeia (2008/2246(INI)).

Jean Louis Cottigny, relator. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, caros colegas, em primeiro lugar, quero agradecer aos diferentes relatores-sombra pelo seu trabalho de abertura de espírito de que deram provas durante a nossa colaboração sobre este texto no seio da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais.

Os Estados-Membros deveriam melhorar a aplicação da directiva sobre a informação e a consulta dos trabalhadores, nomeadamente no actual contexto da crise financeira e das suas consequências em termos de reestruturações, fusões e deslocalizações de empresas. Eis a mensagem que a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais quis transmitir neste relatório de iniciativa.

A União Europeia conta 23 milhões de empresas com menos de 250 assalariados. Essas empresas representam 99% do total e empregam mais de 100 milhões de pessoas. O direito dos trabalhadores à informação e à consulta é uma componente essencial da economia social de mercado.

A transposição da Directiva 2002/14/CE atrasou-se consideravelmente em alguns Estados-Membros. Neste relatório de iniciativa, afirma-se que o impacto dessa directiva é evidente nos países onde não existia nenhum sistema geral de informação e de consulta dos trabalhadores.

Apelo para uma melhor transposição da directiva nos Estados-Membros. Instamos a Comissão a tomar, o mais rapidamente possível, medidas que permitam garantir a boa transposição dessa directiva por parte dos Estados-Membros, e a instaurar processos por infracção contra aqueles que não a transpuseram, ou não a transpuseram correctamente.

O relatório salienta também que, nas suas medidas de transposição, certos Estados-Membros não tiveram em conta alguns jovens trabalhadores, mulheres que trabalham a tempo parcial ou trabalhadores com contratos de curta duração ou de duração limitada.

Pedimos aos Estados-Membros que definam exactamente o termo "Informação", permitindo aos representantes dos trabalhadores analisarem os dados fornecidos e não se limitarem a esperar pelo final do procedimento de informação se as decisões das empresas tiverem consequências directas para os trabalhadores. Os Estados-Membros que não dispõem de sanções eficazes, proporcionadas e dissuasivas devem instaurá-las. Por fim, para uma melhor coordenação dos diferentes instrumentos legislativos, convidamos também a Comissão a analisar as exigências de coordenação das seis directivas e do regulamento que regem a informação dos trabalhadores, a fim de proceder a eventuais modificações destinadas a eliminar as sobreposições e as contradições.

Uma vez que este tipo de progresso, no que respeita aos direitos dos trabalhadores, é mais que salutar, a União tem a obrigação de garantir que os Estados transpõem correcta e integralmente as disposições da directiva. É essencial que todos os trabalhadores europeus saibam que a Europa os apoia na sua implicação na vida da sua empresa, na vida quotidiana enquanto trabalhadores, sobretudo nos tempos que correm.

Janez Potočnik, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, tomo boa nota do apoio do senhor deputado Cottigny a esta importante directiva, que consolida ao nível europeu um direito social fundamental dos trabalhadores. A Comissão atribui grande importância à informação e consulta dos trabalhadores tanto ao nível nacional como transnacional, e em particular no difícil contexto actual da crise financeira.

Propusemos a revisão da directiva relativa aos conselhos de trabalhadores europeus. Este trabalho foi completado com sucesso. Estamos a continuar o trabalho relativo à previsão e à gestão socialmente responsável das reestruturações e aos problemas que se colocam ao nível europeu com a negociação de acordos transnacionais.

Como se explicou na comunicação de 17 de Março de 2008, relativamente à execução da Directiva 2002/14/CE a principal preocupação da Comissão é que ela deve ser feita de modo global e eficaz, em colaboração com os Estados-Membros e os dois lados da indústria, que, como sabeis, têm papel extremamente importante a desempenhar. Deve ter-se presente que a directiva só estabelece um quadro geral, que pode ser aplicado e desenvolvido pelos dois lados da indústria, em especial ao nível das empresas.

A Comissão leva a cabo e apoia actividades destinadas a sensibilização, a promover o intercâmbio das melhores práticas e a melhorar a capacidade de todas as partes interessadas por meio de seminários, cursos de formação, estudos e ajuda financeira a projectos, sobretudo ao abrigo de rubricas orçamentais específicas.

A Comissão vigia também, na sua qualidade de guardião dos Tratados, a aplicação correcta da directiva, por exemplo quando são feitas queixas pelas organizações sindicais. Até agora, porém, a Comissão recebeu muito poucas queixas relativamente à aplicação desta directiva.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Silvia-Adriana Țicău (PSE), *por escrito*. – (RO) A transposição da Directiva 2002/14/CE que estabelece um quadro geral relativo à informação e à consulta dos trabalhadores na Comunidade Europeia tem sido sujeita a uma demora considerável em certos Estados-Membros.

Considero que existe a necessidade de aumentar a participação democrática dos trabalhadores na tomada de decisões que têm impacto nas empresas, tendo em conta a natureza global da actual crise financeira, que

afecta os Estados-Membros indiscriminadamente na sua rede económica e gera receios de reestruturações, fusões ou deslocalizações.

No caso das empresas em reestruturação, eu apelaria à disponibilização de fundos europeus e à prestação de assistência aos trabalhadores, e não apenas às empresas. Considero também que deve tornar-se prática obrigatória, em situações de reestruturação de empresas multinacionais, que sejam convidados para as negociações e consultados os representantes sindicais de todas as filiais da empresa, e não apenas os do Estado-Membro no qual a empresa tem a sua sede.

Considero que é importante actualizar regularmente a legislação relativa aos direitos dos trabalhadores a serem informados e consultados, e incluir esta questão na agenda do diálogo social europeu, aos níveis interprofissional e industrial.

27. Economia social (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma breve apresentação do relatório (A6-0015/2009) da deputada Patrizia Toia, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre a economia social (2008/2250(INI)).

Patrizia Toia, relatora. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estou satisfeita e orgulhosa por o Parlamento Europeu analisar a questão da economia social de mercado e decidir propostas concretas com vista a dar um apoio efectivo a esse sector.

O meu relatório tem três objectivos. Primeiro objectivo: chamar a atenção e lançar luz sobre um sector com grande impacto em muitas áreas, incluindo a económica; 10% das empresas europeias pertencem a esse sector, bem como 9% a 10% dos postos de trabalho. É um sector que abrange diferentes entidades – cooperativas, sociedades mútuas, fundações, empresas sociais e associações – que partilham valores específicos e contribuem significativamente para o PIB. Desejamos, pois, dar-lhe maior visibilidade institucional.

Segundo objectivo: confirmar que este não é um sector marginal nem uma excepção; pelo contrário, está firmemente implantado na economia de mercado, com as suas próprias regras que o mercado interno deve reconhecer e respeitar. Representa uma forma alternativa de fazer negócio, de produzir, consumir e oferecer emprego, que conquistou no entanto o direito de fazer parte do mercado. É um método caracterizado por uma série de traços distintivos que não devem ser encobertos e que consistem, fundamentalmente, no desejo de combinar e conciliar a produção e o emprego com os valores da solidariedade, da responsabilidade e da dignidade humana em todos os domínios, incluindo o domínio do trabalho.

Alguém disse, e na minha opinião muito bem, que essas empresas trabalham com o capital mas não para o capital. São conceitos que fazem parte da herança ideológica da União Europeia – basta pensar em Delors –, visto que temos reconhecido muitas vezes a economia social como a pedra de toque do modelo social europeu, mas depois pouco temos feito concretamente.

Este é o momento ideal para redescobrir a actualidade dessas empresas, já que a actual crise da produção veio revelar que muitos actores económicos tradicionais são muito frágeis, muito débeis e, por vezes, muito pouco escrupulosos. Em contrapartida, o mundo da economia social está mais enraizado localmente, está mais próximo da economia real e das pessoas, estando por isso a coberto, como se tem provado, de especulações. É também um sector com uma grande diversidade de actores que fazem muito trabalho de assistência social, constituindo um reconhecido pólo de utilidade social. Penso que esse sector pode ajudar a sustentabilidade dos nossos sistemas sociais em tempos difíceis.

Terceiro objectivo: decidir o que podemos fazer na prática para apoiar esse sector. Vou apenas descrever uma ou duas propostas muito rapidamente. Em primeiro lugar, precisamos de uma definição muito clara para compreender seriamente os perfis e definições dessas entidades tão diferentes. É também essencial registar correctamente, nas estatísticas nacionais de diferentes países, a contribuição desse sector. Ele não pertence à economia capitalista nem à economia pública, necessitando portanto de uma definição. A Comissão já avançou um pouco nesse sentido com um manual, mas há que pô-lo em prática. Penso que o mundo da academia, da investigação e das universidades pode também dar o seu contributo.

Por último, são necessárias algumas iniciativas legislativas. Foram feitas diversas coisas, como o estatuto da cooperativa ou o estatuto da fundação, e vi que a Comissão reabriu a sua consulta. Portanto, precisamos de compreender aquilo que é de utilidade e se vale a pena continuar por esse caminho. Não queremos a

burocratização de um sector de vive de ideias, de motivações e de liberdade, mas sempre que as leis comunitárias forem necessárias, ou vierem a ser necessárias no futuro, será bom criá-las.

Um último pedido visa envolver esse sector no diálogo social. Onde e a que nível deverão a consulta e o diálogo com a Comissão Europeia ter lugar? E, por último, que apoio directo deverá ser providenciado pelos programas europeus – deveremos nós ter programas *ad hoc* para a economia social ou criar espaço dentro dos programas existentes para essas entidades? Este ponto fica também à ponderação da Comissão.

Antes de terminar, gostaria de agradecer às associações nacionais e às redes europeias que me deram um grande apoio neste trabalho, ao intergrupo do Parlamento para a economia social, que funciona bem, aos relatores-sombra e ainda aos Senhores Comissários Verheugen e Špidla, com quem tivemos uma troca de ideias franca e intensa.

Passamos este relatório, para o qual muito contribuíram as forças sociais e associações, à Comissão, esperando que, apesar do pouco tempo que resta antes do final desta legislatura, se consiga arranjar tempo, Senhor Comissário – hoje, o senhor representa aqui toda a Comissão – para consolidar algumas iniciativas e dar um sinal visível, para que o próximo Parlamento e a próxima Comissão não tenham de recomençar do princípio mas possam já partir de algo concreto.

Janez Potočnik, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão congratula-se com a iniciativa do Parlamento de emitir um parecer de iniciativa sobre a economia social. Sobretudo no contexto da actual crise financeira e económica, este importante sector merece ser mais apoiado.

As empresas da economia social têm um modo único de exercer a sua actividade, porque combinam o desempenho económico nas relações mútuas entre os membros, e muitas vezes também a realização de objectivos sociais e societários, como objecto da actividade empresarial. Estão por isso em condições de contribuir para os objectivos e políticas comunitários, nomeadamente no domínio do emprego, da coesão social, do desenvolvimento regional e rural, da defesa do ambiente, da defesa dos consumidores e da segurança social. As empresas da economia social são parte integrante da política empresarial da Comissão. Como na sua maioria são empresas de dimensão micro, pequena ou média, beneficiam já da lei das pequenas empresas e de todas as acções que têm por alvo as pequenas empresas.

No que concerne à economia social, o nosso objectivo é criar um ambiente legal e administrativo, ao nível europeu e em todos os Estados-Membros, no qual as empresas da economia social, qualquer que seja a sua forma e dimensão, possam prosperar e enfrentar os desafios criados pela globalização e pela recessão económica. Mais especificamente, a política da Comissão visa garantir que as empresas da economia social possam crescer e prosperar a par de outras formas empresariais. Para esse fim, a Comissão presta especial atenção a assegurar que todas as outras políticas comunitárias, em domínios como a concorrência, a contabilidade, o Direito das sociedades, a contratação pública, os assuntos sociais, a agricultura, as pescas, a banca, os seguros, as parcerias públicas e privadas e o desenvolvimento regional, tenham de facto em conta as necessidades específicas, os fins particulares e o estilo de trabalho deste género de empresas.

Para concluir: os serviços da Comissão estão de momento a trabalhar num documento que fará o inventário do progresso realizado desde 2004 na promoção das cooperativas. Esse documento avaliará também a situação de outras empresas da economia social e proporá novas acções, se forem necessárias.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Iles Braghetto (PPE-DE), por escrito. – (IT) As actividades e organizações sem fins lucrativos constituem um fenómeno em constante crescimento na Europa.

Neste tempo de crise económica e financeira, com fortes repercussões no plano social, reforçar uma economia baseada nos benefícios sociais e não no lucro é uma opção estratégica que nos permite aliviar o impacto da crise e prosseguir no desenvolvimento da estratégia de Lisboa, realizando um dos seus objectivos primários, nomeadamente o apelo à responsabilidade social.

Em segundo lugar, a economia social é capaz de activar acções a nível local, tornando-se um parceiro fiável para as administrações públicas que precisam de planear medidas destinadas a apoiar os grupos mais vulneráveis da sociedade.

É, pois, de aplaudir a intervenção do Parlamento Europeu com vista a reconhecer, em termos legislativos e estatísticos, as organizações que actuam e estão profundamente enraizadas no tecido europeu devido à sua capacidade de realizar objectivos de natureza social.

Estamos perante uma visão subsidiária que representa um contributo fundamental para o modelo social europeu.

Gabriela Crețu (PSE), por escrito. – (RO) A economia social pode desempenhar um papel vital na economia europeia, ao estabelecer um novo tipo de economia baseada nos valores democráticos, uma economia que dá primazia às pessoas e apoia o desenvolvimento sustentável.

Todavia, a economia social enfrenta um obstáculo enorme: a ausência de visibilidade institucional por não ser reconhecida como um sector económico distinto dos dois sectores económicos principais, o público e o privado.

Apelamos à Comissão e aos Estados-Membros para que desenvolvam um quadro jurídico que reconheça a economia social como um terceiro sector e aplique regulamentos que definam claramente quais as entidades que podem operar neste sector de modo a que nenhum outro tipo de organização possa beneficiar do financiamento ou de políticas públicas destinados a encorajar as empresas da economia social.

Apelamos também à Comissão e aos Estados-Membros para que ofereçam apoio financeiro, formação e consultoria, e simplifiquem os procedimentos para a criação de empresas no sector social.

Deste modo, a economia social cumprirá o seu papel no âmbito do panorama da economia europeia, ajudando não só a combater a pobreza, mas também facilitando o acesso aos recursos, direitos e serviços dos quais os cidadãos necessitam para poderem participar na sociedade.

Gábor Harangozó (PSE), por escrito. – (EN) Antes do mais, desejo felicitar a nossa relatora, senhora deputada Patrizia Toia, pela qualidade do relatório que hoje nos apresenta. A verdade é que é importante criar alguma clareza na definição do conceito de economia social e assegurar o seu estatuto jurídico num amplo leque de experiências nacionais. A economia social requer, efectivamente, visibilidade – pelo conhecimento melhor de dados coligidos à escala da UE – para realizar melhor os objectivos de solidariedade, emprego, espírito empresarial, crescimento, competitividade, coesão social e concertação social na União como um todo. A economia social está a tornar-se cada vez mais um agente importante nos níveis local e regional e tem agora mais do que nunca – devido aos sérios efeitos da crise financeira – grande papel a desempenhar no desenvolvimento social e económico europeu. A União precisa de concentrar os seus esforços no apoio à dinâmica social e económica, para ultrapassar a separação elementar dos sectores público e privado, se quisermos realmente encontrar soluções novas e inovadoras para proporcionar aos nossos cidadãos emprego sustentável e melhor ambiente de vida, com serviços de qualidade de interesse geral numa sociedade inclusiva.

Magda Kósáné Kovács (PSE), por escrito. – (HU) Temos tentado mobilizar todas as instituições e recursos da UE destinados a vários meses para minorar os efeitos da crescente crise. A luz ao fundo deste túnel é o facto do relatório da senhora deputada Patrizia Toia estar agora na agenda da sessão plenária, uma vez que iniciativas centradas na solidariedade, bem como numa coesão social e regional, são agora especialmente importantes. Isto é o âmago da economia social, tal como anterior é uma aglomeração de formas organizacionais cujo objectivo é a solidariedade e o interesse financeiro comum, em vez do lucro. Essas instituições não podem ser substituídas por qualquer organização com fins lucrativos. Elas proporcionam uma oportunidade de reduzir os efeitos da estratificação económica sobre os membros marginalizados da sociedade, proporcionam trabalho digno e, com as suas diversas formas que vão desde trabalho independente até cooperativas sociais, são capazes de aplicar os frutos do seu trabalho em benefício da comunidade.

Falámos e escrevemos muito sobre economia social, mas sem uma informação estatística de base a nível europeu ela não será perceptível no nosso quotidiano. Se este conceito é desconhecido na sociedade, a sua solidariedade é ineficaz. Por outro lado, as organizações participantes são demasiado pequenas para se tornarem conhecidas a um nível macroeconómico.

O relatório da senhora deputada Patrizia Toia pode ajudar a eliminar a suspeita que os legisladores e os accionistas tenham de que o dinheiro e os produtos gerados pela economia social sejam simplesmente o resultado de organizações que procuram contornar as regras da concorrência.

Desde já, o relatório pode proporcionar uma oportunidade para a economia social gerir a crise de forma eficiente e, com um esforço relativamente pequeno, impedir a perda de empregos e precaver-se contra a perda de meios de subsistência.

Silvia-Adriana Țicău (PSE), por escrito. – (RO) A economia social garante estabilidade no emprego e não está sujeita à deslocalização. Considero que a União Europeia e os Estados-Membros devem promover e apoiar formas de implementação da economia social, p. ex., cooperativas, sociedades mútuas, associações e fundações na sua legislação e políticas.

É importante conceber uma série de medidas destinadas ao desenvolvimento de microcréditos e ao financiamento selectivo da UE, pois os valores da economia social correspondem aos objectivos europeus da integração social e contribuem para o estabelecimento de um equilíbrio entre trabalho e lazer, bem como para a promoção da igualdade entre os géneros e da qualidade de vida dos idosos ou dos deficientes. Considero que o papel das mulheres na economia social deve ser reforçado, dada a sua participação em associações e organizações voluntárias.

Insto a Comissão a integrar a economia social nas outras políticas e estratégias para o desenvolvimento social e económico, em especial à luz do "Small Business Act", dado que as estruturas da economia social se destinam primariamente às pequenas e médias empresas e aos serviços de interesse geral. Estes esforços poderiam também ser suportados através da criação de um registo estatístico de empresas da economia social em cada Estado-Membro da União Europeia e inserindo os dados no sistema estatístico europeu EUROSTAT.

28. Saúde mental (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma breve apresentação do relatório (A6-0034/2009) da deputada Evangelia Tzampazi, em nome da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, sobre a saúde mental (2008/2209(INI)).

Evangelia Tzampazi, relatora. – (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, estamos actualmente cada vez mais conscientes de que não há saúde sem saúde mental. Sabemos que os problemas de saúde mental muitas das vezes têm um impacto, do ponto de vista humanitário e financeiro, tanto na vida pessoal, familiar, profissional e social dos indivíduos como também nas suas famílias e na sociedade em geral.

Os números falam por si: uma em cada quatro pessoas será afectada por alguma forma de perturbação mental. A depressão é uma das perturbações mais comuns e, até 2020, será a doença mais comum no mundo desenvolvido. Registam-se todos os anos na União Europeia 59 000 suicídios, 90% dos quais são imputáveis a perturbações mentais. As pessoas pertencentes a grupos vulneráveis e marginalizados, nomeadamente as pessoas com deficiência, são as mais propensas a sofrerem de problemas de saúde mental.

De igual modo, numa Europa em envelhecimento, as perturbações neurodegenerativas estão a tornar-se cada vez mais comuns. Por isso, todos concordamos que é necessário adoptar uma abordagem concertada aos desafios que a saúde mental nos coloca, e que esta é uma questão que nos toca a todos. É obrigação de todos nós defender a saúde mental, e a salvaguarda dos direitos dos doentes mentais e das suas famílias constitui uma posição ideológica e política em que o Estado providencia apoio social e protecção às pessoas que deles carecem. O primeiro passo foi o Livro Verde da Comissão; o segundo foi a Conferência Europeia "Juntos para a Saúde Mental e o Bem-Estar", que também estabeleceu o Acordo Europeu para a Saúde Mental e o Bem-Estar.

Nesse sentido, o relatório sobre saúde mental, que foi aprovado por unanimidade pela Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, inclui uma série de recomendações que visam promover a saúde mental e o bem-estar da população, combater o estigma da discriminação e da exclusão social, reforçar a acção preventiva e a auto-ajuda, e providenciar apoio e tratamento adequado às pessoas com problemas de saúde mental, às suas famílias e aos seus cuidadores.

No relatório, frisamos a necessidade de proporcionar serviços de saúde mental universais, efectivos, acessíveis e de grande qualidade, bem como de actualizar a legislação. Pedimos que seja dada ênfase à formação de todas as pessoas que ocupam posições chave. Pedimos acesso a educação, formação e emprego adequados e a criação de um ambiente de apoio, com especial atenção para os grupos vulneráveis. Pedimos que seja dada ênfase à prevenção da doença mental através da intervenção social. Convidamos os Estados-Membros a atribuírem responsabilidades aos organismos representativos das pessoas com problemas de saúde mental. Encorajamos a criação de uma plataforma para acompanhar a aplicação do Acordo supracitado. Convidamos a Comissão a divulgar as conclusões das conferências temáticas. Salientamos a necessidade de desenvolver indicadores apropriados que possibilitem uma melhor avaliação das necessidades a nível nacional e europeu.

Paralelamente, formulamos propostas que se enquadram nas cinco áreas prioritárias definidas no Acordo. Neste contexto, salientamos que a prevenção da depressão e do suicídio requer a implementação de programas multi-setoriais e a criação de redes, o desenvolvimento de um ambiente saudável nas escolas, a melhoria das condições de trabalho, a adopção de medidas tendentes a melhorar a qualidade de vida e, por último, a propósito do combate à estigmatização e à exclusão social, chamamos a atenção para a necessidade de campanhas públicas de informação e sensibilização. Por tudo isto, gostaria de agradecer aos colegas que contribuíram com as suas propostas e espero que consigamos enviar uma mensagem de que a saúde mental é um bem social precioso e que é dever de todos nós trabalhar para a promover.

Janez Potočnik, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, felicito o Parlamento Europeu e a sua relatora, senhora deputada Tzampazi, pelo relatório de iniciativa sobre saúde mental. O relatório sublinha com razão o grande efeito que a saúde mental tem no bem-estar geral, no ensino, na aprendizagem e na coesão social da União Europeia.

O facto de o Parlamento estar a adoptar este relatório decorridos apenas dois anos sobre a resolução que deu sequência ao Livro Verde da Comissão sobre saúde mental comprova a necessidade urgente que há de mais acção neste domínio.

A meu ver, há razões para sermos optimistas. Há mais consciência da importância da saúde e bem-estar mental em todos sectores, em comparação com o que acontecia há uns anos. Isto tornou-se evidente no grande apoio dado à Conferência de alto nível organizada pela Comissão "Juntos para a saúde mental e o bem-estar" e o Pacto Europeu para a Saúde Mental e o Bem-estar, ambos mencionados pela relatora.

Outros aspectos positivos da evolução recente são o facto de muitos Estados-Membros terem revisto as suas estratégias de saúde mental ou estarem a preparar planos de acção, o que é o caso, por exemplo, da Finlândia e da Hungria. A aprendizagem socioeconómica foi inserida nos currículos escolares. No Reino Unido, as questões relacionadas com a vida são agora uma matéria autónoma em muitas escolas.

Os empregadores estão cada vez mais conscientes das relações que existem entre bem-estar e produtividade. O centro de reflexão "CSR Europe" criou inclusive um *toolkit* para o bem-estar no local de trabalho. Mas sejamos claros – não pode haver razões para complacência, e há muito mais para fazer. Como resultado da crise financeira e económica actual, podem surgir novos riscos para a saúde mental. Os Estados-Membros podem ter a tentação de reduzir os orçamentos da saúde mental ou de diminuir os seus esforços de construção de sistemas modernos de saúde mental, com serviços de base comunitária em vez de asilos ultrapassados.

A recessão económica degrada as perspectivas de futuro dos jovens, especialmente dos que abandonam a escola. A insegurança do emprego no local de trabalho e as consequentes preocupações com a estabilidade dos rendimentos e com os crescentes níveis de desemprego, criam novas e importantes ameaças para a saúde mental.

Nos próximos dois anos a Comissão organizará uma série de conferências temáticas sobre as cinco prioridades do pacto da saúde mental, que serão eventos organizados em conjunto com as Presidências do Conselho e os Estados-Membros. Uma primeira conferência internacional sobre estigmatização e cuidados psiquiátricos será organizada pela Presidência Checa em 29 de Maio deste ano. Uma primeira conferência temática sobre saúde mental na juventude e no ensino terá lugar em Estocolmo em 29-30 de Setembro, em cooperação com a Presidência Sueca. Uma segunda conferência temática sobre prevenção da depressão e do suicídio será organizada com a Hungria em Dezembro. No primeiro semestre de 2010, a Presidência Espanhola será a anfitriã de uma conferência temática sobre saúde mental de pessoas idosas. Além disso, estamos em contacto com os Estados-Membros relativamente a duas conferências mais sobre saúde mental em contextos de local de trabalho e sobre a luta contra a estigmatização e a exclusão social.

O relatório do Parlamento contém muitas sugestões concretas, que constituem valiosa contribuição para futuros debates nessas conferências. O relatório não sublinha só a relevância da saúde mental na União Europeia, mas demonstra também que há muitas oportunidades para agir no campo da saúde mental ao nível da União Europeia.

Uma das sugestões do relatório é criar uma estrutura para supervisionar a execução do Pacto Europeu para a Saúde Mental e o Bem-Estar. Concorro em que haveria um valor acrescentado importante em avaliar periodicamente o progresso à luz dos objectivos do pacto.

Consideraremos atentamente a melhor forma de pôr em prática essa ideia. Mais uma vez, quero agradecer ao Parlamento e à sua relatora por este relatório que tanto nos apoia e pelas recomendações muito importantes que contém.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Louis Grech (PSE), por escrito. - (EN) A saúde mental é um factor-chave na vida das pessoas, e há cada vez mais provas do seu efeito nos nossos sistemas sociais, económicos e jurídicos. Dou o meu apoio a este relatório, porque contém uma abordagem global dos desafios que enfrentamos no sector da saúde mental, tais como combater a estigmatização, a discriminação e a exclusão social, mas também reconhecer a necessidade de programas de prevenção, de apoio público e de tratamento adequado das pessoas.

Por ser uma ciência relativamente nova, a saúde mental não é muito reconhecida como prioridade, mas a evolução tecnológica recente tem-nos permitido explorar mais o cérebro humano, abrindo caminho a tratamentos novos, capazes de mudar a vida dos indivíduos. Creio que devemos apoiar fortemente a continuação da investigação nesta área, com atenção especial à crescente população idosa da Europa, que tem esperança num envelhecimento saudável, digno e activo.

Carecemos de estruturas acessíveis para cuidar e tratar das doenças mentais, mas é também muito importante que haja um ambiente de apoio, por exemplo programas de integração no mercado de trabalho. A saúde mental é também muito relevante em contextos de local de trabalho, nos quais pode limitar seriamente o desempenho, de modo que temos de promover boas práticas entre os empregadores para reduzir o *stress* desnecessário e preservar o bem-estar mental dos trabalhadores.

Eija-Riitta Korhola (PPE-DE), por escrito. - (FI) Gostaria de agradecer à senhora deputada Tzampazi pelo seu relatório sobre saúde mental, a favor do qual votei.

Uma em cada quatro pessoas sofre de problemas de saúde mental pelo menos uma vez na vida. Estima-se que, até ao ano de 2020, a depressão se torne a doença mais comum no mundo desenvolvido e a segunda principal razão da incapacidade para trabalhar. Factores externos, tais como as consequências da actual crise financeira, tenderão a tornar as pessoas vulneráveis a estes problemas. A má doença mental não só acarreta uma despesa que sobrecarrega o sector de cuidados de saúde e todo o sistema económico e social, como também degrada a qualidade de vida dos que sofrem e das suas famílias para um nível desnecessário.

Apesar de ter havido enormes avanços em relação aos níveis da assistência e à atitude geral, as pessoas que sofrem de problemas de saúde mental e as suas famílias têm sido cada vez mais marginalizadas. A diferença os modelos de prevenção e de garantia dos cuidados primários são demasiado grandes, quer entre os países da UE quer em termos regionais.

Estou satisfeita por ter sido feita uma referência especial ao assunto da saúde mental nos jovens no relatório da senhora deputada Tzampazi, que propõe que para o abordar deveriam existir programas multi-sectoriais. Contudo, não nos deveríamos esquecer que a tarefa mais importante na prevenção da saúde mental é sempre da responsabilidade de educadores e órgãos exteriores à família e ao lar. Isto implica promover estilos de vida saudáveis, ouvir as crianças e os jovens e prestar-lhes atenção.

Considero de especial importância a elevada qualidade, a fácil acessibilidade e a eficácia dos serviços universais de saúde mental requeridas no relatório da senhora deputada Tzampazi, assim como valorizo a pesquisa de topo. Deveria existir mais financiamento, em particular para a pesquisa médica no campo das relações entre prevenção e problemas de saúde física e mental.

Siiri Oviir (ALDE), por escrito. - (ET) As perturbações mentais são problemas de saúde de âmbito nacional em muitos países, já que têm uma influência significativa nas pessoas envolvidas, nas suas famílias e na sociedade em geral. As perturbações mentais conduzem também frequentemente a incapacidade, podendo assim sobrecarregar economicamente a sociedade de modo significativo.

De acordo com o relatório do Banco Mundial de 1993 sobre o desenvolvimento, quatro das dez causas mais comuns de incapacidade são perturbações de saúde mental e/ou neurológicas. Enquanto em 1993 a depressão estava em quarto lugar entre as doenças incapacitantes, se a actual tendência persistir, até 2020 a depressão pode tornar-se a segunda causa mais importante entre a população total, e mesmo a causa mais importante de incapacidade para a mulher.

Apesar da extensão e gravidade das consequências das perturbações da saúde mental, ainda há países no mundo e na Europa de hoje que prestam pouca atenção ao problema. Uma tal situação é muitas vezes

provocada pela atitude parcialmente negativa do público e da política, que ainda prevalece na sociedade, e pela estigmatização da doença mental. Isto, por sua vez, conduz à insuficiente atenção prestada à saúde mental, à disponibilidade limitada de serviços, à escassez de métodos de tratamento alternativos e à insuficiente informação sobre as possibilidades de tratamento.

Não obstante o facto de a solução dos problemas de saúde mental ser da competência dos Estados-Membros, é importante aumentar o montante da ajuda financeira e da ajuda com base no conhecimento, fornecidas aos Estados-Membros através da UE, para os ajudar a desenvolver e melhorar os necessários serviços de saúde, sociais, de assistência e de educação e as medidas preventivas.

Acredito que a promoção do bem-estar e da saúde mental dos indivíduos tem de se tornar um objectivo de elevada prioridade em todos os Estados-Membros da União Europeia, porque a saúde mental dos indivíduos tem um efeito muito directo no emprego e na produtividade económica nos Estados-Membros.

Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN), *por escrito*. – (PL) Sabemos que a saúde mental é um valor fundamental para todas as pessoas, e nós, enquanto representantes das nações da Europa, não devemos esquecer este facto. Ainda bem que abordamos hoje esta questão no fórum do Parlamento Europeu. As doenças mentais e uma vaga de suicídios e depressões tornaram-se uma ameaça para a sociedade contemporânea. Estes problemas afectam não só as pessoas que vivem sob constante stresse, mas também as crianças, os jovens e os idosos. Penso que deveríamos tomar medidas de longo prazo para derrotar estas doenças da civilização. É também por isto que apoio a investigação e o livre acesso aos resultados desta investigação, e os especialistas.

Ao mesmo tempo que expresso os meus agradecimentos pelo Relatório sobre Saúde Mental, gostaria de expressar a minha preocupação sobre se será também possível, além de providenciar assistência aos idosos e actuar no combate à estigmatização e à exclusão social, incluir também projectos destinados a pessoas socialmente marginalizadas. Estas pessoas demonstram frequentemente antipatia para com o outro, sentem-se alienadas e receiam a censura da sociedade. Na minha opinião, o primeiro problema no qual nos devemos centrar é um extenso programa informativo para que todos aqueles com necessidades saibam para onde se virar, que tipo de ajuda poderão obter e, mais importante ainda, que é possível regressarem a uma vida normal.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), *por escrito*. – (RO) A saúde e o bem-estar mentais são um importante desafio neste século em que vivemos. A Organização Mundial de Saúde estima que em 2020 as perturbações mentais constituirão 15% de todas as doenças.

Sinto-me particularmente preocupada com o futuro dos adolescentes e das crianças, razão pela qual propus medidas para tornar os cidadãos conscientes da deterioração do estado da saúde mental das crianças cujos pais emigraram, e a introdução de programas em escolas destinados a ajudar estes jovens a enfrentarem os problemas psicológicos associados à ausência dos pais.

Insisti nesta questão devido ao grande número de crianças abandonadas por pais que foram trabalhar para o estrangeiro, uma realidade com que nos deparamos cada vez mais na Europa Central e Oriental. Ainda com o apoio a estes jovens em vista, propus a promoção da instalação de serviços de aconselhamento em todas as escolas secundárias e a oferta de opções alternativas que não estigmatizem estas crianças, de forma a suprir as suas necessidades sociais e emocionais.

Tendo em conta que a saúde mental determina a qualidade de vida dos cidadãos da União Europeia, esta questão deve ser tratada de forma tão séria como as questões de saúde física. De facto, é necessário um plano de acção europeu para responder aos desafios colocados pelos distúrbios mentais.

Richard Seeber (PPE-DE), *por escrito*. – (DE) Quando falamos de saúde, referimo-nos normalmente ao bem-estar físico. Contudo, os problemas mentais podem constituir igualmente uma grave contrariedade no quotidiano de quem deles sofre, causando múltiplos efeitos adversos no plano social. Por conseguinte, a iniciativa do Parlamento, de melhorar a informação sobre saúde mental, constitui um passo muito positivo. Deveria haver um maior debate público sobre as abordagens face às perturbações mentais, devendo ser facultados ao grande público métodos de prevenção das doenças mentais.

A este título, interessa salientar a importância do ambiente de trabalho. Uma vez que a população activa passa muito tempo no local de trabalho, importa promover a saúde mental nesse contexto específico. Apenas os trabalhadores motivados e equilibrados do ponto de vista emocional reúnem as condições para responder às exigências que lhes são colocadas.

Conviria, pois, sensibilizar as empresas e os poderes públicos para esta problemática. De uma forma geral, ao reconhecer a importância das perturbações mentais, o Parlamento dá pistas para um entendimento moderno da saúde e oferece a muitas pessoas que sofrem uma perspectiva positiva a longo prazo.

29. Planos de acção nacionais de eficiência energética (breve apresentação)

Presidente. - Como terão reparado, reduzimos ligeiramente a intensidade luminosa da sala. Imagino que será para poupar energia.

E calha mesmo bem, pois segue-se na ordem do dia a breve apresentação do relatório de András Gyürk, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, sobre o seguimento dos planos de acção nacionais de eficiência energética: uma primeira avaliação (2008/2214(INI)) (A6-0030/2009).

András Gyürk, relator. - (HU) Obrigado por me permitir tomar a palavra, Senhor Presidente. Senhor Comissário, a crise do gás no mês de Janeiro teve certamente um resultado positivo. Ela estimulou o debate sobre política energética em todos os Estados-Membros.

Também aqui no Parlamento Europeu tem havido um grande debate acerca das várias vias de transporte alternativas, da expansão da capacidade de armazenamento, bem como acerca do futuro papel da energia nuclear. Todavia, demos muito pouca atenção à eficiência energética. Agrada-me particularmente que o relatório sobre os planos de acção nacionais para a eficiência energética tenha proporcionado uma oportunidade de discutir este tópico durante as últimas semanas.

A importância da eficiência energética baseia-se na sua capacidade em alcançar resultados visíveis mais depressa do que por quaisquer outros meios. Como o Comissário da Energia, Andris Piebalgs, salientou recentemente, as medidas da UE sobre aparelhos que dispõem de modo *off* podiam reduzir as perdas ocorridas em modo de espera numa quantidade equivalente ao consumo energético anual da Hungria.

Nunca é demais salientar que a eficiência energética como solução para todos os problemas respeitantes à política energética. Primeiro que tudo, pode ajudar a diminuir a dependência energética da Europa de países terceiros. Além disso, a eficiência energética pode ter também uma influência benéfica na competitividade da indústria europeia e pode reduzir o impacto no nosso ambiente. Lembremos ainda que a melhoria da eficiência energética pode também reduzir o fardo que recai sobre os consumidores mais vulneráveis.

Naturalmente, existem grandes diferenças nas circunstâncias e possibilidades, bem como nas iniciativas legislativas, entre os Estados-Membros. Portanto, concordamos com a Directiva da UE de 2006 que estipula medidas para os Estados-Membros para resumirem nos seus planos de acção nacionais as medidas que prevêem aplicar para melhorarem a eficiência energética.

No presente relatório, tentámos esboçar conclusões gerais respeitantes aos anteriormente mencionados planos de acção. Simultaneamente, o nosso objectivo era definir as necessárias etapas futuras na legislação da UE. Gostaria de chamar a vossa atenção para alguns pontos cruciais do relatório.

Em primeiro lugar, o relatório apela à Comissão para que actue mais energicamente contra os atrasos na preparação dos planos de acção nacionais para a eficiência energética. Neste momento, tem de estar completamente avaliado se os planos são acompanhados de medidas práticas tomadas pelos Estados-Membros. A maior deficiência de vários planos de acção nacionais é o de serem muito díspares das políticas dos seus governos.

Em segundo lugar, têm de se aumentar os recursos dedicados à melhoria da eficiência energética, tanto ao nível nacional como comunitário. Como resultado da crise financeira, são muito poucos os cidadãos europeus que têm meios para investir na sua própria eficiência energética. Portanto, os projectos existentes de incentivo à eficiência energética têm de ser imediatamente alargados. Isto leva-nos ao orçamento comunitário para os próximos sete anos, no qual se tem de enfatizar mais a eficiência energética, e os benefícios fiscais podem também contribuir para francos melhoramentos.

Em terceiro lugar, há uma necessidade constante de legislação sobre eficiência energética na União Europeia. Acredito que as recomendações da Comissão Europeia apontam na direcção certa nesta área. Por exemplo, legislação mais restritiva sobre o consumo de energia em edifícios podia resultar em consideráveis poupanças.

Em quarto lugar, os governos nacionais têm de assumir um papel pioneiro no desenvolvimento de soluções para a eficiência energética. Estes esforços deveriam reflectir-se em amplas campanhas pedagógicas. Os

consumidores só começarão a investir na sua própria eficiência energética se estiverem plenamente conscientes dos benefícios que isso lhes trará.

Por fim, gostaria de partilhar mais uma ideia. Creio que a eficiência energética não pode ser tratada como uma causa menor, mesmo em tempos de recessão. E mais, os programas de eficiência energética podem criar centenas de milhares de empregos na Europa. Num ano de suspensões temporárias de actividade em massa, dificilmente este aspecto é irrelevante.

Janez Potočnik, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, congratulo-me por ter a oportunidade de tomar a palavra neste período de sessões do Parlamento Europeu, que se ocupa, entre outros temas, da avaliação dos Planos de acção nacionais para a eficiência energética (PANEE), que a Comissão apresentou no pacote da Segunda Análise Estratégica da Política Energética em Novembro de 2008 e da anterior comunicação da Comissão de Janeiro de 2008.

Uma síntese técnica mais pormenorizada da avaliação que a Comissão fez dos PANEE será apresentada num documento da Comissão sobre os PANEE nesta primavera.

Desejo por isso aproveitar esta oportunidade para agradecer ao relator, senhor deputado Gyürk, o seu trabalho, bem como à Comissão da Indústria, Investigação e Energia as suas valiosas discussões e observações.

Nos últimos anos, a Comissão tem afirmado muito claramente que a eficiência energética é uma primeira prioridade da política de energia da União Europeia e um alicerce muito importante para realizar as metas de 2020, e sob este ponto de vista os Planos de acção nacionais de eficiência energética têm um papel nuclear. A directiva relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos impõe aos Estados-Membros, como sabeis, o dever de apresentar esses planos, e de mostrar como pretendem realizar na prática as suas metas nacionais de eficiência energética.

Inicialmente, o prazo previsto para a apresentação dos planos era 30 de Junho de 2007, mas infelizmente, como sabeis, muitos Estados-Membros atrasaram-se. O último PANEE chegou à Comissão em Junho de 2008.

Nesta fase, a Comissão completou todas as avaliações individuais e enviou cartas com os resultados das avaliações a todos os Estados-Membros. No seguimento, teve lugar certo número de reuniões bilaterais, e alguns Estados-Membros declararam que tratariam por si próprios de melhorar os seus PANEE nos próximos meses. Como fizeram notar os membros da Comissão ITRE, comprovou-se que os primeiros Planos de acção nacionais de eficiência energética foram um exercício de real utilidade. E com efeito, muitos Estados-Membros prepararam pela primeira vez planos de acção globais relativos a poupanças de energia. Muitos deles confirmaram que o esforço sectorial necessário para os preparar se revelou muito útil.

No âmbito da Directiva dos serviços energéticos, os PANEE têm um papel limitado. A Comissão, porém, na comunicação de Novembro de 2008 como em outras declarações recentes, tem exortado sempre os Estados-Membros a expandirem o papel dos planos.

A Comissão preparará um novo Plano de Acção da União Europeia para a Poupança Energética, que reforçará e focalizará melhor as acções da União Europeia, ajudando os Estados-Membros, os cidadãos e as empresas das UE a poupar energia com uma boa relação custo-eficácia.

No vosso relatório, instastes a Comissão a propor uma meta vinculativa para as poupanças de energia. Como sabeis, o objectivo actual de 20% de poupança de energia primária é de momento uma meta não-vinculativa. Crê a Comissão, todavia, que com o pacote do clima e energia e com as propostas contidas na Segunda Análise Estratégica da Política Energética, podemos chegar aos 20%.

O relatório do senhor deputado Gyürk observa também, e com razão, que o apoio financeiro tem de ser aumentado. As questões financeiras relacionadas com as poupanças de energia foram reconhecidas pela Comissão no Plano Europeu de Recuperação Económica de 26 de Novembro de 2008, e em outros esforços coordenados que visam ajudar a criar postos de trabalho, muitas vezes situados em empresas de pequena e média dimensão, porque na maioria dos casos os investimentos na eficiência energética, e especialmente nos edifícios, estão associados a projectos de renovação em pequena escala.

Concluindo, desejaria recordar que, durante o mandato desta Comissão, os líderes da UE manifestaram um compromisso sincero com a promoção da eficiência energética. Aumentar o investimento na eficiência energética e nas novas tecnologias com ela relacionadas dará contribuição essencial ao desenvolvimento sustentável e portanto à segurança do abastecimento. A eficiência energética tem efeitos mais amplos, muito

para além da política de energia. Tem um efeito positivo sobre a economia da União Europeia em geral: aumentar a eficiência ajuda a criar novos postos de trabalho, estimula o crescimento económico e melhora a competitividade. Como com razão dissestes, é isso exactamente o que devemos fazer nestes tempos difíceis e que nos colocam desafios.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Šarūnas Birutis (ALDE), por escrito. – (LT) É claro que os preços do petróleo estão em queda, mas quando a actual crise económica tiver passado, os preços aumentarão de novo. Portanto, deixem-me lembrar-vos que é importante diversificar mais as fontes de energia e as vias de abastecimento da UE com o objectivo de amenizar os efeitos negativos que possam surgir devido a futuras crises do petróleo.

A dependência dos Estados-Membros da UE, em particular das "ilhas de energia" da UE, relativamente à importação de abastecimentos energéticos e às infra-estruturas existentes, varia. Podemos falar de um mercado único de energia quando, por exemplo, os Estados Bálticos, incluindo a Lituânia, são ilhas de energia? A incapacidade da Europa para falar a uma só voz com os maiores fornecedores de energia é igualmente um grave problema. No papel, estamos a criar uma política energética europeia ambiciosa, mas na prática, continuam a dominar as políticas energéticas bilaterais. Caros Deputados, a politização do sector da energia não contribui para a estabilidade. Podemos e devemos alterar a situação por via da diversificação e da solidariedade. Temos de completar as ligações energéticas que faltam e criar um mecanismo de coordenação da UE, com vista a reagir a crises semelhantes. É essencial que os Estados-Membros mais dependentes dos abastecimentos de energia tenham reservas suficientes. Temos não só de contemplar medidas de curto prazo para um abastecimento de energia seguro, mas temos também de considerar a perspectiva a longo prazo. A Europa, por sua vez, tem de diversificar as fontes de energia e melhorar a segurança do abastecimento.

Cristian Silviu Buşoi (ALDE), por escrito. – (RO) A eficiência energética é de sobremaneira importante no momento em que enfrentamos desafios reais relativos ao fornecimento de energia à UE e que necessitamos de fazer esforços mais consistentes para reduzir as emissões de dióxido de carbono. Favoreço uma abordagem ao problema da eficiência energética que seja consistente com outras políticas da UE, em particular, o pacote de combate às alterações climáticas e a necessidade de diversificar as fontes de energia.

Acredito firmemente que o sector de I&D deve ser apoiado, pois isto poderá traduzir-se num contributo significativo para o aumento da eficiência energética. A Comissão e os governos dos Estados-Membros deverão apoiar mais fortemente os projectos destinados a aumentar a eficiência energética, incluindo investimentos para tornar o transporte público o mais eficiente possível em termos energéticos, o isolamento de edifícios, etc. Considero que os recursos governamentais devem ser canalizados mais nesta direcção do que para o subsídio dos preços da energia, dado que estes projectos também apoiam os consumidores vulneráveis confrontados com o aumento dos preços da energia.

Por conseguinte, apelo aos Estados-Membros para que elaborem planos de acção eficazes e realistas, para que forneçam aos cidadãos o máximo de informação possível sobre eficiência energética, e para que cooperem através do intercâmbio de boas práticas. Insto também a Comissão a apoiar as autoridades nacionais, em particular sob a forma de assistência técnica.

Daniel Petru Funeriu (PPE-DE), por escrito. – (RO) A eficiência energética dos edifícios constitui uma preocupação particularmente relevante para os países que herdaram um grande número de edifícios construídos de acordo com os deficientes padrões de qualidade da era comunista.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para pedir à Comissão para estabelecer instrumentos financeiros e procedimentos eficazes para a renovação dos sistemas de aquecimento destes edifícios, no cumprimento da meta de um aumento de 20% na eficiência energética da UE até 2020.

Iosif Matula (PPE-DE), por escrito. – (RO) A eficiência energética é um dos principais objectivos da União Europeia, e a sua concretização assinalará um passo importante na implementação de um desenvolvimento sustentável. Por esta razão, além dos esforços dos Estados-Membros para se envolverem activamente na promoção de políticas destinadas a tornar mais eficiente o consumo de energia, deverá também haver coordenação a nível comunitário para que os resultados alcançados sejam muito melhores.

Um modo de conseguir eficiência energética é dotar os edifícios de isolamento térmico. Segundo um estudo, será possível, na Comunidade, reduzir a perda de energia em aproximadamente 27%, o que implicará necessariamente uma diminuição nos custos que os cidadãos são obrigados a suportar.

Um problema que afecta as comunidades locais que pretendem implementar projectos de renovação dos sistemas de aquecimento residenciais é a complexidade dos procedimentos que têm que seguir. Por conseguinte, as medidas a tomar deverão contemplar a simplificação destes procedimentos. Este objectivo de conseguir uma maior eficiência energética através do isolamento dos edifícios deve ser também direccionado para os grupos sociais desfavorecidos, reforçando o princípio da solidariedade na Europa.

Anni Podimata (PSE), por escrito. – (EL) A experiência da primeira avaliação dos planos de acção nacionais demonstra na prática que as condições existentes na UE ainda não amadureceram a ponto de possibilitar o apoio às medidas de promoção da eficiência energética. Uma debilidade importante presente nos planos de acção nacionais de eficiência energética, para além do enorme atraso registado na sua apresentação por parte de alguns Estados-Membros, entre os quais a Grécia, reside no facto de os planos ambiciosos não serem acompanhados de propostas práticas claramente definidas que ofereçam valor acrescentado, se bem que, de acordo com dados recentemente divulgados pela Comissão Europeia, se a meta da realização de poupanças de energia de 20% fosse alcançada, a UE utilizaria menos cerca de 400 Mtoe de energia primária e as emissões de CO₂ registariam uma diminuição de 860 Mt.

Consequentemente, a dimensão do potencial que nos oferece a promoção da eficiência energética, especialmente em tempos de recessão económica como estes que atravessamos actualmente, não foi compreendida na sua totalidade. A UE deveria, portanto, proceder sem mais demora à inclusão da eficiência energética em todas as suas políticas sectoriais, com propostas e medidas de apoio claras, e aumentar a ajuda comunitária nessa direcção. A eficiência energética é um ponto fundamental após a adopção do pacote de medidas relativas às alterações climáticas e pode garantir a segurança energética, a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa e a tonificação da economia europeia.

30. Investigação aplicada na política comum das pescas (breve apresentação)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia uma breve apresentação do relatório (A6-0016/2009) da deputada Rosa Miguélez Ramos, em nome da Comissão das Pescas, sobre a investigação aplicada no domínio da política comum das pescas (2008/2222(INI)).

Rosa Miguélez Ramos, relatora. – (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, caros colegas, conciliar a correcta preservação dos ecossistemas com a exploração sustentável dos recursos marinhos, evitar e controlar os efeitos da actividade humana sobre o ambiente, e melhorar o conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e a inovação são tarefas impossíveis de assumir se não contarmos com o apoio da comunidade científica europeia.

A investigação no domínio das pescas é também imprescindível na altura de formular recomendações e de prestar assessoria aos legisladores. Um maior investimento em I&D, assim como na recolha e no tratamento de dados fiáveis, conduziria a uma política comum da pesca mais sólida e sustentável.

Contudo, embora a frase que ouvi de um cientista ("*Not money, but human resources are the problem*" – O problema não é o dinheiro, mas sim os recursos humanos) retrate bem a situação, não serei eu a dizer que a investigação no domínio das pescas dispõe de grandes recursos financeiros. Pelo contrário, direi que temos um duplo problema.

Em primeiro lugar, Senhor Comissário, os montantes inscritos no Sétimo Programa-Quadro destinados à investigação marinha, que deveria ter sido um tema transversal, parecem insuficientes para a abordagem integrada que se pretende hoje em dia para a questão.

Além disso, Senhor Comissário, os cientistas - e posso garantir-lhe que falei com muitos para elaborar este relatório, antes e durante o processo - têm problemas quando apresentam projectos ao abrigo do Sétimo Programa-Quadro: problemas atribuíveis em parte, por um lado, à perspectiva diferente exigida pela aquicultura, de carácter basicamente industrial, e, por outro, à investigação sobre pescas e ciências marinhas, que possui um carácter pluridisciplinar e a mais longo prazo.

Até ao Sétimo Programa-Quadro, estas duas áreas estavam cobertas pelos mesmos fundos e dependiam da DG Pescas, o que permitia que se complementassem. Actualmente, a Direcção-Geral responsável é a da

Investigação, donde resulta que está a tornar-se difícil para a comunidade científica comunicar as preocupações e necessidades do sector àqueles que elaboram as orientações para os convites à apresentação de propostas.

Além disso, dentro da comunidade científica existe a sensação de que esta Direcção-Geral parece ter optado por dar prioridade à investigação de base, não deixando espaço para a investigação centrada nas políticas públicas. Posso dar um exemplo: para enriquecer, de um ponto de vista científico, a estratégia marítima comunitária, ou para investigar a relação entre as pescas e as alterações climáticas.

Em resumo, o objectivo da política marítima da União Europeia de conseguir uma pesca produtiva num ambiente marinho limpo exige o acesso dos cientistas que trabalham neste domínio a mecanismos horizontais de financiamento a título do Sétimo Programa-Quadro.

Para concluir, gostaria de referir o segundo problema: o défice preocupante de cientistas jovens na investigação no domínio das pescas, que parece ser resultado de carreiras profissionais pouco atractivas em comparação com outras ciências de base.

É indispensável criar cursos universitários interessantes e gratificantes, que ofereçam boas oportunidades profissionais. E parece que precisamos também de padronizar os diferentes modelos de investigação aplicados nos diferentes Estados-Membros, de forma a podermos comparar melhor os resultados e a facilitar a junção dos dados, bem como a intensificar a cooperação entre as instituições nacionais de investigação. Para além de que me parece imprescindível integrar melhor a experiência e o saber-fazer dos pescadores no processo de elaboração de pareceres científicos em que irão basear-se as decisões políticas no quadro da política comum da pesca.

Janez Potočnik, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, estou grato por poder falar sobre a minha área de responsabilidade. A Comissão congratula-se com o relatório do Parlamento sobre investigação aplicada no domínio da política comum das pescas. Gostaria também de agradecer à relatora, senhora deputada Rosa Miguélez Ramos, e à Comissão das Pescas, o seu excelente trabalho.

O relatório chega no momento exacto em que está a ser preparada a interpelação conjunta sobre investigação marinha e marítima. Coincide igualmente com o programa de trabalho 2010 para o 7PQ e o lançamento do Livro Verde sobre a reforma da política comum das pescas, que inclui um capítulo sobre investigação. A Comissão concorda, no essencial, com os principais elementos do relatório.

Congratulamo-nos com o apoio que foi expresso à Estratégia europeia para a investigação marinha e marítima, na qual é dada prioridade ao aumento da capacitação, novas infra-estruturas, novas iniciativas de formação e ensino, desenvolvimento da integração entre as disciplinas consagradas da investigação marinha e marítima, promover a sinergia entre os Estados-Membros e a Comissão e nova gestão da investigação.

A Comissão reconhece a importância de assegurar que seja atribuído à investigação de pescas e aquicultura um orçamento no 7PQ, mantendo ao mesmo tempo um bom equilíbrio com os outros sectores de investigação, particularmente na agricultura, nas florestas e na biotecnologia: Tema 2 – (bio-economia baseada no conhecimento) "KBBE", e Tema 6 – ambiente. O orçamento anual para o 7PQ aumentará progressivamente durante os últimos três anos do programa e desse aumento beneficiarão certamente tanto o sector das pescas como o da aquicultura.

A Comissão prosseguirá o seu esforço de apoiar a investigação em consonância com o relatório, dando mais visibilidade à investigação de pescas e aquicultura no 7PQ, assegurando um bom equilíbrio entre investigação em apoio da política e investigação mais básica, reforçando as ciências sociais nos programas de trabalho, promovendo a disseminação dos resultados e encorajando maior coordenação entre os programas de investigação nacionais.

Finalmente, a Comissão facilitará a integração da investigação de pescas e aquicultura no contexto mais amplo da sua agenda estratégica de investigação, o Espaço Europeu da Investigação e a nova Estratégia da União Europeia para a investigação marinha e marítima.

Tendo presentes as iniciativas que acabo de descrever, sinto que há agora uma base sólida a partir da qual podemos melhorar os nossos sectores das pescas e da aquicultura, com investigação inovadora no âmbito de um programa-quadro. Por seu turno, eles beneficiarão de melhor cooperação e coordenação da investigação nacional, através de diferentes iniciativas integradas no Espaço Europeu de Investigação e dentro da orientação da política comum de pescas.

Se me é lícito acrescentar uma palavra pessoal, posso garantir que esta questão não é mais complicada do que era antes, simplesmente porque são as mesmas pessoas que estão a trabalhar e porque a cooperação que temos com o meu colega, Comissário Borg, é, de facto, excelente. Penso que é assim que a investigação deve ser feita no futuro. Estamos a cooperar intersectorialmente, e esta abordagem está de facto a produzir melhores resultados, o que dificilmente poderia acontecer se tudo fosse feito de modo mais sectorial. Agradeço sinceramente o magnífico trabalho que foi feito.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 19 de Fevereiro de 2009.

31. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

32. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 23H30)